



COD. 20.124.009

PERNAMBUCO

PROCESSO

RECEBI: Em / / 19

11 Funcionário 10

DESTINO:

PROCESSO NÚMERO

RECEBI: Em / / 19

8 Funcionário 7

DESTINO:

PROCESSO NÚMERO

RECEBI: Em / / 19

PROCESSO NÚMERO

RECEBI: Em / / 19

PROCESSO NÚMERO

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Agência Recife

Ofício N.º 197/19/ARE/82

Recife, Pernambuco Em 29 OUT 82

Do Chefe da Agência Recife/SNI Ao Magnífico Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Assunto: Informação (presta) Anexo: Termo de Compromisso (04 fls.)

1. Os médicos-residentes da UFPE, ROBERTO ARAÚJO COHEN FOLGOSUOS e RAQUEL ALINE FERNANDES LIMA, apesar de terem assinado "Termo de Compromisso" com a UFPE, de não exercerem atividades profissionais estranhas ao Programa de Residência Médica, ambos possuem vínculo funcional com a Secretaria de Saúde/PE, estando lotados no Hospital de Restauração, cumprindo jornada horária de 30 horas semanais e percebendo o salário de R\$ 7.150,00 cada mês.

2. Em face do exposto, solicito a Vossa Magnificência mandar informar a esta Chefia quais as providências tomadas para o caso em questão.

3. Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Magnificência votos de cordial e respeitosa consideração.

MARCÍLIA GAMA DA SILVA
THIAGO NUNES SOARES
(Orgs.)

PERNAMBUCO NA MIRA DO GOLPE

VOL. 3 MUNDOS DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES

Ofício N.º 213/19/ARE/82

Recife, Pernambuco Em 30 NOV 82

Do Chefe da Agência Recife do SNI Ao Magnífico Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) Assunto: Informação (presta)

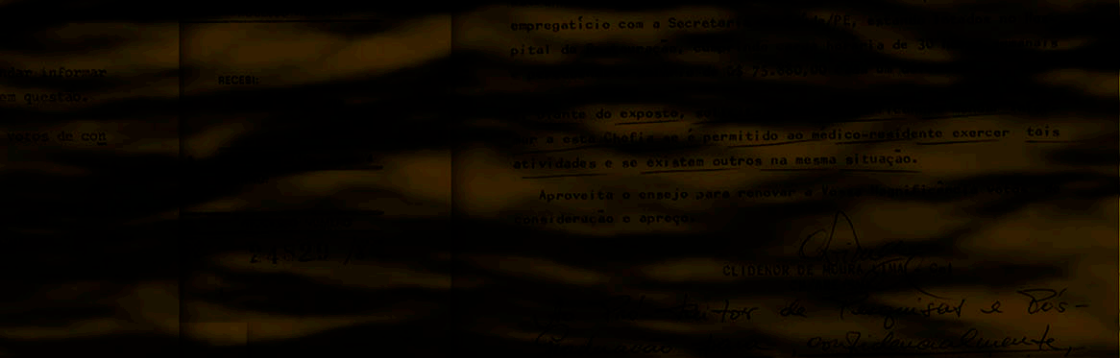
1. A médica-residente da UFPE, ANA CÁSSIA DE AZEVEDO PINHEIRO, apesar de ter assinado "Termo de Compromisso" com a UFPE, de não exercer atividades profissionais estranhas ao Programa de Residência Médica, é, todavia, funcionária da FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO - (FESP), lotada no HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, cumprindo jornada de trabalho das 16:00 horas das quartas-feiras às 08:00 horas do dia seguinte, e das 08:00 horas às 16:00 horas nos domingos. Percebe, atualmente, o salário de R\$ 104.000,00.

2. Em face do exposto, solicito a Vossa Magnificência mandar informar a esta Chefia quais as providências tomadas para o caso em questão.

3. Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Magnificência votos de cordial e respeitosa consideração.



Handwritten notes and signatures: 'João Prof. Amador', '13/11/82', 'Dona', 'CH Assessor', 'Des-', 'C', '13/11/82', '19/11/82', '12', '15', '19', '25', '201/72', '21/7/82', 'SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR', 'UNIVERSIDADE DE EDUCAÇÃO CULTURA', '18-12', 'COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO ZONHÃO', 'ESTADISTAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPE, CONSTITUE 3005', 'CARI DA MARA', 'SERVIDORES DA UFPE QUE PERCEBAM MENOS DE TRES (3) SALÁRIOS MÍNIMOS', 'SERVIDORES DE GRADUAÇÃO E SERVIDORES QUE PERCEBAM MAIS DE TRES (3) ATÉ OITO (8) SALÁRIOS MÍNIMOS', 'PROFESSORES E DEMAIS USUÁRIOS', 'OS PNEZOS ACIMA REFERIDOS VIGORAM DIANTE O PRIMEIRO ALÍNEA DO CONTEÚDO EXERCÍCIO Nº 011, 3º, ESTAB. PONTUAL DA LEI Nº 10.240 A PARTIR DO DIA 1º DO CONTEÚDO DO LICENCIAMENTO DE SERVIDORES E DISPOSITIVOS DO CONTRATO Nº 305 GERALDO LAFAYETTE BUZETTI Nº 986.



Este terceiro volume de uma coleção ambiciosa sobre a história recente de Pernambuco e a ditadura contém contribuições inéditas sobre trabalho e trabalhadores, relações de emprego e de posse da terra, assim como movimentos trabalhistas. São onze os capítulos neste volume, cada um bem pesquisado e cuidadosamente arguido. Eles têm interligações interessantes que abrem possibilidades para o leitor melhor entender as redes de organização e as relações entre as forças de dominação e de resistência na época da ditadura militar em Pernambuco. Os capítulos são baseados em pesquisa minuciosa nos arquivos de Pernambuco (e de outros lugares também, inclusive o Arquivo Nacional, em Brasília, e até alguns acervos na Argentina). O volume conta com a marcante presença de material do Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Por todas estas razões, o leitor tem nas mãos uma contribuição essencial à história do trabalho em tempos de ditadura.

Prof. Dr. Thomas D. Rogers
Emory University



Pernambuco na mira do Golpe



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Pernambuco na mira do Golpe

Volume 3

Mundos do trabalho e dos trabalhadores

Organizadores:

Marcília Gama da Silva

Thiago Nunes Soares



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Historicus - 25

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.)

Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores [recurso eletrônico] / Marcília Gama da Silva; Thiago Nunes Soares (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

284 p.

ISBN - 978-65-5917-061-6

DOI - 10.22350/9786559170616

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Pernambuco; 3. Golpe; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título; II. Série.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio.....	9
Thomas D. Rogers	
1.....	14
O cruzamento de fontes da Justiça do Trabalho e do DOPS-PE: a pesquisa em diferentes artefatos históricos e a representação da luta da classe trabalhadora	
Marcília Gama da Silva	
2.....	40
Rumo à cidadania: as grandes greves dos canavieiros em Pernambuco no primeiro e segundo governos Arraes (1963-1987)	
Christine Rufino Dabat	
3.....	71
As cassações dos direitos trabalhistas em Pernambuco em 1964: estudo de caso de pessoas comuns atingidas pelo 1º Ato Institucional na região de Jaboatão dos Guararapes	
Arleandra de Lima Ricardo	
4.....	92
Anticomunistas com "<i>Inadaptação aos Ideais Revolucionários</i>" do Golpe de 1964: deputados de origem conservadora, com interlocução trabalhista e perseguidos pela ditadura militar	
Márcio Romerito da Silva Arcoverde Felipe Ribeiro	
5.....	123
Trabalhadores rurais, proprietários, Justiça do Trabalho e ditadura: reflexões a partir das experiências dos canavieiros na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata no contexto do Golpe Civil-Militar (1963-1966)	
Ademir Bezerra de Melo Junior	

6.....	147
O Golpe de 1964 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos em Pernambuco	
José Marcelo Marques Ferreira Filho	
7.....	168
Trabalhadores e sindicatos rurais em tempos de Ditadura Civil-Militar: greves na agroindústria açucareira e mobilizações sindicais na JCJ de Jaboatão – Pernambuco (1964-1965)	
Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo	
8	193
Conflito e negociação: San Miguel de Tucumán e Pernambuco nos anos sessenta	
Alexandre Silva	
9.....	214
Sindicalismo rural em tempos de ditadura: resistência, reorganização e lutas	
Maria do Socorro de Abreu e Lima	
10	240
“Se é pra ir pra luta, eu vou. Se é pra tá presente, eu tou” : presença e atuação das trabalhadoras rurais da Zona da Mata de Pernambuco nos movimentos sociais (1979-1985)	
Marcela Heráclio Bezerra	
11.....	261
“Nada consta”: a atuação dos agentes de segurança e informação no <i>Campus</i> e a contratação de professores na UFPE (1974-1979)	
Thiago Nunes Soares	

Prefácio

*Thomas D. Rogers*¹

É com muito prazer e satisfação que apresento este admirável volume de textos sobre os mundos do trabalho e a ditadura militar em Pernambuco. Este livro é particularmente bem-vindo porque reúne contribuições de pesquisadores empenhados e criativos que se debruçam sobre a história dessa época em Pernambuco. Os debates sobre a ditadura serão enriquecidos pelas suas vozes; de fato, essa perspectiva de Pernambuco é necessária aos debates sobre o período, pois estamos beirando ao sexagésimo aniversário do golpe.

Este terceiro volume de uma coleção ambiciosa sobre a história recente de Pernambuco e a ditadura contém contribuições inéditas sobre trabalho e trabalhadores, relações de emprego e de posse da terra, assim como movimentos trabalhistas. As experiências dos canavieiros são investigadas aqui de uma maneira minuciosa, fato ligado ao número e à importância desses trabalhadores em termos de militância e mobilização. Christine Rufino Dabat aponta que os canavieiros têm sido a força de trabalho mais numerosa de Pernambuco. Assim, não é surpreendente a maciça representação desse grupo—e da região da Zona da Mata—nestes capítulos sobre a época. Nas palavras de Antônio Callado, escritas nos meses antes do golpe, os camponeses, canavieiros e lideranças da Zona da Mata de Pernambuco foram artesãos, diante dos olhos do resto do Brasil, de uma “revolução-piloto.”

A produção historiográfica sobre mundos do trabalho e ditadura militar tem crescido em Pernambuco ao longo dos últimos anos,

¹ Professor da Emory University

frequentemente através de projetos individuais, muitos deles ligados a dissertações e teses. Os programas de pós-graduação em História da UFPE e UFRPE têm sustentado essa produção intelectual, por exemplo com os seus periódicos *Clio* e *Cadernos de História UFPE*. Mas equipes de professores e alunos também organizaram oficinas, encontros, conferências e publicações que foram essenciais para melhor compreender a história dessa época. É sem surpresa, então, notar que dez dos doze autores representados nesta coleção tenha alguma ligação com estes dois programas.

No curso do meu engajamento com pesquisa histórica da Zona da Mata, ao longo dos últimos vinte anos, eu me dei conta do fato de que a historiografia da região tem algumas especificidades próprias. Claro que Pernambuco tem uma tradição intelectual com algumas influências próprias; por exemplo, todo mundo sabe que Gilberto Freyre cresceu e fez carreira no Recife. Mas uma herança intelectual mais tangível, dentro do presente volume, é a do pesquisador que passou muitos anos na instituição que Freyre fundou, a Fundação Joaquim Nabuco, e também ocupava a Cátedra Gilberto Freyre na UFPE: Manuel Correia de Andrade. Recife é também o lugar onde a obra do antropólogo histórico Sidney Mintz recebeu reconhecimento apropriado (devido às excelentes traduções de professores e alunos do CFCH) para a pertinência de suas análises a respeito da história de sociedades açucareiras, no Caribe e no Nordeste do Brasil.

São onze os capítulos neste volume, cada um bem pesquisado e cuidadosamente arguido. Eles têm interligações interessantes que abrem possibilidades para o leitor melhor entender as redes de organização e as relações entre as forças de dominação e de resistência na época da ditadura militar em Pernambuco. Os capítulos são baseados em pesquisa minuciosa nos arquivos de Pernambuco (e de outros lugares também, inclusive o Arquivo Nacional, em Brasília, e até alguns acervos na Argentina). O volume conta com a marcante presença de material do Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

Professora Marcília Gama abre a discussão com um capítulo que trata diretamente da questão das fontes importantes para o estudo dos mundos

do trabalho durante a época em foco, especificamente os processos da Justiça do Trabalho e os prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Gama, também uma organizadora do projeto, explica a história da Justiça do Trabalho, com origens na Era Vargas, bem como as origens do DOPS e a estrutura repressiva do Estado, em âmbito federal e estadual. Ela nos lembra que os processos do TRT abrem novas perspectivas sobre as lutas da classe trabalhadora, em toda sua diversidade. Os processos e dissídios oriundos das Juntas de Conciliação e Julgamento, do Tribunal Regional do Trabalho e, algumas vezes, do Tribunal Superior do Trabalho, encontram-se à disposição dos pesquisadores graças a um convênio feito entre o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Eu tive o privilégio de acompanhar o início desta relação. A presença agora de mais de cem mil processos sob a guarda da universidade, na pessoa do Professor Antônio Montenegro e, mais importante, o uso daqueles valiosos materiais por estudiosos e alunos, inclusive do ensino fundamental, é causa para muito orgulho e satisfação. Estas fontes constituem uma espécie de tesouro para historiadores - documentos que oferecem acesso às vidas de um grupo de pessoas que raramente deixaram rastros nos arquivos. Eu lembro bem quando os processos eram acessíveis somente no arquivo do Tribunal, num galpão em Vitória de Santo Antão (Naquela época, no início dos anos 2000, o então diretor do arquivo, Augusto César Ramos, profissional que mantinha um compromisso feroz e admirável com o acervo, me recomendou o livro *Todos os nomes*, de Saramago, uma leitura quase obrigatória para um historiador.)

Uma das realidades que emerge da contemplação da experiência da classe trabalhadora em Pernambuco, nos tempos antes da ditadura, durante o regime militar e nos anos depois do seu fim, demonstra uma impressionante continuidade em termos de desigualdade e repressão. Arleandra de Lima Ricardo assevera que o golpe “foi mais violento e generalizado” em Pernambuco do que nos outros estados. Talvez ela concorde com José Marcelo Marques Ferreira Filho, que abre seu capítulo com

uma afirmação polêmica sobre a questão da continuidade: “no mundo dos engenhos de açúcar, em Pernambuco, a ditadura antecedeu o Golpe de 1964.” Ele quer demonstrar que a situação de ditadura—repressão e controle absoluto—foi atingida em Pernambuco, para os trabalhadores rurais, antes mesmo do golpe formal no nível federal, bem antes. Este argumento resume, de maneira clara, a necessidade deste volume— isto é, a necessidade de lidar com a história específica de Pernambuco durante o período da ditadura, tomando em conta o contexto maior, a longa e contínua história de desigualdade, repressão e autoritarismo. Visto desta perspectiva, o primeiro governo Arraes, um breve período de 14 meses antes do golpe, foi uma anomalia. Algumas continuidades persistem até hoje, como Ademir Bezerra de Melo demonstra. Ele relata o fato chocante de que a tarefa atual de um cortador de cana é o dobro daquela imposta em 1964.

Outras contribuições do volume sugerem que essa trajetória não foi completamente monolítica, os mesmos padrões não se repetiram continuamente. O fato singular de os trabalhadores poderem reivindicar seus direitos nas Juntas de Conciliação e Julgamento merece nossa atenção. Não pretendo celebrar a mera presença de resistência, mas é importante enfatizar que os trabalhadores rurais, com organização, solidariedade e coragem, enfrentavam a violência cotidiana, o *habitus* da classe dominante, e realizaram algumas conquistas notáveis. Dabat argumenta que, apesar das impressionantes continuidades na história social da área açucareira, devemos também reconhecer os momentos de ruptura. Ela destaca as greves dos trabalhadores canavieiros em 1963 e 1987, ambas durante os mandatos de Miguel Arraes como governador do estado. Para os trabalhadores rurais, sublinha, a periodização das vidas dos trabalhadores foi estruturada por “datas singulares: 1888, 1943, 1963, 1979, 1986-87.” Não é por acaso que Gama, Dabat, Bezerra de Melo, Socorro de Abreu e Lima, e Marcela Heráclio Bezerra abordam estas datas significativas neste mesmo volume.

A maioria dos capítulos trata dos anos 1960 e do período inicial da repressão desencadeada pela ditadura militar. De Arleandra de Lima

Ricardo, aprendemos sobre as cassações de direitos trabalhistas em Jabotão dos Guararapes nos anos depois do golpe. No capítulo de Felipe Ribeiro e Márcio Romerito da Silva Arcoverde, lemos sobre políticos conservadores com ligações trabalhistas perseguidos pela ditadura. Ademir Bezerra de Melo Junior escreve sobre os processos trabalhistas e as relações entre trabalhadores, proprietários e a justiça na área de abrangência da JCJ de Nazaré da Mata, durante os anos ao redor do golpe. Alexandre Silva elabora uma comparação interessante entre as áreas açucareiras em Tucumán e Pernambuco. Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo aborda as greves de açucareiros em Jabotão. Marcela Heráclio Bezerra e Thiago Nunes Soares tratam do final da ditadura—investigando as mulheres envolvidas nos movimentos sociais, bem como os agentes de segurança e informação, respectivamente. Maria do Socorro de Abreu e Lima trata da sindicalização durante o período como um todo, e Thiago Nunes Soares discute agentes de segurança durante a abertura.

Como no início da ditadura, quando os canavieiros protagonizaram, na escala nacional, com a “revolução-piloto,” os últimos anos do regime militar também contavam com a presença visível dos trabalhadores pernambucanos. Eles lançaram uma greve importante que inspirou a consciência pública em outubro de 1979. Ao lado das greves dos metalúrgicos em São Paulo (que começaram no ano anterior), a greve dos canavieiros demonstrou que a classe trabalhadora estava unida nas cidades e nas áreas rurais contra as condições criadas pelo regime militar. A greve virou “o símbolo da retomada das lutas da classe trabalhadora rural em Pernambuco,” nas palavras de Marcela Heráclio Bezerra; e ela pode ser também considerada como um símbolo na escala nacional. Por todas estas razões, o leitor tem nas mãos uma contribuição essencial à história do trabalho em tempos de ditadura.

Atlanta, EUA

O cruzamento de fontes da Justiça do Trabalho e do DOPS-PE: a pesquisa em diferentes artefatos históricos e a representação da luta da classe trabalhadora

*Marcília Gama da Silva*¹

A proposta do artigo se baseia na ideia de interconectar diferentes artefatos documentais de naturezas distintas. De um lado, as ações coletivas ajuizadas na Justiça do Trabalho da Era Vargas ao período militar e do outro os prontuários funcionais e individuais do Departamento de Ordem Política e Social, a fim de identificar práticas repressivas constituídas em ambas às realidades arquivísticas, que existem como testemunho do enquadramento e disciplinamento da classe trabalhadora nos ambientes político-sócio-laboral, dificultando/coibindo a organização do movimento paredista. Conhecer por meio do cruzamento das informações, o que tem a oferecer essa interface inscrita nos respectivos acervos, possibilitou um olhar das práticas de mobilização da classe trabalhadora e as formas de controle a ela impostas. Ressaltamos a necessidade de salvaguarda e

¹ Especialização em Arquivologia e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Consultora em Arquivo com experiência em Gestão Documental e Memória, Membro do Fórum Nacional pela Preservação da Memória da Justiça do Trabalho - MEMOJUTRA e Integra a Rede Memória do Judiciário Nacional - MEMOJUS. Na área de Pesquisa e Extensão é autora de vários projetos, como Proext-MEC-TRT-6-UFRPE 2011-2012, Memórias Reveladas - acervo DOPS-PE (2007 e 2012); Memória do mundo da UNESCO em 2012, Dissídios Coletivos existentes no Memorial da Justiça do Trabalho (2013 -2020) e o Projeto Conhecer é Preciso, do Gabinete Português de Leitura (2020-2022). Na área de pesquisa tem se dedicado a orientação e pesquisa com ênfase nos seguintes temas: Censura e Repressão da Era Vargas ao regime de exceção instalado no Brasil de 1964-1985. Autora de *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)* (Ed. UFPE, 2014). Contatos: marciagama@yahoo.com.br; marcilia.gama@ufrpe.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0090863442089957>.

possibilitar o livre acesso a esses acervos, como garantia a pesquisa e produção do conhecimento.

A era Vargas Instaura uma Nova Ordem nas Relações de Trabalho

Após 132 anos do fim da escravidão, que perdurou por mais de três séculos no Brasil, inserindo-o no patamar de último reduto das Américas a abolir o regime escravocrata, o país retroage no tempo e inaugura em pleno século XXI, um considerável elenco de modificações nas relações patrão e empregado, no que foi chamado de “Reformas Trabalhistas”², que teve por objetivo, consolidar a retirada de direitos consagrados em décadas de lutas no governo de Getúlio Vargas, entre os anos 1930-1945 e que já tinham sido modificados no regime civil-empresarial-militar. Inaugurando mais uma nova onda de precarização das relações de trabalho, adicionando a história da classe trabalhadora um retrocesso na busca por melhores condições de vida e trabalho.

Esse recorte ilustra o que significou para os trabalhadores o Regime Militar, que teve também como propósito, alinhar o Brasil ao capital internacional que se traduziu na perda de direitos, em que todo um passado de reivindicações, greves e mobilizações em busca de melhores condições de trabalho, sobrevivência e justiça social travadas nos anos 1920 e 1930, parecem ter sido em vão, são sufocadas, mediante a esmagadora força do capital, vista na análise de Skidmore, como uma desconstrução dos direitos trabalhistas, presentes na política econômica dos Ministros Campos e Bulhões posta em prática no Governo Castelo Branco:

Para onde quer que os dois ministros voltassem as vistas só encontravam obstáculos à eficiência do capitalismo brasileiro. Uma breve discussão sobre a rotatividade da mão-de-obra ilustrará o problema. Os empresários há muito

2 Reforma Trabalhista - foi um conjunto de modificações na Consolidação das Leis Trabalhistas criadas em 01 de maio de 1943, que teve por objetivo mudar o regramento dos normativos que disciplinava a relação capital x trabalho no Brasil. Com 54 artigos alterados, 09 revogados e 43 criados, a reforma modificou cerca de 10% da legislação trabalhista vigente - que desde a sua criação, já sofreu uma série de adaptações. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/11/11/reforma-trabalhista-completa-1-ano-veja-os-principais-efeitos.ghtml>, Acesso em: 09 de abril de 2020.

se queixavam de que as leis trabalhistas os obrigavam a fazer uso ineficiente da força de trabalho. (SKIDMORE, 1988, p. 117)

O que significava para os empresários “*fazer uso ineficiente da força de trabalho*”? Significava que a legislação trabalhista tal como foi concebida em 1943, era um obstáculo à exploração plena dos trabalhadores, algo que a política econômica austera de Castelo, baseada na supressão de direitos, foi possível, graças ao controle do aparato repressivo e a tutela dos sindicatos, que impedia qualquer manifestação contrária ao regime. A base do interesse empresarial era o lucro exacerbado, algo passível de ser recuperado evocando o passado de exploração vivido em mais de 300 anos de escravidão.

A abolição da escravidão marca o início da mais profunda reforma na sociedade brasileira. A extinção formal do regime escravista promete a construção de um novo processo socioeconômico, em que era preciso garantir à massa de trabalhadores egressa das senzalas à dignidade de “ser humano”, e também, reconhecê-los como força de trabalho, condição necessária no desenvolvimento da cidadania, por meio de relações livres laborais.

O “Estado” enquanto poder institucionalizado, ainda em formação no Brasil, receberá com impacto a libertação dos escravos e herdará o grande fosso social, caberia a “Ele” criar as condições para minimizar a desigualdade econômica e social e equalizar os conflitos decorrentes da falta de trabalho, alimento, moradia, etc. No entanto, a estrutura de produção fundamentalmente agrária, a existência de resquícios de trabalho em condição análoga ao escravo, a mentalidade das oligarquias rurais que parecia não querer se desvencilhar da antiga ordem socioeconômica são alguns dos fatores que levam a convulsão dos anos 1920. A agitação político-social, que se instala, consagra, nas palavras do então presidente Washington Luis, a ideia de que: “*a questão social é uma questão de política*”. E como tal foi tratada, com diferentes requintes, em toda história da República.

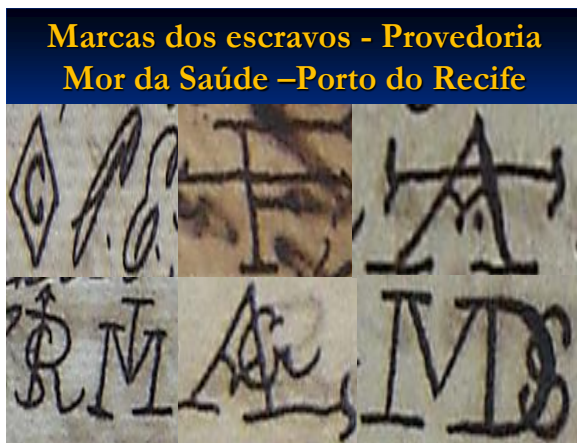
É essa sociedade agrária, de matriz escravocrata, latifundiária, patrimonialista, elitista, clientelista e conservadora, que será o grande “obstáculo” a ser enfrentado por Getúlio Vargas, no seu objetivo de promover o reordenamento administrativo da máquina pública, a fim de fortalecer a governabilidade através de concentração de forças capaz de por termo/ limites ao poder paralelo dos proprietários de terra e conseguir a tão sonhada centralização do poder administrativo, fazendo emergir um Estado forte, técnico, burocratizado, centralizado e moderno capaz de combater a descentralização do poder exercido pelas oligarquias rurais sedimentadas em cada Região.

Os exemplos dessas nobiliarquias estão espalhados por todas as regiões do País e adentram a República com suas influências em todos os segmentos, seja no público ou no privado. Assim, temos no Nordeste: os (Maias e os Alves - RN); (os Ribeiros - PB) (os Távora, Jereissati, Alencar, Ferreira Gomes - CE); (os Magalhães - BA); (os Melos, os Calheiros - AL); (os Cavalcanti(s), os Albuquerque(s), os Monteiro(s) Maranhão, Alencar - Campos - PE), incluindo a família Sarney no Maranhão e em (São Paulo - os Matarazzo; os Vergueiros; os Leme; os Prado, os Furquim, os Almeida Castanho, os Freitas, os Camargo; os Bueno da Ribeira, entre outras famílias em São Paulo), os (Marinhos, os Rezendes - no Rio de Janeiro e Minas Gerais), (os Caiados e Bulhões no Centro-oeste entre outras). De acordo com o professor José Mariano (2017) que em seu trabalho mostra o registro das principais famílias detentoras de terras e que fizeram fortunas nos centros urbanos e, sobretudo na política.

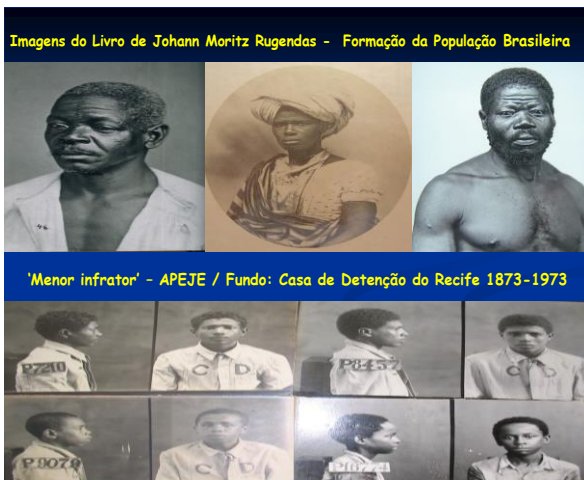
É interessante perceber que muitas dessas famílias tradicionais fazem parte das oligárquicas que encomendavam os escravos no século XVII ao XIX, que eram marcados a ferro em brasa, com as iniciais das abastadas famílias proprietárias de terra, registros que estão presentes no livro da Provedoria Mor da Saúde de 1803, recolhido pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco da Vigilância Sanitária no Porto do Recife nos idos de 2005. Como ilustração, colocamos imagens de algumas marcas com as iniciais das famílias que encomendavam aos mercadores

em diferentes praças comerciais africanas, de distintas etnias que já vinham “seladas” “as peças” ou “mercadorias” como eram chamados os escravizados que aqui eram destinados, as encomenda eram feitas diretamente aos mercadores e já vinham marcadas com as iniciais das famílias, possuidoras de verdadeiros plantéis em toda a história do Brasil colônia e império.

Vejamos o quadro abaixo:



Fonte: APEJE. Fundo: Vigilância Sanitária do Porto do Recife. Volume 1. Provedoria Mor da Saúde. Ano: 1803-1813. Recife-PE



'Menor infrator' - APEJE / Fundo: Casa de Detenção do Recife 1873-1973

Fonte: APEJE. Fundo: Casa de Detenção do Recife – População carcerária Série – Menor Infrator 1873-1973.

Com a Abolição em 13 de maio de 1888, essa população egressa das senzalas, são largadas à própria sorte nas cidades em busca de sobreviverem a falta de trabalho, condições de vida e saúde, educação e moradia, o que vai criar como fenômeno social, uma soma de ocorrências policiais motivadas por delitos praticados por essa população pobre, negra, alijada de qualquer direito e dos meios de produção. Verifica-se um aumento considerável da população carcerária na Casa de Detenção do Recife, por exemplo, composta por menores infratores que pagavam pelos crimes de pequenos furtos, vadiagem, mendicância, arruaça e pequenos delitos. Não só a população masculina infanto-juvenil, mas de mulheres, reclusas por prostituição, jogatina, vadiagem, pequenos furtos e desordem pública, e de homens adultos enquadrados em crimes tipificados como: vadiagem, capoeira, apostas, jogatinas, jogos de azar e rinha, lutas corporais, arruaças, ladroagem, gatunagem, homicídio, furto e desordem. Essa criminalidade acompanha o imaginário dos afrodescendentes por muito tempo, como uma pecha, que chega aos dias atuais ainda com forte ranço.

Para além desse segmento, ainda gravitava uma classe média de profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros, juristas, militares, parte do clero, servidores públicos e intelectuais e num escalão mais elevado, uma classe média alta, composta por banqueiros, investidores, políticos, altos comerciantes descendentes ou não de Portugal, das praças de comércio europeias, herdeiros de alemães, italianos, franceses, espanhóis, holandeses, japoneses e judeus que aqui migraram fugidos da Guerra ou interessados na fartura de terras e em busca de se estabelecerem. E, por fim, a baixa burguesia comercial, que se nutria das benesses proporcionada por essa base oligárquica, e que tinha um papel fundamental de serem porta vozes dos interesses agrários, servindo de elo entre o rural e o urbano.

No eixo São Paulo e Minas Gerais, Vargas ainda se via envolto com a pressão remanescente da clássica política café com leite, que em 1932 exige uma nova constituinte e ameaça com a federalização de São Paulo, fato

que ficou conhecido como a Revolução Constitucionalista de 1932 e que motivou a criação da nova constituição de 1934.

Em âmbito geral, Vargas buscava construir apoios e alianças para combater a pressão política de tradicionais famílias donas de terras, com seus coronéis que dominavam politicamente vastas regiões e bolsões eleitorais e com forte representação política no cenário nacional, mediante o controle dos velhos currais eleitorais, tão combatidos por Vargas.

Essa permanente disputa do governo com as oligarquias rurais será juntamente com as ideias integralistas(Plínio Salgado) e comunistas(Carlos Prestes), as razões das turbulências que vão tencionar o cenário político em torno do interesse de controle da classe trabalhadora urbana, base também, da motivação que levará ao Estado Novo em 10 de novembro 1937. Daí a opção de colocar interventorias nos locais de maior agitação política e resistência ao poder central, base do Estado Novo pensado por Vargas.

A despeito dessa tentativa de controle, por parte do governo, as elites agrárias continuarão exercendo uma forte oposição ao governo central e essa tendência atravessará todo período republicano, como uma sombra, pairando sobre a composição de forças políticas no Brasil e que determina os acordos partidários, conchavos e alianças políticas formando redes de poderes de oposição ou apoio ao governo, que concorrem entre si e que darão o tom, a estrutura de disputas, seja no parlamento municipal, estadual e/ou federal de forma significativa, aspecto que cortará toda a história política republicana do país.

É importante acrescentar que na composição de quadros de apoios e adesões ao seu governo, Vargas vai oferecer condições significativas para as alianças políticas que passavam pelos partidos e donos de terras, no sentido de que investissem também na industrialização e na promoção do desenvolvimento econômico do país. A indústria nacional cresce em decorrência do capital agrário e posteriormente o capital estrangeiro. O estímulo para os investimentos na indústria será a estratégia do estadista para promover o desenvolvimento e fazer com que as elites agrárias

descentralizassem seus negócios, “tirando-os”, ao mesmo tempo de sua zona de mando, minimizando em parte, o foco do segmento agrário. Aos poucos, o Brasil vivencia um boom de novos investimentos em fábricas têxteis, siderurgia, energia, mineração, construção civil, ferrovias etc.

Boa parte do financiamento injetado na indústria era proveniente do primeiro setor e, posteriormente, da abertura ao capital estrangeiro e essa realidade cria uma expectativa de grandes lucros em curto prazo de tempo, como resposta ao estímulo as vultosas somas investidas, o que vai gerar também, um cenário de extrema exploração da força de trabalho dos operários(as) urbanos, completando o quadro de tensões. É nesse contexto de conflitos nas relações capital x trabalho que será criado um órgão com o objetivo de dirimir os conflitos entre patrões e empregado(a)s, dando um ar de distanciamento, autonomia e independência do Estado em relação a negociação entre patrões e empregados.

Assim, Vargas cria as primeiras Comissões Mistas de Arbitragem, responsável por intermediar as negociações, estruturada em três instâncias, era integrada, em sua base, por Juntas de Conciliação e Julgamento - JCJ, compostas por um Juiz de Direito, que a presidia, nomeado pelo Presidente da República, para mandato de dois anos e por dois vogais, indicados pelos sindicatos, para igual mandato. Em nível intermediário, ficaram os Conselhos Regionais do Trabalho, encarregados de deliberar sobre recursos, e, em nível superior, o Conselho Nacional do Trabalho, integrado por dezenove membros, nomeados pelo Presidente da República, também para o mandato de dois anos. Distribuídas pelo País havia 36 JCJ's, oito Conselhos Regionais, origem dos atuais Tribunais Regionais do Trabalho, e o Conselho Nacional do Trabalho, que daria origem ao Tribunal Superior do Trabalho. No âmbito da Região Nordeste, foi criado o 6º Conselho Regional do Trabalho, com 04 Juntas de Conciliação e Julgamento, do qual se originou o Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, com sede em Pernambuco, e, durante largo período, com jurisdição também sobre os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

A formalização da Justiça do Trabalho ocorrerá em 1º de maio de 1939, sendo instalada em 1º de maio de 1941, durante ato público, realizado pelo então Presidente Getúlio Vargas. Ao longo destes 79 anos, a Justiça do Trabalho passou por marcantes e profundas transformações, com especial destaque para sua inserção do âmbito do Poder Judiciário, por força da Constituição de 1946, e com a extinção da representação classista, promovida por Emenda Constitucional de 1999.

Essa foi uma estratégia do estadista, na tentativa de reduzir os conflitos entre as partes litigantes, em face do aumento da agitação grevista nos centros urbanos, que impactava a produção, com consequências que não eram “admissíveis” pela classe empresarial-agrária e empresas de capital estrangeiro. Somadas a essa, outras medidas foram posta a cabo pelo governo varguista, como o atrelamento dos sindicatos ao Estado e a forte atuação por meio da investigação, censura e repressão exercida pela polícia política – DOPS, pensada aos moldes da Gestapo - Hitler, da OVRA – polícia secreta de Mussolini (Organização para a Vigilância e a Repressão do Anti-Fascismo), da PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado – criada no governo salazarista, e aqui a polícia política de Vargas, que foi criada a fim de fazer o combate ao comunismo, controle das greves e através do serviço de inteligência/investigação, censura e repressão, arrefecer o movimento da classe trabalhadora.

Em 23 de dezembro de 1935, pela Lei nº 71, em face de “uma conjuntura de tensões que exigiam uma resposta mais firme do Estado contra a ameaça ao *status quo* da ordem vigente”. Texto introdutório à criação da Lei é criada a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, que mais tarde 1961, irá adquirir maior envergadura, passando a ser denominada de Departamento de Ordem Política e Social. A Delegacia passou, então, a figurar como o mais temido órgão público, cujos tentáculos penetravam o tecido social promovendo uma devassa no cotidiano de vida das pessoas. Suas atribuições eram as seguintes³: [1] Proceder a inquérito sobre crime de

³Fonte: Fundo: Documentos Impressos – APEJE. In: Legislação Estadual de Pernambuco Lei nº 71 DE 23/12/1935. Coleção de Leis e Decretos de Pernambuco Recife: Imprensa Oficial, 1935-1937.

ordem política e social; [2] Exercer as medidas de polícia preventiva (*serviços de inteligência*) e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social; [3] Combater o comunismo (SILVA, 2014).

Ao definir como prioridade o controle social, o Estado acaba por adotar atitudes diferenciadas em sua tarefa de manter a ordem, elegendo inicialmente como alvo principal – o “Comunismo”. O universo da repressão que se instala a partir de 1930 e que se ampliam em 10 de novembro de 1937, com o Estado Novo, as práticas administrativas dos órgãos, o aparato de vigilância, o controle social, a criminalização das resistências, dos movimentos paredistas, das greves, das ações dos sindicatos, enfim, tudo vai girar em torno do combate ao comunismo, que passa a ser o objeto da investigação, censura e repressão da DOPS-PE.

No entanto, esse comportamento não se restringe apenas a esfera polícial, penetra o tecido social ao ponto de criar uma nova mentalidade de combate as ideias consideradas “perigosas”, promovem um ambiente de permanente vigilância, produzindo um imaginário de “medo” associado ao comunismo! Essa questão fica ainda mais evidente quando você observa o discurso em circulação na sociedade, seja nas rádios ou na imprensa, e que vão ocupar diferentes espaços, também na Justiça do Trabalho. Que passa a ser alvo de investigação e objeto de vigilância por parte da polícia, há no acervo DOPS-PE, prontuários sobre o Tribunal do Trabalho, apontando como o órgão era monitorado pela polícia⁴. Porém o mais grave é quando esse discurso chega às salas de audiência, nas Juntas de Conciliação e Julgamento ou mesmo na Corte, provocando efeitos diretos na vida de trabalhadores e trabalhadoras.

É sobre esse aspecto que o artigo vai se ocupar, ao trazer esse embate em diferentes espaços de memória, verdadeiros patrimônios vivos por registrarem o cotidiano de práticas e luta da classe trabalhadora em

⁴ APEJE. Fundo SSP-DOPS-PE. -Tribunal do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho – 1946/1951/1952/1957/1958/1959/1960/ 1964/1967/1981/1986. Prontuário funcional nº: 31.364/30.221; Conselho Nacional do Trabalho Prontuário Funcional nº1552; Conselho Regional do Trabalho - Pront. Func. nº. 27.596; Departamento Nacional do Trabalho - Pront. Func. nº.26.887.

atividade, criando o embrião de uma polarização da sociedade, em torno do discurso da “ordem” e “desordem” que se estende em diferentes momentos da vida republicana brasileira.

A malha da rede de informações⁵ composta por órgãos de segurança, além de pessoas informantes e colaboradores anônimos irá atuar nos sindicatos, igrejas, repartições públicas, fábricas, indústrias, imprensa e também no Tribunal do Trabalho, para coletar dados e informações que sirvam para monitorar a movimentação da classe trabalhadora e tudo o que diga respeito a ela, seja no meio rural ou urbano. Essa capilaridade de “intenções colaborativas” por meio do repasse de informações e delações dará a tônica dos que direta ou indiretamente, nos espaços que ocupavam, colaborassem com a ordem instituída. Uma “ordem” que nasceu fruto de profunda desigualdade, uma ordem de extrema exploração da classe trabalhadora, que mantinha privilégios consagrados das elites proprietárias de terras e também de seus negócios empresariais nos centros urbanos, uma ordem que relegava aos trabalhadores do campo, a condição de servidão que os alijava das mínimas condições de vida e sobrevivência digna e que aprofundava, sob o olhar complacente do governo, o fosso social. Aspecto que será exposto mais tarde no campo por meio da atuação de Francisco Julião através das ligas camponesas de (1950-1964) e dos sindicatos. Um flagrante dessa denúncia se ampara nessas duas imagens:

⁵ SILVA, Marcília Gama. Informação Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2014, p.61.



Fonte: APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário Funcional nº. 29.314
Propaganda política de Francisco Julião



Fonte: APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário Funcional nº1576
- Greve pela Reforma Agrária em 1961.



Fonte: APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário Funcional nº1576
Comemoração da classe trabalhadora rural pelos direitos conquistados.

A realidade nos centros urbanos só não era pior, graças ao trabalho de esclarecimento feito nas portas das fábricas, e nos espaços públicos, pelo partido comunista, por meio da distribuição de propaganda política, de informativos, de panfletos convocando para assembleias e greves feitos também por integrantes dos sindicatos que fazia um importante papel de divulgação de ideias, leis e direitos da classe trabalhadora, sobretudo na luta pela implementação de projetos de lei, em benefício das diferentes categorias laborais, como redução de 16h/ 12h de trabalho para 8h, férias, remuneração de 1/2 terço de férias, descanso remunerado aos domingos, assistência a saúde, regulamentação do trabalho noturno; infantil e feminino, como licença maternidade e direito a amamentação.

Sobre esse aspecto é interessante observar as estratégias utilizadas pelos donos das indústrias têxteis no Recife-PE, em relação ao tratamento dispensado as suas/seus operária(o)s. Havia todo um ritual de contratação, monitoramento e represália as que ousassem “sair da linha”. O termo faz alusão as atividades laborais no “tear” e era utilizado como analogia a atividade que deveria ser precisa no tear, para não permitir que a linha saísse no perfilamento exigido garantindo a qualidade da peça e impedindo o desperdício de fios. Mas, também era utilizado pelos fiscais do serviço para exigir das trabalhadoras uma conduta ordeira nas fábricas. Entre os expedientes utilizados para manter as operárias na “linha” há um elenco de ações, que podemos abstrair dos processos, quando essas funcionárias resolviam colocar a Fábrica na Justiça do Trabalho.

Tomamos por objeto de análise as ações ajuizadas na Justiça do Trabalho impetradas pelas operárias das fábricas do Grupo Othon Bezerra de Melo, seja na Fábrica da Macaxeira, localizada entre o Bairro de Casa Amarela e o Bairro que leva o mesmo nome da Fábrica. Seja na fábrica de Tecidos Amalita, localizada na Praça Sérgio Loreto, bairro de São José.

Na esteira do universo laboral da mulher operária do setor fabril, o processo de violação aos direitos começa no ato da contratação. Na maioria das vezes o Grupo Othon, colocava um encarregado de confiança, que seria

responsável para fazer a captação e contratação da funcionária, mediante o perfil a ser preenchido.

Essa contratação passava por uma seleção prévia, que tinha por critério, algum laço de convivência, parentesco ou conhecimento para além dos muros da fábrica. O perfil dava prioridade na escolha, mulher solteira e sem filhos e ainda lhes era recomendado que não engravidassem por um período de 4 a 5 anos, a contar da data da contratação. Da mesma forma, eram observados os vínculos de parentesco com o encarregado, responsável por escolher a futura funcionária que contraía uma dívida de gratidão e compromisso para com o mesmo, traduzido na máxima de que a contratada jamais poderia “causar problemas” pra ele e conseqüentemente para fábrica. Os vínculos de parentesco poderiam ser sobrinha, irmã, cunhada, sogra, irmã, tia, nora ou numa situação diferenciada, a contratação de vizinhas indicadas por algum parente.

Outro aspecto importante a ser observado era a questão da religião, era dada preferência as mulheres que tivessem algum vínculo com a igreja evangélica, que naturalmente se localizava próxima a fábrica, pois isso era um endosso de sua conduta e ainda servia de mais um aval/credencial do “bom comportamento”, em que se destacava via de regra, o distanciamento da vida “mundana”, onde a bebida, os vícios, as danças, os bailes, os clubes e farras, eram associados há um comportamento desviante ou desproporcional ao padrão de conduta disciplinar e ordeira exigido. Observa-se nas fontes, um eixo de contratações que margeava o perímetro do público e privado, envolvendo laços de amizades, parentesco e/ou de religião, isso seria mais uma garantia de que esses vínculos garantiriam a “paz” nas relações patrões x empregado(a)s, no âmbito fabril.

Por outro lado, havia ainda, um dado ainda mais sutil a ser observado na contratação por meio desses vínculos, era o fato de se precisasse de testemunha nos processos, poucos se dispunham a comparecer nas Juntas de Conciliação e Julgamento ou nas Varas do Trabalho. Estava em jogo, para além do próprio emprego a relação de amizade e parentesco que poderiam sofrer abalos pra sempre, além da perda de credibilidade e o clima

de desconfiança que se estabelecia na fábrica, em relação ao intermediador da contratação.

Como se tudo isso não bastasse, ainda tinha o sistema de fichário da fábrica que se comunicava diretamente com a Secretaria de Segurança Pública, através do Instituto Tavares Buril e também da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. A primeira, para confirmar endereço, filiação e verificar antecedentes criminais e a segunda, para identificar qualquer participação política em manifestações, sindicatos, partidos políticos, agremiações ou alguma atividade considerada “subversiva”. Da mesma forma, quando uma pessoa era fichada no DOPS, ficava com a “ficha suja” e esses antecedentes eram postos à disposição do empresariado para consulta, quando da contratação. Tanto no acervo DOPS há esses registros, dispostos num fichário onomástico remissivo alfanumérico, com mais de 125 mil fichas, como nas fábricas, nas pastas funcionais, havia observações se o trabalhador tinha ou não “antecedentes políticos”.

No estudo das fontes de distintos acervos, observamos as práticas de controle que começavam na “*Seção de Registro*” desses funcionários, tanto na fábrica como na polícia, na forma de assentamento, na perspectiva de Michel Foucault (2000), significava “*a escrita disciplinar preventiva*”. Outra questão a ser verificada é a possibilidade de conhecimento do universo laboral através dos processos trabalhistas, enquanto fontes para história, uma vez que eles dão voz a classe trabalhadora e isso permite conhecer através dos fragmentos de informações, o universo laboral, e perceber as questões de insalubridade por exemplo, que é possível perceber no processo de nº.0448/1969, em que o Sindicato alega:

Que os seus associados exercem atividades insalubres nas “seções de Caldeiras, sulanda, acabamento de processo e seção de fiação” sendo tais locais demasiadamente quentes e com excesso de ruído.”Em CONTESTAÇÃO, Declaração o Reclamado advogado representante do Grupo Othon que: “(...) A presente reclamatória é mais uma aventura trabalhista inventada contra a firma reclamada, com fins puramente eleitorais, isto é, o órgão de Classe se acha em período pré-eleitoral e os cabos eleitorais das diversas correntes,

figuras sobejamente conhecidas nos seus aspectos negativos, procuram tumultuar o ambiente de trabalho.*(grifo nosso)*

Nessa passagem, do referido Processo vê-se a reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, ser reduzida a uma ***questão política, de disputa eleitoral***.

Essa rede de assentamentos se estende amplamente ao processo trabalhista, sobretudo quando um operário (a), resolve romper esse cinturão de amarras que os cerca. Não é incomum, o representante da fábrica ser instruído para alegar agitação política, levando o juiz a se desviar da lógica de raciocínio que beneficia o(a) trabalhador(a), quando está prestes a dar ganho de causa ao mesmo (a). Nesse aspecto, sobretudo no período militar, esse artifício foi bastante utilizado para obrigar o juiz, a no mínimo, averiguar a acusação junto ao DOPS, o que ampliava o prazo de conclusão do processo. E quando ficava comprovada a denúncia, tudo o que estava sendo pleiteado na justiça era minimizado ou mitigado.

Como outros exemplos, de sanções que eram factível ocorrer caso um(a) operária(o) resolvesse colocar a fábrica na Justiça do Trabalho, vemos alguns flagrantes nos processos que fazem parte do acervo do projeto memória e história⁶ convênio de cooperação técnica assinado em 2004, entre o Programa de Pós Graduação em História da UFPE e o Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, que permite a pesquisa, a organização, a preservação e o acesso as ações individuais ajuizadas na justiça do trabalho no campo ou na cidade, referente ao período militar.

Nesses processos, fizemos um recorte de algumas ações do Cottonificio Othon Bezerra de Melo, é de chamar a atenção as práticas de punições às mulheres que se manifestavam na fábrica, que ousavam exigir seus direitos na Justiça do Trabalho, cuja “pressão”(hoje mais conhecida como assédio moral) era tanta, que levavam ao adoecimento dessas mulheres, como é o caso de Dolores Maria da Silva, processo N° 0447/64:

⁶Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/site/index#processos>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

que passou 01 ano e 3 meses afastada, recebendo benefício do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários) e quando recebeu alta em dezembro de 1963, não foi mais aceita pela Empresa” e por fim, nota-se como o patrão criava formas de subtrair direitos e burlar a lei, mesmo quando era denunciado o “ambiente insalubre e quente da fábrica.

Outro flagrante observado detectado em vários processos que envolviam as mulheres. Era retirado da operária o direito de moradia na casa pertencente à Fábrica, como retaliação por ela ter colocado a Fábrica na justiça, forçando-a a entregar as chaves da casa, flagrante do Processo nº 1892/1968, de Alzira Maria Domingues, que mostra a extensão da relação trabalhista para além do que vemos na literatura e que à luz do aporte teórico baseado na Segunda Geração da Escola dos Annales, (BRAUDEL, 2013), nos permite perceber uma “*história de longa duração*” de lutas por direitos da classe trabalhadora, mesmo com a existência da CLT -Consolidação das Leis Trabalhistas de 01/05/1943, regulando a relações conflituosas entre patrões e empregados. Também para entendermos essas relações, estudamos os processos no âmbito da História Política pensada por Michel Foucault em sua obra Vigiar e Punir (2000), que auxilia o entendimento de como a fábrica molda o/a trabalhador(a), para isso, a ideia dos “corpos dóceis e da disciplina, imposta pelo mundo fabril, em que até o toque da sirene regula o tempo, o laser e o repouso.

Vale destacar o teor da Reclamação Trabalhista de **Maria Severina Salvador**, Brasileira, casada, residente na Av. Norte, 7134, que consta também no Processo nº 0447/64:

Reclama contra o Cotonifício Othon Bezerra de Melo, alegando que trabalhou para o Reclamado. De junho de 1950 a Dezembro de 1963. Quando após o afastamento do serviço motivado por problemas de saúde entre junho e dezembro, período no qual gozou o benefício do I.A.P.I., foi despedida. “Requer a sua reintegração às antigas funções e o pagamento dos salários vencidos”. Em sua contestação, a reclamada declarou por intermédio de seu advogado que, nos termos do art. 475 da CLT, ser facultativo ao empregador indenizar empregados que tenham recuperado a sua capacidade na base de um mês de salário para cada ano de serviço e que essa disposição legal não distingue entre

estáveis e não estáveis. Não tendo inclusive apoio legal a pleiteada reiteração da reclamante. Em seguida a Junta ouviu as razões finais das partes e, não sendo possível a conciliação, decidiu julgar por unanimidade, a Reclamação procedente. Fundamentando a sua decisão no fato de ser a autora, empregada estável e também ter sido o afastamento do trabalho movido por problemas de saúde, não por faltas graves, que justificassem a anulação dos seus direitos trabalhistas. A Reclamada foi condenada a pagar a quantia de CR\$ 500.000,00 em duas parcelas de 250.000,00 cada.

O caso de Margarida Oliveira Silva é bem ilustrativo: Processo nº1522/1965:

Margarida Oliveira da Silva, tecelã, Reclama contra o Cotonifício Othon Bezerra de Melo S/A. Alega a Reclamante que sofreu alterações referentes ao **local de trabalho e turno** tendo ainda seu salário diminuído. A Reclamada alega que a Reclamante se recusou a trabalhar em novas funções na fábrica, sendo a sua transferência para atender o retorno à antiga função. A Junta entende que as alterações de turno e local promovidas pela Reclamada, “teve caráter punitivo”. Por outro lado, como indica o perito, a mudança de função indica sensível aumento de esforço físico, A Junta julga a Ação procedente(em parte), devendo a Reclamante voltar ao antigo local e turno mas se adequar às novas funções. Reclamada e Reclamante requerem recursos, que são negados pelo TRT, confirmando a Decisão da Junta. Objetivo da Ação: Transferência, Redução de Salário.

O que se observa nos casos acima citados, primeiro é a exposição às condições precárias e insalubres e no caso da tecelã Margarida, que se repete em outros processos é o Cotonifício se valer de “punições” como: mudança de função, de local de trabalho e de turno, para dificultar a vida das operárias. Em relação à mudança de endereço do local de trabalho, tem o agravante de que para a mãe de família trabalhar longe da residência era um dificultador de toda uma logística de atividades indiretas, que contemplava o cuidado com as obrigações “do lar”, para além do seu turno na fábrica, que era realizada após a sua jornada na fábrica. Necessária, para que sua atividade principal externa pudesse ser desenvolvida. Trabalhar longe significava esperar e pegar transporte, enfrentar trânsito, ônibus

cheio e tempo. Mais um desgaste físico que tinha que enfrentar antes da sua terceira jornada de trabalho diária, com os afazeres domésticos, o atendimento aos filhos e marido, quando tinham.

Normalmente era um ato de disciplinamento, impor a mudança do local de trabalho, o deslocamento para muitas operárias significava o mesmo de abrir mão do emprego remunerado, por absoluta incompatibilidade em gerir as demandas em condições tão sofríveis. Esse recurso para o ambiente fabril era uma forma de impor o controle e a “ordem” no sistema fabril funcionando.

Ao impor as táticas punitivas, eles garantiam o enquadramento, a normatização das trabalhadoras, a regulação de suas práticas de enfrentamento no ambiente fabril, uma vez que implicava em mais serviço, mais trabalho pesado, aumento de jornada, distanciamento do local de residência, o que demonstra um flagrante de retaliação. A retirada do “seu” ambiente de trabalho significava interromper a má influência que oferecia as outras, ao mesmo tempo, servir de exemplo para que as demais se comportassem, neutralizar qualquer ação de manifestação ou motim dentro da fábrica, além de forçar que elas desistissem do emprego, por absoluta incapacidade de conciliar sua vida doméstica, com o trabalho em condições bastante difíceis. E a distância era um agravante.

Outro caso emblemático é o Processo nº 1892/1968 de Alzira Maria Domingues, tecelã, viúva, cuja ação levou à Justiça do Trabalho o Grupo Othon, que após arguição do Juiz e posterior decisão ficou caracterizado, uma prática recorrente nos processos da época, envolvendo a Fábrica de Tecidos da Macaxeira, como forma de retaliação, quando a operária colocava o cotonifício na Justiça, por melhores condições de trabalho e salário, a empresa exigia que fossem devolvidas a chave da casa em que morava. Dessa forma, através de múltiplas sanções, o comportamento da tecelã ia sendo moldado, disciplinado. Entender o significado e a extensão dessas práticas acaba sendo nosso principal objeto para caracterizar as diferentes amarras que são impostas a operária no ambiente fabril, que tem ressonância em todo o seu cotidiano social, afetivo e familiar. O resultado foi:

“O processo foi conciliado no valor de NCr\$ 5.000,00. A reclamante deve devolver à Reclamada as chaves de um imóvel que reside, da propriedade da Reclamada, no ato do pagamento da primeira parcela”⁷.

A partir da pesquisa nas ações trabalhistas, a gama de processos que evidenciam distintas reclamações/reivindicações que se repetem assustadoramente, ficando claro o descumprimento da lei, não assegurando o mínimo de direitos legalmente instituídos ao trabalhador com a CLT em 1943. A negação desses direitos básicos, como: férias, 13º salário, carga horária de 40h semanais, repouso remunerado, direito a licença-maternidade etc., fez com que o(a)s operário(a)s passassem de sujeitos passivos, a ativos no curso do processo trabalhista, protagonizando lutas e mudanças significativas na relação patrão x empregado. O embate dessa luta de classe e as práticas repressivas são pontos que merecem estudos, razão para se debruçar nessas fontes e abstrair delas a “voz” da classe trabalhadora, que encontra respaldo também, no acervo DOPS-PE. Se nos debruçarmos no acervo e fizermos um cruzamento das informações de ambos os acervos, vamos perceber que todas as fábricas têxteis estão fichadas, bem como, o próprio Tribunal Regional do Trabalho e nessa linha juízes, servidore(a)s, operári(a)os e sindicatos! Sobretudo, os que se destacavam nas mobilizações da classe trabalhadora.

Para além do universo fabril, com destaque para a mão de obra feminina e sua importância social em um país de muitas desigualdades, também mostra-se pertinente em Pernambuco, os anos de chumbo vividos na Justiça do Trabalho, os anos têm relevância histórica também no campo da política. Especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, período em que a luta por direitos trabalhistas era identificada como “subversão”, como contrária ao ordenamento sociopolítico instituído após o golpe civil militar de 1964.

A atuação nas áreas rurais das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs) é destacada pelo especialista em História Oral, professor Antônio

⁷ Fonte: Fundo acervo Justiça do Trabalho. Projeto Memória e História. Processo nº 1892/1968.

Montenegro, do Departamento de Pós-Graduação (PPG) em História da UFPE. “como um espaço de direito que contém uma dimensão simbólica bastante significativa”. Da mesma forma, pensa (FERREIRA, 1956), quando afirma:

O Direito não se gera espontaneamente, mas emerge das condições de vida e desenvolvimento da sociedade que o cria e ele disciplina e ordena. Ao jurista historiador cabe exatamente o estudo no tempo destes pressupostos dos fenômenos e das instituições, quanto das normas garantidoras da ordem jurídica e social. (FERREIRA, 1956, p. 13)

Percebemos esse movimento emergindo das condições de vida e desenvolvimento da sociedade, quando nos debruçamos na luta de vida e morte dos trabalhadores rurais, em busca de terem reconhecidos seus direitos. Sobretudo, quando se pensa que o Estatuto do Trabalhador Rural só é criado em 1963, 20 anos após a Consolidação das Leis Trabalhistas, criadas em 1º de maio de 1943, que regulava as relações entre capital e trabalho no meio urbano. Para Montenegro, “a análise de processos da época evidencia que, ao introduzir um novo padrão de julgamento reconhecendo os direitos dos trabalhadores, a Justiça do Trabalho acionava, ela própria, as instâncias da polícia e do exército” (2011, p. 207)

Afinal, era nas Juntas de Conciliação e Julgamento que o embate entre o patronato e os trabalhadores rurais se estabelecia de forma mais tensa, lá a resistência aos arbítrios patronais e às intimidações policiais, eram nítidas e a razão pela qual eram ameaçados sistematicamente. Só o fato de os trabalhadores por meio dos sindicatos ousarem levar a usina a Justiça, era motivo de graves retaliações, assassinatos no campo e violência contra trabalhadores rurais eram fatos que se estampava nas páginas de jornal da época.

Era um tempo difícil para negociar e a Justiça do Trabalho era o campo de negociações e conciliações muito importante para dirimir esses conflitos”, recorda o sindicalista José Rodrigues, que foi presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) de 1978 a

1994. “Foram muitos Dissídios Coletivos entre 1980 e 1987, um período crítico porque não se conciliava, tudo emperrava nas Juntas”, comenta.⁸

José Rodrigues ressalta que foi graças à mediação da Justiça do Trabalho que os trabalhadores rurais conquistaram direitos importantes. “Conseguimos o salário residual, a hora extra e o salário família. O patronato se recusava e o TRT mandava pagar”, lembra o sindicalista, destacando, ainda, a concessão do salário unificado, conquista importante já que a remuneração do trabalho na Zona da Mata era inferior. “É preciso ressaltar que houve uma mudança de atitude dos patrões, e nós devemos isso à Justiça do Trabalho”, declara José Rodrigues. “Hoje, o patronato elege representantes para negociar com o trabalhador, senta, dialoga, é uma atitude diferente. Claro que a intransigência patronal continua, mas a forma de tratamento é outra, é pacífica”.⁹

Antônio Montenegro ressalta que a documentação produzida pelo Tribunal do Trabalho de Pernambuco – parte da qual sob os cuidados do Departamento de História da UFPE – é um acervo rico em informações sobre as disputas trabalhistas que ocorreram em Pernambuco a partir da década de 1940.

Com ela, abre-se um enorme leque de possibilidades de pesquisa sobre o mundo social, cultural e político. (...) “Pesquisar os processos arquivados na Justiça do Trabalho é também conhecer uma outra dimensão da luta que os trabalhadores desenvolveram em Pernambuco, sobretudo, considerando que, ao reivindicarem seus direitos trabalhistas, eles tornavam-se alvos fáceis por serem considerados comunistas. (TST, 2011, p. 208)

Presidente do TRT-PE entre 1987 e 1990, José Guedes Corrêa Gondim Filho lembra que, na sua época, a 6ª Região não correspondia apenas ao estado de Pernambuco. Sua jurisdição se estendia também aos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Testemunha o ex-presidente os

⁸ A História da Justiça do Trabalho no Brasil- Multiplicidades de Olhares. Brasília. Tribunal Superior do Trabalho. Comissão de Documentação, 2011. pág. 207.

⁹ A História da Justiça do Trabalho no Brasil- Multiplicidades de Olhares. Brasília. Tribunal Superior do Trabalho. Comissão de Documentação, 2011. Pág. 208.

difíceis anos na ditadura militar. “As questões trabalhistas vinculadas ao campo, durante a ditadura, eram sempre perseguidas, eram motivo de repressão, mas a Justiça do Trabalho decidia as questões e a decisão tinha de ser cumprida”, declarou.¹⁰

Nesse contexto, os Tribunais do Trabalho tiveram uma participação fundamental, por meio de sua atuação jurisdicional, como grande propulsor das conquistas sociais. É na Justiça do Trabalho e por ela que o trabalhador passou a ser representado e se constituiu, nos tempos modernos, cidadão. Esse universo, pautado por uma jurisprudência que se constrói ao sabor das demandas provenientes do social, permitiu ao Tribunal do Trabalho instituir um saber-fazer específico, presente nas ações e práticas voltadas a dirimir os conflitos, exercido na tênue linha que separa a ordem da desordem, em busca da solução do litígio de forma equânime, traduzido no momento incipiente, preliminar e originário da jurisprudência do Direito, no ato de elaboração do Voto.

Os anos 50, 60 e 70, refletem acirradas manifestações, sobretudo do trabalhador rural em busca da extensão do direito adquirido pelo trabalhador urbano ao mundo do trabalho no campo, a emergência de ações efetivas para apaziguar os ânimos se traduz em outro desafio para a magistratura trabalhista que se depara com novos focos de conflitos que levavam para mesa de negociação trabalhadores rurais e representantes das oligarquias rurais e/ou usineiros, sendo posto entre outros aspectos, fortes ameaças à vida do trabalhador. Como conduzir uma negociação onde o que estava em jogo era a segurança do próprio trabalhador? Como estabelecer a Lei onde, culturalmente, as relações de trabalho se pautavam em condutas patrimonialistas, escravocratas e de subserviência? Como ser imparcial quando o que estava em discussão era a perpetuação de práticas arraigadas em mais de 350 anos de exploração e escravidão? As dificuldades provenientes do período militar sintetizam o resultado da luta entre dois modelos opostos de desenvolvimento em curso. De um lado, as

¹⁰ Idem.

reformas de base(incluindo a reforma agrária), almejadas por vários segmentos da classe trabalhadora no campo e da cidade, na busca por melhores condições de vida, trabalho e cidadania, influenciados por velhas/novas idéias de cunho socialista, que embalavam sonhos, encantos e desencantos. Do outro lado, o modelo defendido por parcela significativa da elite nacional, composta por civis e militares e pela classe média, que via na ideologia da Segurança Nacional a saída do caos e da desordem instalados no país.

A ascensão do projeto de desenvolvimento do governo civil-militar inaugurou uma nova fase política no Brasil, onde a sociedade passou a conviver com o aparato policial responsável pela vigilância e por truculentas ações de censura e repressão, sobretudo após o AI-5. Em nome da Segurança Interna Nacional, instalou-se, uma nova ordem a serviço do controle social.

Por meio da pesquisa mediada por uma atividade historiadora na busca do conhecimento sobre a Justiça Trabalhista vimos à ação dos que formavam as fileiras da resistência, com suas respectivas práxis – todos taxados de comunistas/subversivos – conseguindo driblar as espessas camadas da vigilância e controle social ao conquistarem seus direitos.

Refletir sobre os temas tratados na história da Justiça do Trabalho faz com que ampliemos nossa visão dos conflitos, luta trabalhista e as práticas de controle social que ao longo dos anos disseminaram o medo, alterando rotinas e cotidianos. Mas, sobretudo, nos permite perceber a busca da classe trabalhadora por justiça social. A Justiça do Trabalho se constituiu como palco de todos os embates, encantos e desencantos, foi cúmplice das tramas e intrigas, das ciladas presente nas conciliações que na maioria das vezes se traduzia em perdas para o trabalhador. Nesse cenário de avanços e recuos adentramos o século XXI, com uma das mais violentas reformas trabalhistas impetradas contra a classe trabalhadora, lhes retirando o que não conseguiram no período militar de 1964-1985 sobre a égide do capita e interesses americanos. Direitos conquistados desde a Era Vargas, e que foram subtraídos pelas elites a serviço do capital em sua sede insaciável

por lucros, dando à tônica de novos aviltamentos para a mão de obra no Brasil. E agora, sob o olhar perplexo dos sindicatos fraturados, vive-se a supressão de direitos e garantias constitucionais, pondo fim há uma Era de representação e resistência do trabalhador nesse processo. O devir é incerto, se traduz em possibilidades e o que para a classe proprietária empresarial se concretiza em novas oportunidades de negócios, investimentos e lucros, se constituem pra classe trabalhadora como tempos de inseguranças e perdas onde o devir constituído nas tramas da história se coloca como única esperança de renovação da luta da saga humana por melhores condições de vida e trabalho.

Referências

- DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Evolução da miséria**. Rio de Janeiro: FGV; Centro de Políticas Sociais, 2006.
- MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais e instituições na construção do Estado e sua permeabilidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41. p.45-67, 1999.
- MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2005.
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**: para uma sociologia das elites e do poder político familiar. João Pessoa – PB, Editora LiverArs, 2017.

- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A construção do Paraná moderno**. Políticos e políticas no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.
- _____. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Record, 1972
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SILVA, Marcília Gama. **Informação, Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE 1964-1985**. Editora Universitária – UFPE, Recife, 2014.
- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **A História da Justiça do Trabalho no Brasil-Multiplicidades de Olhares**. Brasília. Tribunal Superior do Trabalho. Livro Comemorativo dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil. Comissão de Documentação, 2011.
- TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Rumo à cidadania: as grandes greves dos canavieiros em Pernambuco no primeiro e segundo governos Arraes (1963-1987) ¹

*Christine Rufino Dabat*²

Introdução

Os canavieiros são, historicamente, a força de trabalho a mais numerosa do estado de Pernambuco. Seu labor é crucial para a riqueza da região há pelo menos cinco séculos, ‘Terra de açúcar’, colonizada em virtude deste potencial. No entanto, setenta e cinco anos passaram-se entre a abolição da escravidão e a garantia da lei para seus direitos enquanto assalariados, vinte anos depois dos seus colegas urbanos (exceto as empregadas domésticas) e industriais. Trabalhando à sombra das chaminés das usinas, eles sabiam desta exclusão.

Durante o primeiro mandato de Miguel Arraes como governador, brutalmente interrompido depois de 14 meses pelo Golpe militar, os canavieiros organizaram a maior greve da história da região. Obtiveram, além

¹ O presente texto é fruto de uma comunicação apresentada no Colloque international organisé par l’Association Internationale Grèves et Conflits Sociaux et la Maison des Sciences de l’Homme de Dijon, França (em 15 de maio de 2013), cuja versão resumida figura nos Anais do evento. Agradeço o incentivo dos organizadores a ampliar esta pesquisa e reflexão, bem como sou grata pelas trocas com colegas, como Socorro Ferraz, Socorro Abreu e Antônio Montenegro, assim como com antigos orientandos (representados por Júlio Barros e Victor Hugo Luna Perez). Também agradeço a convivência e confiança dos membros do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais com quem compartilhei alguns dos momentos aqui evocados. Obrigada também a Espedito Rufino de Araújo por corrigir o presente trabalho.

² Doutora, professora titular no Departamento de História da UFPE. Autora de Moradores de Engenho (EDUFPE, 2012). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1799364778411869>

da tarifcação (agosto 1963), um reajuste salarial importante (dezembro 1963). A repressão desenfreada que se abateu sobre a região não impediu a continuação das lutas, inclusive de greves locais. Mas, em 1979, na esteira da promulgação da Lei de Anistia, outra grande greve marcou a alvorada de uma nova era, como aquela dos metalúrgicos em São Paulo no ano anterior, rumo à redemocratização do país que se concluiu com a promulgação da nova Constituição, em 1988.

Estes anos foram também pontuados por greves para a consolidação dos direitos dos assalariados, inclusive rurais, estes mesmos que haviam sido considerados pela classe dominante como recursos naturais poucos decênios anteriormente. No início do segundo mandato de Arraes, em 1987, nova greve espelhou-se na sua antecessora de 1963, até mesmo nos detalhes da celebração final de uma convenção coletiva de trabalho, no salão nobre do Palácio das Princesas, onde as lideranças dos canavieiros haviam penetrado, pela primeira vez na história, em 1963.

O grande brasilianista Stuart Schwartz já notara que a história do Brasil é “essencialmente uma história de persistência em vez de mudança” (SCHWARTZ, 1988, p. 220). Outro brasilianista brilhante mostrou como a invasão e ocupação europeia do Brasil conheceu transformações que qualificou de Modernização sem mudança (EISENBERG, 1977).

O assunto aqui proposto é que houve também um momento de ruptura (sublinha-se, muito pacífica) cuja memória agiu no campo político para despertar esperanças renovadas numa vida em condições decentes para o maior contingente de trabalhadores empregados no estado, os canavieiros. O momento inicial é o primeiro governo Arraes, marcado pelo Acordo do Campo (1963) e o segundo é, após sua reeleição em 1986, um novo acordo entre empregadores e empregados concluindo a campanha salarial de 1987.

A produção de açúcar em terras roubadas dos ameríndios, com recursos naturais americanos e humanos em boa parte deportados da África, se desenvolveu com traços perenes, entre os quais a violência patronal e do Estado: a separação radical dos produtores da riqueza dos meios de

produção e o sequestro da riqueza assim criada. Qualquer resistência ao sistema foi colocada fora da lei até o momento inicial evocado aqui.

Desdobramentos políticos em várias escalas, particularmente o surgimento de governos nacionais democráticos pós 1945 e sobretudo 1950, permitiu o que poderia ser chamado de atualização no campo dos direitos sociais. A nível local, com atropelos reiterados, firmou-se também a possibilidade de governos democráticos em Pernambuco. Mas só foi com o primeiro governo Arraes que esta tendência atingiu a zona canavieira com profunda reformulação das modalidades de intervenção do Estado. O início dos anos 1960 viu também a organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e fundação da Federação, a FETAPE. No “longo ano de 1963”³ – retomando a fórmula de Hobsbawm – foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural e dois momentos importantes de definição das condições de trabalho: a Tabela de tarefas e o Acordo do Campo, concluindo a maior greve no setor, como mencionado, com milhares de canavieiros mobilizados. Ambos foram marcados pela atuação do governo estadual.

O golpe militar de 1964 interrompeu um movimento trabalhista que foi retomado quinze anos depois, com a greve de 1979, logo depois da promulgação da Anistia política e da volta dos exilados, inclusive o governador deposto em 1964. “A esperança está de volta” foi o lema da campanha de 1986, quando Miguel Arraes ganhou as eleições para assumir novamente o cargo de governador. Uma vez no poder, como em 1963, ele atuou na procura de uma solução ao conflito entre patronato e trabalhadores rurais da zona canavieira, resultando numa convenção coletiva de trabalho assinada, como o Acordo do campo em 1963, no salão nobre do Palácio das Princesas. Assim, o ‘Pai Arraia’ firmava a ideia de uma associação profunda entre o estadista zeloso pela paz e justiça sociais, e os cortadores de cana no seu difícil percurso rumo a uma plena cidadania.

³ Título dado ao volume X dos Cadernos de História UFPE que publicou trabalhos apresentados na 5ª Oficina Sociedades Açucareira (CFCH, UFPE, novembro de 2013). Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco. Vol. X No 10. 2013-2014. UFPE. 2015. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1986>

‘Terras do açúcar’⁴

Longe da visão de um destino ‘natural’ senão ‘manifesto’, o antropólogo Sidney Mintz revelou o quanto a produção açucareira no Novo Mundo resultou de decisões geopolíticas de grande escala. A modernidade precoce desta atividade em terras americanas, firmou-se num contexto de globalização. Especialista da questão em Porto Rico – sobre o qual fez sua tese de doutorado (1951)⁵ - ele estudou ao longo de decênios de pesquisa as várias facetas deste setor, criado propositadamente com traços constantes. Assim, evidenciou a configuração complexa do aparato produtivo açucareiro. Sistematizou, com a ajuda de seu amigo e colega antropólogo, Eric Wolf, o texto definidor do conceito de ‘plantation’, publicado em inglês em 1957,⁶ modelo de rigor conceitual aliado à precisão da descrição da organização da produção.

Abusivamente reputada de cunho ‘natural’ – o que sua longa duração tenderia a confortar no âmbito das ideias recebidas – é uma permanência difícil de igualar na história mundial. Entre os traços fundantes, a extraordinária concentração fundiária. Como o sublinhou Thomas Rogers, “[a] abstração representada pela propriedade era importante, mas em vez de ser simplificada pela noção de “terra”, a propriedade significava “poder de mando”⁷ (2017, p. 81). Tardia e raramente sob a jurisdição do Estado,⁸ ela constitui, com a aliança estreita entre classe dominante e aparato estatal, um traço extraordinário: 76,95% da área considerada pelo INCRA está ocupada, em média, pelas grandes propriedades, ou seja, aquelas que tem

⁴ Título dado à tradução de Nordeste na edição francesa (1956).

⁵ MINTZ, Sidney W. Cañamelar: The Contemporary Culture of a Rural Puerto Rican Proletariat. New York: Columbia University, 1951.

⁶ Curiosamente, só foi publicado em português em 1998, à iniciativa de Caio Maciel. Foi o ponto de partida de uma longa colaboração com o Prof. Mintz, com a tradução de vários artigos. Embora publicada em 34 idiomas (coreano e turco, por exemplo), sua obra-mor, *Sweetness and Power*, ainda espera a versão em português.

⁷ Tomei a liberdade de traduzir novamente o original “command”, p. 48 na edição original (2010).

⁸ Como o revelam estudos recentes: MOMESSO, 2011; MELO, 2011.

mais de 100 ha de superfície.⁹ Nos municípios mais densamente ocupados pela cana, esta percentagem alcança níveis ainda mais altos : 99,25% em Gameleira ; 96,25% em Ipojuca; 94% em Goiana; 92,80% em Aliança, para mencionar apenas exemplos de grandes municípios de monocultura, na Mata Norte e na Mata Sul. Esta situação foi exacerbada, ao longo dos decênios, com programas de subsídios estatais sem contrapartida social e, muitas vezes, a fundos perdidos (por meio de perdão das dívidas). No período aqui contemplado, pode se citar, além do Proálcool, o Fundo Especial de Exportação que financiou com “elevados recursos” dois “grandes programas de modernização, o PLANALSUCAR e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (ANDRADE, 1990, p. 365).

Outro traço complementar desta separação do produtor dos meios de produção via concentração fundiária absoluta, é a sujeição historicamente consolidada da força de trabalho. A escravidão indígena e de trabalhadores deportados da África, mas também a “lacuna jurídica”, segundo a expressão cunhada pela historiadora e juíza do trabalho Magda Biavaschi (2007), que sucedeu à abolição – a última do continente – até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 02.03.1963. Sem garantias, nem a quem apelar, as famílias de trabalhadores tinham por única “liberdade” aquela de trocar de patrão, o que o pai do sindicalista Euclides do Nascimento descreve da seguinte forma: “Hoje é de tal forma que sai da casa do cão e vai para a casa do diabo” (1996, p. 12).

O traço mais marcante da situação durante este período foi a presença do Estado ao lado da classe dominante e sua omissão total em relação à mão de obra, historicamente miserável, condição que não melhorou significativamente até então, com a característica do controle violento de todos os aspectos da vida e do trabalho e repressão constante.

Os assalariados agrícolas permanentes, moradores de engenho na sua maioria, viviam, até os anos 1960, com suas famílias, nas plantações. O salário era pago *in natura*, consistindo em alojamento miserável e a

⁹ Dados calculados a partir do Cadastro do INCRA 1986, cujas listagens detalhadas foram fornecidas à CONTAG pelo governo da Nova República, e em seguida, encaminhadas às federações, inclusive à FETAPE.

possibilidade eventual de cultivar um sítio ou roçado, cedido de forma precária, ou seja, sem garantias de permanecer até a safra das culturas praticadas e com limitações para culturas permanentes como a proibição de plantar bananeiras. Deste modo, contribuíam sobremaneira à manutenção barata da reprodução da força de trabalho – inclusive a nível das gerações, como Marx o sublinhou – pois, a parte monetária da remuneração era extremamente reduzida. De qualquer modo, apenas podia ser usada no barracão do engenho, por duas razões: uma é que este salário numerário era, em certas empresas, pago em vales que só tinham validade na pequena loja cujo gestor era um homem da confiança do empregador. Embora isso fosse oficialmente proibido, ainda encontrei, nos anos 1990, senhores idosos que nunca haviam “pego em dinheiro”, como diziam. Pesquisa *in loco* do DIEESE, nos anos 1980, apurou o nível de preços muito acima do que podia ser encontrado nas feiras da região de difícil acesso em virtude da distância. Relatórios de polícia confirmam o que o Dr. Fernando Barbosa constatou: “Era o barracão que vendia sardinha, farinha e charque. Agora, não era charque, era sebo. E, muitas vezes, a sardinha era velha e podre.” (1995).

Tal situação resultava em condições e mesmo esperança de vida tão dramáticas que se tornaram proverbiais. Um norte-americano os qualifica de “genocídrias” (PAGE, 1972, p. 168). A desnutrição das populações trabalhadoras na zona agrícola a mais fértil do estado, tornou-se um assunto para especialistas como Josué de Castro, Nelson Chaves, Malaquias Batista Filho e seus discípulos. No período contemplado aqui, a mortalidade infantil chegava à metade dos nascidos vivos, outra feição que se tornou caso exemplar com a publicação da tese de Nancy Scheper-Hughes (1992), leitura aconselhada nos cursos de antropologia norte-americanos. A situação descrita pela antropóloga faz eco ao testemunho do Dr Paulo Crespo.

Lá em Amaraji, a situação de fome, de miséria dos trabalhadores era uma calamidade a tal ponto que nós resolvemos fazer uma denúncia sobre a situação específica de Amaraji. Nós fizemos um levantamento no cartório de registro

de óbitos de crianças e no cartório de registros de nascimento. Então chegamos à conclusão que, naquele ano - se não me engano foi 1965 - alastrou-se uma fome muito grande na zona canavieira. Inclusive, houve uma distribuição de alimentos, de pães, que vinham da Alemanha, dos Estados Unidos. Então, levava-se comida para os trabalhadores que estavam morrendo de fome. Eu fiz um levantamento em Amarají e 100% das crianças que nasceram naquele ano, morreram. 100% das crianças morreram. Isto foi noticiado numa folha inteira do Diário de Pernambuco. Então eu dizia, na minha denúncia, na minha reportagem: morreram muito mais do que esses, porque esses que estou colocando aqui são os que nasceram e foram registrados, os que morreram e foram registrados. Muitos nasceram e morreram e não foram registrados. Foram enterrados nos quintais. Isto acontecia.

A ausência de cobertura sanitária e vacinal resultava, além do estado dramática da saúde da população, em epidemias de varíola nos arredores de Recife (CALLADO, 1980, p. 168).

Entre as constantes que podem ser observadas na longa duração, a miséria dos trabalhadores produzindo a maior riqueza da região servia de argumento às classes patronais. Obras literárias entre as mais difundidas no ensino, de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, por exemplo, dialogavam assim, num jogo de espelhos perfeitamente coreografado, com pedidos de financiamento do Estado federal (via IAA e fixação dos preços da cana, do açúcar e do álcool), planos de “modernização”. A imprensa dominante repercutia esta mesma versão uníssona: a pobreza, desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo, que vitimizavam as populações trabalhadoras da zona canavieira, poderiam ser amenizadas pelo aumento dos recursos garantidos pelo erário público... aos exploradores desta mão de obra cativa pela falta de alternativas profissionais. Estes recursos não exigiam contrapartida explícita e fiscalizada para aliviar a sorte dos canavieiros. As autoridades se contentavam com menções raras e genéricas. O brasileiro Thomas Rogers conceitualizou a naturalização desta situação pela classe dominante em ‘labouring landscape’, “paisagens que trabalham” (2009).

Fiador eficiente da paz social por meio milênio (com quatro séculos sob regime de escravidão das populações invadidas e outras deportadas

através o Atlântico Sul), o Estado brasileiro afirmou assim sua coesão sem falhas com os latifundiários, senhores de engenho e usineiros.¹⁰

A modernização da gestão das tensões sociais, além da repressão sumária, produziu um aparato legal e judiciário nos anos 1940. O trabalhismo brasileiro segundo Vargas era, resume o brasilianista Skidmore "uma mistura de medidas de bem estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico" (1996, p. 103). Apesar dos esforços meritórios de João Goulart enquanto ministro do trabalho, a oposição dos grandes proprietários foi tão forte que ele perdeu seu cargo no governo Vargas, e só foi quando assumiu a presidência da República que ele conseguiu, com seu ministro Franco Montoro, retomar o projeto de modernização das relações de trabalho na sociedade brasileira. Em dois de março de 1963, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural e sua implementação data de junho do mesmo ano. O salário mínimo aplicado ao trabalho agrícola, assim como o 13 salário,¹¹ segundo Caio Prado, um ciclo de progresso complementava a abolição da escravidão. Tais inovações legais também foram vistas, em razão de seu quadro jurídico, como instrumentos assegurando "o controle do governo sobre os movimentos rurais efervescentes" (FORMAN, 1979, p. 240). Sua implementação foi excepcional em Pernambuco.

Violência do Estado e patronal como fator econômico

O brasilianista Anthony Pereira (1991) expressou muito adequadamente a situação da zona canavieira que estudou. Inúmeros casos, com vários graus de gravidade, chegam mesmo a serem publicados no órgão da classe patronal, por assim dizer, o Diário de Pernambuco. Dois exemplos podem resumir boa parte das ocorrências mais graves. A reivindicação do pagamento do trabalho efetuado é o caso exemplar, como Antônio Montenegro o estudou no massacre da Usina Estreliana (2004).

¹⁰ Ver, por exemplo, a discussão de um código florestal no Estado, estudado por Raíssa Orestes Carneiro (2015).

¹¹ Lei No 4.090, de 13.07.1962 e regulamentada em 14.12.1962.

Apenas para lembrar inúmeras ocorrências já no regime militar, dois exemplos. O Sr. Antônio Laurentino da Silva, casado, pai de 5 filhos, foi vítima da violência patronal. Segundo a pequena notícia no jornal, “a vítima reclamara seu pagamento ao administrador, gerando-se, então, forte discussão entre ambos, no decorrer do qual Sebastião Luiz da Silva abateu seu antagonista, foragindo-se em seguida.” (DP 19.01.1967). Motivos fúteis também são frequentes. Dois anos depois, Emídio Faustino, empregado rural no Engenho Aripiba de Baixo prestou queixa à DRT por agressões e espancamentos (DP 28.01.1969).

Agressão perpetrada porque uma cabra de sua propriedade entrou no cercado do Engenho e comeu algumas plantações, dentre as quais algumas que seriam de ornamentação da casa grande. Em face disso, o rendeiro do engenho Amaro Ladislau Dutra, acompanhado de um feitor, procurou o animal em toda a propriedade, com o propósito de matá-lo, uma vez que seu dono à exemplo dos outros trabalhadores foi instruído a não deixar cabras, jumentos e vacas entrarem no cercado. Ao encontrar a cabra, o sr Amaro L., matou-a na presença de várias pessoas, tendo em seguido espancado o trabalhador, utilizando-se inclusive de esporas, motivo pelo qual Amídio Faustino compareceu a DRT, cheio de equimoses pelo corpo, causando revolta às pessoas que se encontravam no gabinete do delegado.

O isolamento dos canavieiros residentes nos engenhos, evidenciado com suas consequências na tese de José Marcelo Marques Ferreira Filho (2020), os impedia de procurar alimentos melhores e mais baratos do que nos barracões dos engenhos (denunciados até por relatórios de polícia); mas também de ter acesso à educação, cuidados médicos, até mesmo documentos de identidade do cidadão brasileiro. No entanto, até o primeiro governo Arraes, o Estado não preenchia estes deveres, eficiente em relação à população apenas na dimensão da repressão.

“O estado mais democrático da Federação”¹² frente ao ‘despertar das massas’

¹² CALLADO, 1980, p. 46.

Eleito democraticamente, Miguel Arraes de Alencar, “o mais famoso [governador] e inteiramente comprometido com as aspirações populares” (ANDRADE, 1980, p. 02), defendia interesses nacionais e justiça social. Ele procurou garantir a simples ordem republicana para todos, durante seu primeiro mandato como chefe do executivo de Pernambuco (31.01.1963-01.04.1964), apesar de múltiplas pressões acirradas pela guerra fria. Segundo Anthony Pereira, reinava no Brasil, uma concepção da segurança nacional que “fundia Estado e nação e obscurecia a distinção entre agressão interna e externa, guerra e paz, atividades políticas (...) e ataques armados por um lado e discordância e oposição pacíficas, por outro” (2010, p. 53). A experiência cubana, dez anos depois da ‘perda’ da China, tornavam as pressões e intervencionismo norteamericano imperativos. Tentativas não-violentas foram ensaiadas, a exemplo da Aliança para o Progresso (BARROS, 2017).

Arraes e sua equipe, no entanto, permitiram que Pernambuco se tornasse “o mais vasto laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil” (CALLADO, 1980, p. 46). Pela primeira vez na história, opiniões, tendências artísticas, propostas inovadoras em todos os âmbitos – como as de Paulo Freire para alfabetizar os trabalhadores a partir de sua própria experiência de vida e trabalho) – puderam se manifestar e desenvolver.

Paralelamente – e muitas vezes, em colaboração – movimentos sociais conseguiram literalmente existir: se organizar, ter sede, publicações, manifestações pacíficas, voz nas negociações que lhes diziam respeito. Na zona canavieira, o leque das forças políticas abria-se cada vez mais, dos trotskistas à Igreja católica pós Vaticano II, passando pelo Partido Comunista Brasileiro e tendências social-democratas, a exemplo de órgãos do próprio Estado, como a Secretaria Assistente, detalhadamente estudada por Júlio Barros (2013). Estas ações visavam aprofundar o nível de consciência e mobilização das massas de cortadores de cana.

Até este momento, a violência patronal conduzida por milícias privadas e a do Estado com a ação das polícias a serviço dos grandes proprietários, não haviam permitido a expressão ou associação dos assalariados agrícolas. Oficialmente, não havia necessidade para tanto, as relações entre empregadores e empregados sendo oficialmente tingidas de benevolência patronal e gratidão por parte dos trabalhadores, segundo a sentença de um juiz. Na prática, a violência escravista estava vigente até nas mais inocentes e legais situações.

O governo federal providenciara a liberdade de organização para os trabalhadores rurais em sindicatos. Em poucos meses, passou-se de um único em Barreiros a 31 outras entidades (ABREU E LIMA, 2012, p. 60). A Justiça do Trabalho instalou JCT em cidades da região, Palmares, Escada, Nazaré da Mata, Goiana, Jaboatão. Assim, havia maior proximidade para fazer aplicar estas novas leis “proteger[ão] trinta milhões de camponeses em todo o Brasil”, afirmava o volume 2 dos Cadernos do Camponês, publicado pela Federação, concluindo:

Não fiquemos somente nisso. Temos pela frente novas conquistas, como as Reformas de Base, especialmente a Reforma Eleitoral, com o voto do analfabeto e a Reforma Agrária para o bem de todos os brasileiros livres. (SSP 28.665).

Os Estados Federal e estadual tentaram inovar na organização da produção. Assim, com o apoio de equipes da recém-criada Sudene, a cooperativa agrícola de Tiriri (DABAT, 2007). Sua fundação, em 1963, foi prestigiada por João Goulart, Tancredo Neves, Miguel Arraes e Celso Furtado. O filme de Sílvio Tendler Jango mostra algumas cenas deste momento histórico na frente da casa grande do engenho Massangana. Socorro Ferraz e Fernando Barbosa, que participaram deste experimento em novas modalidades de organização da produção de cana, sublinham as inovações também no campo da assistência médica e educação, a filha de Paulo Freire, Magdalena, coordenando esta parte das atividades.

Entre as condições necessárias para investir em diversos aspectos da reforma da sociedade que estava em vista, era imprescindível garantir o recuo das medidas repressivas, sendo até então, a violência patronal tolerada e apoiada pelo Estado. Como em outras sociedades pós-escravistas, o controle da população pelas milícias patronais ajudadas pela força pública não deixava nenhum tipo de liberdade, nem religiosa, muito menos no campo da organização profissional e política, aos trabalhadores rurais. Paulo Freire havia diagnosticado a “lei do silêncio” que vigorava em toda a região.

O governo Arraes inovou também neste campo, ao tentar instaurar a negociação como uma dimensão cardeal de seu papel. Elemento fundamental, surgiu uma nova orientação da polícia comandada por Hango Trench.

A polícia era destacada, em pequenas frações, para os engenhos e usinas, a fim de exercer o policiamento, que era feito de duas formas. A polícia só oferecia essas duas alternativas: repressiva e preventiva. O próprio policiamento preventivo já era uma forma repressiva e coercitiva. Não tinha mais nada a oferecer, não fazia nenhum tipo de mediação que não fosse uma repressão por prevenção. Por outro lado, - e é aí que está a importância da história - quando o soldado era destacado para as usinas e para os engenhos, a diária para alimentação e pousada que ele recebia era uma coisa iníqua, não dava nem para comer e nem para dormir. Então o que acontece? É fácil de concluir. O Senhor de Engenho, o latifundiário, o dono da terra, recolhia o soldado, dava alimentação e pousada de graça para ele. Agora se ele dava, passava a usar a polícia como sendo sua.

Então o primeiro problema que tive, já uma luta tremenda, foi conseguir subir o valor dessa diária para a polícia ter uma posição equidistante, não ficar dependente da alimentação e da pousada do Senhor de Engenho. Porque, se você está sendo alimentado, obviamente fica dependente, e era isso o que acontecia. Então, eles é que requisitavam a Polícia e a empregavam. E o primeiro passo que nós demos foi cortar isso. A partir daí, a polícia passou a ir comandada sempre por um oficial, numa posição de equidistância, examinando se quem tinha razão era o camponês. (...) Então isso causou uma revolta muito grande porque eles estavam acostumados a usar a polícia como se fosse uma propriedade privada. Eles usavam a polícia como se fosse uma polícia particular. (FERNANDES, p. 7 e 8).

Hango Trench assinala o quanto foi necessária uma reformulação completa da instituição (uma temática que ecoa muito na atualidade), inclusive a aplicação de testes para diagnosticar psicopatas, com ajuda médica qualificada para tanto: “Dr Tércio Bacelar, oficial médico, Diretor do Hospital da Polícia, um homem muito bom, um sujeito corretíssimo, não era um político, mas uma pessoa humaníssima, de espírito esclarecido e aberto” (p. 9).

A administração estadual inovou também na sua vontade de facilitar a negociação e ativamente perseguia o objetivo de conciliar as partes (PALMEIRA, 1989, p. 94). Francisco Julião conta que o próprio Arraes apelou para ele para resolver um grave conflito em Barreiros (PORFÍRIO, 2015, p. 82). A Secretaria Assistente, estudada por Júlio Barros (2013), assumia “o papel de negociador diante das reivindicações dos trabalhadores” (BARROS, 2015, p. 172) e esforçava-se para apaziguar os ânimos e resolver conflitos pacificamente. Tarefa importante, frente ao surto de greves: 91 contabilizadas pelo estudioso, das quais 41 foram mediadas pela Secretaria e suas Delegacias Assistentes, unidades descentralizadas, criadas então para desdobrar os esforços.

A organização dos trabalhadores: a era dos direitos

Outra dimensão que ecoa ainda no século XXI, é a guerra da comunicação, levada a cabo pela imprensa dominante. Ela não cansava de denunciar a “comunicação” do governo, inclusive de sua polícia, ‘cubanização’ de Pernambuco (MARIN, 1995, p. 82), como outrora agitara o espantinho da ‘haitização’. Ligas Camponesas animadas por Francisco Julião e sindicatos fundados à iniciativa e sob o patrocínio da Igreja Católica e do Partido Comunista do Brasil permitiam, pela primeira vez na história, a articulação das reivindicações dos trabalhadores da cana. Efetuou-se mesmo uma junção com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, num raro momento de convergência das lutas (que só ocorreria

nova e brevemente em 1993). Os efetivos destas organizações cresciam e a confiança na capacidade de mobilização também aumentava muito rapidamente, como o testemunhou Mary Wilkie (2015).

Nada era fácil nesta empreitada, como lembra Euclides do Nascimento, catequista mobilizado pelo Padre Mário, pároco de Nazaré da Mata, para organizar um sindicato. Filho de pequeno proprietário – o que lhe deu maior liberdade – conta como estava convencido que “só o trabalho de evangelização não resolvia esses problemas. Olhava muito a parte espiritual, mas não pode ser o espírito separado do corpo” (1994 p. 6). No entanto, mesmo sob a tutela da hierarquia católica (pós Vaticano II), a empreitada foi muito arriscada para todos. Frente às ameaças, “foi às escondidas mesmas”, que reuniões ocorreram no salão paroquial, a partir de 1961, com a participação de 300 filiados. O sindicato começou a atuar inclusive com questões colocadas na justiça:

Proclamado o Estatuto do Trabalhador Rural, passou a vigorar no dia 18 de junho do mesmo ano. Aí quando a gente entrava com reclamação na Justiça, a gente não perdia mais. 95% das questões a gente começou a ganhar. Aí os trabalhadores se associaram ao sindicato, quer dizer que tornou-se uma realidade. Funcionava. (1994, p. 12).

Dispondo de uma liberdade inédita, e níveis de organização garantindo a aplicação da nova legislação, os resultados eram celebrados. Nada de revolucionário: a vigência da lei para todos; a medição convencional do trabalho realizado por um preço estabelecido para pagar o esforço consentido: a Tabela de Tarefas, a “Tabela da Paz” (BARROS, 2013, p. 164).

Dificuldades e ambiguidades surgiam, como foi o caso de Jeremias (GALLINDO, 2010). Tensões e rivalidades também podiam aparecer entre líderes, seja do Partido Comunista, como Gregório Bezerra, das Ligas Camponesas, Francisco Julião, ou de tendências militantes da Igreja Católica em torno do Pe Melo e do Pe Crespo. Em todo caso, um Estado, mediador e facilitador, revelava uma face completamente nova para os trabalhadores rurais.

Sinais concretos – até salariais – testemunhavam que uma mudança benéfica finalmente estava acontecendo em prol dos trabalhadores. Experimentando com uma coragem que chama a admiração, a liberdade de expressão, reunião, organização, enfrentaram com calma e resolução estas conquistas precárias, ameaçadas. Com uma duração de poucos meses, ela deixou duravelmente sua marca. O Tempo de Arraes, título da obra de Antonio Callado que permaneceu como designação, significava uma nova alforria cuja memória persistiu.

Em vez de apenas repressão, os trabalhadores se viam reconhecer direitos. Estavam chamados a negociar com o patronato. Com eventual demonstração de força. Assim, no início da safra de 1963, as organizações de canavieiros, Ligas Camponesas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais etc., reagiram à recusa dos empregadores de respeitar os acordos firmados e reajustar os salários.

90% dos trabalhadores do açúcar do estado abandonaram o seu trabalho. Depois de 3 dias, a greve chegava a seu término, já que os usineiros concordaram em aumentar o salário mínimo em 80%, pagar a gratificação anual exigida por lei e pagar os dias perdidos durante a paralização. (PAGE, 1989, p. 198).

Em matéria paga, intitulada “Aos trabalhadores e ao Povo”, demonstravam seu entendimento da barganha que estava em curso. Assim, no ponto b)

No que diz respeito ao item primeiro do CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO, até o momento, os empregadores se mantêm irredutíveis quanto à condição de somente concederem o aumento, se os trabalhadores cerrarem fileiras com eles na reivindicação de majoração do preço do açúcar. Como trabalhadores, nossa posição, já definida anteriormente, é lutar sem descanso pelos 80% de aumento de salários. Tão somente. E dessa posição não recuaremos. Caso não tenhamos uma resposta favorável e definitiva até o dia 18 do corrente, só teremos um caminho: greve geral! (DP de 10.11.1963).

O sucesso da greve foi possibilitado pela união de todas as tendências políticas acima mencionadas, como da inédita atitude correta das forças de polícia. Outro fator imprescindível, foi o financiamento federal para os

plantadores com “novos preços para o açúcar” (DP 21.11.63). O executivo estadual, artesão do Acordo do Campo, arbitrou o conflito, evidenciando vantagens recíprocas, como o conta Arraes, na sua introdução à reedição do famoso livro de Antonio Callado, Tempo de Arraes.

[F]oi possível assinar o ‘Acordo do Campo’ entre usineiros, fornecedores de cana, Federação dos Sindicatos Rurais, Sindicatos Autônomos, Ligas Camponezas, com assistência da Delegacia do Trabalho e do Governo do Estado. Com a mera assistência, convém frisar, pois falavam os interessados, trabalhadores e patrões. Quando muitos imaginavam a incapacidade dos primeiros, o perigo de resvalarem para o emocional, pondo tudo a perder, eis que se revelam não só em condições de defenderem seus interesses: eram mais objetivos e concretos na solução dos problemas. (CALLADO, 1980, p. 29).

O aumento apreciável no preço da cana e do açúcar, garantidos pelo Estado federal, foi fruto da conquista, por feliz coincidência, do mercado preferencial USA garantido por negociações internacionais, na sequência da evolução da situação cubana. Assim, os empregadores se beneficiavam, de certo modo, da revolução cubana.

O sucesso inédito da greve de 1963 fez com que a diária do canavieiro passasse (de 19 a 20.11.63) de 503,00 à 906,00 cruzeiros (DP 27.11.63). Nos arquivos da Justiça do Trabalho, sob a guarda da UFPE, encontram-se processos em que trabalhadores testemunharam ganhar apenas por volta de 100 cruzeiros no começo 1963, passando para 450, 503, e 906. Os salários das mulheres e dos menores, no começo do ano, alcançavam apenas a metade dos masculinos (BEZERRA, 1980, p. 175). Embora a inflação seja importante (30%, segundo este autor, p. 181), o aumento dos salários reais era inédito. O acordo foi assinado formalmente no salão nobre do Palácio das Princesas, onde canavieiro alguma havia sido acolhido até então.

No entanto, a greve foi recebida com espanto e susto pelas classes patronais. Títulos exclamatórios - “Porque Arraes Agita” (DP 03.11.1963), “obra de subversão” etc. - evocavam a desordem social, quando o conteúdo dos artigos do Diário de Pernambuco, por exemplo, tratavam simplesmente de movimentos sociais geralmente muito pacíficos e disciplinados.

Aliás, parte da população em geral manifestava seu apoio aos grevistas: estudantes, associações de bairro etc. (HEWITT, 1969, p. 392). Gregório Bezerra lembra também o papel importante dos habitantes das cidades da região (FERNANDES, 104), diretamente afetadas pelo aumento significativo do poder de compra dos canavieiros.

“Quando Arraes chegou, fomos forros outra vez”

Manoel Fernando de Souza confirma assim a opinião de Caio Prado Júnior, acima citada. Num livro escrito no exílio, Arraes contenta-se em aludir apenas a estes eventos. “A lei que estendiam a garantia do salário mínimo aos assalariados das zonas agrícolas aumentou consideravelmente a remuneração dos trabalhadores submetidos a condições de vida extremamente miseráveis.” (ARRAES, 1970, p. 186). No entanto, eles constituíram, 24 anos mais tarde, a base de sua campanha para voltar ao poder no estado.

Com efeito, o Tempo de Arraes marcou os espíritos. “Parece que caiu uma chuva de graça em cima do povo”; foi como “uma nuvem estourando sobre o deserto”, metáforas de um canavieiro, José Honório da Silva, e de um jornalista norte-americano (*Newsweek*. feb., 24, 1964, p. 36. Apud PAGE, 1972, p. 161), respectivamente, revelando o impacto do pagamento de salários permitindo um salto no nível de vida dos trabalhadores rurais.

Nas memórias, ficou a lembrança de uma vida nova, mais próxima da plena cidadania. Direitos ser-lhes-iam reconhecidos. Poderiam exercê-los baixo a proteção do Estado. Direitos enquanto assalariados: uma remuneração medida e tarifada por meio de um acordo coletivo. Mas também direitos como a liberdade de circulação, de opinião, de associação e finalmente, o direito de comer carne. Gregório Bezerra conta: “Matava-se dois porcos, foram 24 ou 28 por dia; 5 ou 6 carneiros.” (p. 104-5). “Na feira do Cabo, matavam 2 bois na época, por semana; seis meses depois, eram 20 bois, 30 bois abastecendo a feira.” (BARBOSA, 2015, p. 163). Do-ravante, houve também o “direito” de ter “uma roupa para trabalhar e

outra para sair”, sublinha José Honório de Rio Formoso; usar sapato, pagar um meio de transporte etc... Luís Batista do Nascimento de Rio Formoso, explica. “Antes de Arraes, o pobre não tinha direito a uma cama, um sofá (...). Só a partir do governo Arraes que o pobre teve muitos direitos.” Fernando Barbosa lembra, entre as aquisições, a “cama Patente” (2015, p. 163), roupas, uma bicicleta, um rádio de pilhas (BEZERRA, 1980, p. 179). “A venda, na época, de receptores transistorizados atingiu, naquela área, elevado índice, não sendo raro ver trabalhadores rurais, no campo, ouvindo os noticiários políticos, enquanto trabalhavam” (GONÇALVES, 2015, p. 237). Beija Flor explica que prendiam o aparelho na palha da cana, e a adesão maciça: “A cana se mexia, quando o trabalhador estava furando a greve, ou seja, trabalhando. Então, a gente ia até lá convencer ele a parar.” (LIMA, 2015, p. 150).

A memória coletiva associou estas melhorias a Miguel Arraes. Gregório Bezerra cita um trabalhador falando numa assembleia:

Hoje estamos garantidos, temos tudo que nos negaram durante mais de 400 anos, temos até escolas para os nossos filhos e, se os adultos quiserem aprender, também para eles terem escolas. Somente agora, depois que os comunistas e outros políticos elegeram o Dr Miguel Arraes para governar o Estado, temos a liberdade de ouvir os comícios e as conferências dos comunistas, esclarecendo-nos, unindo-nos, organizando-nos em sindicatos, para assim lutarmos pelo salário mínimo e por outros direitos que até então nos eram negados. Se não fossem eles e o Dr Miguel Arraes – que nos deu a liberdade e o direito de reunião, de discussão e de lutar pacificamente pelas nossas reivindicações – nós continuaríamos na peia dos senhores de engenho, dos usineiros e fazendeiros. (1980, p. 180).

"Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficaram com raiva de Miguel Arraes", assegura José Severo da Silva de Igrarassu. A “era dos direitos” começara e o governador, ator importante, virou demiurge. A direita não o perdoaria.

Repressão: 'quase voltou o que era antes'

As classes patronais haviam considerado o mandato de Arraes como um “cataclismo político” (MARIN, 1995, p. 80). A repressão atingiu os trabalhadores, particularmente os militantes. As Ligas Camponesas foram aniquiladas. Lygia Sigaud evidenciou também o alto preço pago pelos militantes sindicais.

“O sindicato foi fechado e os dirigentes sindicais e os militantes tornam-se alvo de uma violenta repressão: os que não conseguiram escapar foram presos e torturados, outros foram assassinados pelos militares depois de terem sido denunciados por seus patrões.” (SIGAUD, 1997, p. 375)

A memória destes crimes foi visitada pela Comissão da Verdade Dom Helder Câmara, no seu relatório sobre o campo, de autoria de Socorro Ferraz. Os relatos são terríveis. Inúmeros canavieiros e suas famílias foram afetados (CAVALCANTI, 1982, p. 319). O filme “Cabra marcado para morrer”, de Sílvio Tendler, analisado por Antônio Montenegro (2001), evoca a vida de João Pedro e Elizabeth Teixeira, assim como o sofrimento no impacto imediato do terror, o assassinato do pai de família, sobre todos os membros da família. No seu livro *Cambão, A face oculta do Brasil*,¹³ Julião tem palavras que ecoam as de Gandhi, a respeito da violência à qual os trabalhadores eram submetidos.

Não satisfeito em escravizar esses quarenta milhões de irmãos nossos, o latifúndio abrevia o seu sofrimento arregimentando capangas para matá-los. (...) Dizem que a civilização “cristã” está ameaçada, que a lei e a ordem estão sendo abaladas, que a “democracia” corre risco, como se o cristianismo fosse isso que está aí – o lucro de cinco mil por cento, a infância sem futuro, a velhice sem passado, a jogatina, o prostíbulo, o roubo de tudo, até da consciência. (2009, p. 192).

Grande parte da repressão foi privada, feito à moda antiga, por meio dos capatazes e homens a serviço dos latifundiários, embora com o aval das autoridades. A extensão destas ações, completamente ilegais, é difícil

¹³ Escrito no exílio, foi publicado em Portugal, mas demorou até 2009 para ser publicado no Brasil, enquanto havia edições em vários idiomas estrangeiros como inglês e francês

avaliar. Euclides do Nascimento me contava que, na região da Mata Norte, foram cavadas trincheiras para enterrar os corpos das vítimas e construída uma estrada por cima, para evitar qualquer busca.

Manuel Correia, autor a pedido de Caio Prado, do livro *A terra e o homem no Nordeste*, publicado também em 1963, participara do governo Arraes (diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos) lembra a abrangência da violência:

Em 1964, a repressão política foi maior no Nordeste porque se admitia que o “processo de comunização” ali estava mais avançado e devia ser reprimido. Daí a tremenda perseguição que foi feita aos que colaboraram com Arraes, aos que tinha ideias de esquerda, mesmo não-comunistas, contra os que defendiam uma modernização do sistema de poder, contra os que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

Como Socorro Abreu analisou detalhadamente na sua tese, *Construindo o sindicalismo rural* (2012), os trabalhadores rurais, ao longo do período autoritário, continuaram a lutar. A parte do movimento sindical que havia sido promovido pela Igreja Católica, em grande parte poupada ou menos atingida pelo impacto da repressão oficial, tentou manter algo das conquistas anteriores ao golpe. “Greves e ameaça de greve ocorreram, tanto na Mata Norte (menos) quanto na Mata Sul.” (2003, p. 149). A autora singulariza às recorrentes no Cabo, estudadas em detalhe por Camila Melo (2018). O movimento sindical sobreviveu, inicialmente sob intervenção, com episódios de violência maciça, como o massacre de Matapiruma (1972). Apenas na época da anistia foi decretada a primeira greve em toda a região, concluída pela assinatura de uma nova Convenção Coletiva de Trabalho.

1979: o ressurgimento dos Direitos

Após mais de quinze anos de repressão contínua, obra das autoridades constituídas (exército e polícia) e das milícias patronais, a ditadura iniciou uma ‘abertura’ sinalizando a eventual volta a um regime

democrático. O mandato interrompido de Arraes, apenas 14 meses após seu início, permaneceu na lembrança dos mais velhos, ou seja, uma minoria numa população cuja esperança de vida não passava de 46 anos. Mas a volta do governador deposto, em 15.09.1979, fez reviver a memória destes tempos áureos.

Um movimento grevista foi lançado em toda a zona canavieira. A iniciativa incumbiu a Francisco Agapito dos Santos, presidente do STR de São Lourenço da Mata,¹⁴ veterano das lutas de 1963, e seu jovem colega, recém empossado presidente do STR de Paudalho, Severino Domingos de Lima, Beija Flor. As greves de metalurgistas em São Paulo, em 1978, e a volta dos exilados revigoraram os movimentos sociais que ressurgiam em várias frentes.

Naturalmente, a situação econômica dramática destas populações, pesquisada por Robert Linhart neste mesmo período – *Le sucre et la faim* (1980) – levava à mobilização. Era preciso renegociar a Tabela de Tarefas assim como novas modalidades de emprego, surgidas com a expulsão crescente dos moradores de engenho das plantações para as periferias das cidades ou agrovilas sob os efeitos colaterais do Proálcool (ARAUJO, 1980). Um congresso da CONTAG (21-25.05.1979) havia já anunciado a alvorada de uma nova era. Este encorajava os sindicalizados a superar seu justificado temor das violências patronais. As reivindicações visavam a remuneração do trabalho, assim como a assinatura da carteira profissional, este “símbolo da cidadania adquirida com os *direitos* e, para o trabalhador, constituem a prova que não vivem mais *como jumentos pelo meio do mundo*.” (SIGAUD, 1979, p. 154).

Ao todo, 24 dos 40 sindicatos aderiram ao movimento de greve: ou seja, 15.000 grevistas e mais de 100.000 canavieiros mobilizados, reunidos em Assembleia Geral Permanente nos seus sindicatos. Isto constituía “uma estratégia para exercer mais forte pressão sobre os patrões.” (SIGAUD, 1986, p. 322). “Éramos preparados e havíamos decidido entrar em greve,

¹⁴ Cujos arquivos foram organizados, a exemplo de outros sindicatos, e com o apoio do filho de Agapito, Paulo Roberto (Beto) Rodrigues Santos, diretor da Fetape. (Projetos Proext UFPE através do Nudoc).

pois assim poderíamos ter mais chances de sucesso", conta Severino Domingos. Além da solidariedade de 78 sindicatos de trabalhadores rurais do interior de Pernambuco, receberam o apoio enfático do arcebispo. Dom Helder Câmara falou publicamente do “recurso heróico à greve” (DP, 04.10.1979). Com 52% de reajuste salarial (DP 09.10.1979), e reivindicações como a de serem pagos no sábado, o que lhes permitia ir para a feira, assinaram o acordo em 13.10.1979, na presença do governador biônico do regime militar, Marco Maciel, que fora chefe de gabinete do golpista Paulo Guerra em 1964. A interação imediata entre eventos políticos e greve de canavieiros encontrava-se renovada.

1986: “A esperança está de volta, com Euclides e Arraes”

A volta a um regime democrático, iniciado oficialmente em 1985, foi coroada pela promulgação da nova Constituição em 1988. Dois anos antes, o longo período da ditadura parecia concluído em Pernambuco.

A campanha salarial de 1986 foi concomitante à eleitoral, fazendo, mais uma vez, coincidir o âmbito trabalhista e político. Um documento da FETAPE, dirigido aos comités de apoio à democracia no Brasil, em diversos países, explicitava o que estava em jogo.

Com efeito, a campanha salarial coincide com outra, que está em pleno curso: a campanha para as eleições de 15 de novembro de 1986. Na oportunidade desta eleição, serão eleitos os deputados e governadores dos estados, assim como os membros da futura Assembleia Nacional Constituinte.

Os apelos do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais eram também dirigidos à população das cidades. Em 10.09.1986, uma grande passeata de sindicalizados percorreu as ruas do centro de Recife, apesar do boicote das empresas de transporte que tentaram impedir deslocamentos da zona canavieira para a capital. Como a campanha salarial compreendia diversos estados do Nordeste, o lema em faixas era: “Um milhão de canavieiros unidos!”. Com uma disciplina notável, milhares de

canavieiros de todas as idades desfilaram nas ruas, alguns distribuem panfletos aos transeuntes, explicando suas reivindicações:

Vocês, que trabalham nas lojas, nas repartições e escritórios, o que diriam de sofrer, cotidianamente, a ação arbitrária de um capanga do patrão, armado com uma 12, ou um revólver calibre 38, que os obriga a labutar 10, 12, 14 horas por dia, por um salário de miséria que não os deixam alimentar corretamente seus filhos?

É isso que vivem os trabalhadores rurais na zona canavieira. Para quem protesta, é a violência a mais bárbara, às vezes, a morte. Durante os 3 anos passados, 17 trabalhadores rurais foram assassinados, entre eles, o presidente do STR de Passira e o de Aliança. Nos últimos seis meses, seis companheiros foram selvajamente assassinados, inclusive dois em Amaraji, há dez dias apenas.¹⁵

Caixões simbólicos acompanhados das famílias lembravam os canavieiros assassinados. “240.000 trabalhadores dos 48 municípios da zona canavieira de Pernambuco estão em greve desde o 29 de setembro”, anunciava uma carta aberta à população, divulgada pela FETAPE (03.10.1986). Descrevia-se sumariamente suas condições de vida e de trabalho. Apelava-se aos “cidadãos de Recife”: “A consolidação da Democracia no nosso país compreende a luta pelo respeito e a garantia dos direitos elementares de todo cidadão brasileiro, entre os quais o direito a um salário digno e a condições de trabalho justas!” Um estudo do DIEESE, em 23 dos 47 municípios da zona canavieira, concluiu que para custear a cesta básica, estabelecida por lei desde 1938, a família deveria dispor de Cz\$1,408,71, enquanto o salário médio dos canavieiros era de Cz\$900,00. Se todas as disposições legais fossem obedecidas (incluindo habitação, higiene, roupas e transporte), ele deveria alcançar Cz\$3.605,96.

As palavras de ordem das duas campanhas, produzidas pelos sindicatos, não deixavam dúvida sobre sua perspectiva. “Com Arraes e o povo, venceremos!”. Canções animavam assembleias e manifestações, tais os versos do trabalhador rural Valdecir da Silva, de Rio Formoso. “Quando o

¹⁵ Documentação da autora.

velhinho chegar / Eu vou, eu vou me espalhar. / Eu vou cair no campo / Juntar o pessoal / Dizendo que ARRAES / Nunca foi governo mal / ARRAES não tem usina / Nem administrador / Nem a calibre 12 / Prá matar trabalhador.”

Os sindicalistas engajaram-se também na preparação de novos eleitores: ensinar o difícil exercício de segurar uma caneta – em vez do facão – para marcar a cédula eleitoral. A emoção dos canavieiros que aceitaram o desafio era expressa pela frase que votariam por Arraes “até debaixo d’água”. Lágrimas testemunhavam também de tentativas inexitosas.

“Voltou pela porta que saiu”¹⁶

No discurso inaugural do seu 2º mandato, Arraes anunciou o rumo de sua gestão, com uma referência imprecisa a 1963: ele se dedicaria à “união de nosso povo e seus representantes, todos aqueles que querem lutar pela solução dos problemas que aflijam nosso povo.” (ARRAES, 1997, p. 339). A memória se misturava à atualidade.

Em 28.09.1987, foi assinado um novo Acordo do Campo após uma semana de greve dos canavieiros.¹⁷ Desta vez, 250.000 assalariados participaram, mobilizados por 44 sindicatos. As negociações, “que contaram com a participação pessoal do governador”, duraram ao todo 77 horas (DP, 29.09.1987 e 01.10.1987). O salário da categoria passou para Cz\$4.100,00.¹⁸ A Convenção Coletiva enviada para a Delegacia do Trabalho, em 28.09.1987, foi assinada, na primeira folha pelos Presidentes da FETAPE, José Rodrigues da Silva, do SINDAÇÚCAR, Gustavo Maranhão e do Sindicato dos Cultivadores de cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, Gerson Carneiro Leão. Na folha 21, após as assinaturas dos presidentes dos diferentes STRs, figura a do Governador do Estado e, na

¹⁶ MIRANDA, 1991, p. 50.

¹⁷ De acordo com os economistas, o salário real (calculado com o IPC-Recife) havia sofrido uma queda acentuada desde 1979.

¹⁸ Cerca de 82 dolares, segundo Levy (1988, p. 131);

mesma linha, a do seu Secretário do Trabalho e Ação Social, Romeu da Fonte, antigo advogado da FETAPE.

Como da primeira vez, 24 anos antes, sindicatos patronais e de trabalhadores reuniram-se no Salão Nobre do Palácio das Princesas para a sessão solene que repetia, por assim dizer, a cena inédita e altamente simbólica de 1963, quando, como lembrava o deputado Inaldo Lima, pela primeira vez, assalariados agrícolas, “pobrementemente vestidos – em contraste com o luxo da sede do governo (...) – entraram no Palácio das Princesas e, com grande dignidade, reivindicaram seus direitos frente ao patronato que, por sua vez, os escutou com respeito.” (DP 04.10.1987).

História se repetindo, como o sugere a imprensa, ou retomada de uma nova era aberta em 1963 e interrompida pelo golpe militar, permitida pela Nova República. A proclamação da Constituição, um ano mais tarde, garantia estatuto pleno de cidadãos aos canavieiros.

Os trabalhadores rurais tinham consciência que esses direitos haviam sido-lhes negado por décadas. Assim, avaliavam que os direitos garantidos pela CLT eram-lhe devidos, da mesma forma que aos demais assalariados, das ferrovias ou usinas, por exemplo, que os gozavam havia já vinte anos quando da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Sua visão da história era que os direitos haviam sido encobertos, engavetados até que Arraes e o ETR os revelassem.

Criaram assim uma periodização própria, marcada por datas singulares: 1888, 1943, 1963, 1979, 1986-87, associando elementos da vida política, particularmente na eleição para governador, e suas lutas enquanto trabalhadores. Neste sentido, a lembrança e transmissão da experiência breve mas fulgurante do Tempo de Arraes podem ter contribuído para uma nova fase nas lutas coletivas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Beija Flor resume:

Tempos de Arraes, até hoje os companheiros têm saudades. Passamos a ter mais liberdades. Tempo que a polícia e os capangas dos engenhos deixaram de perseguir os trabalhadores. Fortaleceu os movimentos sociais como os sindicatos e as Ligas Camponesas. (LIMA, 2015, p. 146).

A lembrança, tanto das lutas quanto das perseguições, pode então se transformar em fator positivo, levando a enfrentar novos desafios.

Fontes orais

FERNANDES, Eliana Moury (Dir.). *A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste*. Recife: FUNDAJ/CEHIBRA

Entrevistas concedidas à autora:

José Honório da Silva - Rio Formoso. Luís Batista do Nascimento - Rio Formoso. José Severo da Silva - Igarrassu. Dr Paulo Crespo (24.10.1995). Dr Fernando Barbosa (16.06.1995; 2013). Euclides Nascimento (FETAPE) (1994 e 1996). Severino Domingos Beija Flor (FETAPE) (2013).

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Recife: EDUFPE, 2012.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o Campo**. Lutas, organização, contradições. Pernambuco 1962-1987. 262 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957/64)**. Texto para discussão do grupo Movimentos Sociais no Campo. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, Joaquim Correia Xavier de. **O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização**. 396 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARRAES, Miguel. Introdução. In CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. A Revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 9-30.

ARRAES, Miguel. **Le Brésil. Le peuple et le pouvoir**. Paris: Maspéro, 1970.

ARRAES, Miguel. **Pensamento e Ação Política**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. “**A pobreza como estopim da revolução**”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). 145 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BARROS, Júlio Cesar Pessoa. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. 241 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BARROS, Júlio Cesar Pessoa de. “É lamentável que um problema tão grande como este não tenha sido cuidado, com o devido rigor, pelas autoridades competentes”: O Primeiro governo de Miguel Arraes e as tentativas de cumprimento da legislação contra o lançamento de caldas nos rios pelas usinas de Pernambuco (1963-1964). **Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco** Vol. X No 10. 2013-2014. UFPE. 2015, pp. 171-183.

BARBOSA, Dr Fernando. Situação de saúde dos trabalhadores da zona canaveira de Pernambuco em 1963. **Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco** Vol. X No 10. 2013-2014. UFPE. 2015, pp. 155-169.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930-1942**. A construção do sujeito de direitos do trabalhista. São Paulo: LTr Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. A Revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARNEIRO, Raíssa Orestes. **Os “donos das florestas”**: Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). 234 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DABAT, Christine Rufino. Os Primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. Reedição revista e aumentada. **Clio**, No 23, 2005, Recife: EDUFPE, 2007, pp. 129-169.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2ª ed. 2012.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Tradução João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Terres du sucre**. Paris : Gallimard, 1956.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **O Trotskismo no Campo em Pernambuco**. “O Jeremias Das Caminhadas”. 171 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

HEWITT, Cynthia N. Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64. In LANDSBERGER, H. (Ed.) **Latin American peasant movements**. New York: Cornell University, 1969, pp. 374-397.

LEVY, Henrique. Os Acordos do Campo de Miguel Arraes: notas sobre alianças de classe na história contemporânea. **Clio**: Revista do Curso de Mestrado em História. Recife: UFPE, n. 10, 1988, pp. 123-136.

LIMA, Severino Domingos de. Trabalhador Rural e Líder Sindical: relatos de memória de Severino Domingos de Lima, o poeta “Beija-Flor”. **Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco** Vol. X No 10. 2013-2014. UFPE. 2015, pp. 139-154.

MARIN, Richard. **Dom Helder Camara**. Paris: Atelier, 1995.

FERREIRA Filho, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil** (Pernambuco, século XX). Recife: EDUFPE, 2020.

MELO, Camila Maria de Araújo. **Entre dois Senhores**: o patrão e a fome. As greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho, 1966-1968. 166 f.

Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MELO, Maiara Gabrielle de Souza. **Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco**: entre a inegotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: EDUFPE, 2011.

MINTZ Sidney W. e WOLF Eric. Haciendas and Plantations in Middle America. *Social and Economic Studies*. 6(3) Sept. 1957, p. 380-412. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. Trad. Caio A. Maciel e Christine R. Dabat. In MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. C. Dabat. 2ª ed. revista e ampliada. Recife: EDUFPE, 2010, pp. 169-223.

MINTZ, Sidney W. **Cañamelar**: The Contemporary Culture of a Rural Puerto Rican Proletariat. New York: Columbia University, 1951.

MIRANDA, Edson. **Chapeu de palha**. São Paulo : Alfa-Omega, 1991.

MOMESSO, Mariana de Abreu. **Operação Engenho Verde**: usinas sucroalcooleiras de Pernambuco e a questão ambiental. Recife: EDUFPE, 2011.

MONTENEGRO, Antônio. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 3. O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 241-271.

MONTENEGRO, Antônio T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 02, n.02, 2004, pp. 391-416.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Cabra marcado para morrer entre a memória e a História. In SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge (Orgs.). **A História vai ao Cinema**. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.

MONTENEGRO, Antônio. Agitação política e direito trabalhista nos idos de 1964. In MONTENEGRO, Antônio Torres, GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, Cultura, Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: EDUFPE, 2012, pp. 31-51.

- PAGE, Joseph A. **A Revolução que Nunca Houve**. O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, V.3, n° 7, set/dez 1989.
- PEREIRA, Anthony Wynne. Profeta no Exílio: O Retorno no Mito de Francisco Julião. *Cadernos de Estudos Sociais*, Vol. 7, n° 1 janeiro/junho 1991, p. 101-124.
- PEREIRA, Anthony Wynne. **Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil, 1961-89**. Tese (Doutorado) Cambridge Mass.: Harvard University, 1991.
- PORFÍRIO, Pablo F. de A. Breves relatos sobre 1963: Memórias de Francisco Julião. *Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco*. Vol. X No 10. 2013-2014. UFPE. 2015, pp. 76-88.
- ROGERS, Thomas D. Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana. *Cadernos de História UFPE*. V. VI, N. 6, 2009, pp. 13-28.
- ROGERS, Thomas D. **The deepest wounds**. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast. Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.
- ROGERS, Thomas D. **As Feridas Mais Profundas**. Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: UNESP, 2017.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**. The violence of everyday life in Brazil Berkley, Univ. of California Press, 1992
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos. Notas sobre um ciclo de greves camponesas. **Dados**, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 29, No 3, Livraria Taurus, 1986.
- SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos históricos**, 18, 1997.
- SIGAUD, Lygia. **Greve nos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (10ª ed.) 1996.

WILKIE, Mary. Relatório sobre os Sindicatos Rurais em Pernambuco. Cadernos de História UFPE. O Longo Ano de 1963 em Pernambuco. Vol. X No 10. 2013-2014. 2015, pp. 250-276.

As cassações dos direitos trabalhistas em Pernambuco em 1964: estudo de caso de pessoas comuns atingidas pelo 1º Ato Institucional na região de Jaboatão dos Guararapes

*Arleandra de Lima Ricardo*¹

Este artigo aborda a cassação dos direitos trabalhistas no estado de Pernambuco em 1964. Situamos o golpe civil militar como uma conspiração gestada no interior das Forças Armadas e endossada por grupos nacionais e internacionais. Discutimos também sobre a legitimidade e legalidade do golpe. Com relação à repressão desencadeada em Pernambuco, consideramos que foi mais violenta e generalizada do que no restante do país. Trazemos um estudo de caso de pessoas comuns atingidas pelo 1º Ato Institucional na região de Jaboatão dos Guararapes.

A historiografia que analisa o golpe de 1964 enquanto conspiração data do final das décadas de 1970 e 1980, de acordo com Delgado (2010). Entre os estudiosos que defendem esse tipo de conspiração, destacam-se: Moniz Bandeira (1978), René Dreifuss (1981), Heloísa Starling (1986) e Otávio Dulci (1986). Em síntese, acreditam que forças ligadas aos setores

¹ Doutora e Mestre (PUC/SP – 2017). Pesquisadora no Centro de Estudos da América Latina (CEHAL/PUC/SP). Pesquisadora no grupo Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ). Autora e organizadora do livro: **O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco (1931-1956)**. Curitiba: CRV, 2018. Coautora dos livros: **O Brasil e América Latina na Segunda Guerra Mundial**. In: ANDRADE, Everaldo de Oliveira (org.). **Os espiões da polícia política de Pernambuco do serviço especial secreto e do movimento de Guerra**. Curitiba: CRV, 2016. **Questões da Ditadura: Vigilância, repressão e contestações**. In: MECHI, Patrícia Sposito; MELO, Wanderson Fábio de. (orgs.). **Os arquivos da repressão e a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco**. Palmas, TO: EDUFT, 2016. **Ditadura, repressão e conservadorismo**. In: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (orgs.). **A parceria entre Estado e empresariado na repressão ao operariado em Recife de 1940 a 1950**. Florianópolis: UFSC, 2011. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2423566316226189>

anticomunistas das forças armadas, vinculados à Escola Superior de Guerra, empresariado nacional, latifundiários, proprietários rurais, segmentos conservadores da igreja católica, capital internacional, e o partido político União Democrática Nacional (UDN) foram alguns dos conspiradores que se articularam antes do golpe de 1964.

Também tiveram grande participação no golpe associações e órgãos de renome, como: Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações sociais como Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), bem como com os meios de comunicação antigetulista e antijanguista, especialmente *O Estado de São Paulo* e *O Globo* (DELGADO, 2010) que se articularam em apoio ao golpe.

A tese de doutorado do cientista político uruguaio René Dreifuss, publicada há 39 anos, é até nossos dias um importante referencial bibliográfico para compreender a articulação que tiveram as camadas empresariais na conspiração do golpe de 1964. Ele também foi um dos primeiros autores da sua época a “caracterizar o golpe de 1964 como um golpe 'civil-militar'”, indicando que existiu não apenas a participação de 'civis', mas um projeto de classe inscrito no golpe e na ditadura (HOEVELER, 2014):

“Os 'civis' a que Dreifuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecnoempresários, ou 'dublês' de empresários que representavam determinados projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro, e não entre 'civis' e 'militares' tal como na aceção da própria visão militar da sociedade. (...) Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecnoempresários” (DREIFUSS, 1981 *apud* HOEVELER, 2014).

A partir da década de 1990, com a abertura de documentos e acervos da Polícia Política, entre outros, iniciou-se uma nova onda de interpretações de autores renomados; entre eles, Carlos Fico (2008, 2004) discorda veementemente da ideia de conspiração, enfatizando que houve uma desestabilização do governo de João Goulart (DELGADO, 2010). Outros autores importantes dessa nova geração que tiveram acesso aos documentos são: Jorge Ferreira (2003), Ângela de Castro Gomes (2006), Rodrigo Motta (2014, 2006), Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo (2006); estes apresentaram pesquisas originais focadas na personalidade pública de João Goulart. Alguns desses autores, em conjunto com Ângela de Castro Gomes (2006) e Marieta Ferreira (2006), fizeram uma calorosa discussão entre memória, história e esquecimento, com foco na pessoa de João Goulart. Portanto, observamos um deslocamento das análises das grandes estruturas para a análise do indivíduo situando-o no contexto mais amplo (DELGADO, 2010).

Este artigo situa-se na linha de pesquisa que identifica o Golpe de 1964 como conspiração. Entendemos que foi um longo processo, arquitetado pacientemente pelas Forças Armadas ao longo da década de 1950 a 1960, principalmente através dos órgãos ESG/IPES/IPAD (DREIFUSS *apud* SILVA, 2007, p. 33, 37). Entendemos ainda que o inimigo comum – o perigo vermelho, construído nas décadas anteriores (MOTTA, 2002), serviu como uma antena catalisadora para articulação do golpe pelas Forças Armadas em conjunto com o alto comando dos Estados Unidos, agentes da CIA, setores do capital internacional e nacional.

Temos indícios na documentação pesquisada no Arquivo Público Jordão Emerenciano e no Arquivo Nacional de Brasília de que havia um profundo descontentamento de militares e policiais ávidos para exercerem a repressão em grupos minoritários. Também há referências de que os agentes secretos, policiais e militares trabalharam para alimentar os arquivos da repressão no período considerado como abertura democrática, entre 1945 e 1964. Tal descontentamento segue por anos posteriores, até mesmo depois da tomada do poder, exemplo disso foi à

promulgação do 2º Ato Institucional (BRASIL, 1965), em que jogou na clandestinidade vários partidos sob a alegação de terem criptocomunistas (Fundo SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Guerra. Relação de Pessoas indiciadas da Guerra. IPM – Rural. IV Exército. Prontuário nº 27.556).

Na década de 1950, período de abertura “democrática”, enquanto os militares e a polícia política não podiam agir abertamente por falta de leis que legitimassem as perseguições e vigilâncias, o Serviço Secreto das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o das Forças Armadas nos diversos Estados do Brasil trocavam informações e alimentavam arquivos (RICARDO, 2017). Como exemplo disso, identificamos nos relatórios militares em 1951, no segundo governo Vargas, um boletim de âmbito nacional que alertava sobre as principais mobilizações sociais atribuídas ao Partido Comunista do Brasil.

“É incontestável a existência de uma agitação comunista em todo o país, que se manifesta de maneira homogênea, sendo a “linha” do P.C. rigorosamente obedecida. As campanhas do Petróleo, da Paz, da Lei de Segurança, são assinaladas do mesmo modo e ao mesmo tempo por todos os Comandantes de Regiões Militares. - O meio militar, se bem que até agora, de algum modo, imune à propaganda subversiva, é sem dúvida o mais visado. Entretanto, certos afloramentos que tem notado, principalmente na jurisdição da 7ª R.M., são indícios de que a propaganda existente também na tropa. - As facilidades – de consequência funesta para a Nação – que o sistema democrático oferece à propaganda comunista, parecem aconselhar medidas acauteladoras, consubstanciadas em lei. Assim, pelas informações vindas a lume, verifica-se a completa inoperância de nossas leis no combate à ideia comunista, propaganda abertamente em todas as oportunidades pelos adeptos do credo de Moscou, sem excluir os seus partidários eleitos em cambaluchos pelos partidos democráticos existentes” (Arquivo Nacional de Brasília, 1951).

Os relatórios policiais traziam os movimentos sociais como *Pró-Paz*, *O Petróleo é Nosso*, *a Passeata da Fome*, *o III Congresso de Jornalistas*, *o Congresso no México*, *a Campanha da Imprensa Popular*, *a Campanha contra a Lei de Segurança Nacional*, os comícios relâmpagos como ações do Partido Comunista do Brasil, e atribuíam a eles o caráter comunista

(RICARDO, 2017). Os articuladores do Alto Comando Militar e das classes patronais utilizaram-se da Doutrina de Segurança Nacional e do anticomunismo para implantar em todo o Brasil a mais severa perseguição às lideranças políticas, sindicais e sociais nos mais diversos grupos e classes sociais (MOTTA, 2002).

O anticomunismo ecoou como mantra para suprimir direitos e até decidir sobre a vida e a morte. Em todo o Brasil muitos foram perseguidos e punidos por terem sido acusados de participar de algum movimento pela luta dos direitos individuais e principalmente trabalhistas. Os grupos perseguidos por causa do anticomunismo percorreram todo o governo de Getúlio, Dutra e subsequentes governos. Estudos semelhantes que analisam estes aparatos repressivos em outros países latino-americanos também identificam tal continuidade, até mesmo quando analisam a submissão dos militares à polícia civil nas épocas de distensão pós-ditaduras (SANTI-PIERRE, 2007, p. 126). Neste sentido, quando a Ditadura de 1964 foi instaurada, só foi preciso dispensar, demitir ou aposentar algumas pessoas que não estavam alinhadas ao golpe e com isso assegurar sua continuidade.

Logo após o golpe, os Ministros Militares autointitulados do “Comando Supremo da Revolução” conceituaram o golpe como “movimento civil-militar”, exclamaram que “acabara de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro” e concluíram que “o que houve, continuará”, defendendo o que denominaram de “revolução vitoriosa”, cujo processo estava cunhado sobre a vontade da nação e não de um grupo, e que para tanto foi “revestida” do que se autoproclamaram de “poder constituinte” (FUNDO SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Aeronáutica. Coletânea. Ato da Revolução Aeronáutica- Demissões. Atos da revolução de 1964. Prontuário 1.156. Volume I, de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967).

Segundo os generais das Forças Armadas: do Exército, general Arthur da Costa e Silva; da Aeronáutica, Brigadeiro Assis Correia de Melo; e da Marinha, almirante Augusto Hermann Rademaker Grunewald, as Forças Armadas se constituíram de poder jurídico para determinar que

mantivessem a Constituição de 1946, modificando apenas os poderes do Presidente da República, principalmente no que se referem à “missão” de afastar as pessoas *non gratas* ou denunciadas como comunistas da administração do Estado através de demissões, expurgos, afastamentos e aposentadorias. Os generais e a alta cúpula que impetrou o golpe entenderam que mantendo o Congresso Nacional, com reservas de seus poderes, estariam garantindo a legitimidade do golpe e com isso sua longevidade através de Atos Institucionais.

Ainda em 1964, o professor Lourival Vilanova, Catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, pensando em escrever um tratado de legitimidade a favor do golpe, deixou escapar nas entrelinhas que existia uma contradição interna, impossível de garantir sua legalidade. Primeiramente “importou uma quebra ou suspensão da Constituição”, ou simplesmente “suprimiu-se-lhe” a Constituição para dar-lhe o entendimento de que fora legalizada. Segundo Vilanova, o Comando da Revolução revestiu-se de um “poder de fato”, ou atribuiu-lhe poderes excepcionais para usurpar o poder das autoridades constituídas. Juridicamente, o Ato Institucional refere-se a um “*renforcement du pouvoir exécutif*”, ou seja, “ditadura constitucional” (FUNDO SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Aeronáutica. Coletânea. Ato da Revolução Aeronáutica-Demissões. **Atos da revolução de 1964**. Prontuário 1.156. Volume I, de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967).

Os militares ansiavam pela aprovação moral para legitimar e legalizar a ditadura (REIS FILHO *apud* CORREIA, 2017), porém, conforme destaca Vilanova, o que tornou o golpe institucional legítimo em 1964 e nos anos posteriores foi na verdade a decisão política de construir uma imagem de legalidade, isso porque de fato nunca existiu, pois ao atribuir às Forças Armadas um poder que não possuía, ele automaticamente já se tornava ilegal; só por isso, pode-se classificar a tomada de poder dos militares como um “golpe armado, uma insurreição militar, um crime político ou funcional”, como destacou o professor da Universidade de Direito de Pernambuco. Quando os militares se estabeleceram no poder com amplo

apoio de camadas populares, empresariais e ruralistas, eles autolegitimaram-se, ou blindaram-se através da edição de Atos Institucionais, uma espécie de “norma originária”.

Segundo a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (COELHO, 2017, p. 89), “a repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do país” porque contou com a participação de “bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, que ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingira maior intensidade.” Neste sentido, o clima em Pernambuco era de total insegurança, muitos indiciados foram obrigados a sair do estado ou a se exilar em outro país, pois eram ameaçados com prisões, torturas e desemprego:

“Criou-se em Pernambuco um verdadeiro clima de insegurança. Os que tiveram condições de sair do estado, indiciados ou não em sindicâncias e inquéritos policiais militares, transferiram-se para outras regiões do país ou para o exterior. Inúmeros pernambucanos, uma parte de intelectuais de Pernambuco, foi presa, perseguida, alguns foram torturados, como Enildo Xavier Carneiro Pessoa, professor da Escola Politécnica de Pernambuco, outros passaram a residir e trabalhar em São Paulo e no Rio de Janeiro e alguns se exilaram como Paulo Freire, Celso Furtado, Germano Coelho, Jader de Andrade, Francisco Oliveira, Josué de Castro e mais outros. Isto sem falar nos intelectuais notadamente socialistas e comunistas, que tentaram iniciar vida nova. Até sacerdotes católicos foram perseguidos e obrigados a abandonar o Brasil ameaçados de prisão. As Ligas Camponesas, os sindicatos independentes de trabalhadores e entidades estudantis mais combativas, instituições ligadas à Igreja, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a própria ação católica – principalmente a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Operária (ACO), e ainda os jovens do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também foram vítimas do furor repressivo e até certo ponto anticlerical, que dominou Pernambuco” (COELHO, 2017, p. 91, 92).

Nos três poderes ocorreram centenas de demissões, aposentadorias compulsórias, reformas, exonerações, dispensas de funções (COELHO, 2017, p. 137); qualquer denúncia servia como causa para abertura de

Inquérito. Por fim, essas vagas eram almeçadas e disputadas por articuladores do golpe, agentes secretos, delegados de polícia, militares e padrinhos fortes que colocavam seus protegidos, amigos e familiares nos principais cargos de chefia. Sabemos ainda que a perseguição não terminou simplesmente porque muitos se exilaram ou mudaram de Estados. Na realidade, muitos tiveram suas vidas vigiadas até sua morte ou próximo da década de 1990.

Na Polícia Militar, por exemplo, dezenas de oficiais que ocupavam cargos de chefia da Casa Militar no governo de Miguel Arraes foram sumariamente reformados, como o Major Romeu Sobreira, e no seu lugar foi nomeado o coronel Sílvio Cahú, do Exército. A estrutura montada pela Polícia de Pernambuco contou com nomes já conhecidos, como: Álvaro da Costa Lima, delegado auxiliar, Moacir Sales, delegado de Ordem Política e Social, e Romildo Alves Leite, delegado de Investigações e Capturas, e na Segurança Pública do governo de Pernambuco, o coronel do Exército Ivan Rui Andrade de Oliveira (COELHO, 2017). Essas nomeações foram uma espécie de recompensa pela lealdade de agirem contra o governo constituído de João Goulart, mas principalmente contra a Constituição.

O governo dos militares regeu-se através de Atos Institucionais, só nos primeiros 5 anos de Ditadura-civil-militar, entre 1964 a 1969 foram promulgados 17 AIs e mais 104 Atos Complementares (GOMES; LENA, 2014). O primeiro Ato Institucional foi em 9 de abril de 1964, causando uma verdadeira desordem no estado de direito, como a suspensão por seis meses das garantias constitucionais, principalmente no que se referem à estabilidade e vitaliciedade dos cargos públicos, bem como a suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Este primeiro Ato ficou válido até 31 de janeiro de 1966.

A partir do 1º Ato Institucional, antes mesmo da posse de Castelo Branco como presidente, foram instaladas as Comissões de Investigação coordenadas pelos Ministérios Cíveis e Militares através de Inquéritos Policiais e Militares (IPM) em todos os Estados do Brasil. Esses inquéritos tinham por objetivo demitir, dispensar, aposentar ou expurgar os

funcionários individual ou coletivamente de qualquer autarquia ligada aos governos dos Estados até a posse do novo presidente.

O AI-2 transferiu a competência para processar e julgar os crimes contra a segurança nacional para a Justiça Militar; no § 1º esse foro especial foi estendido aos civis: qualquer um por “incompatibilidade com os objetivos da Revolução” poderia perder seu emprego e até aposentadoria, uma vez que o artigo 14 manteve a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e o exercício de funções, além de extinguir treze partidos políticos (BECHARA; RODRIGUES, 2015, p. 597). O AI-5 deu poderes aos atrozos perseguidores e repressores para agirem abertamente sem “qualquer apreciação judicial” (art.14), dispensou o presidente da República da obrigação de motivar os atos punitivos (COELHO, 2017, p. 139).

Civis e militares foram condenados pelo simples fato de fazerem parte do círculo pessoal ou profissional de lideranças políticas, sindicais, ou personalidades públicas. Assim, em poucas horas do golpe foram depostos na época o governador Miguel Arraes, o Prefeito do Recife Pelópidas da Silveira, o Prefeito de Jaboatão dos Guararapes Humberto Lins Barradas, cidade conhecida como Moscozinho (NASCIMENTO, 2013, p. 101), entre outros prefeitos foram presos, ainda o educador e especialista em alfabetização Paulo Freire e até o economista e superintendente da Sudene Celso Furtado (SKIDMORE *apud* GOMES; LENA, 2014).

A perseguição se tornou sistemática ao ponto de agentes secretos fazerem treinamentos como na Escola das Américas para se profissionalizarem na perseguição ao comunismo, como foi o caso do Coronel do Exército Hélio Lima Ibiapina, em 1966. Ele ficou conhecido como “temido torturador da 7ª região militar em Recife” (NASCIMENTO, 2013, p. 78). Para termos uma ideia do alcance do treinamento recebido, nos primeiros meses de ditadura o Coronel Hélio Ibiapina já havia indiciado 617 pessoas, entre elas estavam: Gregório Lourenço Bezerra, Abelardo Alemao de Hora, Durval Ferreira de Araújo, Ivo Carneiro Valença, Clodomir Moraes, Evaldo Lopes Gonçalves, Jarbas de Holanda, Jarbas de Paula,

Ubiracy Silva Barbosa, Paulo Cavalcanti, José Leite Filho, Edival Freitas Da Silva (Fundo SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Guerra. Relação de Pessoas indiciadas da Guerra. IPM – Rural. IV Exército. Prontuário nº 27.556). Foram tantos presos que as cadeias e as dependências da Secretaria de Segurança Pública não foram suficientes para alojá-los; Pernambuco viveu um verdadeiro clima de terror. Começaram a surgir denúncias de torturas nas prisões, militares e policiais depredaram jornais de esquerda, na calada da noite disparos ecoavam pelas ruas intimidando e amedrontando famílias e amigos de opositores do golpe (COELHO, 2017, p. 92, 105).

No auge da repressão, por excesso de poder e abuso dos governos locais, até mesmo os aposentados foram atingidos pelos inquéritos e retirados de suas aposentadorias (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1964), medida que muitas vezes foi contestada com mandado de segurança contra essa arbitrariedade. Em muitos casos, os cargos em aberto foram ocupados por ex-estagiários da Escola Superior de Guerra, treinados para conduzir o país no ideário da Doutrina de Segurança Nacional (GOMES; LENA, 2014), bem como pelos que articularam nos bastidores. Neste caso, apoiados pelo capital internacional, como os EUA desde 1961 (SILVA, 2007).

No interior das ações impetradas pelos militares, percebemos que o objetivo era destruir qualquer esperança, sonhos e vestígios de sociabilidade, comprometendo desta forma o futuro do perseguido político e toda sua família. Exemplo disso, em entrevista dada pelo CEHIBRA (1986 *apud* NASCIMENTO, 2013), o ex-deputado Estadual de Pernambuco Gilberto Azevedo relata que foi preso na Assembleia Legislativa e levado para Fernando de Noronha onde cumpriu pena de seis meses, também teve seu mandato cassado e para completar foi demitido do Banco do Brasil. Após sua saída, ele ansiava para retomar sua vida e reconstruí-la, mas infelizmente, os executores atroztes da Ditadura não deixavam (CEHIBRA, 1986 *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 152). Como veremos neste artigo, ocorreu uma verdadeira caça aos funcionários públicos em todas as autarquias.

Os Processos de Inquéritos Policiais Militares de Manoel Antônio da Costa, Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva e José Justino Anselmo.

Um dos primeiros focos de repressão na Ditadura implantada em 1964 foi nos meios trabalhistas, principalmente no meio sindical, pois desde a década de 1950 era um dos setores mais bem organizados e que possivelmente poderia surgir algum tipo de resistência. Logo para desmobilizar o movimento de trabalhadores, agentes policiais e das Forças Armadas depredaram sedes de entidades, prenderam, torturaram e executaram muitos de seus oponentes logo nos primeiros dias da usurpação do poder:

“A repressão militar sobre a classe trabalhadora começou, assim, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais, e com o empenho do Estado de retomar o controle sobre os trabalhadores. Somente em 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações. Do total de intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho durante esse período, 19% foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965 (80,6% do total), isto é, uma marca de 433 intervenções em apenas dois anos, aliada à cassação de 63 dirigentes sindicais, à intervenção em quatro confederações e 45 federações, de acordo com levantamento realizado por Celso Frederico” (CUNHA, 2014).

Na sequência do golpe, houve uma verdadeira corrida dos perseguidos políticos para se alinharem à Ditadura. Em suas defesas chegaram a enaltecer o golpe para tentar evitar as demissões ou aposentadorias, porém nem sempre tiveram sucesso, pois independente da defesa, já haviam sido identificados como comunistas, simpatizantes do que chamavam de “credo vermelho”, ou em seu passado remoto participaram do Partido Comunista do Brasil, como foi no caso de Vedasto Barbosa da Silva, acusado de participante no Movimento da Aliança Nacional Libertadora, quando era Cabo do 29º Batalhão de Caçadores do Exército. Os processos aqui

expostos são da Região Metropolitana do Recife, Jaboatão dos Guararapes, segundo município mais populoso de Pernambuco (SOBEL; MUNIZ; COSTA, 2009).

Um dos acusados no inquérito foi Alberto Manoel Antônio da Costa, servidor da Receita, transferido para o setor de ensino. Manoel foi acusado de ser ligado às “esquerdas” e aos ferroviários, foi acusado de agitador dos companheiros do serviço público porque sempre participava de reivindicações salariais. No termo de declaração, do Prefeito em 1964, Vicente Alberto disse que não podia afirmar com “convicção” de que a luta empregada por Manoel também incitasse a luta armada. (Fundo SSP/DOPS/APEJE. Processo Indiciados: Manoel Antônio da Costa, Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva, José Justino Anselmo. Prontuário: 1.004).

O secretário do Prefeito José Soares dos Santos, em seu termo de declarações de acusação sobre Manoel Antônio dos Santos, disse que ele era associado ao *Jornal Folha do Povo*, pertencente ao Partido Comunista; declarou que Manoel participava de greves, protestos e reivindicações salariais, que era um dos “cabeças” aliado de José Evangelista, presidente do Sindicato Rural de Jaboatão dos Guararapes, José do Rêgo Barros, Luiz Serafim e do ferroviário Altino Emílio dos Santos, atingido pelo golpe e demitido em 09 de outubro de 1964 (OLIVEIRA, 2000). No fim da declaração de acusação, José Soares dos Santos exaltou o golpe dizendo que “as liberdades Democráticas e o verdadeiro sentimento cristão, bem como a harmonia das classes sociais foram alcançadas” (Idem).

Em outra declaração, Geraldo Espíndola Sarmiento, escrivão da polícia, disse que Manoel era “elemento de esquerda”, mas não podia adiantar se ele era comunista declarado, mas ele era “adepto do credo vermelho”, leitor assíduo do *Jornal A Última Hora*, também dirigido pelo Partido Comunista do Brasil, que incentivava greves e agitações. O escrivão, após tecer algumas considerações sobre Manoel, aproveita e denuncia Antônio Paulo da Silva, conhecido como “Violeta” e diz que este era comunista

declarado, mais perigoso do que Manoel. Relata que quando Prestes passou por Pernambuco, Antônio falou em comícios políticos (Idem).

O secretário do Prefeito, José Soares, em outro termo de acusação denunciou o agente arrecadador do município, Antônio Paulo da Silva, afirmou que o servidor era militante do Partido Comunista e defensor intransigente do credo vermelho. Aproveitou o momento e denunciou o guarda higienista Vedasto Barbosa da Silva, dizendo que era reconhecidamente comunista e tinha ligações estreitas com o alfaiate comunista José Gaiolão. José Soares denunciou também José Justino Anselmo, afirmou que Anselmo era amigo do Dr. José Fagundes de Menezes, ativista e comunista declarado, e que ambos se reuniam com o Dr. Alexandrino de Barros, ex-delegado do 5º Distrito. Também participava das reuniões o enfermeiro João Batista Sena, conhecido como João Camões, e foi acusado de comunista. Por fim, José dos Santos disse que as reuniões tinham um caráter subversivo para atentar contra a estrutura do Estado (Idem).

Na sequência, o Prefeito Vicente Alberto Carício declarou que conhecia os servidores Antônio Paulo da Silva, Vedasto Barbosa da Silva, João Batista de Sena e José Justino Anselmo, e confirmou que se tratavam de “elementos reconhecidamente comunistas”, que se reuniam com o ex-deputado Cláudio Braga, junto com o presidente do Sindicato Rural José Evangelista, e do ferroviário Emílio dos Santos, que fazia parte do Sindicato dos Ferroviários e era cabeça dos movimentos grevistas (Idem). Como observado, nos inquéritos apareciam nomes das pessoas ligadas ao movimento sindicalista, cujos propósitos estavam relacionados às melhorias salariais ou direitos trabalhistas.

Manoel Carvalho Paes Andrade foi mais um dos que prestaram acusação contra Antônio Paulo da Silva (Violeta); ele traz uma importante informação em seu relatório de acusação sobre o funcionário dos Correios e Telégrafos Clóvis Latino, que cooperava com o Serviço Secreto do Exército porque seria garantido a ele um posto quando o golpe fosse dado. Então é esta atmosfera que antecede o golpe, a de articulação nos

bastidores do Exército brasileiro, assim como na Aeronáutica e na Marinha, além das comarcas e repartições públicas e privadas.

Voltando ao caso de Violeta, Paes Andrade disse que ele já fora casado e que era “apaixonado pela causa vermelha”. O depoimento segue acusando outras pessoas, como Vedasto Barbosa da Silva, que teria participado do movimento de 1935, quando era Cabo do Exército. João Batista Sena também aparece no relatório como simpatizante do comunismo, junto com Dr. José Fagundes Menezes. Afirmou ainda que o ambiente de greves era causado por pessoas de esquerda como José Justino Anselmo e o ex-deputado Cláudio Braga (Idem).

De acordo com o processo de acusação, as pessoas indiciadas tiveram 3 dias para escrever suas defesas; ao final desta data, deram mais 8 dias. Para se defenderem das acusações, três dos acusados chegaram a se declarar a favor do golpe. Dos 5 casos mencionados, todos foram afastados de seus trabalhos, 2 deles demitidos, três aposentados por tempo de serviço proporcional. Veremos adiante o desfecho de cada caso.

Apresentação das Defesas de Manoel Antônio da Costa, Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva, José Justino Anselmo.

Antônio Paulo da Silva era agente arrecadador da Prefeitura e presidente da Associação dos Servidores Públicos Municipais, e ele tinha como objetivo trabalhar pelos interesses de classe; suas reuniões não tinham o caráter subversivo e muito menos de promover uma mudança da ordem social constituída, afetando a estrutura do Estado; apenas se reunira para discutir com o ex-deputado Cláudio Braga a modalidade de recebimento dos salários atrasados. Em um ato falho, sem saber quem eram seus acusadores, Antônio Paulo disse que era só perguntar para o “Sr. Prefeito atual”, Vicente Alberto Carício, que o Prefeito negaria que ele era comunista. Mas como vimos, Carício denunciou, além dele, mais Vedasto Barbosa da Silva, João Batista de Sena e José Justino Anselmo, como

“elementos reconhecidamente comunistas”. Antônio Paulo ainda disse que não conhecia nenhum companheiro de trabalho que fosse comunista. Justificou também que era católico, apesar de não frequentar e nem comungar. Os pedidos de defesa foram acompanhados por cartas de pessoas da mesma área em que diziam confirmar que ele não participava de reuniões subversivas e também não era comunista (idem).

Manoel Antônio da Costa era escrevente do Departamento de Educação e Cultura, membro da Associação dos Servidores Municipais. Ele iniciou sua defesa dizendo que não fazia parte de reuniões de caráter subversivo. Ao ser questionado sobre seus conhecidos serem comunistas, afirmou que Antônio Paulo da Silva e João Batista de Sena não se dedicavam a atividades subversivas e não eram comunistas, que José Justino Anselmo não tinha ligações estreitas com o ex-deputado Cláudio Braga, mas que o deputado era amigo íntimo do Dr. Fagundes de Menezes, mas desconhecia se ele era adepto do “credo vermelho”, que foi eleitor do então Governador Miguel Arraes, que às vezes lia “Ação Democrática”, editada pelo IBAD², enquanto que Vedasto Barbosa da Silva seria adepto do bolchevismo. Manoel Antônio no fim de sua defesa declarou ter nascido num ambiente católico mas professava a seita evangélica Presbiteriana, porém não era totalmente ligado à igreja, também não podia declinar nomes de servidores que fossem comunistas porque não os conhecia (Idem).

João Batista de Sena era enfermeiro, tinha 44 anos, 8 filhos menores e trabalhava há mais de 17 anos no posto de saúde médico, ele era integrante da Associação dos Servidores Municipais; declarou que a associação tinha por finalidade a melhoria do servidor público, não tinha conhecimento de qualquer reunião que configurasse para fins ilícitos ou subversivos, que a associação era presidida por “Violeta” e ele desconhecia se ele se dedicava a alguma atividade subversiva ou se era adepto do “credo vermelho”, também não sabia se tinha algum comunista no Município,

² O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado no final da administração de Juscelino Kubistchek, formado por representantes do alto empresariado defensores de interesses multinacionais e associados (DREIFUSS *apud* SILVA, 2007).

pois declarara não ser simpatizante e nem filiado ao Partido Comunista do Brasil, que por outro lado não simpatizava com o regime comunista, que era religioso pois seguia o catolicismo desde 1937, que não dava muita crença ao espiritismo (idem).

João Batista ainda declarou que nunca vira o ex-deputado Cláudio Braga nas reuniões, não conhecia o servidor Vedasto Barbosa da Silva e não sabia dizer se este era comunista, que não era amigo do ex-deputado Cláudio Braga e nem do Dr. José Fagundes de Menezes. Que conhecia José dos Santos, secretário da prefeitura e não professava o bolchevismo. Para concluir, João Batista de Sena descreveu que não havia nenhuma agitação no meio urbano ou no campo na gestão de Miguel Arraes, pois o ambiente era de calma. Que havia perturbação apenas nas usinas porque os usineiros não queriam pagar aumento de salários, conforme alegavam os camponeses (idem).

Vedasto Barbosa da Silva tinha 54 anos, era guarda higienista, declarava que não tinha conhecimento de haver no funcionalismo público alguém declarado comunista ou simpatizar do credo vermelho, ele conhecia José Fagundes Menezes porque ele fora Prefeito do município, conhecia também o ex-deputado Cláudio Braga apenas por nome, nunca ouvira falar de Antônio Paulo da Silva, conhecido por “Violeta”, “adepto ou simpatizante do bolchevismo”. Conhecia João Batista de Sena, mas ele não tinha nenhuma ligação com o pessoal das esquerdas, mas simpatizava muito com aguardentes. Vedasto declarou ainda que conhecia Manoel Costa, e que nada ouvira falar sobre atividade subversiva. Sem saber quem o acusava, disse que o atual Prefeito poderia atestar que ele não tinha nenhuma ligação como o esquerdismo. E concluiu dizendo que conhecia o Sr. Manoel Carvalho Paes Andrade, que era pessoa do bem (idem).

Vedasto Barbosa, em sua defesa, descreveu que era religioso da Igreja Assembleia de Deus em Jaboatão, que sempre protestou contra a ideologia do comunismo ateu, segundo suas palavras, era homem que tem sede de sangue e que deseja fazer o mal ao próximo. Ele sempre desejou ver uma nação livre e liberta da ação subversiva. “Achoi justa a ação patriótica das

gloriosas Forças Armadas, quando esmagou a ação nefasta dos comunistas (...) na luta por um Brasil totalmente dos brasileiros.” Como observamos nos relatórios de acusação, Vedasto Barbosa foi acusado de participar do movimento da Aliança Nacional Libertadora quando era Cabo do Exército, incorporado no 29º Batalhão de Caçadores, disse ele que naquela época fora preso por denúncia de pessoas que pretendiam lhe fazer mal, e que nunca participou do movimento. No relatório o Bel. Valdecy Soares Fonseca, responsável pelo inquérito, não acreditou em suas palavras e viu negativamente o apelo religioso de todos os acusados (idem).

O responsável pelo inquérito, Bel. Valdecy Soares Fonseca, Promotor Público designado para Comissão de Inquérito contra Manoel Antônio da Costa, Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva, José Justino Anselmo, foram todos acusados de agitação na Associação dos Servidores Municipais de Jabotão antes do golpe de 1964. O Bel. Valdecy Soares relatou que entre outras atitudes comprometedoras, os acusados eram ligados a perigosos líderes “comunizantes” do Município, como: José Gaiolão, José Fagundes de Menezes, ex-Prefeito, e Dr. Alexandre de Barros, ex-delegado.

Manoel Antônio da Costa foi descrito como “comunista militante e declarado”, Antônio Paulo da Silva (Violeta), considerado “mais perigoso”, comunista militante por mais tempo, “provocador de greves”, “defensor intransigente do credo vermelho e de convicção”.

Segundo ainda o relator, “todos os acusados se insurgiram, em interrogatório, contra essas acusações, confessando-se, além de não comunistas, crentes, espiritualistas, evangélicos ou católicos não praticantes” (Relatório, 30 abr. 1964, idem).

Em 27 de julho de 1964, após os depoimentos, acusações e cartas de defesa, foi decretado, segundo os termos das alíneas 1 e 2 do artigo 7º do Ato Institucional, “pena de aposentadoria”, com vencimento e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, aos funcionários: Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva. Esses funcionários só conseguiram a aposentadoria porque apresentaram várias declarações

de pessoas renomadas ou que trabalhavam com eles, certificando de que não professavam nenhuma ideologia. Foram demitidos Manoel Antônio da Costa e José Justino Anselmo; este último não apresentou defesa, logo foi declarado como culpado das acusações. Como não sabemos a realidade concreta de cada indiciado, é impossível dizer as causas do porquê de não ter feito nenhuma defesa (*idem*).

Fontes

Arquivo Nacional de Brasília. CSN. BR_AN_BSB_N8_o_PSN_EST_638. **Atividade comunista**. Do Secretário Geral João Valdetaro de Amorim e Mello ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, jan. 1951.

FUNDO SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Aeronáutica. Coletânea. Ato da Revolução Aero-náutica-Demissões. **Atos da revolução de 1964**. Prontuário 1.156. Volume I, de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

Fundo SSP/DOPS/APEJE. Processo Indiciados: **Manoel Antônio da Costa, Antônio Paulo da Silva, João Batista de Sena, Vedasto Barbosa da Silva, José Justino Anselmo**. Prontuário: 1.004.

Fundo SSP/DOPS/APEJE. Ministério da Guerra. **Relação de Pessoas indiciadas da Guerra**. IPM - Rural. IV Exército. Prontuário nº 27.556.

Referências

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015 Quadrimestral.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de outubro de 1965.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COELHO, Fernando de Vasconcelos. Et al. Organização Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final: volume II**. Recife: CEPE, 2017.

CORREIA, Henrique Roma. O Golpe “Civil Militar” em Pernambuco: possíveis (re)abordagens. **Revista Latino-Americana de História**, v. 6, n. 17, jan./jul. 2017 Semestral.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. (Org.). **A Luta dos Trabalhadores por Verdade, Justiça e Reparação**. Relatório do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical, 2014. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores\[1\].pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/livro%20a%20luta%20dos%20trabalhadores[1].pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100006>.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1986.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática** – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão - Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo** - O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). **OP SIS, Catalão-GO**, v. 14, n. 1, p. 77-98, jan./jun. 2014.

HOEVELER, Rejane Carolina. René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos”. **Anais do XVI Encontro Regional de história. ANPUH Rio. Saberes e práticas científicas**, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400181633_ARQUIVO_ReneDreifusseogolpede1964_sobretoriaseconspiracionismos_textocompletoanpuhrj.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. (orgs.). **Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): o estado de Pernambuco vigiado**. 115 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco (CFCH), Recife, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. **Atos Institucionais - sanções políticas**. ALTINO EMÍLIO DOS SANTOS - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA / MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - MVOP - Sanção: Demissão. D.O.: 09-10-1964, p. 9215. In: Biblioteca Geral da Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em:

https://ditaduraesistemasdejustica.files.wordpress.com/2014/03/atos_-institucionais_oliveira.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

RICARDO, Arleandra de Lima. **O Cotidiano Repressor dos Agentes da DOPS de Pernambuco na ordem autocrática e bonapartista (1931-1956)**. 255 f. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (Org). **Controle civil sobre os militares e a política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 232 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco (CFCH), 2007.

SOBEL, Tiago Farias; MUNIZ, André Luiz Pires; COSTA, Ecio de Farias. Divisão regional do desenvolvimento humano em Pernambuco: uma aplicação da análise de cluster. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 15 n. 33, 2009. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5335/rtee.v15i33.4272>. Acesso em: 25 jun. 2020.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis, rj.: Vozes, 1986.

Supremo Tribunal Federal. FUNCIONÁRIO PÚBLICO - DEMISSÃO ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 1964. **Celestino dos Santos e outros, versus Fazenda do Estado**. Recurso de mandado de segurança nº 16.427 - Relator: Sr. Ministro Evandro Lins e Silva. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/File/31548/30333>. Acesso em: 23 jun. 2020.

**Anticomunistas com "*Inadaptação aos Ideais
Revolucionários*" do Golpe de 1964:
deputados de origem conservadora, com interlocução
trabalhista e perseguidos pela ditadura militar**

*Márcio Romerito da Silva Arcoverde*¹

*Felipe Ribeiro*²

Introdução

(...) Pelas 18 horas do dia 1º [de abril], a Assembleia recebeu uma comunicação militar: o Governador Arraes não estava apenas impedido; já não existia senão como cidadão, pois não se encontrava mais no posto - que o perdera. (...) O debate da pré sessão do “impeachment” foi generosamente regado com boas doses de uísque. Reconhecia-se o estado de fato. Quando o presidente abriu a sessão, houve um ligeiro constrangimento: por trás dele, de pé, um coronel do Exército se postara de farda de campanha. Ele próprio reconheceu seu equívoco e rapidamente se retirou. A Assembleia estava cercada pela tropa para garanti-la, sem dúvida. A sessão, que se prolongou por cerca de seis horas, só foi assistida por jornalistas e alguns poucos convidados pessoais dos deputados. O atual governador, Paulo Guerra, passava no crivo militar e, sendo reconhecidamente um homem sério, poderia empossar-se. Exigiu todo o processamento constitucional, esperando pelo “impeachment” (...) Aqui dentro,

¹ Professor EBTT do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestre em História Social da Cultura Regional pela UFRPE. Autor de *Trabalho, Sociabilidades e Busca por Direitos: a fábrica belga e as lutas dos operários do tecido no intervalo democrático. Moreno-PE (1945-1964)* (Editora UFRPE, no prelo). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3744806565430843>

² Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Autor de *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos* (Paco Editorial, 2016). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6163520222612305>

sob a vigilância do General Justino Alves Bastos, restaurou-se imediatamente a confiança. O comandante do IV Exército agiu com extraordinário bom senso. O novo governador, Paulo Guerra, forma um governo de homens capazes, com nítida ascendência do [Partido Social Democrático] PSD ortodoxo. O comandante e o governador sabem que dificuldades estão à vista. Pois este curto período do governo Arraes caracterizou novas realidades sociais no Nordeste. Morreu o segundo Canudos nordestino, ao preço da vida de dois jovens estudantes, no Recife (O CRUZEIRO. 25/04/1964. p. 48).

Foram nesses termos que a revista *O Cruzeiro* abordou e defendeu a célere cassação de mandato do governador de Pernambuco Miguel Arraes, em 1º de abril de 1964. Escrita por Murilo Marroquim, então diretor da sucursal da revista no Nordeste, e ilustrada com fotografias de Rubens Américo, a reportagem “A Prisão de Arraes – IV Exército: Ação Fulminante Impediu Reação” comemorava o desmonte do governo pernambucano pelo movimento golpista que instaurou uma ditadura militar no país. Na visão do periódico, o grupo político de Arraes era *subversivo e comunista*, chegando a ser qualificado como um “segundo Canudos nordestino”, numa referência a Guerra de Canudos, ocorrida no início do período republicano brasileiro, entre 1896 e 1897: “Desmoronava-se o Canudos – e seu candidato a Conselheiro foi vendo, pouco a pouco, os amigos desertarem. Ficaram dois com ele. E a Cidade Vermelha [Recife] não se tingiu sequer de róseo” (O CRUZEIRO. 25/04/1964. p. 44).

O governador Arraes foi cassado por 45 votos contra 17 na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a vigilância de um coronel do Exército fardado e *por trás* do presidente da sessão parlamentar. Às 23h50min do mesmo dia 1º de abril, o então vice-governador Paulo Guerra foi empossado. Vale ressaltar que, desde cedo, o Palácio do Campos das Princesas, sede do governo de Pernambuco, encontrava-se cercado “por tropas e por dois canhões” do Comando do IV Exército, tendo Arraes se recusado a “renunciar ao seu cargo para escapar da prisão”, conforme reconhecimento público e pedido de perdão por parte do governo brasileiro no ano de 2009 (COELHO & ROTTA, 2012, p. 129).

Para além dessa ocupação militar na sede do governo e na assembleia legislativa, com um processo de impeachment *à jato* do governador, alguns pontos estratégicos do Recife e de diversas cidades pernambucanas também foram tomadas por tropas do Exército, como retratou a própria revista *O Cruzeiro*.

IMAGEM 01: Tropas do IV Exército nas ruas de Recife-PE



Fotografia de Rubens Américo. Fonte: O CRUZEIRO, 25/04/1964, p. 42.

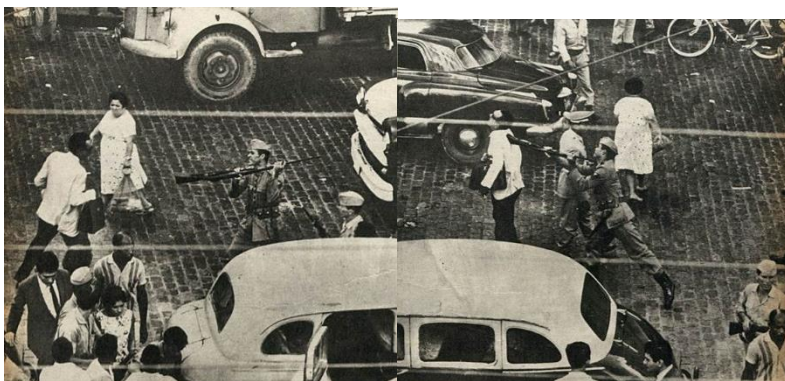


IMAGEM 02: Tropas do IV Exército nas ruas de Recife-PE

Fotografia de Rubens Américo. Fonte: O CRUZEIRO, 25/04/1964, p. 46-47.

Os motivos alegados para todo esse aparato repressivo foi similar ao argumento de uma peça audiovisual produzida pela rede de televisão ABC, dos Estados Unidos da América (EUA), que foi filmada em Pernambuco no

ano de 1961, porém só lançada em 1964. O documentário “Brazil: The Troubled Land” (“a terra conturbada”, em português) apresentava Severino, um cortador de cana-de-açúcar da Zona da Mata que lutava por melhores condições de vida e trabalho em um país marcado pela desigualdade social (ROGERS, 1964). Ele vivia nas cercanias do engenho de Constantino Carneiro de Albuquerque Maranhão, popularmente conhecido como Constâncio Maranhão, então deputado estadual pelo Partido Libertador (PL), que diante das câmeras de filmagem ostentou seu revólver, atirou inúmeras vezes e afirmou: “isso é o que garante a ordem aqui... É a lei... Se o camponeses quiserem se organizar, eu mato” (PORFIRIO, 2020). De outro lado, quem buscava um estreito diálogo com esses trabalhadores para a solução de seus problemas mais prementes eram as Ligas Camponesas e seu líder Francisco Julião, apresentados no documentário como uma *promessa comunista* inspirada na Revolução Cubana, culminada em 1959. O governo brasileiro, que ciceroneou a equipe de filmagem, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), acabou sendo representado como um mediador duvidoso neste conflito. Além disso, seu superintendente Celso Furtado chegou a ser acusado pela imprensa de trazer “filme proibido” ao Brasil, pois teria assistido parte das cenas do documentário de forma privada na SUDENE, a despeito do Conselho de Segurança Nacional ter vetado sua distribuição no país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26/07/1961. p. 3). Ao fim e ao cabo, o polêmico documentário – só tornado público aos brasileiros recentemente pela internet e com suspeitas de participação de agentes secretos dos EUA na sua produção – buscou reforçar o argumento de que o país vivia um grave desequilíbrio político, com um governo considerado frágil diante das demandas dos *pobres Severinos*, de uma conservadora elite agrária e um efervescente movimento camponês influenciado pela *cubanização fidelista* (em referência a Fidel Castro). Certamente, ao ser exibido

nos EUA, o documentário fortaleceu o apoio do governo Lyndon Johnson ao golpe de 1964.³

Entretanto, diante de todo esse cenário de tensão política que teima em desver ou negligenciar histórias que não se encaixam no imaginário de dois polos antagônicos, o presente artigo pretende analisar as trajetórias de duas lideranças políticas do período, cujas experiências frente a ditadura militar contribuem para problematizar esses esquemas interpretativos. São eles os deputados federais Ney de Albuquerque Maranhão, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Pernambuco; e Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, do Partido Social Trabalhista (PST), do Rio de Janeiro.

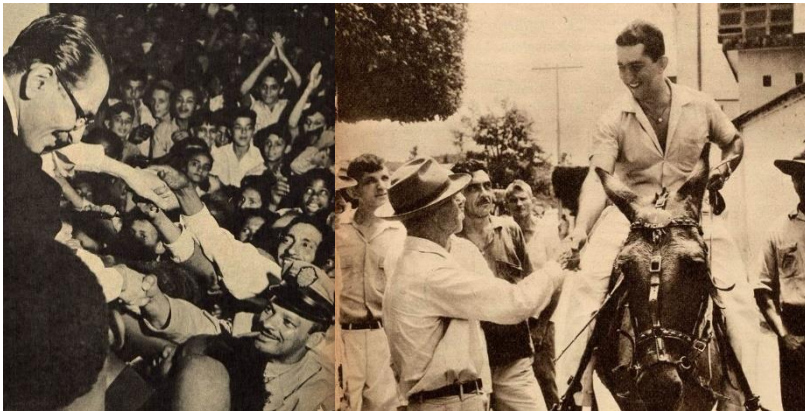
Ambos eram oriundos de grupos políticos mais voltados para a defesa do liberalismo econômico na década de 1950 – Tenório na União Democrática Nacional (UDN) e Maranhão no Partido Libertador (PL) – quando se estabeleceram politicamente combinando discursos para os mais pobres com um certo uso de violência e mandonismo. Em 1958, por exemplo, quando Ney Maranhão foi acusado de homicídio, mas alegou legítima defesa, o *Diário de Pernambuco* advertiu que o deputado federal corria o risco de ser licenciado do cargo para responder ao processo criminal. Em busca de apoio, Ney esteve “longamente na Câmara”, muito embora o “deputado com quem mais conversou foi exatamente com Tenório Cavalcanti, em cuja bancada agora figura...”, referindo-se à fama de Tenório ser *matador* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26/02/1958. p. 1).

No início da década seguinte, os dois rumaram para partidos trabalhistas, estreitaram suas ligações com a classe trabalhadora em seus respectivos estados, apoiaram o governo João Goulart e suas reformas de base. Mesmo sendo deputados federais da base de apoio de *Jango* em 1964, passaram incólumes ao golpe que deu início a ditadura militar, particularmente ao período de *caça às bruxas*, com cassações e prisões de parlamentares, sindicalistas e trabalhadores considerados *subversivos*,

3 Sobre a Operação Brother Sam e o apoio dos EUA ao golpe e à ditadura militar no Brasil. Cf. FICO, 2008.

logo nos primeiros dias após o 1º de abril. Entretanto, mesmo tentando se *readaptar* ao novo contexto, eles foram cassados durante a ditadura, em momentos distintos.

Propomos aqui uma intercessão entre as nossas pesquisas, buscando percorrer as trajetórias desses dois personagens e a construção do seu capital político até 1964, com foco na relação deles com a classe trabalhadora têxtil de Moreno-PE e Magé-RJ (ARCOVERDE, 2014; RIBEIRO, 2015). Em seguida, iremos abordar os dilemas e as tensões políticas surgidos a partir da ditadura militar, particularmente as listas de possíveis cassações no Congresso Nacional que começaram a ser veiculadas pela imprensa em junho de 1964, gerando um clima de ameaça, pressão e medo para muitos parlamentares. Mesmo tendo sido cassado cinco anos depois de Tenório Cavalcanti, Ney Maranhão já integrava essas listas *apócrifas* desde o início.



IMAGENS 03 e 04: Tenório Cavalcanti (à esquerda) e Ney Maranhão.
Fontes: MANCHETE, 03/10/1953, p. 51; O CRUZEIRO, 02/06/1962, p. 67.

Trajetórias políticas

Ney Maranhão

Ao iniciar uma pesquisa no Programa de Pós-graduação em História, a nível de Mestrado na UFRPE, em 2012, com o projeto intitulado “Trabalho, conflitos sociais e sociabilidade operária em Moreno (1946-1964)”, um

dos autores deste artigo tinha o intuito de historicizar as ações da classe trabalhadora da cidade de Moreno. O projeto passava da migração a cidade operária às demandas e pautas sociais construídas pelos trabalhadores e os conflitos patronais. A cidade operária no interior de Pernambuco abrigava uma grande e importante fábrica têxtil de capital belga e inglês e criou uma verdadeira cidade aos moldes de fábrica com vila operária no interior (LOPES, 1988).

O levantamento documental inicial apontava para um debate histórico que passava pelo lazer, sociabilidades diversas e períodos de intensos conflitos sociais na pequena cidade operária. Foram levantadas documentações da Delegacia de Ordem Policial e Social (DOPS), periódicos locais e de maiores amplitudes, além de uma entrevista ex-operários. A produção histórica era bem escassa para o sentido que estávamos apontando: ver os operários como sujeitos históricos e traçar uma abordagem a partir das suas experiências. Foi tentando conciliar e cruzar essas fontes escritas com as orais que surgiu um personagem que estava fora do que tínhamos pensado em pesquisar. Nas falas dos ex-operários e ex-operárias surgiu, com bastante força e assiduidade, a figura de Ney Maranhão. Prefeito da cidade nos anos 1950-1960, tendo primeiro mandato iniciado em 1951 e eleito como deputado federal por Pernambuco no ano de 1955 e chegado ao Senado na década de 1990.

O político era morenense e filho do então deputado estadual e dono de engenhos em Moreno e Vitória de Santo Antão, Constâncio Maranhão, o mesmo que participou do documentário “Brazil: The Troubled Land”. Deputado por três magistraturas, 1950, 1954 e 1958, Constâncio iniciou seu filho na política aos 22 anos, quando se tornou o prefeito de Moreno. Quando foi deputado federal, diversas reportagens buscaram relatar sobre o ingresso de Ney Maranhão na política: “sem preocupações oratórias, sem formação acadêmica, ‘com a cara e a coragem’, pois até o dinheiro era do ‘velho’” (CORREIO BRAZILIENSE, 27/06/1963, p. 4). Tendo concluído o ensino secundário, 3º ano no colégio Marista em Recife, se dedicou à agricultura, pecuária e industrialização de carne (CORREIO BRAZILIENSE,

19/03/1965, p. 3). Ficou conhecido nacionalmente durante o governo Collor e sua fidelidade ferrenha ao presidente. No entanto, esse texto tem o objetivo de mostrar o lado, talvez, menos conhecido do político de origem latifundiária que sentiu o peso do voto do trabalhador num momento de forte atuação da classe trabalhadora em todo o país, anos 1950-60.

Herdeiro direto do legado do seu pai, ambos são de origem latifundiárias, representantes de famílias tradicionais da açucarocracia pernambucana. Entretanto, Ney Maranhão traçou um caminho diferente do seu pai e, até então, diferente de todos os políticos que tinham alcance na cidade de Moreno: sua estratégia foi uma interlocução direta nos meios operários.

Aí veio de lá. Aí se candidata e tal. Aí eu disse: “eu vou voltar em Ney”. Menino moço, era moço, moço. Ele tinha uns caminhão pros lado de Itamatamirim, aí todo domingo ele mandava quatro motoristas trazer o caminhão carregado de madeira para dar ao povo aqui (SILVA, 3/11/2012).

Ele era um pai. Ele foi um pai pra o povo Moreno. Hoje em dia tem mais maternidade aí, foi ele. E ele quando apareceu por aqui era novo, não era velho não, era novo (...) Teve muitos, mas não teve como ele não. Para você ver, ele foi até senador, o povo botou ele lá. Eu votava nele (SANTOS, 3/11/2012).

O cenário político dos anos 1950 trazia a novidade do voto oriundo das camadas mais populares, das cidades e bairros operários. Em Pernambuco, sistematicamente o Recife, seus entornos e cidades vizinhas, vislumbravam um crescimento grande de indústrias têxteis e do crescimento de bairros operários (LOPES, 1988; JEAN, 2011; MELLO, 2012; SANTOS, 2017a; SANTOS, 2017b). O então jovem Ney Maranhão, com o capital político de seu pai, seguindo uma continuidade de participação da elite política oriunda das elites rurais açucareiras nesse Estado, adentra no cenário político estrategicamente capitaneando demandas da cidade operária de Moreno.

A chegada de Ney Maranhão ao cenário político local da cidade de Moreno foi acompanhada de um desmantelamento do aparato assistencial

da Societe Cotonniere Belge Brésilienne (ARCOVERDE, 2014). A entrada dos anos 1950 trouxe sinais de desgastes da indústria têxtil naquela cidade e de todo seu aparato social construído desde sua instalação. Foi nesse espaço que Ney Maranhão estabeleceu pela primeira vez na cidade uma candidatura política sem a anuência do poder local fabril. A mudança da gerência da fábrica dos ingleses para os belgas também foi acompanhada de reformas administrativas que desgastou as relações e criou espaços para novas demandas. Demandas que iam além do que a fábrica poderia oferecer.⁴

(...) Quando eu cheguei em Moreno, quando eu fiz minha campanha em Moreno, a minha campanha foi uma campanha de casa em casa. Eu nunca acreditei em comício em praça pública, essa conversa eu não acreditei, minha conversa era conversar com o povo nas casas. E sempre tive o cuidado de conversar sozinho. Eu não ia com ninguém porque senão o povo dizia que aquilo que tava acontecendo com medo dos cabras que tavam atrás de mim, que podia bater, mas em mim confiava. Então quando eu visitei as casas, a maior reivindicação do povo de Moreno, o povo já qualificado como operário, com uma posição, vamos dizer, de ideologia já mais avançada do que outros, primeira coisa que eles queria: sua casa, seu teto, pra depois o resto. Eu digo, “bom, se eu me eleger prefeito de Moreno, eu vou conseguir fazer uma desapropriação para o povo de Moreno ter sua casinha” (MARANHÃO, 2/8/2012).

Nesse cenário, Ney Maranhão se tornou prefeito de Moreno com o voto maciço dos operários do tecido⁵. Ainda em 1951 o jornal local *Correio de Moreno* foi comprado pelo prefeito e o periódico que até então veiculava as informações e propagandas da fábrica, passava agora a ser um dos grandes aliados do prefeito.

⁴ Não estamos afirmando que os trabalhadores foram cooptados por Ney Maranhão. Afiramos que novas demandas e novas agendas foram abertas, a partir da atuação política dele. Cf. ARCOVERDE, 2014.

⁵ Em espaços e ambientes com características diferentes, outras figuras políticas complexas pensadas na chave de conceitos como populismo e coronelismo usaram dessas mesmas estratégias políticas de aproximação e interlocução com o voto do trabalhador, como o caso de Ademar de Barros em São Paulo e Tenório Cavalcanti no Rio de Janeiro. Este último personagem, por trazer enormes aproximações com a trajetória de Ney Maranhão, sua experiência entre o meio urbano e rural, assim como os caminhos políticos ligados ao período, traçamos a partir dele nossa narrativa argumentativa neste artigo. Cf. FONTES, 2008; RIBEIRO, 2015.

A sua maneira agradável de atender quantos vão ao seu gabinete de trabalho e as suas atitudes filantrópicas, são fatores que muito contribuíram para a crescente popularidade do seu nome entre nós. É talvez, um dos prefeitos no Brasil, que não colhe o resultado do seu trabalho, reservando os seus vencimentos, para beneficiar a população pobre do município. Que o senhor Ney Maranhão continue trilhando o caminho que traçou ao assumir o cargo de prefeito do Moreno, porque si o lado administrativo é digno de um registro especial, o lado social é bem merecedor dos louvores e aplausos de quantos vivem na terra dos eucaliptos frondosos verdejantes (CORREIO DE MORENO, 7/9/1953. p. 1).

Sua popularidade à frente da prefeitura de Moreno o levou, em 1954, a ser eleito deputado federal por Pernambuco na coligação Frente Democrática Pernambucana pelo PL em 1955 (CPDOC-FGV, 2020a). Ney foi além da interlocução com a classe trabalhadora do seu município e ampliou seu eleitorado atingindo outros bairros operários.

Ney Maranhão: Ia pra dentro do sindicato, ia pra dentro do sindicato dar todo o apoio a eles, acompanhar. E tinha um cuidado, o seguinte, como papai tinha uma ligação muito forte também com o governo, pra evitar também é... a polícia, evitar é... a polícia se meter pra meter o pau, pra prender o pessoal. A gente ficava no meio, dentro com os operários, e a polícia respeitava a gente.

Márcio Romerito: O senhor ia mesmo, o senhor mesmo, o prefeito?

Ney Maranhão: Dentro. Tem lá várias fotografais, eu dentro da... eu tenho um problema, um caso por exemplo, na macaxeira eu fiquei... houve uma briga comigo e os donos da fábrica da macaxeira, os... Bezerra de Melo (MARANHÃO, 2/8/2012).

Dessa maneira, se popularizou fortemente em Moreno pelo *apoio* ao operário da cidade e de outros centros têxteis. No segundo mandato mudou de partido e se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ney estabeleceu em Moreno uma política trabalhista que o aproximava a outros personagens nacionais do período, como João Goulart, seu aliado.

Muitas das ações grevistas de 1952, 1961, 1963 do Sindicato Têxtil de Moreno foram registradas em relatórios de investigadores do DOPS naquela cidade. As minúcias de detalhes, acompanhadas de recortes de

jornais, deixava claro que o aparelhamento policial estava vigiando de perto aquilo que diziam ser obras de “subversivos”. Entre as movimentações sindicais nas cidades e o crescimento de luta pelo acesso à terra pelas ligas camponesas, o olhar do *status quo* dominante muito assemelhou o discurso das mobilizações ao comunismo (PORFIRIO, 2009; MONTENEGRO, 2010). Prisões e impedimentos de sindicalistas considerados subversivos eram práticas repressoras comumente utilizadas pelo Estado.

O cenário político pernambucano caminhava para uma agenda pautada nos interesses mais populares, semelhante ao que vinha se desenhando a nível nacional, sob o temor de militares e seus aliados civis (CORREA & FONTES, 2016). A radicalização, principalmente na área rural com as Ligas Camponesas, fazia crescer as demandas por políticos mais antenados aos interesses dos trabalhadores. Nesse cenário, Miguel Arraes foi eleito governador em 1962 pela coalisão progressista que representava anseios populares do campo e da cidade. Ney Maranhão não dialogava diretamente com Arraes, porém se mantinha no trabalhismo e na estratégia de interlocução direta. Apoiando a legalidade com João Goulart de um lado, por outro encarando o governo de Arraes como de “intranquilidade e um plano de subversão pelos adeptos vermelhos” (CORREIO DE MORENO. 31/03/1963. p. 3). Com sua postura anticomunista, Ney Maranhão passou incólume pelo golpe civil militar que destituiu *Jango*.

Em 1964, o governo militar viria desmobilizar as ações e reformas em curso no país. Muitas lideranças foram presas, outras perderam seus direitos políticos. Ney Maranhão, mesmo acompanhado pelo DOPS-PE (SILVA, 2014) não sofreu ação imediata do novo regime. Porém, novos ventos sopravam e as faces da repressão viriam a se mostrar mais duras.

Tenório Cavalcanti

As memórias sobre a atuação política de Tenório Cavalcanti no município de Magé-RJ estão diretamente ligadas aos conflitos de terra que se

intensificaram no início da década de 1960, sobretudo em uma extensa área reivindicada por posseiros e pela Companhia América Fabril, proprietária das fábricas Pau Grande e Santana, circunvizinhas a área conflagrada. De acordo com os relatos dos próprios posseiros, sitiantes e trabalhadores rurais da localidade, pessoas a mando do deputado ocupavam terras em Magé e dividiam em lotes para distribuí-los aos migrantes que afluíam para o município, oriundos basicamente do Espírito Santo e de estados do nordeste, parte deles trazida pelo próprio Tenório, que ainda hoje é lembrado como “companheiro dos trabalhadores” e “braço forte dos posseiros” (TEIXEIRA, 2011. p. 59-64).

Sobre sua trajetória – uma das mais notórias da política fluminense e de projeção nacional – muito já se produziu, entre livros, filmes e pesquisas acadêmicas. Por ser um personagem aparentemente controverso, repleto de nuances em seus posicionamentos, mas também instigante e cercado por uma certa mitologia do justiceiro, que mesclava sua atuação como *advogado do povo* e *pistoleiro vingador das multidões*, Tenório Cavalcanti consagrou-se como o *homem da capa preta*, sempre acompanhado de sua inseparável metralhadora *Lurdinha*. Porém, não pretendemos estabelecer aqui uma discussão teórica mais específica sobre as relações construídas por Tenório no campo político, nem tampouco enquadrá-las em categorias conceituais.⁶

Tendo migrado do estado de Alagoas para os subúrbios do Rio de Janeiro, Tenório logo se fixou na Baixada Fluminense, durante as obras de saneamento da região. Estabeleceu-se inicialmente como líder político em Duque de Caxias-RJ, mas gradualmente conquistou proeminência regional e nacional, construindo um intenso diálogo com a classe trabalhadora e popular.

6 Dentre as produções que discutem os principais códigos, linguagens e práticas que permitem explicar o fenômeno Tenório Cavalcanti, destacamos os trabalhos de Israel Beloch, que investiu na categoria “coronelismo urbano”; Mário Grynszpan, que diversamente de Beloch utilizou os conceitos de “patronagem” e “clientelismo”; e Claudio Silva, que, dialogando com as noções de “populismo”, caracterizou o “tenorismo” como uma espécie de “udenismo popular”. Cf. BELOCH, 1986; GRYSZPAN, 1990; SILVA, 2012; REZENDE, 1986.

Ao pesquisarmos as matérias publicadas sobre o município de Magé em seu periódico, o *Luta Democrática*, foi possível mapear as primeiras incursões do parlamentar de Duque de Caxias em terras mageenses. O jornal de Tenório foi fundado em 1954, com sede no Rio de Janeiro, então Capital Federal, e grande tiragem de exemplares, logo passando a inaugurar sucursais em bairros cariocas, como Campo Grande; na capital do Estado do Rio de Janeiro, Niterói; na cidade de Duque de Caxias, obviamente, e em outras da Baixada Fluminense, inclusive Magé. Por meio do *Luta Democrática*, Tenório investia no alargamento de seu raio de ação política em território fluminense, angariando mais correligionários.

(...) Buscando afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional, Tenório o faria, também, procurando constituir-se em legítimo representante e porta-voz daquele que se impunha como um novo ator na cena política. Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no Estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como as invasões de terras. Num contexto de crescente mobilização, no entanto, os próprios homens de Tenório passariam a promover tais ações. (...) Tão logo uma fazenda era ocupada, Tenório, em Brasília, e também o *Luta Democrática*, começavam a exercer pressão visando sua desapropriação e entrega aos camponeses (GRYNSZPAN, 1990, p. 15).

As primeiras matérias publicadas sobre Magé em seu jornal se referem à instalação do diretório municipal da UDN, em junho de 1954, já vislumbrando as eleições daquele ano, em “mais uma viagem do deputado pelo interior do Estado, visitando municípios fluminenses”. Inclusive, o diretor de propaganda do diretório passou a ser correspondente do *Luta Democrática* em Magé. Neste sentido, tanto o surgimento desse veículo de imprensa, quanto essas caravanas, configuravam como uma tentativa de Tenório em expandir seu eleitorado para além de Duque de Caxias, cidade vizinha à Magé, tendo em vista que, nas eleições de 1950, ele foi eleito deputado federal – pela primeira vez – obtendo a quarta e última vaga da bancada udenista, com apenas 9.072 votos (SILVA, 2012, p. 58).

Do ponto de vista eleitoral, o pleito de 1954 foi bastante proveitoso para Tenório Cavalcanti, que obteve 1.050 votos em Magé (LUTA DEMOCRÁTICA. 29/10/1954. p. 4), entre os cerca de quarenta mil que conquistou no Estado, tornando-se o deputado federal fluminense mais votado naquele ano. Além disso, após publicar reportagens sobre o atraso de salários aos funcionários da Rádio Magé, o deputado udenista acabou adquirindo a emissora (LUTA DEMOCRÁTICA. 15/08/1956. p. 7)⁷, posteriormente transformada na Rádio Difusora de Duque de Caxias, em 1957, integrando a Organização Tenório Cavalcante, que reunia o jornal, a rádio e buscava a concessão de um canal de televisão.

Ao se aproximar as eleições de 1958, uma forte inflexão se deu na atuação política de Tenório Cavalcanti. Tendo a candidatura do trabalhista Roberto Silveira ao governo do Estado consolidado uma surpreendente aliança PTB-UDN e o PSD lançado como seu concorrente um antigo amigo e aliado de Tenório, Getúlio de Moura, o deputado de Caxias resolveu contrariar a decisão do seu partido, apoiando o pessedista. Tenório também se lançou como pré-candidato à Presidência da República no fim do governo de Juscelino Kubitschek, em 1960, embora sem sucesso. Esses episódios, associados ao ascendente desempenho eleitoral de Tenório, sendo novamente o deputado federal fluminense mais votado, evidenciava seu notável capital político independente da UDN, fazendo com que mais tarde ele rompesse definitivamente com o partido, em 1960.⁸

Nos dois anos seguintes, a atividade política do deputado se intensificou bastante, tendo sido candidato, em 1960, pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) ao governo do Estado da Guanabara, criado após a transferência da Capital Federal para Brasília; e, em 62, candidatou-se a governador fluminense e a deputado federal, agora pelo Partido Social Trabalhista (PST).

7 A transferência da Rádio Magé para Duque de Caxias também foi registrada em livros que versam sobre a história do município (SANTOS, 1957, p. 215; COELHO, 2012. p. 88).

8 Na coluna "Diálogos nas Ruas", os otimistas partidários de Tenório esperavam alcançar, ao menos, cem mil votos e argumentavam: "Não será difícil, basta a votação de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti e Magé, e o reforço de outros núcleos da Baixada Fluminense" (LUTA DEMOCRÁTICA. 24/08/1958. p. 3. Ao final da eleição, Tenório foi eleito com apenas 46.029 votos.

Interessante observar que em sua campanha a governador da Guanabara, embora já engajado na mobilização de trabalhadores rurais e com atuação forte no chamado *Sertão Carioca* (antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro), Tenório Cavalcanti procurava manter um discurso afastado de grupos *de esquerda*, conforme demonstrou durante um comício em Sepetiba ao tratar da mística em torno de sua famosa capa preta, que possuía forro interno na cor vermelha: “Era melhor ter aquele vermelho como um anteparo aos maus, aos ladrões, do que ver ‘outro vermelho’ implantado entre o povo. Seu vermelho não representa ideias extremistas, mas ia servir para levar o povo ao poder” (LUTA DEMOCRÁTICA. 31/05/1960. p. 2).

Ficando em terceiro lugar nesta eleição, Tenório logo retornou seu foco político para a Baixada Fluminense, já vislumbrando sua candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1962. Durante a campanha para o governo fluminense, Tenório contava com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁹ e de diversos setores sindicais, inclusive de boa parte dos trabalhadores têxteis e rurais de Magé. A novidade era que o antigo deputado udenista passava, paulatinamente, a incorporar em seu vocabulário político palavras de ordem contra o imperialismo, o latifúndio e a favor da reforma agrária.¹⁰

Tenório novamente perdeu a eleição para governador, mas reelegeu-se deputado federal, cargo que ocupava desde 1951. Nessa nova legislatura, iniciada em 1963, o agora trabalhista, apoiador de João Goulart e defensor das reformas de base, viveria um dos momentos mais difíceis de sua trajetória política (CPDOC-FGV, 2020b). Seu próprio jornal, que chegou a estampar na edição do dia 1º de abril uma machete sobre *boatos* da queda de Jango, no dia seguinte já enaltecia o presidente da Câmara Raniere Mazzilli como *presidente do Brasil*. Dias depois, já se rendia às ameaças golpistas ao Congresso Nacional e aos mandatos dos parlamentares,

9 Desde 1960, o Partido Comunista do Brasil já havia alterado o nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB.

10 O trabalho de Claudio Silva ofereceu uma interessante abordagem sobre a “guinada de Tenório para a esquerda” (SILVA, 2012. p. 183-204).

passando logo a apoiar o general Castelo Branco como Presidente da República diante da advertência do general Amauri Kruehl: “Se o Congresso não se conduzir à altura haverá nova intervenção” (LUTA DEMOCRÁTICA. 5 e 6/04/1964. p. 1).

A interlocução trabalhista entre a *subversão* e a adesão à ditadura

(...) O povo está abandonado e eu quero fixar minha posição nesta hora (...) Apelidou-se esta revolução. Ela está sendo chamada na rua, nos lares, pelos telefones bem baixinho, não a revolução, como se dizia no princípio, do saneamento, da renovação política e do soerguimento material da Pátria, mas a revolução “cassa mandatos”. Deu-se esse epíteto à Revolução. E não se diga, Sr. Presidente, que é a versão do inimigo, declarado ou encapuzado. Não, Sr. Presidente. É o apelido que se usa hoje, de boca em boca (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 11/06/1964. p. 11).

O discurso de Tenório Cavalcanti (PST-RJ) durante a sessão da Câmara dos Deputados realizada em 10 de junho de 1964 tornou-se bastante revelador, tanto por seu posicionamento crítico, quanto pelos diálogos travados com outros parlamentares ao longo de sua fala. “Na verdade, faz-se de conta que existe o Poder Legislativo”, denunciava o deputado fluminense, reforçando que “há outros que não são deputados e estão sofrendo muito mais”, pois o governo “está se trancando nos gabinetes para discutir problemas políticos, sem lhes dar soluções políticas, e, sim, soluções militares”.

Ao ser aparteado pelo deputado Breno da Silveira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Estado da Guanabara, Tenório logo retrucou: “Se V. Exa. vai anunciar que o meu mandato foi cassado e está sendo publicado o ato, peço a V. Exa. que deixe para fazer a comunicação depois que eu conclua o meu discurso”. No entanto, o aparte era para que o deputado Breno registrasse nos anais da Câmara que teve sua casa havia sido cercada e invadida por forças do Exército.

A possibilidade de novas cassações de mandatos pairava sobre a Câmara. Nesta mesma sessão, o deputado Paulo Coelho, do Partido

Democrata Cristão (PDC), do Amazonas, já registrava em seu discurso que “a imprensa (...) vem incluindo nomes em listas de pressupostas cassações que provocam um desequilíbrio total no andamento administrativo de todo país”. O parlamentar chegou a apontar para a existência de “candidatos à degola revolucionária”.

O deputado Tenório Cavalcanti reforçou este aspecto ao mencionar o caso do deputado Osvaldo Lima Filho, do PTB de Pernambuco:

(...) Consta que agora, em Pernambuco, cada pessoa só pode comprar 500 gramas de macarrão, semanalmente. O deputado Osvaldo Lima Filho, ex-ministro do governo [João Goulart], está naturalmente preocupado com o problema do seu mandato e não me pode dar atenção, mas ele está presente no recinto e fica consignado que não está prestando atenção a este discurso que estou fazendo, com dados fornecidos pelo seu Estado, pela sua terra (...). Os que tem recursos compram tudo, armazenam, os que não tem recursos ficam com fome nas filas. E ninguém vê isto, Sr. Presidente. Ninguém protesta. É o medo, Sr. Presidente (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 11/06/1964. p. 11).

O deputado Ney Maranhão (PTB-PE) também discursou nesta sessão da Câmara, buscando refutar denúncias publicadas pela imprensa contra sua pessoa e empresas da família, particularmente em relação ao desaparecimento de quinze sacas de café embarcadas em um navio, sob a responsabilidade da Empresa Fluvial e Marítima Maranhão S/A. As primeiras denúncias foram publicadas pela revista *O Cruzeiro*, conforme apontou o próprio deputado em seu discurso, e no mês seguinte já estavam sendo veiculadas por outros periódicos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 4/07/1964. p.2. segundo caderno). Sua preocupação ainda se associava ao fato do seu nome já compor listas de possíveis cassações de mandato (TRIBUNA DA IMPRENSA. 05/05/1964. p. 3; CORREIO DA MANHÃ. 18/06/1964. p. 10).

Senhor Presidente, um fato no qual está envolvido um navio destinado ao transporte de gado, de propriedade da firma “Navegação Fluvial Maranhão”, tem suscitado na imprensa do país desarrazoados comentários, com o objetivo claro, evidente, de envolvimento do meu nome, dada a minha qualidade de

deputado federal. O Último número da revista “O Cruzeiro”, num reportagem que tem por título “Navios Piratas na Rota do Café”, confirma esta minha alegação, visto como estampa, no alto da página, destacadamente, minha fotografia, além de apontar-me como agenciador da carga transportada pelo navio “Themis” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 11/06/1964. p. 15).

A cassação de Tenório Cavalcanti, também propalada nas mesmas listas em que Ney Maranhão era mencionado, acabou se consumando dois dias após esta sessão da Câmara dos Deputados, no dia 13 de junho (LUTA DEMOCRÁTICA. 14 e 15/06/1964. p. 1). De certa forma, tanto o caça às bruxas no imediato pós golpe, quanto as listas de cassações que circulavam na imprensa meses depois, pareciam ser uma forma combinada de desarticular as forças políticas do contexto pré-1964, algo que buscou se consolidar com a publicação do Ato Institucional nº 02 (AI-2) e a consequente instauração do bipartidarismo no país, em outubro 1965, após vitórias do PSD e do PTB nas eleições estaduais daquele ano.

A historiografia tem ressaltado que a intervenção civil militar que levou ao golpe de estado no Brasil no ano de 1964 conseguiu operacionalizar uma grande e eficiente máquina numa daquelas que foi “uma das maiores varreduras da história do país junto aos segmentos de oposição” (SILVA, 2014, p. 49). Perseguições, prisões, cassação de mandatos, demissões, enfim, sob variados aspectos se construiu instrumentos para caçar os inimigos do Estado.

A varredura funcionou dentro dos órgãos de inteligência para mapear os inimigos. Sob a égide do autoritarismo, decretos e Atos Institucionais foram sendo construídos e refinados os instrumentos para filtragem dos indesejáveis do regime. É sob essa perspectiva que analisaremos os caminhos da carreira política baseada no trabalhismo do deputado federal Ney Maranhão dentro da ditadura.

A aproximação de Ney Maranhão com a classe trabalhadora pernambucana já tinha sido alvo de vigilância antes do golpe militar. Entre os prontuários grevistas seu nome figurava entre aqueles envolvidos nos movimentos paredista e até a abertura de um prontuário individual. No

complexo e tencionado tecido social pré golpe, Ney Maranhão, junto com seu pai, apesar de estarem em constante contato com movimentos grevistas dos operários do tecido, sempre tiveram a tônica de serem combatentes do comunismo até numa leitura a posteriori quando o entrevistamos em 2012: “É o seguinte, como eu disse no início, que esse problema de comunismo no Brasil é utopia. Apenas aquilo que eu repito: ‘povo de barriga cheia não pensa em revolução’. E aconteceu exatamente isso em Moreno” (MARANHÃO, 2/8/2012).

Na reportagem de junho de 1963 do *Correio Braziliense* na sessão de fichário parlamentar sobre o deputado tinha o seguinte título: “Em jovem aprendeu como enfrentar os comunistas”. E continuou a matéria afirmando que “Comunistas mesmo no Brasil, mesmo em Pernambuco – afirma – são minoria. O que há é muita miséria, ignorância, abandono e exploração.” Fez questão de demonstrar que administrou uma cidade proletária – Moreno – e que nunca teve dificuldades com os trabalhadores, sendo eleito deputado federal sem estar na coligação de Miguel Arraes. Disse ainda que confiava no “trabalhismo, sem esquerdismos exagerados, como capaz de empolgar o povo e eliminar a ameaça comunista”. Ney Maranhão estava circulando entre as demandas e os movimentos dos trabalhadores no interior de Pernambuco e a alta esfera política nacional em Brasília. Essa reportagem foi uma maneira do deputado expor para a mídia e os movimentos políticos em curso e sua exata posição no meio do cenário político. Ele distanciava-se de um governo tido como radical e de base comunista – Miguel Arraes, exaltando sua ligação com os operários e negando o viés comunista. Já em 1961, tinha migrado do PL para o PTB, onde via em João Goulart uma aliança política. A matéria apontou ainda para sua posição “centrista” e buscou situa-lo ideologicamente no cenário político nacional:

Aceito as reformas de base. O Brasil, para progredir, precisa de modificar a sua velha estrutura econômica-social. Mas, para modifica-la não é preciso destruí-la de um golpe, mesmo que parta a revolução de uma deliberação do congresso, porque a lei tem que responder ao desejo da maioria consciente. O

problema agrário é de estruturação e não de reforma (CORREIO BRAZILIENSE, 27/07/1963. p. 4).

Assim, aceitava a reforma, mas preferia chamar de “estruturação”. Ney Maranhão se apresentou muito habilidoso na formatação de sua fala prevendo um cenário catastrófico de golpe, em que poderia não ser enquadrado e continuar com sua política de interlocução com os trabalhadores distanciado dos *subversivos*. “Católico, não apoia proposições divorcistas e considera a doutrina da Igreja capaz de equacionar todos os problemas políticos e econômicos (CORREIO BRAZILIENSE, 27/07/1963. p. 4). Dessa forma, a matéria parecia preparar a opinião pública para o pior e dessa forma se colocava junto aos embates e reivindicações dos trabalhadores têxteis como na defesa de um razoneamento salarial adequado para Pernambuco e outras atuações (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10/10/1963. p. 2).

Instalado o golpe civil militar, já no mês de maio de 1964, uma nova lista de prováveis cassações e suspensões de direitos políticos por 10 anos foi divulgada e nela estava o deputado Ney Maranhão (TRIBUNA DA IMPRENSA. 05/05/1964. p. 3). Junto com ele, estavam ex-ministros de João Goulart, como Expedito Machado, Wilson Fadul, Oswaldo Lima Filho e Oliveira Brito, 12 deputados estaduais gaúchos e os prefeitos trabalhistas de Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre. A repressão estaria chegando aos trabalhistas? Ney Maranhão seria uma ameaça aos interesses do novo regime? Presumivelmente as duas opções. E as acusações a ele, misturavam-se entre envolvimento em atividade subversivas e questões cunho *moral*.

Em pronunciamento no Congresso Nacional em 11 de junho de 1964, o deputado Ney Maranhão usou a plenária para sua defesa e discursou se explicando, tentando contornar a situação:

Por que razão, Senhor Presidente, no meio de tantas pessoas envolvidas no caso, numa fase em que a Nação aguarda, *em suspenso*, o termo final do período assinado pelo Ato Institucional, para a cassação de mandatos parlamentares, vejo voltadas contra a minha pessoa, as armas daqueles que, a

pretexto de denunciarem o desvio do café, pelo menos no que a mim respeita, o que querem é imolar-me à sanha dos meus adversários, o que não poucas vezes tem ocorrido com outras pessoas, após o triunfo do movimento revolucionário de 1º de abril (...) Chega-se ao cúmulo, Senhor Presidente, de lançar contra mim a suspeita de participação em negócio [ilegível] ao levantamento de fundos para fins subversivos, o que me dá oportunidade para um pronunciamento de caráter definitivo em termo de fatos, circunstância e personagens. (...) Relativamente à insinuação de que estaria eu envolvido em negócios subversivos, a prova em contrário é abundante nos anais desta Casa, de cuja tribuna tive oportunidades, tantas e tantas vezes de profligar a ação política do ex-governador Miguel Arraes e de quantos formavam no seu séquito (...) Não somente da tribuna desta Casa, mas em entrevistas a jornais, a revistas e, através da ação direta e pessoal, em muitos episódios ocorridos no município de Moreno, em Pernambuco, enfrentando em campo raso os invasores das “ligas camponesas”, como no caso do “Engenho Coqueiro” e, nos últimos pleitos eleitorais, dentre os quais posso destacar a eleição para a Prefeitura, no ano de 1963 [sic - 1962], combatendo o candidato apoiado pelos Srs. Miguel Arraes, Carlos Prestes e Francisco Julião, os quais compareceram a comício na praça pública. Como pode admitir-se, Senhor Presidente, a minha participação em negócios que teriam finalidades subversivas? (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 11/06/1964. p. 15-16).

Seu discurso foi de tentar reverter uma ação que possivelmente estava em curso. Seu nome aparecia na lista de cassação, era o momento de se defender até a próxima lista ser deferida. E para isso o deputado usou de uma defesa negando a participação no contrabando de café, apontando para um ato de oposicionistas e negando a participação em atividades subversivas. Em continuação ao seu discurso na defesa de não ser “subversivo” aponta que sempre esteve denunciando e longe do governador Miguel Arraes e que sempre foi contra o seu governo que atentava pela ordem democrática.

Em muitos episódios ocorridos no município de Moreno, em Pernambuco, enfrentando em campo raso os invasores das “ligas camponesas”, como no caso do Engenho Coqueiral”, e nos últimos pleitos eleitorais dentre os quais posso destacar a eleição para a prefeitura, no ano de 1963, combatendo o candidato apoiado pelos senhores Miguel Arraes, Carlos Prestes, Francisco Julião, os

quais compareceram em comício em praça pública (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. 11/06/1964. p. 16).

Em sua defesa ele usou do enfrentamento às Ligas Camponesas e da oposição ao governo municipal apoiados por atores políticos já devidamente punidos pelos militares. Seja qual for o entendimento e a discussão entre os militares, o fato é que Ney Maranhão não foi cassado naquele ano. Na votação que autorizou a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco até 1967, por exemplo, boa parte da bancada petebista votou com o governo, demonstrando um alinhamento. Dias antes, Ney Maranhão já havia antecipado seu posicionamento à imprensa: “Prefiro entrar sozinho no inferno a entrar com Lacerda no céu”, referindo-se ao governador da Guanabara Carlos Lacerda (JORNAL DO COMMÉRCIO. 19/07/1964. p. 3 e 24/07/1964. p. 3).

Seja uma aproximação voluntária ou no receio de se tornar um inimigo do regime, parte dos petebistas e, com eles Ney Maranhão, se aproximou às pautas do governo. Não sabemos e não podemos qualificar se foi essa aproximação que o retirou da lista de cassação, mas é fato que naquele ano de 1964 ele não foi cassado. Com o AI-2¹¹, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), onde foi reeleito deputado em 1966 pelo partido de sustentação ao regime militar.

O ano de 1968 trouxe uma reviravolta e uma radicalização do regime. O AI-5, entendido como o “golpe dentro do golpe” (SILVA, 2014, p. 121), ampliou o poder do governo, decretou o recesso do congresso e potencializou os mecanismos dos órgãos de vigilância e repressão. Nesse cenário foi ampliado aqueles que não estavam de acordo com os *ideais da revolução*. Sobre essas cassações e intervenções promovidas na ditadura militar “é possível perceber algumas incongruências. Acusações de corrupção ou subversão misturavam-se como se fossem sinônimas” (NAGASAVA, 2018,

¹¹“O AI-2, promulgado em 27 de outubro de 1965, extingue os partidos políticos no país. Cria-se em decorrência desse processo, pelas forças de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 26 de novembro de 1965, ficando o situacionismo congregado na aliança Renovadora Nacional (ARENA), que obtém maioria nas eleições para a Câmara e para o Senado Federal em 1966” (SILVA, 2014, p. 119).

p. 15). Sob esse olhar, vamos perceber o peso das acusações políticas e de conduta moral/ética serem transformadas em motes para uma acusação sem defesa, sem contraditório.

Pouco mais de um mês de decretado o AI-5 foi aberto um processo contra Ney Maranhão através do Conselho de Segurança Nacional, a partir de um relatório extremamente minucioso do Serviço de Segurança Nacional (SNI). O processo trazia, em 142 páginas, motivos alegados para a perda do mandato e suspensão dos seus direitos políticos:

Assim, após o estudo e processamento, pela Secretaria Geral de Conselhos de Segurança Nacional, dos nomes constantes das representações feitas pelo Senhor Ministro da Justiça, consoante as informações fornecidas pelo Serviço de Nacional de Informações e por outros órgãos, estão aqui, para serem apreciados, esses numerosos processos. Mencionarei cada um dos nomes, ouvindo a seguir os pareceres dos Senhores conselheiros. Desejo, mais uma vez, ressaltar que, na apreciação dos nomes dos elementos pertencentes ao MDB, estão sendo consideradas suas atividades, não de oposição legítima ao Governo, mas de subversão, de combate ao regime, de combate à Revolução. Quando se tratar de elementos da ARENA, têm-se considerado, particularmente, suas ligações com os adversários do Governo, sua indisciplina partidária, e sua inadaptação aos ideais revolucionários, e, em alguns casos, aspecto de corrupção (CSN, 16/01/1969, p. 2).

Ney Maranhão se enquadrava dentro dos que estavam “inaptos aos ideais revolucionários”. Um tribunal de exceção formado, e com informações dos seus órgãos de vigilância, lançaram as acusações que foram discutidas entre os militares e sumariamente decretado o desfecho: uma limpeza ideológica de grande envergadura rompendo com qualquer dispositivo democrático que restasse. As acusações à Ney Maranhão foram de diversas ordens, sendo elencadas acusações desde 1947, oriundas de ações movidas na justiça contra ele. Algumas com ganho de causa e absolvição, outras paralisadas por falta de provas e evidências.

As alegações que mais se evidenciam foram as de corrupção e violência. Em 1958, Ney foi acusado pela morte de um homem na cidade do Recife e essa acusação ganhou força no processo de cassação. Os militares

relacionaram sua conduta violenta no dia do acontecimento com suas atividades de aproximação aos trabalhadores. No corpo do processo foi usado fala do deputado para situar como teria ocorrido:

“Há uma semana que saía diariamente as 4 horas e 30 minutos da madrugada com o objetivo de me incorporar aos piquetes na defesa das reivindicações operárias, como atestarão os membros do Sindicato e Fiação e Tecelagem... O sol a nascer já me encontrava ao lado dos operários em greve, formando sua vanguarda, e só às últimas horas da noite eu os deixava”. Finalmente descrevendo o modo frio como assassinou o motorista, relatou: “...já revoltado com as provocações e temendo um desastre, que, que poderia causar vítimas do meu lado, entre os quais o meu primo e nossas convidadas, saquei da arma e dei dois tiros contra os pneus trazeiros do caminhão, um dos quais foi atingido” (CSN, 16/01/1969, p. 53).

Nesse recorte, as acusações de violência, sobre um caso já encerrado, se misturavam com suas atividades políticas e condutas morais. A expressão “nossas convidadas” sublinhada no texto se referia a outra acusação de “conduta escandalosa”, que se atribuiu ao seu relacionamento algumas “vedetes”. Ressalta-se que, entre as acusações, estava a eleição municipal de 1968, pois “usando sua influência política e econômica, conseguiu fazer eleger sua esposa para o cargo de prefeito de Moreno-PE” (CSN, 16/01/1969, p. 56). Com a cassação de Ney, Lúcia Maranhão acabou renunciando ao cargo.

No seu prontuário individual no SNI, as acusações foram listadas como: “Assassino, inescrupuloso, pelo poder econômico e demagogia, conseguiu a chefia política do município de Moreno-PE, indiciado em IPM por atividades subversivas” (SNI, 14/01/1969, p. 12).

Não estamos interessados em saber se essas acusações levantadas eram falsas ou verdadeiras, mas sim em contextualizar o *modus operandi* do processo de expurgo do deputado eleito. E nesse sentido podemos, a partir do próprio texto produzido pelos militares, dizer que foram um conjunto de fatores que resultou na cassação de Ney Maranhão. Todas elas amparadas pela radicalização promovida pelo AI-5, onde foi possível

estabelecer com mais veemência o autoritarismo sem compromisso com o contraditório, com defesa ou qualquer outra ferramenta democrática. Em 1969, chegava ao fim¹² uma trajetória política iniciada na pequena cidade operária de Moreno de um filho de latifundiário que estabeleceu como estratégia política uma interlocução direta com o trabalhador. Nesse contexto, diversos políticos, mesmo que de uma elite poderosa, que mantivessem esse perfil não seriam tolerados pelo regime autoritário civil-militar instaurado em 1964 e radicalizado a partir do AI-5. Seu pai, Constâncio Maranhão, o mesmo que protagonizou aquelas cenas com revólver no documentário produzido pela ABC para “resolver” questões com camponeses, ainda enfrentaria muitos deles em audiências na Justiça do Trabalho (MONTENEGRO, 2014, p. 134).

Considerações finais

Existe uma grande lacuna de pesquisas sobre a atuação da classe trabalhadora nos anos iniciais do regime militar até o início do Novo Sindicalismo, na década de 1970. O presente artigo buscou contribuir para este debate analisando lideranças políticas que, mesmo não oriundas da classe trabalhadora, tiveram uma forte atuação no complexo tecido social das experiências de operários têxteis e camponeses. Analisar e problematizar atuações de personagens como Ney Maranhão e Tenório Cavalcanti se tornam, assim, ponto de partida para compreender aspectos importantes dos mundos do trabalho.

Suas estratégias políticas, suas articulações e apoios – antes e depois do golpe de 1964 – somadas as suas trajetórias de defesa de demandas da classe trabalhadora são fenômenos históricos importantes tanto para a compreensão da conjuntura que levou ao golpe, quanto para analisar o contexto político durante a ditadura militar. Importante também para debatermos além das polarizações discursivas de comunismo e

¹² Ney Maranhão voltou ao cenário político nacional na década de 1980 como suplente de senador, assumindo o cargo. No entanto, entendemos que sua postura política sofreu mudanças por motivos de conjuntura, distanciando-se de sua forma de atuação no período anterior (décadas de 1950 e 60).

anticomunismo. Lideranças notoriamente da elite ou de setores mais conservadores, mesmo sendo anticomunistas, poderiam ser para o estado autoritário um perigo por estabelecer alianças trabalhistas e ter representações em demandas e greves operárias.

Seja em Pernambuco com a família Maranhão ou no Rio de Janeiro com Tenório Cavalcanti, sobretudo em locais com forte imbricação de aspectos rurais e urbanos, os mecanismos políticos desses personagens nos mostram como um sujeito pode caminhar por diversos espaços, por diferentes esferas dentro do tecido social. Neste sentido, o campo discursivo polarizado – comunista e anticomunista – se torna falho para o entendimento de personagens tão complexos. A história social do trabalho vem trazer instrumentos e mecanismos importantes para que não caiamos em abismos conceituais e possamos analisar os sujeitos para além das amarras acadêmicas. Assim, entendemos que uma pesquisa histórica voltada para esses tipos de personagens, ao qual nos propomos a analisar brevemente neste artigo, se torna fundamental para uma leitura mais ampla do cenário político, social, cultural e, sobretudo, para entendermos as experiências da classe trabalhadora.

Olhar a biografia e trajetória dessas lideranças contribuiu para uma análise mais complexa sobre o golpe militar e o desenrolar da ditadura, sobretudo em Pernambuco, e como os diferentes momentos do regime tiveram atuação sobre esses personagens. Na ameaça de cassação, na perseguição e no endurecimento e afunilamento ideológico a partir do AI-5, a análise dos documentos produzidos pelo regime, a forma como as lideranças perceberam e atuaram frente à opressão e ameaças, nos ajudou a entender dinâmicas políticas da ditadura.

Por fim, ressaltamos que o estudo comparativo dessas lideranças políticas em Pernambuco e no Rio de Janeiro ampliou a discussão e validou ainda mais o entendimento sobre esse estado autoritário constituído a partir de 1964. Ele, porém, não foi unísono, sendo construído, elaborado, configurado e reconfigurado dentro dos interesses de uma elite nacional e do capital internacional. Nessa construção plural, havia perseguição a todo

tipo de movimentação contrária a sua ideologia. Embora sob o pretexto de *salvar* severinos e severinas do *comunismo* – discurso ainda hoje utilizado como pretexto para fragilizar a democracia – a ditadura buscou, na prática, golpear o protagonismo e a capacidade de agência dos trabalhadores, bem como *sanear* o quadro político pré 1964, à revelia da Constituição, forjando novas lideranças e grupos políticos mais alinhados ao regime. Por isso, a repressão à atuação e demandas da classe trabalhadora ou com quem, por ventura, mantivesse ligação – mesmo sendo de setores mais conservadores – foi tão intensa. As trajetórias de Ney Maranhão e Tenório Cavalcanti nos mostraram isso.

Referências

- ARCOVERDE, Márcio Romerito da Silva. **Lutas operárias num espaço semirrural**: Trabalho e conflitos sociais em Moreno-PE (1946-1964). 193 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.
- BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- COELHO, Maria José H. & ROTTA, Vera (orgs.). **Caravanas da Anistia**: o Brasil pede perdão. Brasília: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.
- COELHO, Mário. **Magé do meu tempo**: memórias, prosa e verso. Magé: s/d, 2012.
- CORREA, Larissa Rosa & FONTES, Paulo. **As falas de Jerônimo**: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. In: Anos 90. v.23. n.43. jul. 2016.
- CORREIO BRAZILIENSE [periódico]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.
- CORREIO DA MANHÃ [periódico]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

CORREIO DE MORENO [**periódico**]. Consultado no acervo do Arquivo Público de Pernambuco.

CPDOC-FGV. Ney Maranhão [**verbete**]. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neyalbuquerque-maranhao>>. Acesso em 10/06/2020a.

CPDOC-FGV. Tenório Cavalcanti [**verbete**]. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>>. Acesso em 10/06/2020b.

CSN (Conselho de Segurança Nacional). **Registro das Atas de Reuniões do CSN e das Atas de Consultas aos Membros do CSN**. 16/01/1969. p.2. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo BR_DFANBSB_N8. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso 20 jun. 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL [**periódico**]. Acervo do Congresso Nacional. Disponível em <<https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes>>. Acesso em 10 jan. 2015.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GRYNSZPAN, Mario. **Os Idiomas da Patronagem**: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1990. n. 14.

JEAN, Suettinni. **Um lugar belga em Pernambuco**: o núcleo fabril da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S. A. e a consolidação em cidade de Moreno. 201 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

JORNAL DO COMMÉRCIO [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1988.

LUTA DEMOCRÁTICA [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

MANCHETE [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

MARANHÃO, Ney de Albuquerque [**entrevista**]. Concedida a Márcio Romerito da Silva Arcoverde. 2/8/2012. Acervo do pesquisador.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 239 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, memória e metodologia**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974)**. In: Revista Territórios & Fronteiras. v.7. n.1. abr. 2014.

NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)**. Jundiá: Paco editorial, 2018.

O CRUZEIRO [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. **Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil**. In: PEREZ, Rodrigo & PINHA, Daniel (orgs.). Tempos de crise: ensaios de história política. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. [e-book].

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). 290 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

REZENDE, Sérgio. **O Homem da Capa Preta**. Brasil: longa metragem, 1986. 120min.

ROGERS, Helen Jean. **Brazil: The Troubled Land**. EUA: documentário, 1964. 25min. Disponível em <<https://vimeo.com/134849043>>. Acesso em 23 jun. 2020. Acervo: USC School of Cinematic Arts: Hugh M. Hefner Moving Image Archive.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários**: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). 471 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017a.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. **Vilas operárias**: Centros de ordem e exclusão na Vila operária de Camaragibe - PE (1900-1929). 115 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017b.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé – Terra do Dedo de Deus**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

SANTOS, Terezinha dos [entrevista]. Concedida a Márcio Romerito da Silva Arcoverde. 03/11/2012. Acervo do pesquisador.

SILVA, Claudio Araújo de Souza e. **A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações**: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro. 310 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Francisco Gonçalves [entrevista]. Concedida a Márcio Romerito da Silva Arcoverde. 03/11/2012. Acervo do pesquisador.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SNI (Serviço Nacional de Informações). Ficha Individual nº 072: Ney de Albuquerque Maranhão. 14/01/1969. p.12. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo BR_DFANBSB_N8. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso 20 jun. 2020.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ.** 231 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

TRIBUNA DA IMPRENSA [**periódico**]. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 10 jun. 2020.

**Trabalhadores rurais, proprietários,
Justiça do Trabalho e ditadura:
reflexões a partir das experiências dos canavieiros na
Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata no
contexto do Golpe Civil-Militar (1963-1966)**

*Ademir Bezerra de Melo Junior*¹

O presente artigo procura analisar as lutas sociais dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, tendo como foco as suas experiências no âmbito da Justiça do Trabalho, situadas no contexto do golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, será fundamental enfocar o papel do Estado em sua relação com as elites locais no período, elemento que tem ligação direta com o problema da estrutura fundiária e que, por sua vez, marca profundamente todas as características dessas relações de trabalho e, desse modo, o cotidiano da classe trabalhadora. Insistimos, por fim, que é imperativo considerar como ponto de partida os condicionantes impostos pela forma particular de produção vigente no contexto, ou seja, a forma capitalista de produção e organização da propriedade, que impões os limites da luta dos trabalhadores no Judiciário Trabalhista, por exemplo, ao naturalizar os lugares dos atores sociais que, na terminologia jurídica, são

¹ O Autor possui graduação (Licenciatura) em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE (2016), mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2019) e atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Atualmente pesquisa as condições de desenvolvimento, vida e trabalho em Sociedades Açucareiras, e participa dos seguintes Grupos de Estudos e Pesquisas: Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras, sediado na UFPE, em Recife/PE, e Grupo de Estudo e Pesquisa em História do Trabalho - GEPEHTO, sediado na UFPB, em João Pessoa/PB. Contato: ademirjr330@hotmail.com; ademirjr330@gmail.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4305628Y5>

reificados nas figuras do *trabalhador rural* e do *proprietário*, pelas quais se rompe toda a historicidade dessas relações.

Introdução: uma história de luta e repressão

Ao adotarmos a perspectiva dos trabalhadores das zonas rurais brasileiras, em especial aqueles que tomamos aqui como objeto mais imediato, os canavieiros pernambucanos, notamos que, seja na relação com o patrão ou com os diversos órgãos e instancias do Estado, a vivência democrática é uma exceção absoluta. Procuramos aqui refletir sobre as vivências desses trabalhadores enquanto reclamantes perante a Justiça do Trabalho no contexto da Ditadura Civil-Militar. No entanto, esse objetivo demanda um recuo, pois aqueles anos não se apresentam como exceção absoluta num percurso de resto mais livre e humanamente satisfatório. Ao contrário, pode certamente figurar como um dos episódios mais dramáticos na história dessa parcela da humanidade, mas, certamente, é *apenas* mais um em seu percurso acidentado. Vejamos alguns fatos que ilustram essas afirmações.

Podemos encontrar no *Diário de Pernambuco* (DP) manifestações de senhores de engenho temerosos do destino de suas plantações nos anos que antecederam à abolição, quando esta já assumia os tons da inevitabilidade. Nesse contexto, numa nota assinada pelo conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora, lamentavam os “proprietários, agricultores e negociantes” das províncias de Pernambuco, Rio-Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, por estarem

ameaçados em seus vittaes² interesses, attento o actual estado precário e anormal das nossas fontes de riqueza social, entre as quaes mais predomina a lavoura da canna de assucar e do algodão, base primordial (ha seculos) de quase todos os rendimentos públicos e particulares, nesta zona do império. Acham-se convictos os abaixo assignados de ser tão contristadora emergência

² A fim de evitar à incomoda repetição do ‘sic’, todas as citações no presente trabalho são tomadas literalmente das fontes.

em extremo agravada pela propaganda de um abolicionismo intransigente, campeando (o que é bem notável) simultaneamente em vários e distantes pontos do imperio, e acoçoada (pelo que parece) por mais ou menos ostensiva connivencia de agentes dos Poderes Publicos. Não são os abaixo assignados infensos ao principio da suppressão do elemento servil, e até a desejam, tão depressa quanto fôr possível, mas sem ofensa do direito positivo da propriedade; sem tanta perturbação e desorganisação do trabalho; sem desastrosa paralytia da industria agrícola e commercial; sem minar os alicerces do credito publico e particular, essa prodigiosa alavanca da civilização moderna, em summa, sem desmorrionar as mais fortes columnas da fortuna publica e particular, como se acha constituída entre nós ha tanto tempo; e, finalmente, sobre tudo, sem se afrouxarem os laços da união nacional.³

Tal indignação é própria do *bom senso* dos proprietários rurais, para quem era *intransigente* o movimento que se opunha à escravidão, certamente um regime que oferece um grande exemplo da *transigência* patronal. Em todo caso, é certamente um exercício frutífero comparar as palavras de então com àquelas proferidas por esses senhores ao longo da década de 1950 até os momentos antecedentes do golpe de 1964, dada a impressionante similaridade da argumentação em alguns pontos específicos.

Em ambos os casos é denunciada a atuação de forças perturbadoras da ordem: no primeiro são os abolicionistas, e no segundo, como veremos adiante, os elementos subversivos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), denunciados pelo “crime” de “expandir a legislação trabalhista”, para nela incluir os trabalhadores rurais, criando, nesse processo, a “luta de classes” no campo, sob os olhares coniventes de autoridades estatais⁴. Na presente matéria, é igualmente denunciada a incompatibilidade da lavoura canavieira com o trabalho livre. Décadas depois, a incompatibilidade se dará em relação a qualquer garantia legal para os trabalhadores rurais, em especial o pagamento do salário mínimo, reivindicação que tomava forma na mobilização crescente dos trabalhadores articulados pelas Ligas Camponesas,

³ Publicações a Pedido: projecto de representação. *Diario de Pernambuco*. Recife, 15 jul 1884, p. 3.

⁴ PORTO SOBRINHO, Antônio. Funda o PCB Sindicatos Agrícolas para Estimular a Luta de Classes. *Diario de Pernambuco*. Recife, 18 ago. 1956, p. 1.

a qual os proprietários responderão afirmando que “a agricultura não pode suportar uma exigência dessa natureza”, pois assim “nenhum trabalhador daria produção satisfatória”⁵, palavrório repetido no tom de quem lamenta uma situação inevitável.

Walter Fraga nos mostra que esse tom não é uma particularidade dos membros da Sociedade Auxiliadora, sendo compartilhado pelos senhores nos engenhos do Recôncavo baiano. Também ali podemos perceber algumas implicações relevantes desse processo, que envolve diretamente formas de controle social impostas pelo latifúndio à população trabalhadora após a abolição, tomando-o como ilustração para o caso pernambucano. Em sua obra, *Encruzilhadas da Liberdade*, o autor nos apresenta um quadro interessante sobre como proprietários e escravos experimentaram o contexto da abolição nos engenhos de açúcar. Àquela altura, os senhores de engenho bradavam que a abolição provocaria a imediata “desorganização do trabalho!”, posto que não mais haveria cativos para movimentar a indústria do açúcar, instalando-se o caos social e econômico no país. Aliás, salientavam que isso era tudo o que se poderia esperar de “uma gente que não sabia o que era a liberdade”. Apelavam então para a pronta resposta do Estado, que deveria adotar os necessários “meios coercitivos”, sem os quais “os escravos procurariam dar expansão à liberdade e, em breve tempo, os lavradores não teriam mais os braços para suas lavouras” (FRAGA, 2014, p. 213). No geral, os proprietários advogavam a aprovação de *leis coercitivas* que obrigassem os libertos a cumprirem contratos de trabalho, um novo meio de relacionamento entre proprietário e trabalhadores, necessário à manutenção da produção, e onde o domínio dos senhores procurava novamente se legitimar. Ou seja, reivindicavam a adoção de medidas legais e a intervenção do Estado, com a finalidade de obrigar os trabalhadores a permanecerem disponíveis para sua lavoura, décadas depois sustentarão que a legislação trabalhista é contrária ao trabalho rural. A única lei que o proprietário rural reconhece é

⁵ LINS, Lindalvo; SILVA, Francisco. ‘Liga Camponesa’ Ameaça Paralisar a Produção Açucareira de Goiana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 mar. 1959, Primeiro Caderno, p. 5.

aquela que atende aos seus interesses e o entendimento dessa mentalidade é fundamental para a compreensão de toda a história dessas relações de trabalho.

Nesses termos, não surpreende que a violência tenha sido o meio recorrente para a efetivação do domínio patronal. Por um lado, ela assume uma forma estrutural, decorrente do sucesso dos proprietários em submeterem as populações rurais ao trabalho no canavial como única forma de sobrevivência, fato muito bem analisado pela historiadora Christine Rufino Dabat, na sua obra *Moradores de Engenho* (2012), e que figura como um dos efeitos das medidas adotadas desde o fim da escravidão, num movimento que conta com o suporte imediato do Estado em todos os seus momentos, tendo como corolário a criminosa concentração fundiária.

Por outro lado, nos marcos dessa relação, a violência física direta, por vezes com ocorrências fatais, também é uma presença constante. Recordamos novamente às publicações do *Diário*. Uma notícia, intitulada “Espancados Pela Polícia”, trata de uma denúncia referente ao espancamento dos camponeses João Amaro de Almeida, presidente da Liga Camponesa de Ponte dos Carvalhos, município do Cabo, e de seu colega Francisco Nery da Silva, pela polícia do município, no dia 16 de agosto de 1959, um domingo. Contam os trabalhadores que foram “presos às 07 horas da manhã daquele dia, foram levados ao comissariado de Ponte dos Carvalhos e depois reencaminhados para a Delegacia do Cabo, onde foram Espancados”. Foram posteriormente “removidos” para Secretaria de Segurança, “onde chegaram às 16 horas de hoje, sendo postos em liberdade às 17 horas”. Acreditavam os trabalhadores que a agressão era motivada porque os mesmos “cultivavam terras de propriedade da R.F.N, (Rede Ferroviária do Nordeste) naquele distrito” terras que eram cobiçadas pelos srs. Francisco de Assis, José Gouveia e José Carlos, que, por isso, teriam feito “acusações infundadas ao delegado local”, que, sem apurar o caso, tomou “providências drásticas”, tendo “se limitado a presenciar o espancamento de que foram vítimas por parte de um soldado do destacamento

local”⁶. Nesses exemplos, que poderiam ser multiplicados, ainda não estamos no contexto da Ditadura inaugurada no país com o golpe de 1964.

Essa questão não é trivial, sobretudo porque essa relação de trabalho ainda existe e preserva parte de suas características desumanas, como abordaremos a seguir. Por hora, é necessário discutirmos a construção ideologicamente o golpe, percorrendo um pouco das lutas dos trabalhadores rurais e seu reflexo na imprensa corporativa, um dos vetores responsáveis por permear a sociedade com as noções de crime político características da Ditadura, ponto fundamental para entendermos a peculiaridade das experiências dos trabalhadores perante o tribunal a partir de 1963.

A luta social como atividade subversiva: a construção ideológica do golpe

Não é nenhum exagero afirmar que as lutas dos trabalhadores rurais de Pernambuco emergiram como fato social incontornável ao longo da década de 1950, em especial nas mobilizações das Ligas Camponesas. As Ligas foram criadas em 1947, por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro, no breve período em que permaneceu na legalidade, entre a redemocratização de 1945 e o ano de 1947, perdendo força logo em seguida. Quando é criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) em 1954, instituição sediada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, e que conta com o apoio de Francisco Julião, ela é logo denominada pela imprensa corporativa de *Liga Camponesa*, com o objetivo de lançar a opinião pública contra o movimento, sob alegação de que ele seria uma célula para a agitação comunista.

Esses movimentos assumiram importância fundamental ao impor o reconhecimento das péssimas condições de vida e trabalho no meio rural, constituindo-se em um dos fatos políticos mais importantes do país no

⁶ Espancados Pela Polícia. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 ago. 1959, Primeiro Caderno, p. 5.

período⁷. Tais reivindicações apresentavam um variadíssimo conjunto de temas e objetos, que podem ser resumidos em duas questões basilares: de um lado, exigiam o reconhecimento dos Direitos Trabalhistas para a categoria dos trabalhadores rurais, já previstos em alguns dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, mas negados na prática, e, de outro, lutavam pela conquista da terra, impondo o debate em torno da Reforma Agrária, contestando, desse modo, o caráter da propriedade fundiária brasileira, partindo da realidade vivenciada na zona canavieira pernambucana, problema abordado brevemente acima⁸.

Como vimos, as relações de trabalho características da região foram marcadas historicamente pelo caráter concentrado da estrutura fundiária, pelos efeitos deletérios decorrentes da imposição da lavoura monocultora e pela herança da escravidão como modalidade dominante de exploração da força de trabalho (DABAT, 2012, p. 70-73). Assim, mesmo após a abolição, em 1888, os trabalhadores libertos foram submetidos à situação de dependência dos núcleos produtivos, fixados nas propriedades por meio de uma série de estratégias adotadas pelos proprietários, das quais a mais relevante e com maior efeito à longo prazo foi a cessão de uma casa ao trabalhador, sob a condição de que ele permanecesse à disposição para o trabalho no canavial (relação de ‘morada’), peculiaridades que ajudaram a impor a continuidade como traço dominante na região (EISEMBERG, 1977, p. 200-204).

Desse modo, a luta pela conquista dos direitos trabalhistas, que teve lugar ao longo da década de 1950, enfrentava uma longa história de exploração e visava pela primeira vez impor algum freio ao arbítrio patronal. Nesse sentido, tais exigências foram logo percebidas como resultado da

⁷ Em face de seu assunto, o presente artigo se vale sobretudo das matérias do *Diário de Pernambuco*, do qual falaremos mais detidamente a seguir. Esses movimentos, no entanto, despertavam a atenção de todo o país. Podemos citar o exemplo do *Jornal do Brasil*, que crescentemente vai salientar o perigo dos movimentos camponeses em Pernambuco, em especial no contexto do Governo de Miguel Arraes, entre 1963 e 1964, como veremos a seguir.

⁸ A maneira como ambos os temas eram considerados em conjunto pode ser percebida na ocasião da criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, primeira instituição de caráter nacional voltada à organização e luta dos trabalhadores rurais. Já ali a conquista dos direitos trabalhistas aparece lado a lado com a questão da terra. Ver: Unidos os Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. *Terra Livre*. set. - out. 1954, p. 1.

atuação de elementos *subversivos*, nos termos da Lei de Segurança Nacional, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas em 1935⁹, que definia os crimes contra a ordem política e social, dispositivo que introduz na vida nacional a noção de *crime político* e será um dos pilares da Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Sob essa perspectiva, deu-se a criação da Delegacia de Ordem Política Social (DEOPS), com unidades em vários estados, sendo a unidade de Pernambuco instituída em dezembro de 1935, pela Lei nº 71 da Delegacia de Ordem Política e Social, posteriormente conhecida como a polícia política da Era Vargas (SILVA, 1996, p. 97).

Este órgão seria um dos pilares da ditadura instaurada no país com o golpe de 1964, também sob a influência da doutrina de Segurança Nacional promovida pela Escola Superior de Guerra, criada em 1949, seguindo o modelo do *National War College* dos Estados Unidos. Inicialmente a ESG congregava interesses estritamente militares, passando posteriormente a agregar civis e ampliar sua área de atuação, desempenhando um papel fundamental na propagação da Ideologia de Segurança Nacional em todo o país, que previa, “em defesa da segurança interna, toda uma estratégia de implantação de uma nova mentalidade que deve ser partilhada primeiro por todos os órgãos de segurança e paulatinamente pela sociedade”, cabendo em parte a imprensa corporativa cumprir o papel de órgão divulgador desse ideário no seio da opinião pública (SILVA, 2014, p. 33-48). O trabalho de Arleandra de Lima Ricardo (2018) igualmente demonstra que a estrutura investigativa da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco foi utilizada desde cedo pelos proprietários como meio de infiltração de agentes nas empresas, para identificação e posterior punição de trabalhadores mais voltados à reivindicações e exigências legais. Aqueles que, enfim, lutavam e congregavam os companheiros para a luta.

Nesse contexto, não é casual que as acusações relacionadas ao pretenso papel subversivo do PCB no meio rural não esteja vinculado diretamente a um levante revolucionário, mas ao fato de os membros do

⁹ BRASIL. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

partido iniciarem um trabalho de base que tinha como objetivo central conscientizar os trabalhadores rurais acerca de um conjunto de dispositivos que lhes garantia ao menos alguns direitos previstos CLT, mas que permaneciam inefetivos, em especial a ênfase dada à criação de sindicatos de trabalhadores rurais já na década de 1950, instituições que embora não tivessem vida legal, podiam figurar com espaços abertos para a construção da solidariedade de classe. Daí as denúncias de Porto Sobrinho, no *Diário de Pernambuco*, de o PCB estaria agitando os meios rurais ao incutir a reivindicação por direitos na mente de homens e mulheres do campo. Nesse sentido, o papel da imprensa corporativa no período, em especial do *Diário de Pernambuco*, mais diretamente avocado por nós, obedece àquilo que Dreifuss denominou de *Doutrinação Geral*: procedimento pelo qual a elite orgânica procurou estabelecer “um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais”. Dentre esses veículos de imprensa, o autor cita os Diários Associados, rede de jornais, rádios e televisões de Assis Chateaubriand, da qual o DP fazia parte (1987, p. 232-233).

Vejamos, por exemplo, a matéria veiculada no próprio DP, no dia 16 de julho de 1959. O jornal afirmava saber de fontes do IV Exército que “130 Agricultores Residentes no Engenho Galileia São Comunistas,” fato que denunciaria a “infiltração espantosa dos vermelhos em Vitória de Santo Antão”. O efetivo policial local, um total de 28 praças, encontrava-se em “permanente expectativa”, pois o “despejo (pela Justiça) dos membros da Liga Camponesa poderá oferecer graves consequências”.

Assim é abordada a ocupação do Engenho Galileia. O periódico ainda salienta o clima de tensão e perigo vigente no município de Vitória de Santo Antão. A presença de comunistas entre os trabalhadores é, segundo a publicação, objeto de “relatórios” das autoridades, preocupadas com as “atividades dos comunas”. É referida a ocorrência de reuniões semanais, “normalmente às sextas-feiras” (divergindo da descrição do proprietário do Engenho Bento Velho, que afirmou serem realizadas reuniões no sábado), em que os membros da Liga abordam assuntos importantes

referentes ao movimento. A possibilidade de confrontação é bastante acentuada ao longo da matéria, onde podemos ler que

a situação em Vitória poderá se complicar a qualquer momento, caso se efetue o despejo dos atuais moradores do engenho Galiléia, exatamente elementos da Liga Camponesa que, apossando-se do engenho, obrigaram seus proprietários a afastar-se, a fim de evitar maiores complicações.

Temiam as autoridades que, uma vez realizado o despejo, já autorizado pela Justiça naquela ocasião, houvesse “uma conflagração”, não se acreditando “que pacificamente os posseiros deixem os locais onde se encontram”. O ambiente de confrontação, que a publicação insistentemente procurava ressaltar, parece motivado pela atuação de “doutrinadores” comunistas, sabendo o jornal, de “fonte oficial”, que, dos agricultores ali presentes, 130 são fichados pela polícia como comunistas, sendo Vitória de Santo Antão uma das cidades do interior “onde mais se observa a infiltração vermelha”. Ainda é citado nominalmente o “elemento” conhecido por “Zezé”, cujo verdadeiro nome é José Francisco, e a presença constante de Francisco Julião na ocupação, onde o então deputado “mantém conversações com os correligionários”¹⁰.

Essa repercussão certamente procurava desmobilizar os movimentos, deslegitimando sua existência em face da infiltração de elementos subversivos. Por outro lado, as péssimas condições de vida e trabalho no meio rural já não podiam ser ocultadas, e é nesse contexto que o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) se insere. O Estado precisava agir a fim de responder as demandas dos trabalhadores, que viviam então num contexto de carestia quase absoluta. Uma publicação do jornal das Ligas Camponesas repercutia o salário real dos trabalhadores, e apresentava o quadro apresentado na tabela (1) abaixo:

¹⁰ 130 Agricultores Residentes no Engenho Galiléia São Comunistas. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 jul. 1959, Primeiro Caderno, p. 05.

Tabela 1
O “salário de morte” dos trabalhadores rurais (1962)

	Receita Lei	(ganha) De fato		Despesa Lei	(gasta) De fato
Diário	Cr\$ 276,30*	Cr\$ 80,00	Moeda	Cruzeiro	Vale do barracão
Trabalha	8 horas	10-12 horas	Feijão (o quilo)	Cr\$ 55,00	Cr\$ 180,00
Idade Mínima	14 anos	8 anos	Farinha (a cuia de 8 kg)		Cr\$ 1.200,00
Aposentadoria	75 anos	morte	Charque (o quilo)		Cr\$ 500,00
			Casa (ao ano)		Cr\$ 10.000,00

OBS.:* - Como determinava para a região o Decreto nº 51.336, de 13 de outubro de 1961.

FONTE: Trabalhadores Rurais Ganham “Salário de Morte”. “A Liga”. Nº 6. 13 nov. 1962, p. 3. *Apud* (DABAT, 2003, p. 706)

Meses antes, nesse mesmo ano, Nelson Maculan (PTB), então senador pelo estado do Paraná, relator do projeto do ETR no Senado e membro da Comissão Nacional de Política Agrária, impressionou-se com a situação dos trabalhadores rurais nordestinos, após viagem à região para colher informações a fim de fundamentar seu relatório para o projeto. Em matéria veiculada no *Jornal do Brasil*, dizia com clareza:

no meio rural do Nordeste está o cadinho da revolução que fatalmente surgirá nos campos se a ganância, a cupidez e a insensibilidade dos poderosos não forem contidas imediatamente e se não dermos a esses nossos irmãos, verdadeiros párias, condições mínimas de existência.

O senador visitara plantações de cana, fumo e algodão na região. Exortava o governo federal para que adotasse medidas urgentes a fim de minorar as péssimas condições financeiras dos trabalhadores rurais. Afinal, tudo “o que vier a ser eventualmente gasto para o socorro dessas populações, representará muito pouco em face do que poderá suceder ao país se, de um momento para outro, explodir naquela região uma revolta de consequências imprevisíveis”. Reportava à “imprevidência das classes dominantes da região” a responsabilidade pelas “condições subumanas de vida do assalariado rural do Nordeste”, e concluía: “é necessário que os

homens responsáveis por tais desequilíbrios olhem com humanidade os seus trabalhadores e venham em seu auxílio, dando-lhes aquilo a que, por justiça, têm direito, antes de que seja tarde”¹¹.

Nesse quadro, o ETR se apresenta como uma saída para o quadro de tensão, visto que parecia se avizinhar uma rebelião no meio rural pois, como vimos na tabela 1, acima, as condições de vida dos trabalhadores rurais lançava essa parcela da humanidade numa situação de carestia absoluta. A resposta apresentada pelo governo, nesse aspecto, visava instituir um marco legal que possibilitasse um mínimo de controle frente ao arbítrio patronal e, nesses termos, a criação de Juntas do trabalho no meio rural do país obedece ao mesmo esforço, como veremos abaixo.

A experiência no tribunal e a violência do golpe: impacto inicial e aprendizado (1963-1966)

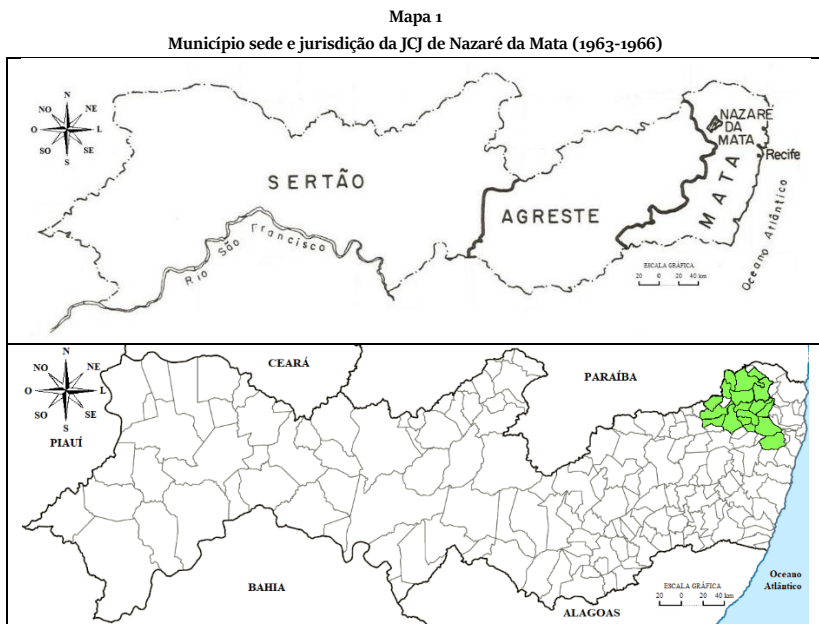
A fim de enfrentar tais tensões no campo, e em preparação à promulgação do ETR, foi preparada, no Congresso Nacional, a Lei nº 4.088, sancionada pelo presidente João Goulart em 12 de julho de 1962¹². Esse dispositivo foi responsável pela criação – dentre outras – da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Nazaré da Mata. O município sede, distando 65 quilômetros do Recife, capital do Estado, situa-se na microrregião da mata seca pernambucana, “segunda zona agrogeográfica mais importante no cultivo da cana-de-açúcar”. Historicamente voltado à produção canavieira, tal cenário carrega ainda hoje as marcas da exploração monocultora, com os decorrentes efeitos sobre a produção de subsistência, comprimida à uns poucos terrenos e que, mesmo quanto existente, careceu do apoio governamental sempre abundante, por outro lado, para a classe proprietária. Os efeitos deletérios dessa opção são reconhecidos por publicações oficiais, mas naturalizados como mal necessário em face da *eficiência* da empreitada:

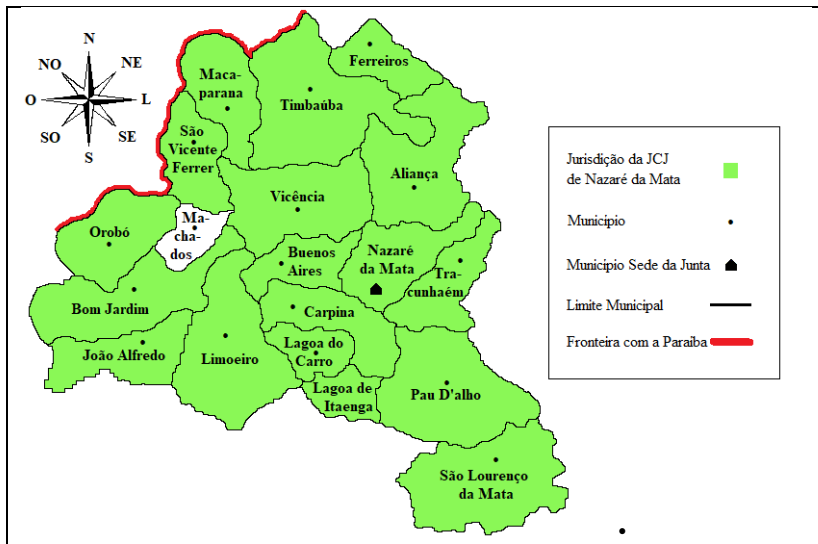
¹¹ Néelson Maculan Adverte que Cadinho da Revolução Está no Meio Rural do Nordeste, **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 fev 1962, p. 4.

¹² BRASIL, Lei nº 4088, de 12 de julho de 1962.

Sendo a cana-de-açúcar sua principal lavoura e também a principal matéria prima industrial da economia, é natural que toda a atividade econômica municipal esteja voltada quase sempre para essa monocultura. [...] A forma de exploração dominante no município é caracterizada pelo tipo “plantation”, onde se percebe a exclusão de outras lavouras, geralmente cultivadas em pequenas propriedades. [...] O caráter eminentemente agrícola da economia local, induz o florescimento de atividades sempre atreladas ao setor primário ou dele inteiramente dependentes, com a agroindústria açucareira existente no município [sendo o] principal instrumento dinamizador da economia e também o maior indutor do desenvolvimento local. Em que pese as desvantagens da monocultura, observa-se que através dela o município conheceu, historicamente, os melhores dias de sua economia que, embora colocada numa estrutura elitista, apresenta possibilidades de uma exploração mais eficiente do potencial existente. (PERNAMBUCO, 1982, p. 25)

A Jurisdição da JCJ de Nazaré da Mata se estendia a vários municípios, como se pode ver no mapa (1) abaixo.





FONTE: PERNAMBUCO, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco – FIDEPE. *Série Monografias Municipais: Nazaré da Mata*, v.21, Recife, 1982, p. 12. E dados do IBGE, com edições do autor.

É nesse quadro, marcado pela violência extremadas dos proprietários rurais em associação com autoridades estatais, em especial a polícia, situação agravada pela crescente mobilização dos trabalhadores em torno das Ligas Camponesas e apoiados por figuras políticas da relevância de Francisco Julião e Miguel Arraes, que as autoridades públicas serão chamado a agir, do que é exemplo a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento na zona canvieira do estado¹³, ordenada em 1962 e efetivada em 1963, ano em que também foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁴, dispositivo que significou o ingresso dos trabalhadores rurais no âmbito da Justiça do Trabalho.

Assim, quando o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) é finalmente promulgado em 1963, as elites sentem um enorme impacto, relacionado ao temor de que os padrões tradicionais de dominação característicos daquelas relações fossem afetados graças ao ingresso dos trabalhadores

¹³ Vale salientar que a Lei Nº 4.088, de 12 de julho de 1962, ordenava a criação de diversas Juntas de Conciliação e Julgamento em todo o país, algumas das quais em Pernambuco, do que é exemplo, como vimos, a 1ª JCJ de Nazaré da Mata.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963.

rurais no âmbito da Justiça do Trabalho. Desse modo, não parece prudente crer que seja casual o fato de o Golpe Civil-Militar ocorrer menos de um ano depois da promulgação do ETR, em especial quando temos presente que os trabalhadores logo ocuparam esse espaço e procuraram impor o cumprimento da legislação.

Logo após o golpe, quase todos os sindicatos rurais sofreram com a repressão dos militares, que nomearam interventores responsáveis pela “limpeza ideológica” daquelas instituições. Lideranças consideradas perigosas ou subversivas sequestradas e levadas para a prisão, vitimadas por linchamentos públicos e sessões de tortura, em alguns casos com participação direta de proprietários rurais, como veremos. Esse destino de parte dos participantes do movimento sindical rural denuncia não apenas a longa história de vigência e investigações promovidas pelos agentes do DOPS-PE,¹⁵ do que são testemunha os vários prontuários sobre os sindicatos rurais, mas também os casos em que os proprietários aproveitaram a oportunidade para acertar contas com elementos indesejados, aqueles que estavam prontos a levar à Justiça qualquer incumprimento dos patrões em relação aos acordos feitos em juízo com a representação dos trabalhadores, como também teremos a oportunidade de ver.

Mas o comportamento dos militares perante os sindicatos rurais indica ainda um caminho dúbio que remete aos interesses contraditórios que a cúpula militar procurava dominar uma vez tomado o poder e assumido o governo. Parte dela, encabeçada pelo então presidente Castelo Branco, reconhecia a relevância da estrutura sindical criada por Vargas para o controle estatal dos trabalhadores e sua manutenção no “bom caminho” da conciliação entre as classes e a prevalência do que era indicado como interesse nacional. Outra parte compartilhava a opinião de que era necessário desmontar toda aquela estrutura a fim de evitar os perigos decorrentes da organização dos trabalhadores. É necessário percebermos que àquela

¹⁵ Na sua tese, Arleandra de Lima Ricardo (2018) demonstra como havia também os investigadores que recebiam uma remuneração extra ao seu salário como servidores, esta paga pelas indústrias, para exercerem vigilância e repressão no interior das fábricas. Ou seja, já no período entre os anos de 1937 e 1958, um número significativo de agentes ‘invisíveis’ auxiliaram na integração entre o Estado e as empresas no quesito repressivo.

altura já vinha de longe a preocupação americana com a situação dos conflitos relativos às disputas de terra no Brasil, com a atuação intensa da CIA no sentido de legitimar a criação de instituições que, como os próprios sindicatos, pudessem minorar as condições vivenciadas pelos trabalhadores rurais e dar algum tom de legitimidade ao novo regime, com o que se procurava contornar a influência comunista e impedir qualquer movimento que pudesse representar riscos à ordem estabelecida, percebidos por vezes pelos americanos como efeitos colaterais da profunda miséria dos camponeses no Brasil.

A ala mais voltada à manutenção da estrutura sindical atuou logo após o golpe junto ao Instituto Cultural do Trabalho, pelo qual foi promovido o Seminário de Orientação Sindical, a fim de informar os trabalhadores sobre a importância do “sindicalismo isento de vinculações políticas”, além da realização de cursos com objetivos semelhantes pelo SORPE. Abreu e Lima lembra ainda que a própria FETAPE receberia financiamento e realizaria convênios com o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, criado pela central sindical norte-americana AFL-CIO para “combater a influência comunista e castrista no movimento sindical latino-americano” (ABREU E LIMA, 2012, p. 125).

Em todo caso, a violência perpetrada no contexto imediato do golpe de 1964 foi sentido de forma brutal pelos trabalhadores. Esse fato pode ser percebido, por exemplo, na reclamação 453/64, proposta no dia 30 de março de 1964, em que 26 trabalhadores rurais, com mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Nazaré da Mata, procuram reformular o padrão das ‘tarefas’ diárias, que exigia dos trabalhadores o corte de 150 feixes de cana, reivindicando a atualização da medida para 100 feixes. A inviabilidade da tarefa era proposital, uma vez que o costume nas propriedades da região estabelecia que o seu não cumprimento dentro da jornada de 8 horas prejudicava a obtenção salário mínimo regional previsto em lei. Solicitam então a intervenção do sindicato, cujo presidente “deslocou-se até a referida propriedade donde pôde ver de perto a situação”, tendo entrado em contato com a empresa para negociar com o

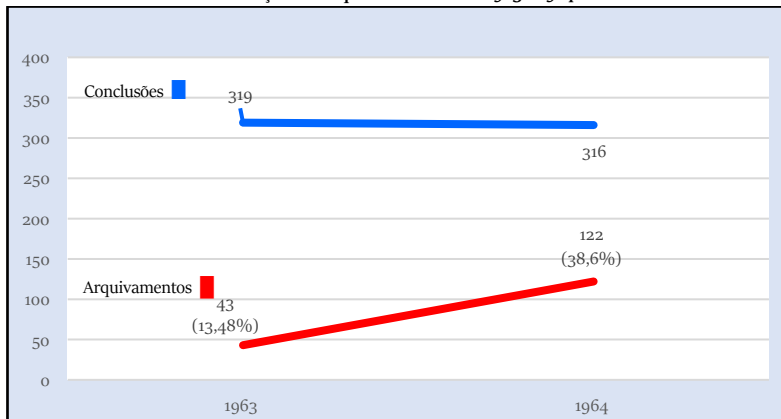
proprietário a diminuição da tarefa. O proprietário recusou-se a promover qualquer alteração nos valores vigentes e deu ordem para a paralisação da produção e a demissão dos trabalhadores.¹⁶ Marcada a audiência para o dia 3 de julho de 1964, o processo foi arquivado pelo não comparecimento dos trabalhadores na data, o que podemos supor que foi desencadeado pelo temor provocado pelo golpe. Considerando a totalidade das reclamações analisadas no período, o aumento desses arquivamentos entre os anos de 1963 e 1964 revela a esse impacto imediato do golpe, e pode ser verificado pela análise da tabela (2) e do Gráfico (1) abaixo:

Tabela 2
Arquivamentos entre 1963 e 1964

ANO	CONCLUSÕES CONSIDERADAS	ARQUIVAMENTOS	PERCENTUAL
1963	319	43	13,48%
1964	316	122	38,6%

FONTE: Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata em 1963 e 1964. Acervos do Projeto História e Memória UFPE/TRT-6 e do Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco.

Gráfico 1
Evolução dos arquivamentos entre 1963 e 1964



FONTE: Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata em 1963 e 1964. Acervos do Projeto História e Memória UFPE/TRT-6 e do Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco.

¹⁶ Processo Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. 453/64, p. 2.

Os sinais eram demasiado claros, e naturalmente a situação era particularmente difícil para aqueles ligados à estrutura Sindical. Um caso em particular exemplifica o ambiente. Trata-se da reclamação apresentada pelo trabalhador rural Manoel Pereira da Silva contra o Engenho Jundiá, município de Vicência, onde também residia, no dia 21 de setembro de 1966, por haver sido demitido sem motivo justo. Em termos gerais, o processo apresenta um percurso relativamente comum para o período: o trabalhador apresenta a reclamação, as partes são ouvidas na primeira audiência, em seguida apresentam as testemunhas e provas adicionais, quando estas existem, terminando finalmente por conciliar. Essa reclamação, no entanto, apresenta uma peculiaridade, revelada na contestação que o preposto do proprietário faz, na primeira audiência de instrução, em 17 de outubro de 1966. A querela do processo gira em torno da demissão sem justa causa do trabalhador, demissão essa negada pelo representante do proprietário, que apela, inclusive, para o presidente do STR de Vicência, que em tese estava presente acompanhando o trabalhador, seu associado. Ele afirmou, no entanto, quando questionado, “ter conhecimento da reclamação em tela e que a mesma não procedia, pois era sabedor de que o Reclamado não havia demitido o Reclamante”¹⁷. O presidente se chamava Mario Pedro de Moura, e certamente vinha sofrendo pressão.

Algum tempo depois dessa audiência uma coluna do correspondente Severino Xavier Elói para o *Diário de Pernambuco*, descreve o trabalhador como “um homem de pouca formação intelectual e moral”, insubordinado, pois “procura tratar as pessoas graduadas e superiores a êle por você”. Era, enfim,

um ‘agitador’, conforme ouvimos de várias pessoas. Em lugar de tentar conciliar os empregados rurais com os proprietários, procura incitá-los contra os patrões. Em vez de orientar os trabalhadores rurais, desorienta-os, jogando-os contra os proprietários. Está promovendo, pois, à sua maneira, a ‘luta de classes’, pregada por Carlos Marx.¹⁸

¹⁷ Processo da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. 627/66, p. 2 e 5.

¹⁸ ELÓI, Severino Xavier. Sindicato Rural de Vicência Está Precisando de Nova Direção. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jan 1967, Terceiro Caderno, p. 5.

A partir dessas acusações podemos supor que Mário tentava, ao ficar do lado do proprietário, se resguardar dos perigos que incidiam sobre sua pessoa. Em toda a amostra, seu caso é o único em que um líder sindical, presente nas audiências justamente para reforçar a posição dos trabalhadores, procura, ao contrário, demovê-los da ação. Esse tipo de pressão é particularmente forte sobre os trabalhadores que tinham uma posição de direção nos sindicatos, como já vimos anteriormente.

Restava aos trabalhadores unirem-se para garantir alguma possibilidade de proteção, e, por que não, exercer pressão sobre os magistrados, e encontraram a ocasião para tanto nas reclamações plúrimas.

Elas eram previstas no Art. 842 da CLT, que determinava que “sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento”¹⁹. Em geral, questionavam aspectos específicos e pontuais: bastava que o empregador subtraísse o pagamento do 13º salário, do repouso remunerado, da diferença de salário etc., e lá iam 8, 16, 24, 38, 74, 82²⁰ trabalhadores e trabalhadoras, questionar o direito aviltado. Como estratégia de solidariedade e autodefesa, as reclamações plúrimas simbolizam não apenas o aprendizado acumulado na relação recém constituída com o Judiciário Trabalhista, mas indicam igualmente a conscientização crescente de que a união entre era o único meio de enfrentar adversários poderosos num contexto de violência extremada e ausência de garantias legais que assegurassem um ambiente minimamente livre para a defesa de suas demandas.

A tabela (3) a seguir apresenta o número de reclamações plúrimas na amostra de 1313 processos, conjunto documental analisado, demonstrando sua relevância crescente entre 1963 e 1966, ao relacioná-las com o número de trabalhadores reclamantes em cada ano, dados que também são ilustrados no gráfico (2) abaixo:

¹⁹ Decreto-Lei nº 4.452 de 1º de maio de 1943.

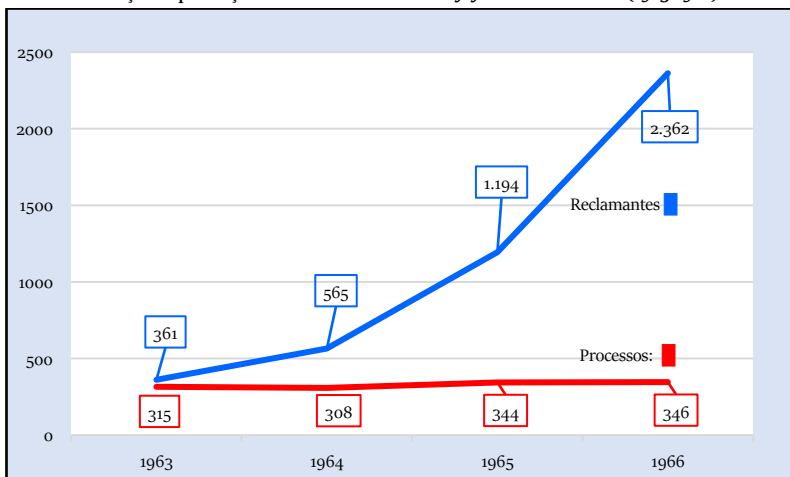
²⁰ Respectivamente, Processos Trabalhista da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. 06/66, 187/65, 546/65, 105/66, 384/65, 383/65 e 42/66.

Tabela 3
NÚMERO DE PROCESSOS, INCIDÊNCIA DE RECLAMAÇÕES PLÚRIMAS E TOTAL DE
TRABALHADORES RECLAMANTES ENTRE 1963 e 1966

ANO	PROCESSOS CONSULTADOS	RECLAMAÇÕES PLÚRIMAS	PERCENTUAL	NÚMERO DE TRABALHADORES
1963	315	16	5,07 %	361
1964	308	50	16,23 %	565
1965	344	53	15,40 %	1.194
1966	346	116	33,52 %	2.362
TOTAL:	1.313	235	17,89 %	4.482

FONTE: Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata entre 1963 e 1966. Acervos do Projeto História e Memória UFPE/TRT-6, do Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco, e dados referentes aos processos ajuizados na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata entre 1963 e 1966, fornecidos pelo Núcleo de Gestão Documental, Arquivo Geral – TRT-6.

Gráfico 2
Evolução na presença de trabalhadores rurais na JCJ de Nazaré da Mata (1963-1966)



FONTE: Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata entre 1963 e 1966. Acervos do Projeto História e Memória UFPE/TRT-6, do Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco, e dados referentes aos processos ajuizados na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata entre 1963 e 1966, fornecidos pelo Núcleo de Gestão Documental, Arquivo Geral – TRT-6.

Essa modalidade de reclamação certamente ampliava as possibilidades de êxito na luta perante o tribunal, mas exatamente em razão da precariedade de sua condição, os trabalhadores rurais estavam sujeitos a um amplo campo de ação *extrajudicial*, que os proprietários procuravam

mobilizar para diminuir a eficácia do seu recurso ao Tribunal. Em diversas ocasiões os senhores muito claramente parecem fazer a tramitação perder ao máximo a fim de pressionar os trabalhadores a aceitarem uma conciliação, pela qual ele pagaria apenas uma fração dos direitos realmente devidos, assim, independente do espaço em que se efetivava, a luta era sempre desigual.

Conclusão

O presente trabalho procurou refletir sobre as experiências dos trabalhadores rurais na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964, enfocando, mais precisamente, o período entre os anos de 1963 e 1966. Vimos, ao longo da exposição, como as relações de trabalho características da zona canavieira pernambucana foram marcadas historicamente pelo caráter concentrado da estrutura fundiária, pelos efeitos deletérios decorrentes da imposição da lavoura monocultora e pela herança da escravidão como modalidade dominante de exploração da força de trabalho.

Essa perspectiva histórica é fundamental para compreendermos como se estabelecem os traços de continuidade que sujeitaram a população residente ao trabalho no canavial, mesmo após a abolição da escravidão, por meio da utilização de uma série de estratégias, dentre as quais desponta a relação de moradia como forma dominante empregada para a fixação dos trabalhadores nas propriedades. Por sua vez, contando em todos os momentos com o apoio fundamental do estado, que assumiu o papel de promotor dessa modalidade de desenvolvimento, a classe proprietária conseguiu manter uma enorme concentração de poder econômico e social, sendo capaz de determinar desde cima os destinos de toda a região.

Assim, se a Justiça do Trabalho foi realmente um espaço aberto para que os trabalhadores rurais conseguissem algum nível de segurança quanto à aplicação dos direitos previstos em lei, ela também é parte central do contexto histórico que apresenta o seguinte fato perturbador: segundo

a última Convenção Coletiva firmada entre os sindicatos dos proprietários e dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, a tarefa que cada trabalhador tem de realizar para ter direito ao salário mínimo é mais que o dobro daquela prevista na Convenção de 1964, e isso quando estamos em pleno século XXI e sob à garantia da *Constituição Cidadã*²¹. Enquanto o problema da propriedade fundiária não for devidamente enfrentado, valerá a máxima do capital, pela qual

é evidente que o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais [...] é pura futilidade. (MARX, 2013, p. 377)

Referências

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 42.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 742 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2ª. ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

²¹ Uma das tarefas previstas na Convenção Coletiva de 1964 determinava que o trabalhador receberia Cr\$ 1.000 para cada tonelada de cana cortada. Como o salário mínimo diário vigente no período era de Cr\$ 1.320 (BRASIL. Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964), a relação é fácil de fazer: a tarefa relativa ao salário mínimo exigia que o trabalhador cortasse, em média, 1.320 kg de cana em um dia de trabalho. A Tabela de Tarefas decorrente da Convenção firmada em 2018 impõe aos trabalhadores uma tarefa média de 3.000 kg de cana cortada em um dia de trabalho, para que eles tenham direito ao salário mínimo, calculado na diária, e cujo valor é R\$ 33,37. Para uma análise mais detalhada dessa questão, ver: MELO JUNIOR, 2019, p. 288-290. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1908#. Acesso em: 13 set. 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Tradução de Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

EISEMBERG, Peter L. **Modernização Sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910; Tradução de João Maia; Apresentação de Manuel Correia de Andrade; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 200-204.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: História de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO JUNIOR, Ademir Bezerra de. **Lutas, Repressão e Conquistas**: as experiências dos trabalhadores rurais na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata no Contexto do Golpe Civil-Militar (1963-1966). 301 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

PERNAMBUCO, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco – FIDEPE. **Série Monografias Municipais**: Nazaré da Mata, v.21, Recife, 1982

RICARDO, Arleandra de Lima. **O Cotidiano Repressor dos Agentes da DOPS de Pernambuco (1931-1956)**. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, Marcília Gama da. **A Dops e o Estado Novo**: Os bastidores da Repressão ao Comunismo de 1935-1945. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na Perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

Instituições e fontes pesquisadas

1. Universidade Federal de Pernambuco – Projeto História e Memória (UFPE/TRT-6)
 - 1.1. Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata, 1963-1970.

2. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

2.1. Diário de Pernambuco, 1950-1970.

2.2. Jornal do Brasil, 1950-1970.

2.3. Terra Livre, 1954-1964.

O Golpe de 1964 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos em Pernambuco

*José Marcelo Marques Ferreira Filho*¹

“Se batia, jogava dentro do rio, amarrado, com uma pedra pendurada no pescoço, batia-se em camponeses [...]. Porque a Justiça lá era o dono do engenho, o dono da terra. O latifundiário mandava na Justiça, mandava no juiz, mandava no promotor, mandava nos delegados, mandava em todo mundo [...]. Era o dono da terra que fazia isso. Isso que eu estou falando é fora ainda do golpe militar...”.

Zito da Galileia, depoimento à Comissão da Verdade

Introdução

No mundo dos engenhos de açúcar, em Pernambuco, a ditadura antecedeu o Golpe de 1964. À primeira vista, essa polêmica frase pode soar, aos ouvidos mais críticos, no mínimo, como um caso flagrante de anacronismo; ou como prova de nítida deficiência conceitual de quem a formulou. No entanto, se definirmos ditadura² como basicamente um regime autoritário que nega as liberdades individuais e usa generalizada e impunemente a violência como meio de poder e controle social, então, na sociedade açucareira ela já era uma realidade muito antes do primeiro

¹ Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ded/UFRPE). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil* (Recife: EdUFPE, 2020). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0630153086889887>

² O conceito de ditadura é polissêmico, podendo se referir, segundo Mario Stoppino (1998), a diversos regimes de governo como despotismo, absolutismo, tirania, autocracia, autoritarismo. Negação das liberdades individuais e uso massivo da violência como mecanismo de controle, no entanto, eram comuns a todos esses modelos.

militar tomar o poder em abril daquele ano. O autoritarismo,³ como tentarei demonstrar, era uma marca estrutural da *plantation*.⁴ No mundo dos engenhos – territórios distantes, isolados, fechados e controlados por milícias particulares fortemente armadas – os mecanismos coercitivos de controle social que a classe dominante empregava cotidianamente (ameaças, perseguições, prisões, torturas, assassinatos...) eram os mesmos adotados em qualquer outra sociedade sob regime autoritário.⁵ Nesses espaços, a violência, em todas as suas tipificações, regia, de forma permanente, o exercício normal do poder.

O objetivo central desse texto é defender a ideia de que no mundo dos engenhos, onde centenas de milhares de *moradores* nasciam, viviam e morriam sem jamais terem saído de seus domínios, o autoritarismo era o regime normativo das relações sociais, mesmo antes do Golpe de 1964. Nesse processo, argumento que a violência – base relacional sobre a qual as experiências autoritárias se davam – era, ao mesmo tempo, condição, meio e produto da organização e gestão do espaço açucareiro pela classe dominante, compondo a própria dinâmica do sistema produtivo,

³ “O adjetivo “autoritário” e o substantivo autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. (...) A existência de um fundo de significado comum não inclui a necessidade da co-presença fatural dos três níveis de autoritarismo. (...) Em que grau e com que frequência os três níveis de autoritarismo se acham juntos ou separados nas diversas situações sociais é um quesito cuja resposta não pode ser prejudicada, na partida, pelas definições, mas deve ser pacientemente determinada através da investigação empírica. Em linha de princípio, nada exclui que (...) um regime autoritário de fato se acoberte por fora de uma ideologia democrática” (STOPPINO, 1998). O Brasil, a esse respeito, deve servir como exemplo, uma vez que a Constituição Federal de 1967 (em plena ditadura!) afirmava a necessidade de preservar o regime democrático e a garantia dos direitos fundamentais do homem (art. 148, III; art. 149, III; art. 151 e art. 166, § 2º). O mais importante nisso tudo, no entanto, são as práticas e as relações entre as classes, não as definições em si, já que, como afirmou Sidney Mintz (2010, p. 165), “uma abordagem puramente baseada em definições deixa muita coisa a desejar”. Rod Aya (1976, p. 625, citado por Sidney Mintz, 2010, p. 164), a esse respeito, sintetizou: “Tomadas isoladamente, as definições são arbitrárias: elas não ‘provam’ nada. No máximo, elas servem para demarcar o problema em debate, não para resolvê-lo. Elas não são sujeitas à ‘prova de demonstração’, tampouco se pode ‘provar’ que um quadrado é um retângulo com quatro lados iguais”. É precisamente nesse contexto que defendo ser perfeitamente aceitável o uso do termo para se referir ao modelo de organização da *plantation*. Meu objetivo aqui, portanto, não é estreitar, mas ampliar o que pode ser dito sobre o autoritarismo.

⁴ O conceito de *plantation* aqui adotado vai além de sua dimensão puramente física e institucional. Ele remete ao espaço açucareiro como um todo, aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação às suas formas, funções, estruturas e processos, e inclui também sua lógica produtiva; tipo de organização e modo de existir. Para mais detalhes, ver José Marcelo M. Ferreira Filho, *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil* (2020).

⁵ De fato, como percebeu Pier Paolo Portinaro (2019), em alguns contextos, práticas ditatoriais se insinuam sob formas democráticas naquilo que ele chama de regimes híbridos, localizados na zona cinzenta entre democracia e ditadura.

garantindo lucros seguros e funcionando como um elemento estrutural e essencial da *plantation* sem o qual ela não poderia ser (FERREIRA FILHO, 2020). Espaço, para os propósitos desse texto, deve ser entendido como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos [no caso em foco: cidades, plantações, estradas, rodovias, usinas, engenhos, matas, rios, trabalhadores...] e sistemas de ações [relações sociais], não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”, como definiu Milton Santos (2006, p. 39). O que tudo isso significa é que o essencial do espaço não é físico, mas social, no sentido de que ele não é formado unicamente pelas coisas, objetos geográficos, naturais ou artificiais. O espaço é tudo isso mais a sociedade, pois cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade num dado tempo histórico. Ele não é simplesmente um pano de fundo ou um simples reflexo da sociedade, mas um condicionante condicionado, como as demais estruturas sociais (SANTOS, 1983).

A violência no campo tem sido tema recorrente, já de longa data, em vários livros, artigos, dissertações e teses defendidas em diversas instituições. Muito já se escreveu sobre como ela fora praticada antes e depois do Golpe de 1964; sobre o seu papel na lógica produtiva e no desenvolvimento econômico do setor sucroenergético; sobre assassinatos de lideranças sindicais e perseguições aos movimentos sociais organizados etc. Nenhum desses trabalhos, no entanto, ao menos de maneira consciente, considerou o papel preponderante da dimensão espacial e geográfica na sua utilização generalizada e orquestrada pela classe dominante açucareira. Na verdade, muitos deles sequer ensaiaram um argumento para explicar seu caráter coletivo e transepocal, limitando-se a enumerar os diversos casos quase que como uma tentativa de catalogá-los em uma grande enciclopédia da dor e da morte. Não que essa tarefa não seja importante e até louvável, já que um dos papéis do historiador é precisamente lembrar à sociedade os horrores que ela deseja esquecer. Contudo, minha proposta nesse texto vai

além da compilação dos casos e foca em uma explicação estrutural e processual da violência que articula tempo e espaço na longa duração. Ela defende que se considerarmos a organização e gestão do espaço açucareiro, ao longo dos séculos, podemos chegar a pelo menos três conclusões: **i)** que, mesmo antes de 1964, os engenhos constituíam uma parte do território brasileiro situado “fora da ordem jurídica normal”; **ii)** que eles [i. e. os engenhos] funcionavam como espaços concentracionários – territórios fechados, isolados, distantes, de difícil acesso; sociedades paralelas que possuíam suas próprias “leis”, costumes, moeda e economia, sistema moral e até sua própria linguagem – e **iii)** que essas características permitiam à classe dominante, através do uso da violência física e coerção impunes, controlar e explorar a força de trabalho em um regime autoritário permanente. Isso se dava porque os engenhos eram, a um só tempo, os lugares onde os canavieiros trabalhavam e viviam, nasciam e morriam. Onde todos os âmbitos da vida da classe trabalhadora estavam, direta ou indiretamente, subordinados à sua configuração espacial concentracionária, arquitetada ao longo de séculos. De fato, em poucos setores produtivos, em todo o território nacional, um grupo tão reduzido de empresas controlou, de forma intensa e duradoura, a exploração de um número tão elevado de indivíduos como na zona canavieira no Nordeste do Brasil.

Autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos

A economia açucareira funcionava com base em um estado militar permanente, não apenas durante, mas também depois do fim a escravidão legal. Como destacou Christine Dabat (2012, p. 731), “os senhores de escravos usavam de armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito”. Em *Nordeste*, Gilberto Freyre (2004, p. 80), cuja família fazia parte da elite dominante dos *senhores de engenho*, afirmou que a gestão da agroindústria do açúcar se dava com base no que chamou de “sistema militar de agricultura”. Ele sublinhou o espírito militar do latifúndio moderno da usina e “o espírito do senhor latifundiário que procura[va]

dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca faltem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar”. Fernando de Azevedo (s/d, p. 146) vai ainda mais longe ao defender a tese de que a função militar dos engenhos não era menos relevante que sua função econômica, uma vez que a função bélica dos engenhos fornecia garantias de estabilidade e segurança à plena expansão das fábricas num regime de “paz”.

O autoritarismo era o regime de organização social padrão no mundo dos engenhos porque o modelo produtivo da *plantation* açucareira exigia da “massa” de trabalhadores obediência incondicional à ordem e à hierarquia dos *senhores*, que frequentemente empregavam meios nada democráticos e humanitários para garantir o controle social nesses territórios. As milícias privadas eram seu principal instrumento, ao mesmo tempo econômico e simbólico, uma vez que compunham o universo social da cana e a arquitetura espacial da *plantation* tanto quanto a casa-grande, a moita (fábrica de açúcar) ou os próprios canaviais. Eram essenciais aos negócios. Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 125), em 1963 cada latifundiário em todo o Nordeste açucareiro possuía sua própria milícia, equipada com armas cedidas pelo exército. A esse respeito, Afrânio Garcia (1989, p. 39) acrescentou que “para se fazer obedecer, ou para punir, o *senhor* [de engenho] infligia castigos corporais que poderiam chegar à morte. Para esse uso, ele dispunha de *cabras de confiança*, caracterizados por uma completa fidelidade à pessoa do patrão, mantidos por concessão de vantagens materiais e de um estatuto privilegiado no engenho”. De acordo com sua pesquisa, na zona canavieira paraibana, os *senhores de engenho* costumavam recrutar “indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto susceptíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas”. Esse mesmo dado é confirmado por Lygia Sigaud (1986), em Pernambuco. Segundo a antropóloga, as “milícias privadas dos patrões, cuja existência o Estado brasileiro insist[ia] em ignorar, apesar de todas as evidências” foram sempre frequentes e exerciam efetivo controle dos trabalhadores, sendo responsáveis pelo perene clima de intimidação e

terror nos engenhos. Quanto às forças repressivas do Estado (polícia e exército), Sigaud afirma que, à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, “sempre foram utilizadas contra os trabalhadores e a favor dos proprietários”, já que “a lei [era] inócua”. De acordo com alguns relatos, o administrador do engenho, por exemplo, semelhantemente às autoridades em quaisquer outros regimes autoritários:

possu[ía] direito para andar armado. Admit[ia], demit[ia], suspend[ia], multa[va] e em muitos casos até castiga[va] fisicamente os camponeses. Autoriza[va] e proib[ia] festas dentro dos engenhos. D[ava]-se o direito de conquistar as filhas e as mulheres dos camponeses... Influ[ía] na escolha dos delegados sindicais, nos preços e tamanhos das contas, proib[ia] greve, prend[ia] camponeses e os entrega[va] à polícia, pratica[va] espionagem para a usina e para o serviço secreto do exército (CARVALHO, 1966, p. 3).

Diferentemente do que quer fazer crer o discurso da classe dominante, para quem a violência teria sido apenas uma reação esporádica e ocasional, os registros históricos comprovam que ela tinha um caráter coletivo e sistemático. Isso é fato. A partir disso podemos inferir (isso é interpretação) que os *senhores*, enquanto classe, se ajudavam – isso é, agiam em conjunto e de forma articulada – nas ações de violência porque visavam não apenas manter seus lucros econômicos, mas também ampliar seu “poder simbólico”. De fato, embora a violência fosse apenas uma das várias estratégias articuladas pela classe dominante – para controlar, pressionar e explorar coletivamente os trabalhadores – ela foi a grande responsável por conservar o sistema socioespacial da *plantation* lucrativo por tantos séculos.

Elemento indelével do modelo produtivo açucareiro, portanto, a violência fornecia ao mundo dos engenhos sua marca ditatorial, imprimindo-lhe uma identidade autoritária. Obviamente, não se tratava de uma ditadura revolucionária,⁶ – terminologia normalmente utilizada para

⁶ Embora possamos admitir essa possibilidade interpretativa diante da drástica mudança imposta pelos portugueses ao modelo socioprodutivo indígena, no século XVI, através do sistema de capitânicas e seu corolário: latifúndio, monocultura e escravidão.

designar, por exemplo, o governo instaurado pela Convenção Nacional na França, em setembro de 1792 – mas do que chamo aqui, em relação à natureza do seu poder, ditadura estrutural,⁷ uma vez que, não possuindo um caráter excepcional, funcionava dentro da normalidade, fazendo parte da própria estrutura social e arquitetura espacial da *plantation*.

Antes do Golpe

Os militares que tomaram o poder em 1964 não inauguraram o regime autoritário no mundo dos engenhos. Os relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade, divulgados em 2017, por exemplo, revelam detalhes de como a classe dominante canavieira, antes do Golpe, protagonizava experiências autoritárias através do uso corriqueiro e normativo da violência. Segundo o *Relatório final (volume II)*, forças do Estado (polícia e exército) e do poder privado (através de “milícias e jagunços sob a guarda da elite açucareira nordestina”) foram co-responsáveis⁸ por centenas de casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos muitos anos antes do Golpe (CEMVDHC, v. II, 2017, p. 162).

De fato – tudo muito bem documentado, inclusive –, ainda nos anos 1940, a escalada de violência no campo acompanhou o crescimento do movimento camponês organizado, cada vez mais consciente e ativo. Já em 1947, durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, pouco depois do fim da ditadura do chamado Estado Novo de Getúlio Vargas, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi posto na ilegalidade. Na esteira desse processo, diversas Ligas Camponesas apoiadas pelo PCB foram fechadas fazendo com que a maior parte das organizações dos trabalhadores precisasse resistir na clandestinidade (JACCOUD, 1990). Nesse mesmo ano, uma matéria do *Diário de Pernambuco* (jornal que certamente não podia ser acusado de advogar os interesses da classe trabalhadora) registrou o que

⁷ Alguns intelectuais a classificariam de “ditadura conservadora” já que protagonizada por uma classe dominante ameaçada que visava manter, a todo custo, suas posições de poder (STOPPINO, 1998).

⁸ Na verdade, como a documentação tem revelado, mesmo durante a ditadura (1964-1985) a classe dominante açucareira, ao invés dos militares, coordenou a maior parte da violência praticada no mundo dos engenhos.

chamou de “bárbaro assassinato” de um trabalhador a tiros e cacetadas no Engenho Poço D’Antas. Em 22 de outubro de 1950, o mesmo jornal noticiou a ação articulada entre administrador, fiscal e vigia que levou ao duplo e “horrendo” homicídio no Engenho Jaqueirinha, da Usina Pirangi. Em 28 de julho de 1955, o *Diário* relatou a selvageria do desumano (esses foram os termos) vigia do Engenho Goiabeira, em Jaboatão, que promoveu revoltante espancamento – seguido de tortura e prisão em cárcere privado – do menor Sebastião Batista da Silva, “obrigado a tomar um copo de óleo de rícino com aguardente” antes de ser preso por três horas e “enxotado, em seguida, a pontapés em lastimável estado”. No ano seguinte, o mesmo Engenho Goiabeira tornou-se palco de outro crime, quando um trabalhador rural “recebeu forte carga de chumbo” enquanto cortava um pedaço de cana (*Diário de Pernambuco*, 9 de outubro de 1956).

O mesmo clima de terror marcou o início dos anos 1960. Diversas fontes (depoimentos, artigos de jornais, fotografias...) dão detalhes do armamento pesado, métodos e estratégias utilizadas pelas milícias privadas dos *senhores de engenho* e usineiros para reprimir e intimidar a classe trabalhadora. A esse respeito, o médico Fernando Barbosa, que atuou junto aos canavieiros nesse período, revela, em depoimento concedido ao projeto *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*, um “diálogo entre dois militares que debatiam como as armas enviadas para usineiros e *senhores de engenho* da Mata Sul de Pernambuco retornariam às forças armadas”. Dois documentos da Delegacia de Ribeirão confirmam esse relato. No primeiro, o vigia de uma usina da região declara ter “conhecimento da existência de um arsenal de armas cuja porta era fechada à chave”. No segundo, a polícia relata ter apreendido, na mesma empresa:

Metrilhadora automática marca MP-40, BNZ-43, nº 2276; dois mosquetões modelo 1908 nº 3508 e 3589, série A; uma pistola calibre 22, automática, modelo 77, marca Winchester, nº ilegível; três espingardas de cartucho calibre 12, marca NF; um revólver marca Taurus, calibre 38, nº 65.136; um revólver marca Estrela, calibre 32, duplo, nº 24.964; uma pistola marca Rossi, calibre 22, nº 95.352; uma faca peixeira; mosquetões; noventa e dois cartuchos; rifles

23, calibre 44; metralhadora contendo dois pentes e 156 cartuchos de 9 mm; 264 cartuchos calibre 12 (Citado por DABAT, 2012, p. 735).

Enquanto região marcada por tensões sociais, a zona canavieira já foi também considerada “campo de guerra declarada” (ARAÚJO, 1990, p. 36). Até membros conservadores da igreja teriam estimulado o clima de terror no campo. Segundo Francisco Julião (1968), o deputado federal Padre Vidigal, com o acréscimo de apenas um “r”, converteu a sentença de Cristo (a mais pacífica de todas) em um grito de guerra, quando pronunciou, em pleno Congresso Nacional, “*Armai-vos uns aos outros*”.

O episódio da renúncia de Jânio Quadros e a chegada de João Goulart à presidência levaram ainda mais tensões ao campo. Em 17 de janeiro de 1962 o *Diário de Pernambuco* noticiou a selvageria praticada contra camponeses agredidos a cacetes pelos proprietários do Engenho Pau Santo, em Vitória de Santo Antão. Em abril do mesmo ano foi assassinado João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba. Em janeiro de 1963 ocorreu a chacina da Usina Estreliana, quando a milícia do deputado federal Jose Lopes de Siqueira Santos assassinou cinco trabalhadores que reclamavam salários atrasados. Os tiros de fuzil, usado no crime, não deixavam dúvidas da força bélica dos latifundiários, como sublinhou Pablo Porfírio (2016). Em agosto, mais um líder trabalhista, Paulo Roberto Pinto, do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), foi assassinado no Engenho Oriente, em Itambé, Zona da Mata Norte. Como salientou Antonio Montenegro (2009), os anos que antecedem o Golpe civil-militar compõem um período “em que uma violenta repressão se abateu sobre as lideranças dos movimentos populares, as lideranças dos sindicatos combativos e as lideranças dos partidos e organizações de esquerda”.

Ainda em 1963, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a instalação das chamadas Juntas de Conciliação e Julgamento (atuais Varas do Trabalho), a assinatura do *Acordo do Campo*⁹ e a proliferação dos

⁹ Documento que, por meio da chamada *Tabela de Tarefas*, estabelecia as referências dos cálculos para o pagamento de cada tipo de atividade (que variava em função do solo, do tipo de cana, do terreno etc.) na cultura da cana-de-

sindicatos de trabalhadores rurais deram vazão institucional a uma série de reclamações judiciais contra os empresários do açúcar. Doravante, esses dispositivos legais passaram a pesar sobre os ombros da classe dominante, que temia a possibilidade de ter que responder judicialmente às acusações de irregularidades praticadas em seus territórios. O efeito disso tudo foi a ampliação da violência na forma de intimidações, ameaças, agressões e assassinatos, sobretudo daqueles que se destacavam recorrendo à Justiça ou como lideranças do movimento sindical (ABREU e LIMA, 2005). Afrânio Garcia (1989, p. 97) afirma que a violência física era, na maioria das vezes, coletivamente utilizada pelos *senhores* para tentar impedir ações na justiça. Manuel Correia de Andrade (1988, p. 223) dizia que “os trabalhadores não tinham o direito de reagir, de proclamar as suas reivindicações, em face da pressão e do poder de polícia dos seus patrões”. Em *A terra e o homem no Nordeste* (1963), eleito pela Câmara Brasileira do Livro uma das cem obras mais importantes do século XX no Brasil, ele usou a expressão “verdadeiros cárceres privados” para qualificar a prática de prender trabalhadores endividados em um quarto vigiado da propriedade, durante a noite, para impedir que eles fugissem dos engenhos. Os castigos corporais também foram apontados pelo geógrafo, como o relato de um *morador* marcado com ferro em brasa por um administrador de engenho. Como destacou Felipe Gallindo (2013, p. 93), “o clima de terror imposto pelo latifúndio atravessou séculos e desconheceu legislações”. Nesta mesma perspectiva, Christine Dabat (2012, p. 767) afirmou:

Em tempo de paz republicana, o regime aplicado a cidadãos brasileiros, nas pessoas das populações canavieiras, lembrava medidas de exceção habitualmente impostas por invasores e golpistas: qualquer agrupamento de apenas quatro ou cinco trabalhadores era passível da intervenção prestimosa e brutal, além dos capangas domésticos, da autoridade policial constituída, a serviço do patronato.

Em março de 1964, poucos dias antes do Golpe, o Jornal *Última Hora* publicou, com base numa série de relatos de *moradores* do Engenho Serra, uma matéria detalhando os mais sádicos mecanismos de tortura empregados pela classe dominante açucareira, como o chamado arranca bigode, episódio em que um *senhor* “cego de raiva, enrolou as pontas do grosso bigode entre os dedos e deu um forte puxão, provocando grave hemorragia”, deixando o trabalhador defeituoso dos lábios. Outros episódios desse tipo também foram registrados pela Comissão da Verdade, como o de Zito da Galileia que descreveu um caso em que o proprietário “mandou matar uma criança de 10 anos com um tiro na cabeça porque pegou ele tirando chuchu pra comer”, e acrescentou: “foi um tiro na cabeça, derrubou e acabou, não tinha mais o que fazer. E não tinha mesmo. Isso tudo antes do Golpe Militar”. A informação de que as perseguições começaram antes do Golpe foi confirmada à mesma Comissão por Severino José de Santana, ex-presidente da Liga Camponesa de Bento Velho, em Vitória de Santo Antão. Afirmou ele: “em [19]62, o Dr. Miguel Arraes foi eleito governador do estado e o dono do engenho passou o engenho para a Usina Bulhões, aí começou [sic] as perseguições. Começaram a perseguir mesmo antes do Golpe de 64” (CEMVDHC, v. II, 2017, pp. 158-160).

A violência contra os trabalhadores rurais era, sem dúvidas, complexa e diversificada. O livro *Retrato da repressão política no campo (Brasil 1962-1985): camponeses torturados, mortos e desaparecidos* (2010), organizado por Ana Carneiro e Marta Ciocari, mostra que seu espectro compreendia desde ações explícitas e impactantes (como prisões, espancamentos e assassinatos) até outras mais sutis, cotidianas e “simbólicas” como aquelas ligadas às liberdades religiosas e ao lazer, por exemplo. Sobre as mulheres pesavam ainda abusos e assédios por parte de administradores, fiscais e cabos, como sublinhou Marcela Heráclio Bezerra (2012, p. 114). Escrevendo sobre essa questão, um dos fundadores do *Cambridge Institute for Brazilian Studies*, Biorn Maybury-Lewis (1994, p. 23), afirmou: “os dados de assassinatos, obviamente, não incluem as prisões ilegais, abusos de menores, assédios, destruição das culturas pelo fogo,

desvios e poluição da água, estupros, encarceramentos, sequestros e trabalho escravo, práticas muito comuns no Brasil rural contemporâneo”.

“Tempo de Arraes”: tempo de exceção

Até os anos 1960, o único período em que as forças públicas de repressão do Estado (polícia e exército) não estavam sistematicamente articuladas àquelas do setor empresarial na missão de intimidar, perseguir e reprimir a classe trabalhadora de Pernambuco foi o chamado “Tempo de Arraes”. Apoiado por setores da esquerda, como o PCB, em 1962 Miguel Arraes foi eleito governador pelo Partido Social Trabalhista (PST), com quase cinquenta por cento dos votos. Ao assumir o governo, em janeiro de 1963, uma de suas primeiras medidas foi transferir as questões político-sociais da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria Assistente (BARROS, 2013). Na prática, questões que antes eram tratadas como casos de polícia e crimes contra a ordem (passeatas, greves, reuniões de trabalhadores etc.) passaram para a esfera do judiciário. Segundo Gregório Bezerra (1980, vol. II, p. 174), pela “primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses, pois até então [ela] vinha sendo usada para defender os latifundiários e o patronato espoliador”. Em depoimento ao projeto *A história oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste* (FUNDAJ), Hango Trench, nomeado então novo comandante da polícia, afirmou que essa medida “causou uma revolta muito grande porque [os *senhores de engenho*] estavam acostumados a usar a polícia como se fosse sua propriedade privada”. Ainda segundo Trench, o governo passou a expulsar dezenas de militares por abuso de autoridade, espancamento e corrupção depois de realizar diversos testes de sanidade mental que revelaram personalidades psicopatas entre soldados e cabos. Nas palavras de Antonio Callado (1980, p. 118), os opressores “não t[inha]m mais a força pública do Estado como tropa particular dos engenhos”. Fernando Coelho (2004, p. 67) acrescentou: “o governo já não reprimia, como sempre fizera”.

Todas essas medidas do governo para conter a violência no campo, fazer cumprir as leis trabalhistas e tornar a atuação do Estado mais justa e neutra renderam a Miguel Arraes o título de agitador social e comunista. Na época, por exemplo, noticiava-se nacionalmente que os Bacamarteiros de Caruaru, artistas da cultura popular nordestina, compunham o exército particular de Arraes, “unidade paramilitar de combate, organizada nas Ligas Camponesas e treinada por instrutores cubanos” para “transformar o país em mais um satélite da União Soviética e fazer do governador de Pernambuco o novo ditador do Brasil” (CEMVDHC, v. II, 2017, p. 90). No entanto, como desmistificou Koury (2010, p. 169), “além da evidência estampada no cotidiano da violência no meio rural: quem possuía armas e as usava com frequência não eram os trabalhadores, mas, os proprietários e empregadores rurais, contra trabalhadores desarmados”. Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 125), Francisco Falcão, presidente da Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco, na época, teria declarado publicamente que não precisava da solidariedade da Associação Comercial do Estado, mas dos seus recursos financeiros para comprar armas, o que, de fato, se concretizou. Elide Rugai Bastos (1984, p. 111) sintetizou a questão:

Apesar de o governo Arraes [...] neutralizar o aparelho repressivo, começa, na região, a formar-se um núcleo de opressão [...]. Começam as conspirações e o afrontoso armamento dos proprietários de terras e usinas, sob a justificativa de defesa contra ‘invasões’. Cresce, cada vez mais, a violência no campo, violência tanto dirigida aos Sindicatos como às Ligas, tanto aos líderes do movimento, quanto aos trabalhadores agrícolas.

O Golpe e a retomada do regime autoritário

Quando o Golpe se concretizou em abril de 1964 a repressão “voltou quase para o que era!”, nas palavras do trabalhador José Francisco Paiva (citado por DABAT, 2012, p. 792). Além de corroborar com os dados até aqui aventados, essa afirmação reforça a ideia central desse texto por dois motivos: primeiro porque classifica, mesmo que indiretamente, o curto governo Arraes como um período de exceção – como anomalia em um

sistema montado para reprimir – e segundo porque confirma que as experiências autoritárias do período anterior se assemelhavam àquelas retomadas pelo Golpe. Segundo Christine Dabat (2012, pp. 795-796), a violência aumentou em 1964 porque “havia sido extinto o ensaio de neutralidade do Estado na luta de classes”, pois “para os trabalhadores, a saudade era inteira e exclusivamente aquela do “Tempo de Arraes”; e acrescenta: “o alívio foi apenas dos plantadores, para os quais um episódio infeliz havia chegado ao fim”. Os próprios militares reconheceram a organização e articulação da força repressiva da classe dominante canvieira antes do Golpe, como confessou o tenente Carlito Lima (2001, p. 88):

Não foi preciso burocracia, nem insistência quando foram solicitados aos usineiros caminhões, carros e jagunços para ajudarem nas investigações e prisões. Tudo já estava preparado e previsto: foi com grande alegria e satisfação que os usineiros e canavieiros^[10] prestaram esse favor ao movimento revolucionário... No interior, principalmente na Zona da Mata, onde ficam as usinas e os canaviais, a caça, perseguição dos comunistas era comandada pelos coronéis, não do Exército, mas os de engenhos.

A extinção das Ligas Camponesas pelos militares deve ser considerada fator de ruptura apenas para uma parcela menor da força de trabalho composta por foreiros, meeiros, rendeiros, parceiros... e não para os *moradores de engenho* que constituíam a imensa maioria dos assalariados rurais, viviam isolados, longe das autoridades públicas, sem acesso aos sítios, recebendo em *vales*¹¹ e se abastecendo nos *barracões*.¹² A defesa desses

¹⁰ Na verdade, o tenente Carlito Lima se referia à classe latifundiária dos *senhores de engenho*.

¹¹ Segundo o *Dicionário do açúcar*, *Vale*: “Tipo de ordem expressa em papel, para pagamento ou recebimento de qualquer quantia em dívida, o qual é passado sem forma legal, embora seja aceito livremente por todos quantos trabalham ou mantêm transações comerciais em usinas e engenhos de açúcar” (BARBALHO, 1984, p. 389).

¹² Segundo o *Dicionário do açúcar*, *Barracão*: “No Nordeste, estabelecimento comercial situado nas proximidades das usinas ou engenhos de açúcar, no qual se abastecem os trabalhadores da indústria açucareira. Raro o trabalhador do eito que não viva endividado no barracão da usina, cujas contas, ao que se diz à boca pequena, jamais têm fim. ‘Quem compra fiado em barracão, quanto mais paga, mais deve!’ – afirmam os cabras da bagaceira. Via de regra, o trabalhador do eito não tem outra alternativa senão aquela de adquirir mantimentos para a sua sobrevivência no barracão da usina, o qual, para obrigá-lo a tornar-se seu freguês, de certo modo lhe facilita o crédito, embora este, cada vez mais, o torne escravo do estabelecimento. Acerca disso, o prof. Mário Lacerda de Melo observa que ‘essa estrutura ocasiona distorções e abusos que são naturalmente mais generalizados nos muitos numerosos casos em que o trabalhador não tem alternativa de efetuar as suas compras fora do estabelecimento comercial onde recebe os salários a ele consignados nas folhas de pagamento. Na maioria das vezes são abusivamente altos os preços que paga e

últimos [i. e. dos *moradores*] cabia, sobretudo, aos sindicatos que articulavam ações para garantir melhores condições de trabalho e respeito aos direitos legais (sobretudo férias, 13^o salário, indenização por tempo de serviço, aviso prévio etc.). O Golpe, contudo, não os extinguiu e seu papel conciliador (comprovado pela mediação de centenas de acordos no judiciário) e assistencialista continuou sendo desempenhado, como no período anterior, mesmo sob intervenção (ROGERS, 2017).

O “Tempo de Arraes” foi um episódico e acidental desvio da “normalidade” autoritária, se não em relação à violência praticada por empregadores, já que as milícias privadas continuaram agindo normalmente, ao menos em relação às forças públicas, já que “a polícia estadual – que antes se colocava a serviço dos grandes proprietários –, no Governo Miguel Arraes, tinha instruções para não extrapolar suas atribuições [...] como previa a Constituição” (COELHO, 2004, p. 121). Talvez por esse motivo a maior parte da historiografia tenha enfatizado o horror do Golpe sem atentar para as similaridades entre as experiências autoritárias praticadas no regime militar e aquelas do período anterior. Se é verdade que a repressão logo após o Golpe esfacelou os movimentos sociais e políticos, é igualmente verdade que isso ocorreu apenas porque a referência imediatamente anterior a 1964 foi um governo de exceção engajado em reparar as injustiças no campo. O que mudou, de fato, é que a partir da tomada do poder pelos militares e da prisão de Arraes (com o conseqüente desmonte de suas ações de governo), os aparelhos repressivos de Estado voltaram a protagonizar, ao lado da classe dominante, a violência, com perseguições, prisões e assassinatos de trabalhadores. Nenhuma dessas ideias, obviamente, minimiza os horrores do Golpe, senão joga luz sobre aqueles praticados em tempos ditos democráticos. A verdadeira novidade do abril de 1964 foi fazer retomar, no mundo dos engenhos, o adormecido regime

abusivamente baixa a qualidade das mercadorias que compra. O que se explica sobretudo pela ausência de competição comercial entre vendedores, ou melhor, pelo fato de, em grande parte, constituírem os trabalhadores de cada usina ou de cada engenho uma espécie de freguesia cativa do respectivo barracão, sem alternativa de escolha de outro estabelecimento para a realização das suas compras, feitas diariamente” (BARBALHO, 1984, p. 64).

autoritário, praticado pelo Estado, após um período “anormal” que durou apenas 14 meses.

Post-scriptum

A despeito das nuances que envolvem o exercício de interpretação que propus do Golpe, acredito ser possível admitir (e sobre isso suponho não restar dúvidas) que a *plantation* açucareira era indissociável do recurso sistemático à violência pela classe dominante. Contudo, o que permitiu seu uso generalizado, impune e secular? Quais fatores contribuiriam para que ela pudesse ser exercida de forma tão duradoura e sem inconvenientes? Como introduzida no início desse texto, minha resposta a esse problema passa por uma explicação que articula tempo e espaço. Isso significa que não é possível compreender a dinâmica e longa duração da violência sem decompor o espaço – que associa, de maneira desigual e combinada, ações e heranças de diferentes momentos históricos – e suas estruturas de poder.

Assim que, tomando por base sua dimensão puramente física, a *plantation* era formada essencialmente por duas partes: o mundo externo e o mundo dos engenhos. Na primeira, localizavam-se as sedes municipais e a maior parte dos serviços essenciais de saúde, segurança, justiça, informação etc. Também era no mundo externo onde as pessoas podiam circular com mais liberdade e segurança porque, dentre outros motivos, elas contavam com uma rede mais ampla de rodovias pavimentadas e um sistema de transporte regular. O mundo dos engenhos, por outro lado, era composto basicamente por unidades produtivas fechadas e distantes das cidades. Acessível, em grande parte, apenas por estradas que constituíam verdadeiros labirintos, intransitáveis boa parte do ano, o mundo dos engenhos isolou centenas de milhares de trabalhadores, muitos dos quais jamais conheceram o mundo *de fora*. Essa distinção entre viver dentro ou fora dos engenhos era tão significativa e tão próxima da herança escravista que, segundo Lygia Sigaud (1979, 1982), o “*povo de fora*” normalmente se

distinguia do “*povo de dentro*” (*morador, sujeito, cativo*) pela relativa autonomia que gozava por viver fora dos domínios da cana, onde a classe patronal não controlava de forma tão absoluta e violenta a vida dos indivíduos. No horizonte mental dos trabalhadores existia uma diferença muito nítida, embora não fosse jurídica, entre viver como *cativo* e *sujeito* (isso é, submisso a um sofisticado e violento sistema de *assujeitamento*) dentro dos engenhos e viver como *liberto* fora deles. As próprias autoridades do estado reconheciam essa dicotomia. Segundo o *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul* (CONDEPE/FIDEM, 1987), estudo produzido por uma equipe técnica composta por vinte e quatro membros nomeados pelo Governo do Estado de Pernambuco, os engenhos eram “povoados ilhados pela cultura da cana-de-açúcar (...), ‘depósito’ de mão de obra da reserva cativa”, cujo acesso viário ao complexo canavieiro, em regra geral, “[era] precário, com estradas carroçáveis, intransitáveis nos períodos chuvosos, isolando os povoados, por períodos que duravam até seis meses”. O “total isolamento” em que viviam os *moradores*, acrescentam os técnicos, era mantido “por efeito de uma estrutura conservadora e hermética”.

É precisamente nesse contexto que a violência deve ser entendida como condição, meio e produto da organização e gestão do espaço açucareiro pela classe dominante. Condição porque sem ela [i. e., a violência] o sofisticado sistema de exploração da *plantation* não poderia ter sido organizado/criado. Meio porque sem ela esse mesmo sistema não poderia ser gerido/mantido com garantias de retorno do capital investido. Produto porque sem a organização e a gestão do espaço, que garantia o isolamento e distanciamento social (em relação ao mundo externo) de centenas de milhares de trabalhadores *cativos*, ela não existiria como elemento estrutural. De fato, a lógica era simples: **i)** a organização espacial que conservava os engenhos como territórios fechados garantia **ii)** o isolamento dos *moradores* no interior das unidades produtivas que, por sua vez, **iii)** permitia as experiências autoritárias pela classe dominante. O medo gerado pela proliferação do clima de terror decorrente dos atos

normativos de violência **iv)** garantia a concentração da força de trabalho que, em associação com todos os fatores anteriores, **v)** sustentava o agromercado açucareiro.

Na prática, a *plantation* era um vasto e sofisticado espaço concentratório de liberdade contingente. Como teorizou Milton Santos (2007), espaço é duração, “acumulação desigual de tempos”. Isso significa que em uma porção de terra, em uma comunidade, em um engenho, não existe apenas aquilo que vemos no presente, pois o espaço guarda consigo marcas, memórias, permanências. No século XX, a sociedade açucareira não era um puro produto de seu presente, mas também herança de um passado marcado por mais de três séculos de escravidão e arbítrio. Nela, tempos diversos se misturavam, formando camadas e mosaicos, para compor uma sociedade violenta, desigual e quase imóvel em suas estruturas de controle e dominação, independente de quem ocupava os espaços políticos e governamentais formais, militares ou civis.

Referências:

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: EdUFPE & Editora Oito de Março, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: Sudene, 1988.
- AYA, Rod. Review of hindness and hirst. *Theory and society*, III, 4, Winter, 1976 apud MINTZ, Sidney W. Era o Escravo de Plantação um Proletário? *In*: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2ª ed. Recife: EDUFPE, 2010.
- ARAUJO, Espedito Rufino de. **O trator e o “burro sem rabo”**: conseqüências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil. 312 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Desenvolvimento), Institut Universitaire d’Etudes du Developpement, Genebra, 1990.

- AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. 2ª ed. Ilustrada. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBALHO, Nelson. **Dicionário do açúcar**. Recife: Massangana, 1984.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. 240 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). 234 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes**: a revolução sem violência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.
- CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo (Brasil 1962-1985)**: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- CARVALHO, Amaro Luiz de (Palmeira). O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco. *Editorial a Luta*, n. 1, 1966.
- CEMVDHC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final**. Vol. II. Fernando de Vasconcelos Coelho et al (org.). Recife: CEPE, 2017.
- COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul.** Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (Fiam). Vol. I e II. 1987.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX).** Recife: EdUFPE, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil [1936]. São Paulo, Global, 2004.

FUNDAJ. **Entrevista com Hango Trench.** Projeto A história oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste. Recife: CEHIBRA, 1986.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias:** o trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

GARCIA, Afrânio Raul. **Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste.** Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-68).** Recife: Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. **Cambão:** a face oculta do Brasil [1968]. Recife: Bagaço, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Práticas instituintes e experiências autoritárias:** o sindicalismo rural na mata pernambucana. 370 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LIMA, CARLITO. **Confissões de um capitão:** memórias. Maceió: Garamond, 2001.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. **The politics of the possible:** the Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

- MINTZ, Sidney W. Era o Escravo de Plantação um Proletário? *In*: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2^a ed. Recife: EDUFPE, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio. História política e cultura do medo. *Revista Esboços*, v. 16, n. 21, 2009.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses (Pernambuco, 1963). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, set.-dez., 2016.
- PORTINARO, Pier Paolo. Dittatura. Il potere nello stato d'eccezione, Teoria política, Nuova serie *Annali*, 9, 2019.
- ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: UNESP, 2017.
- SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **V Encontro Nacional de Geógrafos: contribuições científicas**. Porto Alegre, 1983.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção [1996]. São Paulo: EdUSP, 2006.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem** [1980]. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia. O sindicato e a estratégia do capital. *In*: Universidade Estadual Paulista. A mão de obra volante na agricultura. Organização: Depto. de Economia Rural, FCA, Botucatu. São Paulo: Polis, 1982.
- SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, v. 29, n. 3, 1986.
- STOPPINO, Mario. "Ditadura". *In*: BOBBIO Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

**Trabalhadores e sindicatos rurais em
tempos de Ditadura Civil-Militar:
greves na agroindústria açucareira e mobilizações
sindicais na JCJ de Jaboatão – Pernambuco (1964-1965)**

Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo¹

O presente artigo tem o objetivo de estudar as mobilizações dos trabalhadores na luta por direitos após o Golpe Civil-Militar de 1964 nas usinas e engenhos da agroindústria açucareira de Pernambuco. Para tanto, utilizamos o cruzamento de fontes judiciais e relatórios das entidades sindicais produzidos nos embates trabalhistas, divulgados na imprensa local e nacional e encaminhados à Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ de Jaboatão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. As ações judiciais trabalhistas analisadas neste imediato pós-Golpe são impetradas por sindicatos rurais assessorados pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – Sorpe². Dessa forma, buscamos analisar os discursos e práticas agenciados por estes trabalhadores e suas entidades sindicais em tempos de repressão, ao acionarem dispositivos produzidos nestes embates.

Diante de uma ausência de estudos sobre as mobilizações de trabalhadores rurais nos anos que se seguiram ao Golpe de 1964, ou de

¹ Cristhiane Raposo. Professora formadora na EADTec - UFRPE e professora de História do Direito na Faculdade Santa Helena. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9389494144804841>

² Diante do ambiente de disputas pela sindicalização rural na zona canavieira de Pernambuco, o Padre Crespo, vigário da paróquia de Jaboatão, fundou o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, registrado em cartório no dia 5 de agosto de 1961. Ver: Pequeno Resumo do Movimento Sindical Rural em Pernambuco. 01/10/1964. Arquivo CPDA – UFRRJ.

enquadramentos que os reduziram ao silêncio, trazemos à análise as trajetórias de luta que foram empreendidas na instauração de um regime autoritário. Fugindo das narrativas do “dever ser”, que contam o fim conhecido como inevitável, buscamos escrever a história desses trabalhadores compreendendo as diferentes possibilidades que poderiam existir nos caminhos escolhidos, a variedade de situações que poderiam ser vivenciadas diante dos acontecimentos, as dúvidas, os projetos e os medos que implicavam nas decisões a serem tomadas frente à ditadura que se instituía no Brasil.

Assim, discutiremos as mobilizações sindicais dos trabalhadores rurais de Pernambuco na luta por direitos em meio ao cenário autoritário do imediato pós-golpe, destacando dois movimentos paredistas desencadeados pelos trabalhadores de engenhos e usinas de Jaboatão em setembro e dezembro de 1964, com continuidade em janeiro de 1965. Dentre as usinas de Jaboatão, destacamos a usina Muribeca que registrou três greves em 1964³.

A ditadura militar pôs fim ao regime democrático ao destituir o presidente João Goulart e contar com a participação e responsabilidade da sociedade civil. Grupos patronais de todo o país, apoiados por complexos de instituições⁴, conspiraram com setores militares para derrubar o presidente democraticamente eleito (DREIFUSS, 1981, p.281). Nesse sentido, o apoio significativo ao golpe por parte dos proprietários de terra⁵, que constituíam uma classe amplamente disseminada pelo território do país, foi fundamental para a instauração do regime autoritário em tela (MARTINS, 1981).

³ Uma em janeiro e duas após o Golpe de 31 de março. A greve de janeiro de 1964 resultou num Dissídio Coletivo, o chamado “Dissídio do Açúcar”. DP 11/01/64 – “Termina greve na Usina Muribeca: base do Acordo”.

⁴ Segundo René Dreifuss, o complexo IPES/IBAD coordenava esta aliança golpista visando “impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesial, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no congresso”

⁵ Após o golpe, fazendeiros, usineiros e comerciantes de várias regiões do país, associados a setores conservadores do clero local, organizaram réplicas municipais da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, tentando assegurar a legitimidade do regime militar instalado.

A organização dos trabalhadores rurais era percebida como uma das principais ameaças ao *status quo* formado pelas alianças que conspiravam contra o governo Goulart. De acordo com a historiadora Maria Helena Moreira Alves, a “organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo de organização sindical” (ALVES, 2005, p.25). Com o golpe de 31 de março de 1964, a repressão sobre a organização dos trabalhadores rurais foi intensa. As Ligas Camponesas foram imediatamente postas na ilegalidade, assim como os dirigentes vinculados ao Partido Comunista, que passaram a ser sumariamente perseguidos. Os trabalhadores rurais encontraram, desse modo, um cenário de obstáculos para efetivar os direitos garantidos por intermédio das lutas nos governos anteriores⁶. O imediato pós-golpe foi marcado pela intensificação dos desmandos e violências patronais.

As mobilizações dos trabalhadores rurais nesse cenário foram descritas como desarticuladas devido às intervenções e perseguições que foram implementadas pelo governo militar com Castelo Branco. Porém, nossa análise busca demonstrar que, apesar dos aparatos repressivos, esses trabalhadores constituíam sim espaços de reivindicação para suas lutas, apropriando-se dos dispositivos possíveis em busca dos seus direitos⁷.

Encontramos, nos encaminhamentos à Justiça do Trabalho e na organização de paralisações, as novas táticas que os sindicatos rurais, assessorados pelo Sorpe, vinham utilizando nas disputas e lutas pelos direitos dos trabalhadores diante do regime autoritário que estava sendo instaurado. Essas mobilizações vão acontecer concomitantemente aos processos de intervenção em sindicatos e à promulgação de restrições à greve.

⁶ O ETR havia garantido a extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural, regulamentando direitos como gratificação natalina – 13^o mês, férias, repouso remunerado, aviso prévio e indenizações.

⁷ Pensamos a noção de dispositivo a partir das reflexões de Foucault (1985), como uma rede que se pode estabelecer num conjunto heterogêneo que reúne elementos como discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, medidas administrativas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; o dito e o não dito.

Em 11 de abril de 1964, com a eleição indireta do general Castelo Branco para a presidência, a indicação de Arnaldo Sussekind para a pasta do Ministério do Trabalho foi reforçada, assim como a de Octávio Bulhões para a Economia, como a nova orientação do Trabalho “por não terem vinculação com agremiações políticas”. Destarte, no mesmo mês, iniciaram-se as principais linhas de ação da gestão de Sussekind que, conforme a historiadora Heliene Nagasava (2005), seriam: “intervenções e prisões de sindicalistas, o expurgo de funcionários públicos, a execução da política de arrocho salarial, o fracionamento do 13º salário e a aprovação da Lei de Greve”.

Os aspectos marcados da gestão Sussekind com foco na aprovação da Lei de Greve e na intervenção e prisão de dirigentes sindicais foram fortemente sentidos nas usinas e engenhos da agroindústria açucareira de Pernambuco. Consoante a historiadora Claudiane Torres Silva (2010), a greve era percebida como “termômetro da força de atuação que os sindicatos e a classe trabalhadora poderiam ou não atingir”. A Lei nº 4.330 inseria-se dentre os primeiros atos executados pelos militares no âmbito do direito do Trabalho, regulamentando o direito de greve, cuja constituição de 1946 já previa em seu art.158, mas faltava lei para regular⁸.

A legislação de greve é então aprovada em junho de 1964, definindo as condições de legalidade das greves, que não poderiam ter motivações políticas, sociais ou religiosas. Todavia, a definição do que seria uma greve política cabia ao governo.⁹ As reivindicações por melhores condições de trabalho ou salários, por exemplo, poderiam constituir motivações para greves legais. Contudo, embora a lei afirmasse a legalidade da reivindicação por salários, estas eram associadas às motivações políticas com o intuito de deslegitimar a luta dos trabalhadores e para que pudessem ser

⁸ A greve é entendida no Direito do Trabalho como uma medida extrema, de último recurso, onde as reivindicações e concessões entre trabalhador e patrão não conseguem chegar a um acordo. Apesar de ser um direito fundamental, a greve não é entendida como um direito absoluto. Ela tem limitações sobre o momento, as causas para a deflagração e até os serviços definidos como essenciais que não podem ser interrompidos durante a paralisação.

⁹ Lei nº 4.330, de 1º junho de 1964. In: *Diário Oficial da União*.

enquadradas como ilegais, como discutiremos mais à frente ao analisarmos as estratégias dos usineiros e senhores de engenho em Jaboatão.

A lei de greve instituiu uma série de exigências burocráticas para a sua legalização que buscavam impedir sua ocorrência em sindicatos desmobilizados com intervenções e perseguições¹⁰. Entre as condições prévias para o exercício legal do direito de greve, era necessária autorização por decisão de uma assembleia geral convocada pela diretoria sindical, publicação de editais nos jornais locais com data e designação da ordem do dia, antecedência de 10 dias para convocar por edital, apuração de votos em nova assembleia presidida por membro do Ministério do Trabalho, remessa de cópia ao Delegado Regional do Trabalho e, após 5 dias da impossibilidade de conciliação, a DRT autorizava a greve e os trabalhadores poderiam assim “abandonar pacificamente o trabalho”. (KOURY, 2010).

Visto que a lei de greve impedia a mobilização por união sindical, a paralisação de um grande número de trabalhadores por reajuste salarial ou extensão de auxílios era reprimida pela ditadura. Os militares pretendiam, assim, diminuir o poder de manobra dos trabalhadores por meio da necessidade de enquadramento legal dos procedimentos que autorizavam a greve. Um mês após a sua posse, Sussekind concedeu entrevista coletiva afirmando que “o Ministério [tinha] interesse na regulamentação do direito de greve, para permitir a eclosão de movimentos paredistas de reivindicações profissionais, depois de esgotadas todas as fases de conciliação”¹¹.

Na solenidade de assinatura da Lei de Greve, o general Castelo Branco discursou declarando ter realizado o pedido de encaminhamento do projeto de “prevenção contra as greves”, concordando com o Ministro do Trabalho de que a greve deveria ser um recurso utilizado apenas “depois de esgotadas todas as fases de conciliação”:

¹⁰ Dos 40 sindicatos rurais da Zona da Mata de Pernambuco, 38 teriam sofrido processos de intervenção segundo Mauro Koury (2010). Segundo Christine Dabat (2012), o número de sindicatos sob intervenção após o golpe seria de 35.

¹¹ CM 30.04.64 p. 1 – “Justiça e Trabalho”.

Desejo assinar que cabe ao Poder Executivo, imediatamente, duas tarefas. A primeira é regulamentar o artigo 24 que dá ao Ministério do Trabalho a missão de promover a realização da perícia contábil para verificação total dos aumentos obtidos. Em decorrência, a Justiça do Trabalho terá de se socorrer de elemento do Poder Executivo, a fim de fazer a perícia, indicada nesse artigo. Cabe, portanto, ao Poder Executivo, a regulamentação imediata do artigo. Outro ponto que desejo agora ressaltar é o de que cabe também ao Poder Executivo a remessa sem perda de tempo de um projeto de lei, ao Congresso Nacional, referente ao assunto, também assinalado pelo Sr. ministro do Trabalho, sobre a prevenção contra as greves. Isto é, indicações com as quais se procurará conciliar interesses antes de ser consumada qualquer greve.¹²

A mudança da formulação da política econômica e controle dos salários eram promessas do Comando da Revolução que havia destituído o governo de Goulart. O historiador Thomas Skidmore (1988) aponta que nesta área o novo governo estava ansioso para demonstrar seus poderes que estavam ainda mais fortalecidos pelo primeiro Ato Institucional¹³. Em seu discurso, Castelo Branco reforçava a necessidade do reajuste salarial e da instituição da prática de prevenção das greves, as quais eram percebidas como indicadores de desestabilização do governo. Por conseguinte, as greves não estavam sendo debatidas como um direito, mas sim enquanto uma forma de controle dos trabalhadores. As propostas apresentadas pelo governo militar, com base na Doutrina de Segurança Nacional, apelavam para a necessidade de racionalizar a economia mediante a “concentração do capital nas indústrias mais eficientes” e no “estímulo à penetração do capital multinacional mais moderno e produtivo” (ALVES, 2005, p.76). Portanto, para tornar o país atrativo ao investimento estrangeiro, buscou-se criar uma legislação de controle das greves e uma regulamentação dos reajustes salariais visando a uma política de controle dos salários.

¹² BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, 04 jun. 1964.

¹³ ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm#:~:text=ATO%20INSTITUCIONAL%20N%2%C2%BA%201%2C%20DE%209%20DE%20ABRIL%20DE%201964,&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20da,Const%20ituinte%20origin%C3%A1rio%20da%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20vitoriosa. Acesso: 20/05/2019.

A imprensa noticiava que as greves alteravam a ordem vigente. Sussekind reforçava esse discurso dizendo que a eclosão das greves era uma prática “insuflada e dirigida por autoridades públicas com o único intuito de subverter a ordem jurídica, sacrificar a economia nacional e impedir a paz social”¹⁴. Entretanto, a aprovação de uma legislação regulamentando o exercício de greve representava também o reconhecimento da greve como um direito (SIGAUD, 1980, p.19).

As perseguições, prisões e demissões após o Golpe de 1964 reforçavam a ideia de que as greves realizadas no tempo de Arraes eram ilegais e, com isso, eram justificadas as medidas de força e repressão contra os trabalhadores. A socióloga Lygia Sigaud analisou como o próprio ato de fazer greve “passou a significar um desrespeito à ‘lei’ e a palavra grevista transformou-se em sinônimo de ‘agitador’, ‘comunista’ e ‘subversivo’”¹⁵. Os trabalhadores rurais buscavam se desvincular das nomeações de agitação em suas pautas de reivindicação, temendo a repressão aos atos grevistas experienciados nos governos anteriores e no controle vigente pelos militares.

Após o Golpe de 1964, quando um senhor de engenho ou usineiro tinha a intenção de denunciar e enquadrar um trabalhador como “agitador”, fazia uma associação direta aos tempos de Arraes. Um exemplo disso é a seguinte denúncia na imprensa: “elemento Arraesista continua agitando camponeses”¹⁶, publicada no *Diário de Pernambuco* ainda em 1964. Sendo assim, os trabalhadores precisavam fazer um esforço para se defender, afastando-se de serem enquadrados nessas denominações, ou poderiam ser definidos como “inimigos internos” do regime e, assim, serem eliminados segundo a lógica da Doutrina de Segurança.

¹⁴ Jornal O Estado de São Paulo 02/07/64 p. 1 – “Regulamentando Direito de Greve”.

¹⁵ Neste estudo, a socióloga estudou as mobilizações na zona canavieira com ênfase na greve de 1979 através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que decretou o movimento paredista a partir da Lei de Greve n.4.330 de junho de 1964 que estamos analisando neste capítulo.

¹⁶ DP 20/10/64, p. 5.

A coalizão civil-militar que havia destituído o governo democrático anterior buscava respaldos de legalidade para garantir suas medidas autoritárias. De acordo com a historiadora Maria Helena Moreira Alves:

a busca da segurança interna pela eliminação do ‘inimigo interno’ entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas. As medidas adotadas para expurgar os que estiveram associados a movimentos sociais e ao governo anterior levaram à institucionalização do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 2005, p.52).

A mobilização das forças repressivas e o controle de salários através da pretensão de legalidade produziam uma crise de legitimidade que marcou essa instituição do Estado de Segurança Nacional. O controle das greves e a regulamentação dos reajustes salariais eram assim entendidos como estratégias para eliminar núcleos de oposição política¹⁷.

Entretanto, com a aprovação da Lei de Greve em junho de 1964, esta passava a ser regulamentada enquanto direito e apesar das limitações burocráticas, os trabalhadores rurais e os dirigentes sindicais poderiam fazer uma utilização política da legislação como um instrumento de luta enquanto mecanismo legal contra os desmandos privados em que se amparavam os proprietários rurais na manutenção das práticas autoritárias nos engenhos e usinas.

Salários retidos e STR de Jaboaão

Em setembro de 1964, José dos Anjos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Jaboaão, denunciou na imprensa que os trabalhadores da Usina Muribeca estavam passando fome, sem receber salários e, com isso, entrariam em greve¹⁸. A Usina Muribeca já havia sido

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ DP 23/09/64 – “Sem receber salários, entraram em greve os trabalhadores da Muribeca”.

alvo de uma paralisação no início do ano de 1964¹⁹. As atividades foram retomadas com a assinatura de um acordo entre o proprietário Frederico Maranhão, o dirigente do sindicato patronal da Indústria do Açúcar e os dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais²⁰.

Após o Golpe de 31 de março de 1964, não houve registros de mobilizações dos trabalhadores rurais até o mês de setembro, quando o dirigente sindical de Jaboatão anunciou na imprensa uma nova paralisação dos trabalhadores da Usina Muribeca devido ao não pagamento dos salários há cinco semanas. José do Anjos declarou que, em consequência do não recebimento dos salários: “cinco mil pessoas [estavam] passando fome, pois até os barracões não [possuíam] mais gêneros para fornecer”²¹. Em seu pronunciamento, o presidente do sindicato enfatizava que os trabalhadores não tinham mais condições físicas para continuar suas tarefas, pois já tinham esgotado todas as economias que possuíam para conseguir minimamente se alimentar. Essa descrição na imprensa sobre a eclosão da greve buscava afastar as motivações políticas e impedir sua ilegalidade pela associação com os vocábulos “subversão” e “agitação” na zona canavieira.

A reivindicação pelos salários retidos dos trabalhadores rurais da Usina Muribeca e a indisponibilidade dos usineiros em cumprir os direitos trabalhistas tiveram ressonâncias nos periódicos de imprensa nacional, com manchetes no *Jornal do Brasil*, *Última Hora* do Rio de Janeiro e *O Jornal*. Com a matéria “Usina de Jaboatão faz greve”, o *Jornal do Brasil*

¹⁹ Em janeiro de 1964, a usina Muribeca foi alvo de uma greve devido ao não pagamento da gratificação natalina – 13º mês aos seus trabalhadores. DP 11/01/64 – “Termina greve na Usina Muribeca: base do Acordo”.

²⁰ O acordo com a Usina Muribeca foi celebrado na DRT no dia 10 de janeiro de 1964, e definia o encerramento da greve trazendo cláusulas como previsão do pagamento integral dos dias de greve mediante retorno dos trabalhadores no dia 11 de janeiro às atividades; contudo deixava pendente a confirmação do pagamento perante a Justiça do Trabalho se a reclamação que a Usina propôs contra o sindicato fosse julgada como procedente, na qual pedia pela decretação da ilegalidade da paralisação. Esta cláusula tinha redação provavelmente dada pelos sindicatos patronais. O acordo registrava também que “Não haverá qualquer punição em virtude da participação dos trabalhadores no movimento grevista”, ponto provavelmente dado pelos sindicatos dos trabalhadores sobre o qual não era possível efetivar sua garantia. O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região julgou pela ilegalidade da paralisação dos trabalhadores. A greve de janeiro de 1964 resultou num Dissídio Coletivo, o chamado “Dissídio do Açúcar”. DP 11/01/64 – “Termina greve na Usina Muribeca: base do Acordo”.

²¹ DP 23/09/64 – “Sem receber salários, entraram em greve os trabalhadores da Muribeca”.

noticiou que os mil trabalhadores da Usina Muribeca, em Jaboatão, haviam cruzado os braços no dia 22 de setembro por estarem há cinco semanas com salários atrasados, o que repercutia em cinco mil dependentes passando fome na usina, pois os barracões que forneciam os gêneros alimentícios haviam fechado as portas²². O periódico registrou os pedidos do Sorpe por comida e o envio de alimentos pela Cáritas. Também alertaram para o fato de que a greve decorria normalmente sem incidentes até o momento, apesar de a usina não ter começado a moagem. O periódico também ressaltava a possibilidade de pedido de ajuda ao Instituto do Açúcar e do Alcool, em que “fontes ligadas ao problema” estariam opinando “pela intervenção do IAA na usina”²³.

Podemos observar, por meio da veiculação das informações noticiadas nesses periódicos, as estratégias da classe patronal na zona canvieira de Pernambuco para continuarem se beneficiando da ajuda do governo, tais como: o ciclo de pedir financiamento para cumprir direitos trabalhistas; gastar o dinheiro do financiamento com enriquecimento da pessoa física por trás da pessoa jurídica da usina; não pagar os trabalhadores; pedir novos empréstimos e, a seguir, ser socorrida pelo IAA até sua recuperação parcial.

Na publicação do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, a mobilização dos trabalhadores da Usina Muribeca foi noticiada com registros de “cinco mil em greve”, números que englobavam trabalhadores e seus familiares na mobilização paredista²⁴. O *UH-RJ* registrara que as informações repassadas na publicação tinham sido fornecidas pela Confederação dos Trabalhadores Cristãos. Contatada pelo Padre Crespo, a instituição teria relatado à imprensa sobre a situação dos trabalhadores famintos pedindo por mediação no contato com o Ministro do Interior, Cordeiro Farias, no que se referia ao fornecimento de alimentos, roupas e medicamentos por

²² JB 23/09/64 - “Usina de Jaboatão faz greve”.

²³ JB 23/09/64 - “Usina de Jaboatão faz greve”.

²⁴ UH RJ - 23/09/64 - “Pernambuco: Cinco mil camponeses em greve”.

parte da SUDENE até que a Usina pagasse os salários devidos, assim como pressionava o MT por uma solução para os trabalhadores de Jaboaão²⁵.

Além de identificar as práticas dos usineiros, também percebemos as redes em que o Sorpe estava se inserindo com o objetivo de mobilizar as lutas dos trabalhadores, agenciamentos e conexões que se davam entre os setores nacionais da Igreja na organização dos trabalhadores e defesa dos seus direitos. Apesar do posicionamento do Padre Crespo não ser o mais favorável à deflagração de greves, como está registrado em outros momentos de mobilização dos trabalhadores rurais, ele aparece neste cenário como um dos grandes articuladores para a divulgação do movimento paredista e por pedidos de intervenção do Estado na solução das dificuldades em que se encontrava o meio rural. (ABREU E LIMA, 2005).

Os jornais denunciavam também os barracões da usina fechados, impossibilitando os trabalhadores de acesso aos recursos alimentícios mínimos. Em uma pequena nota, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, noticiou a greve na Usina Muribeca sob o título “Greve no Campo”, afirmando que José dos Anjos, presidente do Sindicato Rural de Jaboaão, fora contatado e que havia mencionado a paralisação dos trabalhadores da Muribeca²⁶. Isso parece indicar que não apenas Padre Crespo, mas que também José dos Anjos estava bem articulado e conseguia uma boa comunicação para explicar a situação dos trabalhadores rurais à imprensa nacional. Tudo leva a crer que a divulgação estava sendo feita por ambos devido ao assessoramento do Sorpe ao STR de Jaboaão no cenário pós-golpe.

A associação da mobilização grevista como último recurso diante da fome e da ausência de salários dos trabalhadores rurais, era uma estratégia dos sindicatos assessorados pelo Sorpe que buscavam afastar as motivações políticas de tais movimentos e impedir sua ilegalidade pela associação com temas como “subversão” e “agitação” na zona canavieira. Essas expressões abrangiam conotações políticas compreendidas a partir dos conflitos sociais do passado orientados para o presente, que eram então

²⁵ Idem.

²⁶ OJ RJ 26/09/64, p. 7 – “Greve no campo”.

acionados para deslegitimar as reivindicações dos trabalhadores na cena pública. A resignificação dos termos “agitação” e “subversão” transformava o campo da experiência política e social dos trabalhadores e definia seus horizontes de expectativas, podendo lançá-los desde a decretação da ilegalidade de um movimento paredista até a instauração de um inquérito policial ao interesse do governo, comprometendo suas condições de existência e colocando suas próprias vidas em situação de risco em meio ao cenário autoritário de repressão que estava sendo instaurado.

As mobilizações das entidades sindicais produziam novas práticas diante da situação de trabalho na zona canavieira. Contudo, as medidas implementadas pelo executivo eram assistencialistas e de pouco resultado e alcance. Entretanto, para a classe patronal, o auxílio ao discurso de crise dos usineiros vinha se efetivando através da ampliando da liberação de financiamentos, que segundo fontes da agência local do Banco do Brasil, já eram maiores que os recursos concedidos no ano anterior.²⁷

Essa concessão prioritária de financiamento aos usineiros e fornecedores de cana não correspondia à melhora da situação dos trabalhadores, ratificando uma prática denunciada pelo Sopro e pelos sindicatos rurais, de que a classe patronal se utiliza da precarização dos trabalhadores para alcançar liberação de financiamentos na promessa de cumprir com o pagamento de salário dos empregados, o que não o faz. Os salários não eram pagos, nem os direitos indenizatórios após o fim da relação de trabalho. O índice de desemprego se elevava ainda mais com as demissões em massa praticada pelos usineiros.

O discurso das entidades sindicais buscava mobilizar, através do pedido de não financiamento para as usinas que estivessem violando os direitos trabalhistas e praticando demissões ilegais, a reivindicação como forma de conter a situação definida como “calamidade pública”, segundo o impacto que trabalhadores em miséria e fome poderiam causar a pressão de estabilidade do governo. Ao mesmo tempo que discurso dos

²⁷ OJ RJ 26/09/64, p. 7 – “Greve no campo”.

usineiros era alegar não ter condições de assumir os encargos trabalhistas na zona canvieira sem a ajuda governamental em subsídios e financiamentos.

Os grupos que articularam o Golpe de 1964 haviam construído a propaganda de que o aumento da inflação estava associado às reivindicações salariais “excessivas” dos sindicatos no governo anterior. Com isso, buscavam controlar as entidades sindicais e desmobilizar os trabalhadores para determinar os reajustes salariais. Além do controle da inflação, visava-se ampliar os lucros das empresas com o arrocho salarial às custas do sacrifício do trabalhador. Como indica Fernando Lopes de Almeida, “o exame da evolução do salário real de algumas importantes categorias de trabalhadores, desde 1964, deixa evidente a grande perda de poder aquisitivo dessas categorias”. (ALMEIDA, 1982, p.15).

Em meio à implementação do projeto de desmantelamento das conquistas de direitos trabalhistas no Governo Castelo Branco, percebemos a resistência dos trabalhadores através da mobilização sindical sob a organização do Sorpe e da Federação, que enfrentavam as classes patronais e expunham às autoridades executivas medidas de socorro para a situação do trabalhador rural.

Discutindo a “resistência dos trabalhadores” no cenário do arrocho salarial, Fernando Almeida (1982) destaca que, até 1968, as mobilizações se voltavam para os “atrasos de pagamentos e do 13º salário”, que chegaram a dar origem a greves, “a despeito do longo ritual exigido pela Lei n. 4.330 e das penalidades que ela estabelecia para os casos de transgressão”. O número de greves registradas após o golpe é bem menor que no período anterior, com 302 mobilizações em 1963, por exemplo. Entretanto, essa redução não pode ser lida de maneira simplista como o esgotamento da resistência dos trabalhadores:

Ao contrário disso, ocorreu um movimento dos trabalhadores no sentido de recuperar o controle de suas entidades representativas, participação das eleições. [...] Ao mesmo tempo, algumas lideranças sindicais buscaram articular-

se, ainda que de modo tímido e com mobilização de base muito restrita, visando a uma condenação política do arrocho salarial. (ALMEIDA, 1982, p.16)

Mobilizações sindicais: Sorpe, Federação e STR de Jaboatão na greve da Usina Muribeca

A Usina Muribeca, que não cumpria com o pagamento dos salários vigentes, dava indícios de que também não cumpriria com o 13^o em 1964. Assim, 808 trabalhadores rurais da Muribeca paralisaram as atividades iniciando uma greve em Jaboatão²⁸. A mobilização paredista, motivada pelo descumprimento de direitos, alcançava repercussão e comoção nacional e foi denunciada pela classe patronal como uma greve política²⁹. A intenção dos usineiros era associar a mobilização à repressão de movimentos políticos interditados segundo a nova Lei de Greve e assim colocar os trabalhadores em situação de “ameaças” à segurança nacional. Essa estratégia dos usineiros buscava reprimir a mobilização dos trabalhadores em busca dos direitos. Observamos que nos meses que se seguiram ela foi também apropriada pelas forças que organizavam estas mobilizações e utilizadas como táticas de pressionar o governo federal às reivindicações de condições de trabalho na agroindústria açucareira.

No dia 14 de dezembro a greve foi decretada. O delegado-substituto da DRT deslocou-se à Usina Muribeca para apurar a situação paredista. O jornal *Diário de Pernambuco* noticiou que “o delegado regional do trabalho manteve entendimentos com os 800 trabalhadores rurais envolvidos na ‘parede’ e obteve o seu retorno ao trabalho”³⁰. Após ouvir os delegados sindicais dos engenhos da Muribeca, a DRT registrou inúmeras reclamações sobre a ausência “de pagamento de férias dos trabalhadores, inexistência do repouso semanal e, mais recentemente, demissões sem as indenizações devidas e falta de pagamento dos próprios salários”³¹. Ao

²⁸ DP 15/12/64 - “Trabalhadores da Muribeca foram à greve por falta de pagamento de seus salários”.

²⁹ UH RJ 16/12/64 - “Camponeses iniciam greve em Pernambuco”.

³⁰ DP 15/12/64 - “Trabalhadores da Muribeca foram à greve por falta de pagamento de seus salários”.

³¹ *Ibidem*.

conferir *in loco* a mobilização dos trabalhadores da Usina Muribeca, o delegado-substituto registra que “era realmente injusta a situação naquela empresa com relação aos trabalhadores”³². Entretanto, recomendara o retorno às atividades, pois a paralisação não estava atendendo às prerrogativas das novas definições legais sobre a greve, como convocações de assembleias e publicações de editais nos jornais locais. Assim, a DRT indica a ilegalidade da eclosão do movimento e propõe uma solução definitiva ao problema assim que ouvisse os representantes patronais e órgãos estatais relacionados à zona canavieira.

A DRT reconheceu a situação como injusta, porém fez promessas que não cumpriria. Ou seja, coagiu de alguma forma os trabalhadores da Muribeca a encerrarem a paralisação, definindo a “parede” como ilegal, por não atender as definições legais previstas, apesar das demandas pedirem por garantias econômicas, e não políticas, o que inseria a pauta efetivamente na legalidade vigente.

O impedimento da DRT à Muribeca não foi tão eficaz em outras localidades em que os trabalhadores se encontravam insatisfeitos com os empregadores. No dia 16 de dezembro, o *DP* noticiou que incêndios e greves eram indícios de movimento subversivo de agitação na zona canavieira:

ao mesmo tempo que conseguia serenar a greve dos trabalhadores da Usina Muribeca – deflagrada anteontem, a pretexto de falta de pagamento dos salários, durante três semanas, o delegado-substituto do Trabalho via-se a braço, ontem, com novos movimentos paredistas que vêm sendo deflagrados como que obedecendo a uma ordem de comando. Desta feita a paralisação ocorreu nos engenhos “Progresso” e “Macaco”, pertencentes à Usina Caxangá, e todos os trabalhadores do campo cessaram totalmente suas atividades naquelas duas propriedades.³³

Mudando de atitude, o delegado substituto não foi averiguar as situações em cada engenho paralisado, mas optou por convocar o IV Exército

³² *Ibidem*.

³³ DP 16/12/64 p. 10 – “Reinicia-se agitação na Mata: Greves e incêndios de canaviais”.

e a Secretaria de Segurança Pública. Levantando dúvidas sobre as reivindicações dos trabalhadores ao declarar que estava impressionado com a série de greves, incorporava o discurso da Secretaria de Segurança Pública que acreditava que “exist[ia] algo por aí”, atitude que colocava sindicatos e trabalhadores na mira de investigações policiais³⁴.

Os sindicatos rurais, através dos seus dirigentes sindicais enviavam informes à DRT relatando que a greve na Muribeca se inseria na demanda por salários atrasados e não tinha motivação política. A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco relacionava o clima de insatisfação em outros engenhos e usinas de Pernambuco com o fato de os direitos dos trabalhadores não estarem sendo cumpridos. O jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, também noticiou a greve de dezembro dos trabalhadores em Pernambuco:

Camponeses de vários municípios do interior de Pernambuco deflagram uma série de greves contra a falta de pagamento, paralisando, entre outras, a Usina Muribeca, de Jaboatão, e cinco de Vitória de Santo Antão e Ribeirão, onde o movimento foi iniciado ontem. Soldados da Polícia Militar do Estado e do Exército foram mobilizados para reforçar o policiamento nas regiões atingidas pelo movimento, atribuído pelos usineiros a um “plano subversivo”, pois acham que ele está relacionado com os incêndios de canaviais.³⁵

O periódico destacava que a mobilização se dava reivindicando o pagamento de salários e que a expansão do movimento para outras usinas e engenhos era o temor dos usineiros, justificando o deslocamento de unidades policiais para a zona canavieira de Pernambuco, pois o movimento paredista dos trabalhadores na Muribeca acontecia paralelamente à paralisação dos engenhos Progreso, Macaco e da Usina Caxangá pelos mesmos motivos de ausência de salário.³⁶

O Sorpe também se pronunciou sobre a mobilização dos trabalhadores. Em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, o padre Crespo, diretor da

³⁴ DP 16/12/64 p. 10 – “Reinicia-se agitação na Mata: Greves e incêndios de canaviais”.

³⁵ UH RJ 16/12/64 p. 23 – “Camponeses iniciam greve em Pernambuco”.

³⁶ UH RJ 16/12/64 – “Camponeses iniciam greve em Pernambuco”.

entidade, desmentiu as acusações de subversão, afirmando que “são inteiramente infundadas as informações sobre agitação, pois os trabalhadores têm-se mostrado até surpreendentemente pacientes diante de tanta insensibilidade dos patrões que atrasam o pagamento do salário irrisório”³⁷. O orientador sindical defendia que a greve dos trabalhadores da Usina Muribeca e a expansão da mobilização para outras usinas e engenhos era pacífica e “perfeitamente justa”, pois era motivada por descumprimento dos salários, que já se encontravam inclusive defasados, não contemplando a mínima aquisição de gêneros alimentícios. E ele exemplificava comparando o valor da remuneração de dois dias de trabalho que não alcançava sequer o valor do quilo da “carne-seca”, tão comum na alimentação da zona canavieira. Reforçando seu argumento, ele mencionou, ainda, usinas que já tinham pago o 13º e não vivenciavam paralisação de seus trabalhadores.

O discurso do Sorpe buscava reforçar a mobilização vinculada à luta por direitos e indicava seu posicionamento à imprensa ao afirmar que: “não pagando em dia ou se negando a pagar o que é de lei, provocam, eles mesmos, as agitações”³⁸. Assim, os dirigentes sindicais agenciavam os espaços de veiculação na imprensa para associar o descumprimento de direitos à agitação, culpando os usineiros por qualquer instabilidade social que pudesse ser identificada. Com isso, as entidades de organização dos trabalhadores buscavam desvincular as reivindicações de um potencial subversivo.

O jornal local *Diário de Pernambuco* enfatizava a versão dos usineiros, que negavam dever salários atrasados aos empregados em seus pronunciamentos na imprensa. Para os representantes patronais da Muribeca, a DRT não havia verificado as folhas de pagamento e apenas apurou os relatos de trabalhadores ligados ao sindicato rural de Jaboatão. Todavia, já examinamos uma parte das folhas de pagamento a partir dos autos findos de processos trabalhistas contra outras usinas e conseguimos

³⁷ CM 17/12/64 p. 16 – “Pe. Crespo: Não há agitação no campo”.

³⁸ CM 17/12/64 p. 16 – “Pe. Crespo: Não há agitação no campo”.

perceber como os relatos dos trabalhadores à DRT encontravam respaldo de veracidade. A usina acusava o trabalhador Valdomiro Cordeiro, Conselheiro do Sindicato de Jaboaão, de ter iniciado o movimento paredista após ter sido demitido por acusações de irregularidades, como apontamento de tarefas. A demissão do conselheiro sindical na usina é utilizada pela classe patronal como motivação para caracterizar um clima de agitação e subversão na zona canavieira. Noticiando ainda que, segundo informantes:

A greve de Muribeca – encerram as informações – não foi improvisada. Tudo foi planejado em detalhes e acertado, em uma reunião, domingo [13/12], na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboaão. [...] Para que a agitação verificada na Usina Muribeca fosse completa e evocasse plenamente o regime derrotado pela revolução de março, só faltou mesmo a declamação de poemas enaltecendo o regime de Fidel Castro e publicados na imprensa local.³⁹

A intenção do jornal *Diário de Pernambuco* era insuflar o medo por uma associação da mobilização ao governo cubano de Fidel Castro, dando espaço a “informantes” relatarem como acreditavam que aquela greve remetia aos tempos do governo destituído com o golpe civil-militar de 1964. (PORFÍRIO, 2009)

Localizamos o processo do trabalhador Valdomiro nos arquivos da JCJ de Jaboaão, registrado sob o número 970/64. A impetração de sua ação judicial trabalhista se deu no dia 23 de dezembro de 1964, pedindo por direitos não pagos após sua demissão relatada como sem justa causa. Ele trabalhara na usina desde dezembro de 1961, tendo sido demitido no último dia 10 de dezembro alegando “que ao ser demitido nada recebeu, inclusive parte do 13º mês [do] ano de 1963”⁴⁰.

A ação judicial trabalhista impetrada na JCJ de Jaboaão não registra motivações políticas ou irregularidades que configurem falta grave na demissão do trabalhador. A sua reivindicação na Justiça do Trabalho se refere

³⁹ DP 16/12/64 p. 10 – “Reinicia-se agitação na Mata: Greves e incêndios de canaviais”.

⁴⁰ Processo 970/64 da JCJ Jaboaão – TRT 6ª Região – Laboratório Arquivo História e Memória UFPE/TRT6.

aos direitos não cumpridos com a rescisão abrupta do contrato de trabalho e ainda direitos concernentes ao ano anterior que não haviam sido plenamente garantidos, como o pagamento parcial da gratificação natalina referente a 1963, com parcelas pendentes ainda no final de 1964.

A primeira audiência do processo de Valdomiro foi designada para o dia 27 de janeiro de 1965, registrando notificação às partes e aviso de recebimento assinado pelo próprio Frederico Maranhão, proprietário da Usina Muribeca, no dia 12 de janeiro de 1965. No dia da audiência de instrução e julgamento, foi registrado que o trabalhador estava acompanhado do advogado sindical Josué Custódio de Albuquerque, representando o Sindicato dos Trabalhadores de Jaboatão, assessorado pelo SORPE. Também foi registrado na ata da primeira audiência que nenhum representante da usina havia comparecido, iniciando assim a instrução e julgamento à revelia da reclamada [Usina Muribeca]⁴¹.

Em seu interrogatório, o trabalhador provavelmente foi questionado sobre quais os motivos que a usina alegou para sua demissão, tendo sido registrada em ata sua resposta de “que a reclamada não alegou motivo porque demitiu o reclamante”⁴². O juiz trabalhista interrogou testemunhas trazidas à Junta pelo trabalhador que ratificaram os termos do contrato de trabalho e registraram que desconheciam os motivos da demissão sem justa causa. Finalizando a instrução com a produção de prova testemunhal, a ata desta primeira audiência registrou também a chegada tardia do usineiro Frederico Maranhão, que apareceu ao final da audiência acompanhado de advogado. Sua presença foi registrada ao final da ata, mas sem apresentação de provas ou contestações contra a reclamação do trabalhador.

Uma nova audiência foi agendada para o dia 19 de fevereiro daquele ano, na qual o juiz Aloísio Cavalcanti pronunciou a presença do trabalhador Valdomiro e a ausência da Usina Muribeca ao expor a decisão da

⁴¹ Ata de Instrução e Julgamento 12/01/1965 – Processo Trabalhista 970/64 da J CJ Jaboatão – TRT 6ª Região – Laboratório Arquivo História e Memória UFPE/TRT6

⁴² *Ibidem*.

demanda do trabalhador. A JCJ de Jaboatão julgou a ação de Valdomiro procedente, pois a usina não produziu provas que contestassem os direitos reivindicados ou caracterizassem o motivo justo pela demissão do trabalhador, sendo registrado que:

Através de suas testemunhas o reclamante provou todos os itens da inicial. A reclamada nenhuma prova produziu. O empregado com mais de um ano de casa, sendo dispensado abrupta e emotivamente tem a haver indenização por tempo de serviço (arts. 477 e 478 da CLT), além do aviso-prévio de 30 dias (art. 487 da CLT). A gratificação natalina é devida na base da remuneração do mês de dezembro. A ré só pagou ao reclamante Cr\$ 13.000 como 13º mês de 1963. Deve-lhe a complementação. Computando-se o prazo do pré-aviso, o autor tem a haver integralmente o 13º mês de 1964. [...] “Ex positis”, considerando tudo isso e o que mais dos autos consta, decide a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, por unanimidade, julgar PROCEDENTE a reclamação, condenando a reclamada a pagar ao reclamante, no prazo de 10 dias após transitar em julgado esta decisão, a quantia de Cr\$ 347.700.⁴³

Os direitos reivindicados foram acolhidos pela JCJ de Jaboatão e relacionados aos dispostos na CLT, como extensão das garantias trabalhistas ao meio rural⁴⁴. Nenhum registro sobre agitação ou subversão foi localizado nos autos do processo. Valdomiro, que era conselheiro sindical em Jaboatão, na Usina Muribeca, acusado de estar associado com a agitação na zona canvieira, teve sua ação judicial julgada sem contestação e recebeu as garantias pelo fim da sua relação de trabalho, num cenário conhecido em que a Muribeca movia estratégias protelatórias para não cumprir os direitos no meio rural.

O discurso da Muribeca à imprensa de que a mobilização paredista de seus trabalhadores era motivada por subversão, pois encontrava-se com o pagamento em dia, não se sustentava às mínimas contestações. Por ser notório que seus trabalhadores não recebiam salários e se

⁴³ Ata de Instrução e Julgamento 19/02/1965 - Processo 970/64 da JCJ Jaboatão - TRT 6ª Região - Laboratório Arquivo História e Memória UFPE/TRT6.

⁴⁴ O processo foi concluído em março de 1966 com a liquidação do pagamento ao trabalhador por execução da usina. Termo de Pagamento e Quitação 08/03/1966 - Processo 970/64 da JCJ Jaboatão - TRT 6ª Região - Laboratório Arquivo História e Memória UFPE/TRT6.

encontravam em situação de fome e miséria, e por não estender aos tribunais as acusações de subversão dada a inexistência de prova.

Contudo, as manchetes de “retorno da agitação” continuavam a ganhar as páginas dos jornais. Dessa forma, o periódico *O Jornal* atemorizava o potencial de “subversão” que poderia conter a insatisfação dos trabalhadores rurais de Pernambuco⁴⁵. Sob o título “Agitação volta a preocupar no interior de PE”, o periódico noticiava as greves na zona canavieira como a volta da “agitação” nos engenhos e usinas, referindo-se às greves do período anterior à instauração dos militares no poder. O tom da matéria era alarmista e buscava associar as mobilizações por ausência de salários a uma possível oposição política retornando no meio rural. Segundo *O Jornal*, a Zona da Mata voltava “a ser sacudida por agitações, com a repetição de greves nos engenhos e usinas e até incêndios em canaviais”, assim como destacava o discurso patronal em que “a direção da Usina Muribeca desmentiu a versão de que estivesse com o pagamento do seu pessoal em atraso. Denunciou então a ação de elementos subversivos, que já provocaram inclusive o incêndio de canaviais”⁴⁶.

Ao acionar as palavras “incêndio” e “greve”, as notícias eram logo vinculadas à intervenção estatal, como registrado o apelo às autoridades do IV Exército e da Secretaria de Segurança Pública. Os incêndios carregavam signos de medo produzidos pela associação ameaça à ordem no governo anterior (MONTENEGRO, 2010, p.161). As publicações na imprensa são reveladores nesse sentido em associar a reivindicação dos trabalhadores aos incêndios lidos como agitação em Pernambuco. O descumprimento de direitos trabalhistas pelos usineiros de Pernambuco, tão enfatizado nos últimos meses em relação aos trabalhadores rurais, era veiculado por parte da imprensa local e nacional como “retorno de agitação”, por periódicos alinhados com as práticas do governo imposto. Ao passo que os trabalhadores rurais e seus representantes sindicais envidavam esforços para disputar espaços de defesa de seus direitos.

⁴⁵ OJ 19/12/64 – “Agitação volta a preocupar no interior de PE”.

⁴⁶ Idem.

Considerações Finais

O Sorpe e os sindicatos rurais, assessorados por essa entidade, inseriam-se nessas práticas de resistência, mobilizando o retorno das eleições sindicais, as greves e lutando por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais após o golpe. O discurso agenciado pelas entidades sindicais buscava definir a situação dos trabalhadores como “antirrevolucionária” para associar a “Revolução” que colocou os militares no poder com as intensões declaradamente contrárias aos objetivos pretensamente “democráticos” defendidos pelo movimento. Dessa forma, as mobilizações sindicais constituíam um enfrentamento ao regime autoritário imposto que demonstrava além das características contrárias à democracia, a invisibilização da situação precária dos trabalhadores e de suas lutas⁴⁷. A tática escolhida, por conseguinte, acabou sendo o de enfrentar os desmandos dos usineiros e senhores de engenho através dos embates judiciais e dos apelos à repercussão pública mostrando a fome e a situação precária em que se encontravam as famílias de trabalhadores da agroindústria açucareira de Pernambuco. O plano estava no campo dos possíveis estratégias diante de um cenário autoritário e repressivo.

Referências

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). **História, Cultura, Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** Chapecó/SC: Argos, 2009.

⁴⁷ JB 01/06/65 – “Miséria provoca situação anti-revolucionária no Nordeste, diz Pe. Crespo”.

- ALMEIDA, Fernando. **Política salarial, emprego e sindicalismo 1964-1981**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARROS, Júlio Cesar Pessoa. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2013
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994
- CALLADO, A. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife, 2003. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAMA, Marcília. **Informação, Repressão e Memória**: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. Recife: Tese de Doutorado, UFPE. 2007.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e Tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita In: MONTENEGRO Et. AL. **Cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LARA, Sílvia Hunold. **Direitos e Justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petropolis: Vozes, 1981.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
-
- _____. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Angela de Castro e TEIXEIRA, Fernando (Orgs.). **A Justiça do Trabalho e sua história: direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil**. Campina: Editora da Unicamp, 2013.
- NAGASAVA, Heliene Chaves. **“O sindicato que a ditadura queria”**: O Ministério do Trabalho no Governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997
- PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve**. O Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PAIDA, Zenilda. **Trabalhador Rural**. Conteúdo Jurídico, Brasília – DF, 2012.

PEARSON, Nearle. **Small farmers and rural workers**. Pressure Groups in Brazil. Dissertation, the University of Florida, 1967.

PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2009

REIS, Daniel Aarão. “Amnistie ou amnésie: société et dictature au Brésil ». Tulmutes, Paris, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação das fontes.- São Leopoldo: Oikos, 2010.

SIGAUD, Lygia. **Greve nos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Claudiane Torres da. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)**: atuação e memória. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES FILHO, José. Acordo Trabalhista, Fator de Injustiça. *LTr*, 50-7. 1986

STEIN, Leila Menezes. **A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Tese Doutorado. IFCH – Unicamp, 1997.

TAVARES, Marcelo. MONTENEGRO, Antonio. (Org.) **História de Trabalhadores e da Justiça do Trabalho**. Arapiraca: Eduneal, 2018.

VEYNE, Paul M. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1980.

Conflito e negociação: San Miguel de Tucumán e Pernambuco nos anos sessenta

*Alexandre Silva*¹

A história da produção de açúcar, na América Latina, foi caracterizada pela dependência ao capital internacional e, por adotar o modelo de exploração coercitiva da força de trabalho, desde suas origens. Suas consequências foram a criação de uma cultura açucareira que explorou a natureza e, a força de trabalho. O objetivo deste texto é repensar a dinâmica dos trabalhadores do açúcar, no Cone Sul, a partir de duas organizações sindicais, em duas regiões canavieiras, Pernambuco, no Nordeste do Brasil e, em São Miguel de Tucumán, Norte da Argentina. A questão da organização desses órgãos de classe é de fundamental importância porque as mesmas mantinham relações com estruturas de poder, nos seus estados e centrais sindicais de alcance nacional. O produto, açúcar, trata-se de uma mercadoria para sobremesa, não essencial para a dieta alimentar, além de ser uma commodity internacional, propenso, portanto, a sofrer oscilações do mercado internacional. Soma-se a isto a condição de países periféricos, Brasil e Argentina, possuíam economias débeis e, conseqüentemente, baixa capacidade de negociação em relação a países com maior lastro financeiro.

¹ Mestre em História pela UFPE, Professor de História da Rede Estadual de Alagoas, Professor Convidado do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, membro do Núcleo de História Regional, associado ao Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a Justiça do Trabalho e trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Contato: profalexandrejr@outlook.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4633108458543817>

Primeiras Palavras

Este texto é resultado de discussões realizadas durante o seminário de doutorado ministrado por Agustín Santella, Universidade de Buenos Aires, sobre título: *Teoría del Conflicto Laboral*, em que se debateu textos clássicos e, clássicos argentinos referentes a teoria dos conflitos trabalhistas. Não poderia olvidar das generosas contribuições dos companheiros do Centro de Estudios e Investigaciones Laborales e, de modo especial a Paula Lenguita, minha orientadora, durante mais de um ano em que estive na Argentina. É muito importante ressaltar que este texto foi trabalhado no Brasil e na Argentina. Portanto, influenciado por dois contextos diferentes, duas bibliografias e, dois modos de compreensão dos acontecimentos.

A primeira redação deste texto foi apresentada no Seminário Internacional da Memória, realizado em Buenos Aires, 2015, sob o título “*Conflicto y negociación: Los cañeros de San Miguel de Tucumán y Pernambuco en la década de sesenta*”. O atual trabalho é resultado de uma revisão textual para ser publicado em língua portuguesa, aproveitei a ocasião para atualizar alguns temas que estavam em estágio embrionário e, que avançaram consideravelmente, embora sinto que talvez nunca estarão totalmente fechados.

Na primeira ocasião, a América Latina estava sendo sacudida por movimentos de extrema direita que tentavam se recolocar na dianteira das decisões políticas da região. A vitória do neoliberal Mauricio Macri para a presidência da Argentina, implementou uma agenda conservadora e anti popular, provocando uma reação da sociedade organizada na Argentina, a fim de frear o ímpeto neoliberal imposto pelo macrismo, de maneira acelerada rompia, por sua vez, com um recém esforço do governo Kirchner para diminuir as enormes desigualdades sociais.

Outro fator, não menos importante, foi o golpe neoliberal que aconteceu no Brasil, 2016, derrubando o governo de Dilma Rousseff e, reconfigurando o Brasil, a partir da lógica de submissão ao capital interno

e internacional². Ao mesmo tempo, em que pôs em movimento o desmonte de diversas estruturas do Estado brasileiro, as quais diminuíram significativamente a desigualdade social e, propiciaram um “ensaio” de mobilidade social através de programas de alimentação e, acesso ao ensino superior.

Fazendo uma breve memória da história do sindicalismo brasileiro e argentino, podemos distar diferenças muito importantes na sua história e, estrutura organizacional. Se por um lado, o sindicalismo argentino foi marcado por uma forte centralização e protagonismo, mesmo em tempos de peronismo. Por outro lado, o sindicalismo brasileiro desde seus primeiros lampejos, no final do século XIX, foi fortemente influenciado por imigrantes europeus, possuindo características de independência do Estado, sob forte influência do movimento anarquista. Porém, com a ascensão dos comunistas, o sindicalismo brasileiro se estruturou e se hierarquizou, nos moldes da Internacional Comunista.

Contudo, esta trajetória de independência e de auto-organização foi interrompida na década de trinta, com a ascensão de Vargas ao poder. Os comunistas, perseguindo o firme propósito de fazer a revolução no Brasil, enxergaram em Vargas um caminho para tal empresa. Erro histórico que aproximou a vertente trabalhista comunista e a ala fascista varguista. Gerando força suficiente para redirecionar o sindicalismo brasileiro à tutela do Estado. Mesmo que de modo conflituoso.

A CGT Brasil ficou presa, sob a figura de Vargas e, condicionada pelo Ministério do Trabalho, este possuía a função de reconhecer ou não, a instituição sindical como órgão legítimo de classe. Da mesma forma que o Ministério do Trabalho poderia cassar a autorização sindical. Além do mais, era comum a figura do interventor estatal e, surgiram, ainda, campanhas difamatórias sobre organismos sindicais que não estivessem totalmente alinhados com Vargas.

No que se refere a manutenção da atividade sindical, foi criado, por Vargas, o imposto sindical, obrigatório, que incidia sobre o salário da

² O tema da posição periférica do Brasil foi largamente estudado por FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente: E classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

classe operária. Este mecanismo, essencial para a vida do sindicato, atrelou institucionalmente a imagem do movimento sindical ao Estado varguista.

A estrutura do Ministério do Trabalho centralizou em si mesmo a organização sindical tornando o sindicalismo brasileiro vertical (COSTA, 1986, p. 81), porém sem uma articulação de base. Aparentemente parecido, estruturalmente, com o sindicalismo argentino, porém sua capacidade de movimentação e de conflito em relação sindicalismo argentino eram bem mais limitadas.

Dessa forma, a grande maioria dos sindicatos migraram para a clandestinidade porque estavam involucradas com o Partido Comunista e, portanto, não obtinham a permissão para funcionarem como órgão de classe. Mas, isso não impediu que o Partido Comunista estivesse presente em diversos sindicatos, porém de modo não oficial (clandestina).

Por outro lado, o sindicalismo argentino possuía, na CGT, uma estrutura sindical central. O sindicalismo conseguiu uma posição de agente político-estratégico no governo de Hipólito Yrigoyen que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. Mesmo tendo uma atuação dúbia em relação o movimento sindical, oscilando entre o apoio e a repressão, Yrigoyen trouxe para a cena do jogo político líderes sindicais.

As relações entre sindicalismo e poder político na argentina estavam localizadas entre a resistência e a cooptação (JAMES, 2010). Tendo um sindicalismo, pujante, anterior ao surgimento do peronismo, como movimento de massa. O sindicalismo argentino foi a base sobre a qual o peronismo ascendeu e permaneceu no cenário político. De modo particular após a deportação de Perón para a Europa.

Em outras palavras, o movimento sindical argentino era relativamente autônomo e institucional, dialogando com vários organismos estatais, mesmo em períodos de autoritarismo. Daniel James se utilizou do termo “*Peronismo Sem Perón*” para explicar os conflitos internos do próprio movimento sindical. Este peronismo sem Perón foi a experiência encabeçada pela CGT argentina para manter a viva a ação política dos movimentos ligados a atividade operária, sob a égide peronista.

Em 1963 houve dois acontecimentos que marcaram a trajetória do sindicalismo argentino: O “El Cordobazo”, movimento político de grande amplitude iniciado em Córdoba e que se expandiu para toda a Argentina. E, um mês depois, o assassinato do dirigente metalúrgico Vandor, na sede da UOM (Unión Obrera Metalúrgica) enquanto atendia a um telefonema, em plena ditadura de Juan Carlos Onganía³.

O lado brasileiro, por várias razões, ficou preso ao Estado “varguista”. Por outro lado, o sindicalismo argentino se ramificou para as bases de produção de bens e de capital, seguindo a linha teórica de Gramsci, instituindo o sindicalismo no lugar de trabalho onde havia micro disputas sobre a hegemonia dos processos de produção frente a classe patronal.

Na Argentina, a base era articulada por ramos de trabalho e posição geográfica. De tal modo que se formava uma estrutura central e coesa, tendo “a base” por princípio. O movimento sindical era tão forte que às vezes as disputas internas se rivalizavam com a luta de classe, contrária a classe patronal.

O sindicalismo brasileiro só viria a florescer como ator político de grande envergadura com o sindicalismo metalúrgico do ABC, no final da década de setenta. Este sindicalismo foi a base sobre a qual foram fundados o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

Pormenorizando

Saindo de uma visão mais ampla de dois países vizinhos para um olhar mais apurado dos acontecimentos, propõe-se uma breve comparação entre dois estados marcados pela economia canavieira, Pernambuco e San Miguel de Tucumán. Este tipo de análise possibilita ter uma melhor ideia do que foi o sindicalismo de base no Brasil e na Argentina, na década de sessenta.

³ Hace 50 años era asesinado Vandor, el hombre que intentó conducir "un peronismo sin Perón". La voz. AGENCIA TÉLAM. Sábado 29 de junio de 2019 - 14:43. Disponível em: <https://www.lavoz.com.ar/politica/hace-50-anos-era-asesinado-vandor-hombre-que-intento-conducir-un-peronismo-sin-peron>. Acessado em 04 de Julho de 2020.

A experiência vivida entre os canavieiros das zonas úmidas de Pernambuco nasceu dentro da dinâmica das Ligas Camponesas que foram criadas pelo partido comunista na década de quarenta, através dos congressos camponeses e, de modo mais contundente com as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, deputado estadual e advogado, nos anos cinquenta.

O sindicalismo tucumano segue as mesmas orientações da CGT. Porém, em sua base, há um constante diálogo com as forças locais. Mantém relações institucionais com o governador do estado, com as universidades e a imprensa. Chegando, muitas vezes a ser protagonista de uma frente ampla, estadual, em defesa da economia local frente ao governo federal.

Há um detalhe muito particular do sindicalismo tucumano. Além de lutar para manter os postos de trabalho, fazer com que o poder real dos salários permaneçam os mesmos e que as relações de trabalho fossem compatíveis com os conceitos da dignidade humana. Este sindicalismo estava comprometido com a preservação da economia canavieira. Chegando a haver discussões sobre a direção da economia tucumana.

Pernambuco só viria a ter esta experiência, de gestão dos trabalhadores, com a Usina Catende, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, considerada, massa falida. Esta foi gerida pela Cooperativa Harmonia entre as décadas de 90 e início dos anos 2000, tornando-se um elemento novo dentro de um contexto marcado por usineiros e latifundiários.

Amiúde, o sindicalismo de Tucumán foi marcado pelo “Tucumano”, um movimento popular de grande expressão que se configurou como uma reação contra medidas liberais do ditador Onganía, o qual tentava flexibilizar a economia canavieira para favorecer aos estados vizinhos (Jujuy e Salta), igualmente plantadores de cana-de-açúcar.

Em Pernambuco, a Greve dos Duzentos Mil, marcou profundamente o sindicalismo em novembro de 1963. Esta greve foi um “divisor de águas”, no estado, porque através dela, os trabalhadores lograram aumento real de salário, pela primeira vez em sua história. Mudando, mesmo que temporariamente suas condições de vida.



A matéria acima, do Diário de Pernambuco salientava o acordo realizado entre trabalhadores e empresários do açúcar, no entanto, não oferecia, ao leitor, a oportunidade de entender a organização sindical por base do conflito. Porém, é mister perceber a ação do governador Miguel Arraes, mesmo colocado na reportagem de modo descontextualizado, ele ainda representava um “fantasma” da ação sindical em Pernambuco, uma vez que o governador possuía fortes ligações com o Partido Comunistas e, as Ligas Camponesas no estado.

De igual modo, é essencial notar as brechas narrativas que se abriram dentro do sistema de comunicação de Pernambuco. O Diário de Pernambuco, importante veículo de comunicação do estado, abriu a perspectiva de reconhecimento do movimento sindical como uma instituição de interlocução para a resolução de conflitos trabalhistas. Um avanço significativo, no que tange às disputas narrativas em torno das questões sociais, no estado.

É de capital importância que se detenha neste ponto. Uma vez que, os conflitos sociais eram resolvidos na delegacia de polícia. Exceto no período em que Miguel Arraes foi governador de Pernambuco. Contudo, após o golpe civil-militar de 1964, a repressão foi retomada e, o sindicalismo foi brutalmente perseguido e, desmontado. Restando poucas saídas institucionais. A forma mais utilizada foi a Justiça do Trabalho, uma modalidade de micro conflito que de uma certa forma ainda servia para garantir o mínimo de direitos aos trabalhadores.

Memória e Conflitos: pensando sobre os níveis de análise

Faremos uma brevíssima reflexão sobre a importância da memória, como expressão de construções narrativas (alternativas) para entender a resistência operária frente a indústria açucareira em Pernambuco e Tucumán. Abrindo caminho, rachando as palavras (MONTENEGRO, 2014, p.134) em busca de táticas e estratégias, utilizadas pela classe operária, para sobreviver e, quando possível, propor novas alternativas para preservar a própria atividade econômica.

Halbwachs refletindo sobre *A Memória Coletiva* (HALBWACHS, 1990) e, a partir dela apresentou as condições necessárias para sua construção, manutenção e compartilhamento. Segundo ele, são as convenções coletivas que habilitam o acesso a memória ou o esquecimento. Pierre Nora ao trabalhar a relação conflituosa entre história e memória⁴, trouxe para o debate, os lugares de memória. Estes lugares de memória são o que restou de um passado que não mais existe. Uma memória esfacelada, história em migalhas, da qual só é possível ter uma visão opaca do passado.

De certa forma, é necessário reinventar, no sentido de Hobsbawm (HOBSBAWM; RANGER, 1997), as tradições dos movimentos operários de Tucumán e de Pernambuco, abrindo brecha para entender a tradição de resistência dos trabalhadores, por diversos meios, sutis, nucleares, mas que traziam, em si, elementos conflitivos. Neste sentido, a micro história, é uma ferramenta de pesquisa que possibilita pensar os elementos periféricos dos conflitos (GINZBURG, 1989).

No Brasil, a Justiça do Trabalho se configurou após ao golpe de 1964 como uma continuação dos conflitos trabalhistas e da ação sindical. A Justiça do Trabalho foi uma forma institucional de resistência que os trabalhadores encontraram para minimizar os efeitos da ditadura militar. A ditadura precarizou ainda mais as condições de trabalho à qual os

⁴ NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares de memória. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acessado em 01/06/2020.

trabalhadores estavam sendo submetidos. De modo especial, os trabalhadores rurais.

Os processos trabalhistas, mesmo com as limitações rituais, próprios do Poder Judiciário, se configura como porta acesso a narrativas, que de um modo geral não poderiam ser encontradas nos arquivos do DOPS ou da imprensa. Estes arquivos portam depoimentos que sinalizam a continuidade dos conflitos trabalhistas, em uma seara distinta daquela que vinha sendo, habitualmente utilizada pelo movimento sindical.

Embora a maioria dos processos trabalhistas sejam de natureza de conciliação. Havia processos de reclamação trabalhista. Cobrando salários atrasados, férias, décimo terceiro salário e pagamento de horas extras. Se, antes da ditadura, a figura do advogado era parte importante nos conflitos operários, após 31 de março de 1964 torna-se condição *sine qua non* para tal atividade.

No caso argentino, a memória foi exposta de maneira mais visível do que em outros países da América Latina. Onde esta mesma memória passou para o nível de justiça, os atores sociais envolvidos em crimes, contra a humanidade, foram julgados em tribunal e condenados.

A memória, no Brasil, é algo incipiente e descontínuo, como política pública, ou seja, não houve condições de levantar questões em relação a vítimas e agressores, do ponto de vista legal, uma vez que ainda existem forças políticas que tornam impossível punir os envolvidos em crimes de tortura. Por este motivo, a Comissão Nacional da Verdade colheu depoimentos para fazer um “levantamento” da memória, durante a ditadura militar, mas as pessoas que cometeram crimes não foram processados pelo Estado.

O Estado brasileiro possui a marca da repressão. E, este caráter autoritário recai explicitamente sobre negros, indígenas, mulheres, comunidade LGBTQ+, migrantes e, pobres em geral. Estes segmentos sentem de modo mais agudo e, explícito, o braço armado do Estado. Mesmo assim, através do aparelho repressivo foi possível criar um edifício de fontes indiretas, como por exemplo: Os arquivos do Poder Judiciário, as

matérias jornalísticas, prontuários hospitalares, registros educacionais, dentre tantos outros documentos que foram transformados em fontes históricas.

A monocultura da cana-de-açúcar criou a paisagem, com significado ontológico e polissêmico. O canavial é expressão do poder do latifúndio que se expandiu, gerando a sociedade do açúcar. Herança de um sistema colonial onde o proprietário era senhor e juiz de tudo e de todos. Pessoas, natureza e todo o aparato produtivo estavam a serviço do senhor de engenho⁵.

Las transformaciones sociales que fueron el correlato de semejante expansión productiva no fueron menos espectaculares. Implicaron una profunda redefinición de la estructura social, en particular con la emergencia de un ejército de miles de trabajadores asalariados ocupados en las tareas de campo y en los ingenios azucareros, sometidos hasta 1896 a las rigurosas disposiciones de las inicuas leyes “de conchabo” (que reconocían la existencia legal a los pobres sólo bajo la tutela de un patrón) y, hasta la huelga de peones de fábrica y surco de 1904, a la perversa combinación de la proveeduría con un salario de tipo arcaico compuesto por bienes alimenticios (una “ración” de dos libras de carne y dos libras de maíz) y un componente monetario. No está de más apuntar que esa huelga constituyó la primera experiencia de lucha de los obreros azucareros conducida por un gremialismo incipiente, la que dejó como saldo el triunfo de la resistencia de los trabajadores, los que consiguieron –con la tolerancia del gobierno de Lucas Córdoba– abolir el vale y la proveeduría, además de un considerable incremento salarial⁶.

Segundo Foucault, as estratégias do conflito possuem regras inerentes ao próprio fenômeno, imprevisíveis e *suigeneris*. Em Pernambuco e em Tucumán as construções narrativas, seja na Justiça do Trabalho ou em

⁵ Senhores de engenho e os porta-vozes deles na elite intelectual veem, no domínio do engenho, um território que trabalha exclusivamente para eles e sobre o qual mandam. Além disso, incluído no território está o poder produtivo dos trabalhadores. Então, os senhores tratam dos elementos da paisagem sem perceber distinções: mata, rio, canavial, trabalhador. Os trabalhadores, por outro lado, veem no ambiente uma paisagem definida por poder, sim, mas ainda como espaço para suas vidas. Nos interstícios do poder do senhor, existe história, tradição, cultura: os elementos de vidas particulares. ROGERS, Thomas. **Imaginário paisagístico em conflito na zona da Mata Pernambucana**; Cadernos de História N °6. Recife: Universitária da UFPE, 2010.p.13-28.

⁶ ORQUERA, Fabiola (Org). CAMPLI, Daniel y BRAVO, María Celia. **Aproximación a la historia de Tucumán en el siglo XX**. Una propuesta de interpretación.

medidas integradas com a sociedade, possuem um ponto em comum, a escapatória das armadilhas de silenciamento.

Negociações em San Miguel de Tucumán

A província de San Miguel de Tucumán, Argentina, tem como ponto forte de sua economia, a cultura da cana-de-açúcar, iniciada no final do século XIX com pequenas plantações, seguidas de pequenas unidades de produção pré-industrial financiadas pelo capital inglês

En efecto, las hectáreas cultivadas con caña de azúcar se multiplicaron de un poco más de 2.000 en 1875 a 53.000 en 1896; a su vez, el número de ingenios (que hacia la primera fecha rondaba en unos 80, incluyendo tanto los de vieja tecnología como los que estaban incorporando trapiches de hierro accionados hidráulicamente, evaporadores al vacío y centrifugas), se redujo a unos treinta y cinco equipados con tecnología europea de última generación, elevándose la producción anual de azúcar entre esas fechas de 3.000 a 135.000 toneladas (BRAVO; CAMPI, 2010, p.16).

As províncias de San Miguel de Tucumán e Pernambuco fazem parte de um sistema de produção mais amplo. Este sistema, sua vez, é fundamental para entender a história da América Latina porque materializa, na unidade de produção, a lógica de interdependência do capital. Integrando zonas longínquas e, aparentemente isoladas, dentro da cadeia de produção mundial. Ao mesmo tempo em que reverberou a situação periférica de ambos os países.

Os conflitos em Pernambuco e San Miguel de Tucumán se basearam na questão das condições de trabalho, salários atrasados, questões fundiárias e até mesmo a situação dos pequenos produtores de açúcar. Porém, existem temas exclusivos para cada região. Em San Miguel de Tucumán, os conflitos tinham uma característica institucional, ou seja, a estrutura sindical consolidada possibilitou dialogar com as instituições da sociedade e do Estado.

Pernambuco viveu uma experiência mais espontânea. Impulsionada pelas Ligas Camponesas as quais possuíam caráter descentralizado, mesmo sob influência do Partido Comunista, a ação sindical foi nuclear e, em grande medida carente de uma articulação geral. Atendendo as necessidades mais imediatas dos trabalhadores da cana de açúcar. Como por exemplo, as abusivas jornadas de trabalho ou o salário insuficiente para sustentar uma família de três pessoas.

Embora já existisse a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais), com atuação no Estado de Pernambuco, a mesma ainda era muito jovem para reunir em torno de si os sindicatos de trabalhadores rurais e, deste modo articular as ações, em Pernambuco. Em torno de uma agenda comum. A CONTAG nasceu para pôr em prática o estatuto do trabalhador rural, sancionado por João Goulart em 1963. O golpe de 1964 veio interromper esta incipiente organização da classe operária.

As greves em Tucumán apresentavam níveis de conflito elevados, no local de trabalho, em alguns casos, como a Usina de Santa Luzia, foi tomada pelos trabalhadores. No entanto, esta atividade também se estendeu para assembléias locais, convocação da sociedade organizada, acordos com entidades governamentais e legislativas, acordos com o governo estadual e nacional. Liderando, assim, greves estaduais. Ao mesmo tempo em que agiam integrados na rede CGT em greves nacionais.

Em San Miguel de Tucumán haviam centrais sindicais ligadas a CGT Argentina: FUNTA, FEA e FOTIA.

A FUNTA convocou uma greve geral de três dias para fazer valer um acordo salarial.

Federación Nacional Única de Trabajadores Azucareros; FUNTA; Paro de 24hs. Día 16 de julio de 1962. El día, 11 de julio de 1962. Hoy inician medidas de fuerza en todo el país los azucareros. Buenos Aires 10 (Télam), generales de las organizaciones que integran la Federación Única Nacional de Trabajadores Azucareros (FUNTA), dispuso que, a partir de mañana, se realicen paros de una hora por turno en las fábricas, escritorios y campos durante tres días. [...]La decisión fue adoptada en virtud de algunos conflictos producidos con las empresas, las cuales se niegan a revisar el convenio colectivo de trabajo con

del mismo modo, al otorgamiento de 40% sobre sueldos y salarios solicitados por los trabajadores. [...] Comunico: Empleado, Fernández. Delegación. San Martín .19:30 horas.

A FUNTA, entidade sindical que agrupava setores da fábrica, funcionários administrativos e agricultores, ameaçou paralisações e tomadas de fábricas, como uma forma de fazer cumprir o acordo coletivo de trabalho. A ação foi integrada à FEA e à FOTIA em sua fase inicial, mas existiam discrepâncias que geraram separações que dariam um fim negativo à ação. Com isto houve um enfraquecimento da greve. O que desencadeou uma negociação muito difícil para as entidades sindicais de Tucumán: A ameaça de perda da personalidade sindical se o conflito atingisse níveis fora dos estabelecidos pelo ministério. Neste caso particular o Estado se comportou como o grande mediador de conflitos.

El ministerio de trabajo y seguridad social cursó comunicaciones telegráficas a sus delegados de todo el país para que se notificara a las entidades obreras que deben levantar las medidas de fuerza por ellas dispuestas, dicha comunicación deberá ser cumplida dentro de las 24 horas se pena de serles canceladas las personerías gremiales. Siendo las 18.30 hs. El Empleado CARRIEGO de la Delegación (ilegible) transmitió la siguiente novedad: Debido al resultado negativo de las gestiones realizadas para conseguir un aumento el FRENTE ÚNICO NACIONAL DE TRABAJADORES AZUCAREROS, dispuso efectuar un paro en todo el País, para el día lunes 16 del corriente por 24 horas y no conseguir una solución, iniciar al partir del día jueves 19 otro paro, pero esta vez por 48 horas. Recibo: of. Ppal. Mora – La Plata, 13 de Julio de 1962[CPM. Comisión Provincial por la Memoria. Archivo y Centro de Documentación. DIPBA - Mesa B. Carpeta: Tucumán. 127. Legajo: 178.].

FOTIA e FEA, não se sabe claramente ou por que eles fizeram um acordo para suspender as greves. Não há menção no arquivo⁷ da participação da FUNTA no processo de fechamento dos locais de trabalho. Mas existe a possibilidade de ter havido pressão da classe dos empregadores,

⁷ Arquivo DIPBA, La Plata. Pasta San Miguel de Tucumán.

juntamente com o Ministério do Trabalho da Argentina, para paralisar as ações nas usinas de açúcar de Tucumán.

LA PRENSA [...] 15 de Julio 1962. Suspendió los Paros; El Personal Azucarero. Tucumán – Las entidades gremiales locales que agrupan a los obreros y empleados de la industria azucarera, FOTIA y FEIA, se reunieron por separado en las últimas horas de la tarde de ayer y coincidieron en suspender los paros que habían dispuesto para la semana próxima. Las resoluciones se justificaron por el hecho de que según se informó, hoy se iniciarán en Buenos Aires gestiones para resolver el problema. Las dos entidades habían dispuesto que los paros fueran escalonados en la siguiente forma: 24 horas para mañana y 48 horas para los días jueves y viernes de la semana entrante.

O conflito trabalhista em Tucumán pode ser definido como um movimento em defesa dos acordos firmados entre o Estado, empregadores e trabalhadores. Deve-se ter em mente que existem limites para a exploração do trabalho e que as centrais sindicais argentinas conseguiram estabelecer um diálogo institucional com a classe dominante.

Em Pernambuco, as disputas não seguiram procedimentos institucionais e, os conflitos trabalhistas foram, em grande parte dissolvidos ou postergados, pela polícia militar. A polícia, em muitos conflitos, funcionou, não como um órgão de segurança pública. Mas se comportou como organismo estatal que atuava no enfrentamento de questões sociais, de modo repressivo.

Pernambuco em chamas

A experiência dos sindicatos de trabalhadores do açúcar, como movimento de luta e de resistência está ligada às *Ligas Camponesas*, de acordo com Lucianna Jaccoud (1990), historiadora do movimento sindical em Pernambuco. Nesta esteira de acontecimentos, muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram criados dentro desta tradição de luta da classe operária, às vésperas do golpe civil militar de 31 de março de 1964.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade dos Palmares é um bom exemplo deste movimento. Inicialmente havia a Liga Camponesa do Engenho Limão, localizada na cidade da Água Preta, porém com o desenrolar dos conflitos pela posse do Engenho Limão, foi percebida a necessidade da criação de um órgão sindical, uma vez que a realidade das Ligas Camponesas cobria apenas os moradores de engenho e, por sua vez os trabalhadores rurais não estavam sendo beneficiados pela estrutura da Liga.

Sendo assim, foi criada uma nova estrutura, o sindicato, com o objetivo de garantir aos trabalhadores rurais o acesso necessário às mínimas condições de trabalho e de dignidade humana. Por exemplo: saúde, salários dignos, o fim do pulo da vara⁸ e o fim do recebimento do salário no barracão⁹.

As *Ligas Camponesas* foram a resposta dos pequenos proprietários rurais e trabalhadores da cana-de-açúcar, com base na extrema experiência de exploração à qual a massa camponesa foi submetida no final da década de 1950 e meados da década de 1960. O advogado e deputado provincial de Pernambuco, Francisco Julião, foi um dos principais líderes desse movimento cujo principal lema era a reforma agrária ou que provocou profunda insatisfação entre os proprietários de terras que temiam que o conflito piorasse¹⁰.

O conflito local ganhou dimensões nacionais e chegou ao senado federal na década de 1960.

⁸ Pulo da Vara: medição realizada pelo fiscal de campo com a finalidade falsificar a metragem a ser trabalhada pelo trabalhador rural. Ver em: JULIÃO, Francisco. *Cambão: A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.

⁹ Estabelecimento comercial dentro do engenho de açúcar que vendia seus produtos descontados na folha salarial. Ver em: JULIÃO, Francisco. *Cambão: A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.

¹⁰ Uma situação alarmante é aceita por todos, uma vez ou como o próprio governador Aluísio Alves (governador do Rio Grande do Norte), ele não hesitou em afirmar: "Esta é uma solução com medidas de financiamento em produção ou no Nordeste, ou não chegamos Em 1 de janeiro de 1963, houve uma convulsão talvez sangrenta. O que não provará ponha ou calendário, nenhum saco esperará para ver "e continua:" Ou elites decifram o Nordeste em 62, abrindo um portal da esperança, ou então serão responsáveis - porque alertaram para um revolucionário imprevisível ". WELCH, Clifford Andrew ... [et al.] *Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas*. ANDRADE, Manoel Correia de. **Como tentativas da Organização das Massas Rurais - Como Ligas Camponesas para Sindicalização dos Trabalhadores do Campo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 74.

... o Sr. José Américo está preocupado com o que está acontecendo no norte do Brasil - principalmente em Pernambuco - sobre o Perigo das Ligas Camponesas ... "Como Ligas Camponesas ainda tem medo de uma simples agitação instintiva e vaga. O deputado Francisco Julião deve se tornar suas diretrizes, mais para a população rural que as correções não percebem nem chegam ao movimento. É uma pessoa consciente que dá justiça social, ignorando toda a legislação trabalhista, que se concentrava na não operação urbana, como o peso de alimentar as cidades devoradas sem a participação de dois benefícios concedidos inicialmente, o peludo Getúlio Vargas às ninhadas proletárias. Mova-se dessa maneira apenas por causa de uma necessidade aguda que obedece ao primeiro aceno de proteção. O trabalhador do campo nunca foi olhado e, assim, acodou o primeiro chamado a quem disse portador de uma esperança. Se você controlá-lo, essa onda poderá se mover e se apegar ou assumir o caráter de rebelião, infundindo ou entrando em pânico entre os proprietários de terras e desorganizando as atividades rurais¹¹.

O medo foi usado como uma estratégia para manter a população sob o controle da classe dominante. Sendo usado como justificativa para a repressão da classe trabalhadora durante a resolução de conflitos, tomada de locais de trabalho, negociações, greves, etc. Esta questão foi ampliada exponencialmente pela imprensa local, que assumiu uma posição de submissão às oligarquias.

Fogo no Canavial?

A imprensa no Brasil ocupou um papel fundamental na compreensão dos movimentos sociais. Entre os jornais eu gostaria de destacar o *Diário de Pernambuco*, jornal de grande circulação que desempenhou função muito importante na legitimação de ações repressivas contra os trabalhadores, por um lado. E, por outro, como a voz dos proprietários de terras, grandes comerciantes e industriais. Mesmo assim, apresentava brechas em suas reportagens. As quais podem esclarecer alguns pontos importantes no movimento sindical pernambucano.

¹¹ BRASIL. SENADO FEDERAL. Ligas Camponesas. Palestrante: Lima Teixeira (Pernambuco) Livro 5, p.43.1961.



A imagem acima é de uma notícia montada, com o objetivo de criar na população uma imagem super dimensionada do movimento operário em Pernambuco. O conteúdo afirma que os trabalhadores, com a posse de um avião bimotor, incendiaram uma plantação de cana-de-açúcar. Basta uma simples interrogação para perceber a manobra: Como é possível que os trabalhadores que não tinham o mínimo para seu sustento, possuir um avião?

A trilha narrativa proposta por este veículo de comunicação ainda trouxe entrevistas com moradores da região, os quais afirmavam categoricamente a existência da aeronave. Porém, nada de concreto, a partir dos registros do próprio jornal, presente no Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano.

É possível colocar esse tipo de notícia no bojo das eleições estaduais, a qual Miguel Arraes saiu vencedor, apoiado pelo Partido Comunista, sindicatos e movimentos populares. A vitória política colocou Pernambuco alinhado politicamente com o presidente, João Goulart, provocando reações adversas dos proprietários de terras que indiretamente manifestavam suas posições através do Diário de Pernambuco da seguinte maneira:

Palmares – Esta cidade sem servindo ultimamente como “coito” dos homens indicados para espalhar agitação, terror, medo e desespero pelo Interior do Estado. É daqui que Gregório Bezerra vem “requisitando” nomes para substituir nos Sindicatos Rurais aqueles que não veem nele (Gregório) um êmulo do Padre Cícero [Diário de Pernambuco, domingo, 1 de março de 1964].

Mais tarde, o jornal aponta o risco de uma greve geral no estado. Contudo, diferente das centrais sindicais tucumanas, articuladas com a CGT, os trabalhadores de Pernambuco não tiveram a possibilidade de uma greve nacional. Mas, do ponto de vista da estratégia de ação, a proposta de reforma agrária daria status de subversão aos trabalhadores organizados em sindicatos e, com fortes influências do Partido Comunista.

O clima de intranquilidade em Pernambuco, gerado pelo estímulo governamental por ação e omissão, a luta de classe, ao desrespeito à autoridade e à atividade subversiva fomentada por agitadores, pode levar a paralisação geral do Estado, ante as greves já desencadeadas e as que encontram em perspectiva. Tiroteios ocorreram ontem em Brejão, registrando vários feridos, quando grupos... produto de uma guerra psicológica [Diário de Pernambuco, terça-feira, 3 de março de 1964].

A manutenção do clima de intranquilidade era o refrão necessário para justificar a retirada de direitos fundamentais da classe operária em Pernambuco. Não importando se essa justificativa tivesse algum liame com os acontecimentos. Neste caso específico, a construção de narrativas se configurara como o próprio conflito, em si mesmo. Um campo de batalha psicológico que, por sua vez, serviu de suporte para formas, cada vez mais físicas, de repressão. Como se viu durante vinte anos de ditadura civil militar no Brasil.

Considerações finais

O direito à memória é uma característica do Estado de Direito. Porém, mesmo em períodos em que se experimentou, formalmente, a democracia no Brasil, o acesso aos arquivos das forças armadas não foi autorizado. Ou seja, há uma continuidade do Estado de exceção que foi perpetuado, criando assim, um ambiente estranho ao regime, de abertura política e, de transparência, no que tange, ao acesso à informação.

O presente artigo, se propôs uma análise comparativa do movimento sindical brasileiro e argentino, mesmo tendo por base uma certa discrepância de organização e de enfrentamento pelas distintas organizações operárias. Porém, o mais importante foi assinalar a construção de elementos narrativos que abriram brechas para novas narrativas sobre os acontecimentos na década de sessenta.

Longe de ser uma fuga hermenêutica, o presente texto buscou elementos na história regional dos países em questão, a fim de desvelar as peculiaridades dos sindicatos dos estados de Pernambuco e de San Miguel de Tucumán. Apenas comparando as experiências de cada agremiação sindical, na década de sessenta, saindo, deste modo, do grosso das pesquisas comparativas que se detêm, de modo mais apurado, no final da década de setenta, onde os movimentos sindicais apresentam arquitetura organizacional mais próximas entre si.

Gostaria de ter aprofundado sobre o tema da Justiça do Trabalho como uma forma de continuação da luta contra a ditadura militar no Brasil, no entanto, este é um tema para um artigo posterior, por sinal em construção.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, partido, projetos. Recife, Editora da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **As tentativas de organização das massas rurais** – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*.v1. Cliford Andrew Welch...[ET al.]. Brasília: Unesp, 2009.

_____. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. São Paulo: Estudos avançados USP, 2001.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Sérgio Amad. **A questão do Imposto Sindical**. Revista de Administração de Empresas. Vol 26. Nº. 3. São Paulo 1986.

CRENZEL, Emilio. **El Tucumanazo (1969-1974)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia contemporánea de América Latina**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente: E classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; Ranger, Terence. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAMES, Daniel. **Resistencia e integración**. El peronismo y la clase trabajadora argentina: 1946-1976. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: A face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

La voz. AGENCIA TÉLAM. Sábado 29 de junio de 2019 - 14:43. Disponível em: <https://www.lavoz.com.ar/politica/hace-50-anos-era-asesinado-vandor-hombre-que-intento-conducir-un-peronismo-sin-peron>. Acessado em 04 de Julho de 2020.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LENGUITA, Paula. **La Trama Sindical en el Lugar de Trabajo**. Reflexiones sobre una tradición obrera en Argentina. Disponible en: http://www.estudiosdotrabajo.org/10%20_%208%20Articulo_Lenguita.pdf.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. P.134. **O Trabalhador Rural nas Barras da Justiça do Trabalho (1964 – 1974)**. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/vo3no2/article/view/288/189>. Acessado em 12/10/2018.

_____. **História, Metodologia, Memória**. Recife: UFPE, 2010.

NASSIF, Silvia G. **Primera Aproximación al Estudio de las Luchas Obreras Tucumanas Durante su autodenominada Revolución Argentina (1966-1973)**. Disponible em: www.historiaoralarArgentina.org.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares de memória. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acessado em 01/06/2020.

BRAVO, María Celia y CAMPI, Daniel, “**Aproximación a la historia de Tucumán en el siglo XX. Una propuesta de interpretación**”, ORQUERA, F. (coord.) Ese Ardiente Jardín de la República. Formación y desarticulación de un “campo” cultural: Tucumán, 1880-1975, Córdoba, Alción Editorial, 2010.

ROGERS, Thomas. **Imaginário paisagístico em conflito na zona da Mata Pernambucana**; Cadernos de História N °6. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

TELES, Teles; SANTOS Macdowowell (Orgs). Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil. Vol II. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Os arquivos e os acessos à verdade**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

Arquivos

ARGENTINA. Comisión Provincial por la Memoria. Archivo y Centro de Documentación. DIPBA.

ARGENTINA. DIL - DOCUMENTACIÓN E INFORMACIÓN LABORAL. Biblioteca CEIL.

BRASIL. Arquivo do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano.

Sindicalismo rural em tempos de ditadura: resistência, reorganização e lutas

*Maria do Socorro de Abreu e Lima*¹

O sindicalismo rural no Brasil, diferentemente do urbano, passou a ser referência no campo apenas no início dos anos 60 do século XX a partir da intensa atividade organizativa e reivindicativa que desenvolveu, enfrentando muitas adversidades e perseguições a mando dos proprietários rurais, que contavam, além de seus próprios capangas, com a retaguarda da repressão policial e a conivência de muitos políticos mesmo antes do golpe de 1964, aliados ou eles próprios ligados ao latifúndio e aos interesses agroexportadores da monocultura por questões econômicas, laços familiares ou ideias conservadoras. Vivia-se então um período da intensa disputa entre o capitalismo, capitaneado pelos Estados Unidos e o socialismo, liderado pela União Soviética, conhecido como Guerra Fria. Na América Latina boa parte dos países ditos subdesenvolvidos buscava implementar uma política desenvolvimentista; no Brasil os setores mais à esquerda tentavam enfrentar essa situação propondo mudanças estruturais e reformas com vistas a superar o atraso econômico e social e ampliar a participação política dos trabalhadores.

Pode-se dizer que nesse contexto e como parte desse processo, os assalariados rurais da zona da Mata de Pernambuco tornaram-se efetivamente uma classe, que se constituiu pela experiência vivida e

¹ Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em História pela mesma Universidade. Autora de *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos* (Editora Universitária da UFPE, 2012). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0303291727518181>

construída nesse período a partir de suas próprias ações coletivas e individuais, através das quais se tornavam sujeitos de sua própria história:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p.10).

Esse processo de formação de classe no campo brasileiro foi vivido de diferentes formas a partir de contextos específicos, pois era bastante diversificada a condição dos trabalhadores no espaço rural brasileiro. Foram muitos os conflitos e lutas ocorridas no período, como de resto já acontecera ao longo da nossa história.

No mundo rural a exclusão econômica, política e social dos trabalhadores foi inicialmente construída com base nas relações escravistas de produção e mantida, posteriormente, pela concentração da propriedade da terra e do poder de mando da classe dominante agrária.

Porém, diante da situação de opressão e exploração vivenciada pelos pobres do campo e sua exclusão no que diz respeito ao acesso a terra, os trabalhadores reagiam. Com o final do Império, houve a “ampliação dos atos de resistência dos homens e mulheres livres e pobres no campo. Foram resistências, levantes e ações armadas que muitas vezes ficaram encobertas pelas grandes revoltas da República Velha e pelo messianismo” (CHRISTILLINO, 2016, p.145).

Entre 1945 e 1964 o Brasil viveu uma experiência democrática que, apesar de vários limites, possibilitou, inclusive por conta da própria pressão dos trabalhadores e de diferentes setores democráticos da população, o reconhecimento e a ampliação de seus direitos. Esse processo se deu com muitos enfrentamentos já que as classes dominantes, particularmente no

campo, não aceitavam perder a exclusividade do seu poder nem abrir mão de qualquer parcela da riqueza que consideravam suas.

Foram diversos conflitos resultantes dessas contradições, em diferentes partes do Brasil. Em Goiás, na região de Trombas e Formoso, camponeses que haviam chegado formaram posses numa área de terras devolutas, mas que foram griladas por um grupo de fazendeiros. A luta de resistência na terra liderada por José Porfírio² terminou vitoriosa, havendo um acordo entre os camponeses e o então governador Pedro Ludovico; de 1957 a 1964 “a região se constituiu num território liberado, de certo modo sujeito a governo próprio, uma espécie de governo popular” (MARTINS, 1986, p. 72). Já no sudoeste do Paraná (Porecatu) também ocorreram grandes embates inclusive armados em 1957, pois os camponeses, que haviam comprado e se estabelecido nas terras, passaram a ser violentamente despejados, já que a mesma terra estava sendo vendida novamente. A questão só foi resolvida em 1961. Em vários municípios do Rio de Janeiro, em especial na região da Baixada, muitas famílias de lavradores passaram a ser despejadas, mas decidiram se organizar e resistir, como nos casos já citados, contando com a liderança e participação inclusive de pessoas vinculadas ao Partido Comunista.

Já em Pernambuco, a criação de Ligas camponesas pelo PCB ainda em 1945 representou a possibilidade de organização desses trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Contudo, com a decretação da ilegalidade deste partido em 1947, essas associações foram fechadas e seus líderes perseguidos. Porém em 1955 no engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão, constituiu-se a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), reunindo pequenos arrendatários e orientada por José dos Prazeres, ex-militante do PCB, tendo como primeiro presidente Paulo Travassos, que era comunista. O proprietário do engenho foi advertido de que esta poderia ser perigosa e resolveu dissolver a associação.

² José Porfírio foi preso pela ditadura e solto em 1973. Porém nunca apareceu. É considerado desaparecido político.

Os foreiros procuraram, então, apoio político e jurídico no Recife para enfrentar a repressão que se abatia sobre eles e passaram a reivindicar o direito de permanecerem na terra com base no Código Civil, sob orientação do advogado e deputado estadual Francisco Julião. A associação foi pejorativamente chamada pela repressão de Ligas, mas os arrendatários assumiram o nome e passaram a lutar pela desapropriação do engenho, o que foi conseguido em 1959 após muita resistência e mobilizações. Esta conquista possibilitou a ampliação e o reconhecimento das Ligas em nível estadual e mesmo nacional. “Em qualquer estado do Nordeste, mesmo onde a Liga não (fora) fundada, (era) comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: Graças a Jesus Cristo, a Liga vai chegar. Será nossa liberdade” (ANDRADE, s/d, p.249).

Apesar de incentivar e atuar nas Ligas, o PCB foi se distanciando das mesmas a partir de divergências que se acentuaram durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Belo Horizonte em 1961. O PCB considerava que as Ligas superestimavam o papel dos camponeses no processo da revolução brasileira, subestimando, por outro lado, as reivindicações dos assalariados rurais, além de outras divergências sobre o processo de efetivação da reforma agrária no país. A experiência da Revolução Cubana também influenciou as Ligas a reelaborarem suas concepções sobre o processo revolucionário brasileiro e a propor outras formas de luta e organização, acarretando também disputas internas entre Julião e outros dirigentes das Ligas. O PCB então praticamente deixou de atuar nessas associações, concentrando seu trabalho na organização de sindicatos rurais.

Nos anos 60, com o crescimento do movimento camponês, as discussões sobre a questão fundiária aumentaram, atingindo mais de perto outros setores da sociedade preocupados com o crescimento das Ligas e a atuação do PCB no campo. Este foi o caso da Igreja Católica, que já fazia um trabalho de alfabetização no meio rural e passou a incentivar a formação de sindicatos sob sua influência.

O próprio governo promoveu estudos sobre a estrutura fundiária do Brasil, o que posteriormente deu origem ao Estatuto da Terra. A sindicalização rural foi regulamentada através da portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962, pelo presidente João Goulart, sendo criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária neste mesmo ano, e, no ano seguinte, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, com vistas a promover a formação de sindicatos em algumas regiões do país.

Ainda neste ano o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), sob a lei 4.214, de dois de março de 1963, que estendia aos assalariados rurais os direitos trabalhistas garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho desde 1943 aos trabalhadores urbanos. Em dezembro fundou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e em 13 de março de 1964 o então presidente João Goulart assinou um decreto desapropriando as terras localizadas numa faixa de dez quilômetros das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União, para fins de reforma agrária.

Para entender melhor a atuação e lutas desenvolvidas pelos sindicatos rurais durante a ditadura faz-se necessário, porém, situar como se deu a criação e os desdobramentos dessas entidades no início dos anos 60.

O sindicalismo rural em Pernambuco no pré 64

Como já assinalado, o sindicalismo rural era praticamente inexistente nos anos 50 e desde sua formação contou com a participação de diferentes forças políticas. Em Pernambuco, apenas o sindicato de Barreiros, fundado em 1954, era reconhecido pelo Ministério do Trabalho. A abrangência dos sindicatos era municipal, porém isso não era obrigatório, até porque muitas usinas tinham terras em diferentes municípios. Assim é que o Sindicato de Palmares, dirigido pelo PCB sob orientação de Gregório Bezerra, abrangia 21 municípios, o que o tornava, na prática, quase uma federação. Para garantir o trabalho de base contava com a atuação do delegado sindical. Incentivavam lutas específicas, de acordo com os problemas de cada

engenho, e também participavam de lutas gerais. Assim relatou o então presidente deste sindicato, José Eduardo de Lima Filho: “eu pegava um alto-falante e ia pros engenhos, gritava e repetia: Todo trabalhador tem direito as férias. Faça parte do sindicato e tenha assistência médica gratuita” (MENEZES, 1983, p.34). Foi jurado de morte, porém o assassino o confundiu e atirou num outro camponês conhecido como Tacinha, que veio a falecer. Os riscos e a violência contra as lideranças eram frequentes no sindicalismo rural. O sindicato também procurava desenvolver iniciativas condizentes com a cultura camponesa, trazendo para seus eventos não só o debate político, mas contando com a presença de sanfoneiros, promovendo leilões e coisas do gênero.

A Igreja Católica, temendo a atuação dos comunistas e buscando incentivar uma via reformista para o país, o que passava pelo reconhecimento da questão social no campo, procurou desenvolver, entre outras atividades, a sindicalização rural ressaltando a importância da harmonia e colaboração de classes. Para isso criou o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), sob a direção do padre Crespo e do padre Melo que deveriam, a partir das paróquias, incentivar a fundação de sindicatos que poderiam até questionar o nível de exploração do trabalhador, mas tendo o cuidado de atuar de forma moderada. Sua presença maior era na Mata Norte, tendo também um trabalho importante nos municípios de Jaboatão e do Cabo, onde residiam os respectivos padres. Os sindicatos funcionavam muitas vezes nas sacristias das igrejas, o que deixava alguns proprietários escandalizados. Com o tempo foram sendo providenciados outros locais. No caso do padre Melo, sua residência chegou a sediar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade que recebia orientação e recursos financeiros da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos para, entre outras coisas, dificultar o governo João Goulart e financiar candidatos comprometidos com o capital estrangeiro e contrários à reforma agrária. Preocupavam-se com a formação das lideranças sindicais e, em junho de 1962 fundaram a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco a partir de cinco sindicatos: Caruaru, Lajedo,

Timbaúba, Limoeiro e Vitória de Santo Antão. Atuavam estritamente dentro do que a lei permitia.

As Ligas também procuraram fundar sindicatos para tratar da questão dos assalariados, e seus dirigentes consideravam que as mesmas tinham o papel de orientar as lideranças sindicais: “A Liga é a mãe do Sindicato. Foi de suas entranhas que nasceu esse filho. Por isso ela tem que cuidar dele, e ele, dela, como a mãe cuida do filho e ele da mãe. Tem que andar juntos. Sofrer juntos. Vencer juntos” (JULIÃO, 2009, p.216). E embora, em termos de cúpulas dirigentes as divergências aflorassem, em nível do trabalho de massas muitas vezes atuavam em conjunto com o PCB. Uma liderança importante ligada inicialmente a Francisco Julião foi Júlio Santana, que atuava no sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaem. Mais tarde foi preso e, na prisão, aproximou-se dos trotskistas. Quando veio o Golpe continuou na prisão, onde ficou por muitos anos.

O Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) desenvolveu um trabalho sindical no município de Itambé, na Mata norte, no distrito de Serrinha, onde havia uma subsede do sindicato, procurando não só esclarecer os camponeses sobre seus direitos, mas tendo também como proposta a formação de milícias camponesas para ações mais radicais, considerando que a revolução no Brasil seria socialista. Defendia a luta pela reforma agrária a partir da ocupação de terras, a formação de tribunais populares para a punição daqueles considerados assassinos do povo, a greve geral e a organização de um congresso operário-camponês. Sua principal liderança, o militante gráfico Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, foi assassinado numa emboscada preparada pelo dono de um engenho em agosto de 1963. Cerca de treze camponeses ficaram feridos. Em outubro, quando iam dar início ao congresso, foram presos vários militantes. Como mencionado acima, também tiveram influência no sindicato de Barreiros através da liderança de Júlio Santana.

Ainda estava presente no campo o Partido Comunista do Brasil (PC do B), na região de Moreno, Jaboatão, São Lourenço e Chã de Alegria, cujo trabalho era dirigido por Clóvis Campelo e Amaro Luís de Carvalho,

conhecido como Palmeira ou Capivara, que mais tarde seria dirigente do Partido Comunista Revolucionário (PCR), tendo sido preso na ditadura e assassinado na prisão em 1971.

Foram muitas as lutas levadas pelos assalariados rurais no período, que iam desde reunir um grupo de trabalhadores para pressionar o gerente de uma usina sobre o cumprimento de alguma obrigação até realizar pequenas greves relativas a problemas específicos nos engenhos, como a cobrança do desconto-habitação, em Goiana, ou o uso de armas pelos barraqueiros por ocasião do pagamento semanal no engenho Vera Cruz, em Moreno. O Governo Arraes tinha, na Secretaria Assistente, um grupo de funcionários que procurava esclarecer e dirimir esses pequenos conflitos para evitar o surgimento de maiores impasses. Isso o ajudava a manter a tensão social sob certo controle. Também procurou impedir que a Polícia servisse aos interesses dos latifundiários, o que era comum nos governos anteriores, que usavam da violência certos da sua impunidade.

No ano de 1962 foi aprovada a lei que estabelecia o direito ao décimo terceiro salário para todos os trabalhadores. Mas a maioria dos proprietários recusou-se a pagar. Em vista disso trabalhadores da Usina Estreliana, no município de Ribeirão, foram diretamente cobrar o pagamento. Foram recebidos à bala. Cinco camponeses foram assassinados e três ficaram feridos. Isso ocorreu antes da posse do governador Arraes, que assumiu em 30 de janeiro de 1963. Já em agosto do mesmo ano foi assassinado Jeremias. Então constituiu-se uma comissão de inquérito, mas com o golpe de 64 os trâmites foram interrompidos. Apesar de nesse último caso terem sido indiciados 21 suspeitos, ninguém foi preso. “O promotor foi ameaçado de morte e após o golpe civil-militar de 1964, tanto o promotor público como o oficial (designados para o caso) foram exonerados sob a acusação de “subversão caluniosa” (GALLINDO, 2010, p. 144). Os mesmos só foram absolvidos em 1978.

Os trabalhadores rurais faziam reuniões nos engenhos, o que muitas vezes era noticiado pela chamada grande imprensa, defensora dos latifundiários, como sendo invasões. Realizavam passeatas e comícios, inclusive

na capital, como forma de denunciar sua exploração e pressionar os poderes constituídos para o cumprimento dos seus direitos. E parte deles recorria à Justiça do Trabalho questionando os patrões quando se sentiam lesados.

A maior vitória dos trabalhadores, porém, foi a greve geral de 18 a 20 novembro de 1963, quando cerca de 200 mil assalariados agrícolas conquistaram para toda a categoria o reconhecimento do Acordo do Campo, que viabilizava a aplicação da legislação trabalhista para as atividades realizadas pelos canavieiros. Obtiveram ainda um aumento de 80%, e todos deveriam ter suas carteiras de trabalho assinadas, entre outros ganhos expressivos como o pagamento dos dias parados e o desconto em folha da taxa de filiação ao sindicato. Por outro lado o governo decretou um aumento no preço do açúcar para garantir que os proprietários tivessem melhores condições para cumprir o acordo, pois estes sempre alegavam falta de recursos e crise no setor.

Outro ponto fundamental a ser destacado diz respeito ao fato de que as forças presentes no meio rural atuaram de forma conjunta, o que propiciou as condições para se criar, no início de 1964, uma entidade unificada, denominada Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativa Rural do Estado de Pernambuco, tendo como presidente Manoel Gonçalo Ferreira, que presidia a federação oficial e era ligado à Igreja, embora a essa altura houvesse se tornado militante da organização de esquerda Ação Popular. O secretário era José Eduardo, do sindicato de Palmares, ligado ao PCB.

Esta narrativa a respeito do período inicial do sindicalismo rural em Pernambuco, e particularmente a vitoriosa greve unitária de novembro de 1963 nos dão elementos que permitem uma reflexão sobre como esta classe se formou e transformou-se de forma tão intensa naquele período. Originalmente descendentes de escravos, embora não todos, após o final da escravidão continuaram como moradores nos engenhos recebendo um salário irrisório, ainda mais quando o preço da cana baixava. Ou quando as disputas entre os fornecedores de cana e os usineiros se acirravam. Ou

mesmo sob a alegação de que, como moradores, dispunham de um sítio. Por se abastecerem no barracão viviam sempre endividados. A violência era constante. Era uma vida praticamente sem perspectivas já que o monopólio da terra e a monocultura faziam com que “as permanências [fossem] o traço predominante na zona canavieira de Pernambuco” (DABAT, 2007, p. 18).

Contudo, podemos considerar essa experiência como aquela que propiciou as melhores condições para os trabalhadores rurais constituírem-se enquanto classe num fenômeno histórico que acontece a partir das relações humanas efetivamente vividas e não como um objeto, estrutura ou categoria já dada. Concretamente, como isso se deu?

Ao participar dessas lutas os camponeses tiveram que, minimamente, discutir seus problemas, buscar argumentos, posicionar-se, enfrentar resistências, construir união e solidariedade, correr riscos, criar coragem, assumir uma luta coletiva de enfrentamento aos proprietários e seus prepostos, firmando lideranças e se descobrindo enquanto categoria capaz de ser ouvida e de garantir seus interesses. Claro que isso não atingia, uniformemente, a todos, nem eliminava de um só golpe o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários. Contudo, era parte de um processo que estava se mostrando bastante positivo para a constituição dos canavieiros enquanto classe. Ao eclodir esta greve, sua experiência atingiu um patamar mais alto, pois aí a unidade foi geral e as discussões foram sendo tratadas de maneira mais política. Se, de um lado, a mediação do governo poderia criar uma certa visão de dependência em relação ao poder constituído, de outro poderia levar os trabalhadores a perceberem melhor a importância de uma atuação política e a necessidade de se comprometerem com ela (LIMA, 2012, p.75).

Tudo isso, porém, foi interrompido pelo golpe de 1964, segundo Dreyfuss (1981), empresarial-militar.³ Comprometido diretamente com os interesses das classes dominantes, o golpe, além de interromper o processo democrático em curso no país foi claramente “um movimento contra

³ A expressão ditadura civil-militar não específica, do ponto de vista de classe, os interesses em jogo e os setores efetivamente beneficiados com o golpe. Já a expressão ditadura empresarial-militar, de DREIFUSS (1981) o faz, ao tratar da intensa participação de setores do empresariado através do IPES e do IBAD no pré-64.

as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”, conforme TOLEDO (2004, p.68).

Sindicalismo rural em tempos de ditadura

Em Pernambuco houve protestos já no dia 1º. de abril. Uma manifestação próxima ao palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual foi reprimida e dois estudantes assassinados pela polícia, Jonas de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar. Em Vitória de Santo Antão a professora Maria Celeste Vidal, das Ligas, dirigiu-se à rádio local concludando os camponeses a marchar para o Recife e libertar Miguel Arraes. Foi rapidamente presa e sofreu diversas sevícias durante sua permanência na prisão. Muitos trabalhadores rurais dirigiram-se aos seus sindicatos para organizar a defesa contra o golpe.

Quando cheguei a Palmares, a cidade já estava ocupada pelo 20º. Batalhão de Caçadores, cujas tropas estavam nos principais pontos, inclusive no Sindicato rural. (...) depois de passar pelo controle, dirigi-me aos engenhos de Catende, Palmares, Águas Pretas, Gameleira, Ribeirão e alguns outros, onde havia concentrações de massas à minha espera, conforme tínhamos combinado antes. Diante da impossibilidade de conseguir armas, ia desfazendo as concentrações. Na sede do sindicato de Ribeirão, encontrei mais de duzentos trabalhadores esperando as armas que eu tinha ido buscar; não fora possível trazê-las (...) A massa queria seguir para Recife, mesmo desarmada. É claro que não poderia permitir uma coisa dessas, pois seria um assassinato em massa. Mas muitos insistiam, dizendo que as foices e estrovengas também eram armas (BEZERRA, 2011, pp.529-530).

Ao retornar para o Recife Gregório Bezerra foi preso e barbaramente torturado em praça pública pelo coronel Vilocq Viana. Sua vida foi poupada graças à reação da população e a intervenção imediata do então bispo auxiliar junto ao comando do IV Exército.

Já José Eduardo, do sindicato de Palmares, faz o seguinte relato sobre sua prisão:

Meia-noite do terceiro dia, chegou um grupo de oficiais com uma lista e chamou também meu nome. Junto comigo, que me lembro, foram também Agrício Ferreira, Leônidas, que já falei nele, e Manoel Felix da Silva, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, que apanhou tanto na prisão até ficar rebentado. (...) Acompanhamos os oficiais com um certo pavor. De um lado nos contentávamos por não ter vindo com eles nenhum senhor de Engenho – daqueles que o Exército deu carteira para prender e fazer, pois, de vez em quando víamos sair da sala preso seguro por esses senhores de Engenho e voltavam torturados e espancados. Por outro lado nos colocaram em um carro e, em alta velocidade pela beira mar, as praias de Boa Viagem e Pina, sugeriam a nossa imaginação que eles iam nos jogar em alto mar. O temor corria na espinha. Nós éramos como carregos de cana que se levava aonde se quer. Nosso medo era que nos moessem pra tirar o caldo (MENEZES, 1983, p. 43).

Foram desde logo efetuadas muitas prisões, atingindo autoridades do governo deposto, militares, juízes, políticos, líderes sindicais, estudantis e populares, ou simples cidadãos. As torturas, apesar de negadas, foram generalizadas. No caso do movimento camponês a repressão foi particularmente forte, pois, como relatado por José Eduardo, era comum os proprietários sentirem-se à vontade para agir diretamente contra os trabalhadores. A ansiedade e o temor tornavam-se presença constante diante da iminência da tortura e de um destino incerto, quem sabe, o pior destino.

Manoel Gonçalo, então presidente da Federação, também foi preso por mais de três meses. Ele e o secretário geral da FETAPE renunciaram. A nova federação unitária deixou de existir. Militantes das Ligas foram perseguidos e presos, assim como Julião. A quase totalidade dos sindicatos rurais sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, o que era permitido de acordo com a legislação em vigor mesmo antes da ditadura. Esses interventores eram pessoas indicadas pela Igreja, pela Delegacia Regional do Trabalho ou mesmo diretamente pelos proprietários. Os sindicatos

tornaram-se meras repartições burocráticas, sem vida própria nem presença de trabalhadores. O medo generalizou-se. Falava-se de muitos camponeses mortos nos próprios engenhos.

O PCB foi duramente golpeado em 1964. Suas lideranças no movimento sindical eram conhecidas, o que facilitava a perseguição. Muitas foram presas, algumas conseguiram ir para novas regiões, outras se tornaram arredias quanto a uma participação política organizada. Em 1967, o Informe à Convenção Estadual deste partido em Pernambuco registra que o mesmo tinha ligação com pouco mais de uma dezena de assalariados agrícolas, ainda desorganizados. Internamente intensificou-se a discussão sobre a responsabilidade do PCB por não ter se preparado para reagir adequadamente diante de um possível golpe, de ter confiado que os meios institucionais seriam capazes de garantir as reformas necessárias ao desenvolvimento do país e à manutenção e aprofundamento da participação popular. O PCB continuou rejeitando a luta armada e adotando uma tática de recuo. Muitos rachas se sucederam a esse debate. Desta forma, foram outras forças políticas que tentaram retomar os contatos com remanescentes das Ligas ou dos sindicatos e buscar organizar, mesmo que precariamente, a luta no campo naquele momento, sobre as quais será feito um breve relato. No caso o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Ação Popular.⁴

O PCR, que era uma dissidência do PC do B, considerava o Nordeste a região mais importante para se desencadear o processo revolucionário no Brasil por ser a mais explorada e por concentrar a maior contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro. Tinha grande tradição de luta desde os tempos coloniais e um imenso proletariado rural, que vivenciava grande contradição com os usineiros, camada mais poderosa, mas também com os fornecedores de cana, camada exploradora, porém decadente. Esta contradição só seria resolvida com a luta armada, mas outros tipos de luta eram importantes, como aquela pelo respeito à tabela de tarefas e

⁴ Maiores informações sobre a atuação desses partidos, com indicação das fontes utilizadas, em geral os arquivos do DOPS, mas também entrevistas podem ser encontradas no livro de LIMA - Construindo o Sindicalismo Rural, 2012.

também as greves, devendo-se considerar a necessidade da retomada das liberdades sindicais.

O trabalho desenvolvido, porém, não foi muito bem sucedido. Nem todos os camponeses que se integraram ao PCR conseguiram permanecer. Havia dificuldades de integração nas novas áreas, problemas financeiros, os camponeses estavam muito amedrontados com a violência desencadeada a partir do golpe, os sindicatos nas mãos de pelegos que denunciavam à polícia qualquer movimentação. Por fim, o PCR reconhece ter tido uma visão idealista sobre os camponeses, já que a situação que se vivia era de descenso das lutas e medo generalizado.

No final de 1969 ocorrem algumas prisões no sítio Borboleta, em Água Preta, que servia como centro de formação teórica e política, além de ser um local para instrução militar do partido. Entre os dirigentes presos encontrava-se Amaro Luís de Carvalho, também conhecido como Capivara ou Palmeira, posteriormente assassinado na prisão, como já relatado. Outros camponeses foram mencionados, como Amaro Felix Pereira, Severino Antonio Barbosa e Manoel Aleixo da Silva, conhecidos como Catolé, Bode e Ventania. Este último era animador de roda de côco através do que politizava suas músicas, foi preso e barbaramente torturado até a morte ocorrida na cidade de Ribeirão; Amaro Felix Pereira também é desaparecido político conforme Coelho et al.(2017).⁵

Quanto ao PCBR, dissidência do PCB fundado em 1968, propunha uma revolução popular dirigida pelo proletariado aliado aos camponeses e às camadas médias urbanas empobrecidas. Considerava que a luta armada contra a ditadura deveria estar associada à luta de massas e que seu centro principal era o campo através da guerrilha rural.

Conforme o trabalho foi avançando constituiu-se o Comitê da zona da Mata, ligado a camponeses dos municípios de Ribeirão, Xexéu, Palmares, Joaquim Nabuco, Cabo, Escada e Goiana. Os encontros com os

⁵ O Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade D. Helder Câmara, 2017, além das biografias sobre os camponeses mortos e desaparecidos tem no volume II um capítulo intitulado Graves Violações dos Direitos Humanos nos Movimentos Sociais no Campo.

trabalhadores rurais eram feitos tarde da noite em meio aos canaviais. Procurava-se esclarecê-los sobre seus direitos a partir do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, o que facilitaria o encaminhamento de reivindicações por serem instrumentos de atuação legais. Mas os sindicatos quando desconfiavam da presença de “elementos estranhos” os denunciavam à FETAPE e à Secretaria de Segurança Pública, o que veio a acontecer concretamente em 1968 por parte dos presidentes dos sindicatos rurais de Escada, bem como do de Ipojuca.

O PCBR fazia denúncias sobre a situação nos engenhos e usinas através de panfletos, muitas vezes deixados nos canaviais e achados e lidos por outros no próprio eito. Também realizavam queima dos canaviais, considerando essa ação um ato de sabotagem contra os proprietários ou como uma maneira de facilitar o corte da cana para o trabalhador.

Alguns camponeses foram deslocados para fazer treinamento militar. O partido considerava importante a realização de atividades de guerrilha local, que consistia em promover ações de justicamento de capangas ou de ocupação de barracões com distribuição de mantimentos. Era difícil, porém, pois deveriam contar com a participação e denúncia dos trabalhadores presentes, no que tinham dificuldade devido ao medo das possíveis represálias desencadeadas posteriormente contra si.

A situação dos dirigentes foi ficando mais difícil durante o governo Médici. As quedas aumentaram e em dezembro de 1972, Adeildo Ramos, Luiz Alves e sua companheira Anatália de Souza Alves foram presos. Ela foi encontrada morta com hematomas e queimaduras, na cela, em 22 de janeiro de 1973. A versão oficial fornecida então foi a de suicídio, o que foi desmentido e modificado pela Comissão Estadual da Verdade em seu Relatório Final (2017).

Já a Ação Popular, fundada enquanto organização que se definia por um socialismo humanista ainda em 1962, estruturou-se a partir de membros da Juventude Universitária Católica buscando atuar de forma autônoma e independente das estruturas oficiais da Igreja, com as quais passou a ter divergências. Aproximou-se de Cuba e, posteriormente, da

China, optando pela preparação de uma guerra popular prolongada através da qual o campo cercaria as cidades. Antes de 1964 já atuava no Movimento de Educação de Base, através do qual desenvolveu contatos no meio rural, como foi o caso de Manoel Gonçalo, primeiro presidente da Federação em Pernambuco.

A partir de 1968 adotou a prática de deslocar seus membros e integrá-los num trabalho nas fábricas e no meio rural. Era a política chamada de integração na produção, que seguia o exemplo chinês da Revolução Cultural no sentido de eliminar a distância entre o trabalho manual e o intelectual. Com esses deslocamentos tentava-se também preservar a militância perseguida nas cidades, em especial aqueles oriundos do movimento estudantil. E fortalecer um trabalho político no meio rural. A zona canavieira de Pernambuco foi uma dessas áreas de integração na produção, assim como a região cacaueteira na Bahia, Pariconha e Água Branca em Alagoas e o Vale do Pindaré, no Maranhão.

Em Pernambuco houve integração na região do Cabo de Santo Agostinho, onde várias pequenas greves já vinham ocorrendo desde 1966 em alguns engenhos dada a situação extremamente precária enfrentada pelos assalariados da cana. Apesar de que estas fossem proibidas depois do golpe, podiam acontecer em situações específicas, como o não pagamento de férias, do 13º. salário, ou mesmo do salário normal acertado em acordo. Mas como os acordos não eram cumpridos os assalariados retomavam o movimento. Até que o sindicato, presidido por João Luís da Silva, passou a requerer terras desses engenhos como forma de pagamento das dívidas. Esses impasses continuaram até que em outubro de 1968 a greve eclodiu, englobando cerca de três mil camponeses e tendo repercussão nacional. Rapidamente o ministro Jarbas Passarinho veio se encontrar com os grevistas e negociar com o sindicato, garantindo aceitar o pleito de que os trabalhadores rurais tivessem direito a atendimento médico pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, o que seria implementado como uma experiência. As dívidas deveriam ser quitadas e o direito a receber um pequeno sítio para subsistência, o cumprimento da jornada de oito horas,

entre outras reivindicações viriam a ser estudadas. As carteiras de trabalho deveriam ser assinadas, mas o ministro ameaçou dizendo que a greve estava sendo declarada ilegal e que estava nas mãos dos trabalhadores evitar uma repressão dos patrões. Se os trabalhadores não respeitassem a lei o movimento seria considerado uma rebelião. Há de se perguntar: quem é que não estava respeitando a lei? Quem estava sendo conivente com a violência patronal?

O movimento foi encerrado e posteriormente a Ação Popular, que tinha alguns militantes participando da greve inclusive um deles, Firmino, na própria comissão de negociação, considerou que o partido se apoiara mais no presidente do sindicato, com quem se articulava, aderindo a posições vacilantes e legalistas, do que na massa de trabalhadores. Dessa forma não aproveitou adequadamente a oportunidade para denunciar as posições da ditadura e seu conteúdo de classe.

A repressão, porém, tornou-se mais atenta na região e no ano seguinte efetuou a prisão do estudante Luís Medeiros, que também tivera atuação destacada na greve e do engenheiro Elenaldo Celso Teixeira. Ambos foram muito torturados, Luís Medeiros tentou fugir pulando a janela do primeiro andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, ficando definitivamente paralítico. Quando finalmente deram entrada no Pronto Socorro, constava, nas respectivas fichas, terem sido atropelados.

Durante a década de 70 não ocorreram mais greves. Porém no ano de 1979, nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, ocorreu uma greve massiva e vitoriosa como prenúncio da volta, com muita força, das lutas dos assalariados da cana em toda a região da Mata ao longo dos anos 80.

Sindicalismo rural: contradições, resistência e lutas⁶

⁶ Parte das informações aqui relatadas foram pesquisadas para a tese da referida autora, posteriormente transformada no livro *Construindo o Sindicalismo Rural*: 2012.

Como já citado, houve intervenção na quase totalidade dos sindicatos rurais, até porque, mesmo que aqueles ligados à Igreja pudessem ser confiáveis até certo ponto, a intervenção era uma maneira de deixar claro quem efetivamente mandava. Por outro lado o fato de permanecerem em funcionamento ajudava a criar ares de legalidade que a ditadura queria transparecer.

Num primeiro momento a FETAPE mostrou-se confiante em Castelo Branco. Ao propor um sindicalismo com uma linha dita democrática e cristã, aprofundou sua ligação com o sindicalismo norte-americano e o Instituto Cultural do Trabalho, que defendia um sindicalismo sem vinculações político-partidárias e promovia cursos de formação nos quais desqualificavam os comunistas. A Federação fez convênios e recebeu recursos do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre para a construção de três centros sociais, em Carpina, Ribeirão e Garanhuns. Mas as diferenças entre o padre Melo, que sempre estivera ao lado dos proprietários, e o padre Crespo foram se acentuando, até porque com o golpe a situação concreta dos trabalhadores rurais foi se deteriorando.

A assinatura do Estatuto da Terra, orientando a política de reforma e desenvolvimento agrário em novembro de 1964 por Castelo Branco bem como a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto de Desenvolvimento e Reforma Agrária (INDA) trouxe esperança para os sindicalistas cristãos. Porém na prática esta lei não foi implementada, voltando-se mais para um projeto de colonização e oferecendo facilidades para empresas industriais e agropecuárias. “O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos” (MARTINS, 1981, p. 96).

Aos poucos os dirigentes mais responsáveis da Federação foram percebendo suas ilusões. Não haveria uma reestruturação fundiária, os proprietários de terra preservaram, pelo menos em nível regional, todo o seu poder; a violência e a superexploração dos trabalhadores se

acentuaram. E se antes a repressão atingira principalmente lideranças de esquerda, agora se voltava até mesmo contra sindicalistas ligados à Federação devido ao seu posicionamento comprometido com a defesa dos trabalhadores e o respeito pelos seus direitos. Em 1967 o delegado sindical Manoel Tenório da Silva foi assassinado pelo dono do engenho Belmonte e seu corpo jogado no rio Natuba, na Paraíba. O assassino chegou a ser preso, mas foi libertado posteriormente. Manoel Santos da Silva, presidente do sindicato de Vitória de Santo Antão, vivia sendo preso e solto com frequência, sem culpa formada, porque insistia em cumprir a lei a favor dos trabalhadores. O tesoureiro do sindicato de Ferreiros chegou a ser espancado e outros presentes sofreram maus tratos porque se queria localizar e apreender exemplares da encíclica *Populorum Progressio*, escrita pelo Papa Paulo VI.

Embora a FETAPE não apoiasse nenhum movimento grevista no período, nem mesmo a greve do Cabo, encaminhava denúncias feitas pelos sindicatos sobre atitudes de violência contra os trabalhadores, os preços extorsivos cobrados nos barracões, o não cumprimento da lei, e apoiou, como no caso da Usina Salgado em Ipojuca, a permanência dos trabalhadores no mesmo engenho em que tinham seus roçados, ao contrário do que o novo dono da usina queria, o que gerou muita desconfiança por parte dos proprietários e dos militares. O cumprimento da lei numa situação de intenso autoritarismo sempre gerava tensões.

Então a perseguição chegou ao próprio presidente da FETAPE Euclides Almeida, que foi impedido de se candidatar novamente nas eleições de 1972. A Federação tornou-se, a partir de então, bastante imobilista. Porém alguns sindicalistas ao longo desse processo tornaram-se mais conscientes e críticos em relação à ditadura. A Igreja Católica, sob direção do arcebispo de Olinda e Recife D. Helder Câmara, e de outros membros progressistas e comprometidos com a justiça e os direitos humanos, incentivava a chamada Teologia da Libertação e dava apoio às lutas e organização dos sindicatos tanto no meio urbano como no meio rural, partindo da idéia de que a justiça social e a promoção humana eram condições indispensáveis

para a paz. A Ação Católica Rural fazia um trabalho de formação que incentivava uma inserção responsável e crítica de seus militantes nos sindicatos.

Nos anos 70 o sindicalismo rural se manteve organizado e conseguiu ampliar seu raio de ação particularmente no Agreste e no Sertão, com a criação ou reorganização dos sindicatos, principalmente a partir do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, financiado pelo Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador, o FUNRURAL. Foram estabelecidos convênios para atividades de previdência social, o que tornava os sindicatos próximos a atuarem como repartições públicas, cada vez mais distantes de se caracterizar como órgãos de luta. Contudo, conseguiu-se reabrir vários sindicatos e associar mais pessoas naqueles em funcionamento. A partir do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), o sindicato tinha acesso a bolsas fornecidas pelo governo para filhos de sindicalizados e começou a aproveitar esses jovens em trabalhos de educação e comunicação. Os sindicatos junto com eles preparavam programas, muitos sobre direitos e legislação, que eram transmitidos para os trabalhadores rurais semanalmente a partir de rádios locais. Questões como reforma agrária, desemprego, discriminação, exploração do capital passaram a ser assuntos debatidos pela juventude rural em muitos encontros promovidos pela Igreja e sindicatos. Estes se tornavam espaços de convivência e esclarecimento para muitos.

Como a Federação coordenava diferentes categorias de trabalhadores havia discussões e estudos voltados tanto para os assalariados quanto para os pequenos agricultores, parceiros, entre outros. Esses encontros e cursos eram feitos pela FETAPE com o apoio da CONTAG. O trabalho de formação procurava fornecer elementos para que os sindicalistas, ao analisar a realidade e as dificuldades que enfrentavam, pudessem perceber não apenas as causas imediatas, mas também aquelas mais profundas, relativas à situação política do país com vistas a propiciar uma visão mais integrada da realidade. Contudo, às vezes pessoas ligadas ao governo apareciam nesses eventos. A vigilância e a pressão eram constantes.

A CONTAG também sofreu intervenção com o golpe. Mas em 1968 houve eleições, e a chapa de oposição, encabeçada por José Francisco da Silva, então secretário da FETAPE foi vitoriosa. A partir daí a CONTAG procurou levar um trabalho integrado com a Federação de Pernambuco e a “desempenhar um papel estratégico no apoio, na condução e na coordenação das lutas, no estímulo à participação, no trabalho de organização, na formação das lideranças, na divulgação, no reconhecimento e na apropriação dos direitos” (GRYNSPAN, 2003, p.327). José Francisco foi presidente por vários mandatos, e vice-presidente até 1993. Neste ano foi eleito outro pernambucano para a presidência da CONTAG, Manoel José dos Santos, militante do PT de Serra Talhada. Assim, tanto ao longo da ditadura e mesmo depois, foi mantida uma estreita relação política e colaborativa entre essas duas instâncias de direção.

Apesar de ter uma ação bastante limitada, algumas lutas também foram desenvolvidas no Agreste e no Sertão, sendo as mais importantes aquelas voltadas para o enfrentamento da construção de barragens, o que prejudicava muitos pequenos proprietários que teriam suas terras encobertas pelas águas, perdendo, também, suas lavouras e benfeitorias. Não se pagava indenização justa nem prévia. Houve lutas específicas em alguns municípios, porém a mais importante foi quando da construção da barragem de Itaparica, que atingia moradores do interior de Pernambuco e da Bahia e que unificou vários sindicatos de ambos os estados.

A construção de barragens aumentava a produção de energia elétrica com vistas principalmente a atender aos interesses dos projetos de irrigação ligados a grandes grupos econômicos voltados para a exportação. O Estado, desta forma, incentivava o projeto de modernização conservadora, sem levar em conta nem beneficiar os pequenos produtores que desenvolviam uma agricultura de tipo familiar. “Terra por Terra na Margem do Lago” foi a palavra de ordem que unificava a todos. Perseguições e ameaças a trabalhadores e sindicalistas foram muitas, assim como diversas foram as formas de luta adotadas então, que iam desde denúncias, concentrações, paralisação de máquinas, ações judiciais, acampamentos,

como formas de pressão para conseguir negociar com os órgãos públicos, e especificamente a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Esta luta durou bem mais de dez anos, mas a conquista do reassentamento passou a ser referência para reivindicações semelhantes.

Na região de Surubim, Agreste Meridional, houve importante resistência de camponeses na terra de onde queriam expulsá-los no início dos anos 80. Este trabalho tinha a participação de militantes do PCB, assim como das principais lideranças do sindicato e do advogado trabalhista Evandro Cavalcanti, assassinado em 1987 a mando dos proprietários, inconformados com as desapropriações conquistadas pelos trabalhadores.

Já na Mata canavieira ao longo da ditadura ocorreu um grande processo de expulsão de trabalhadores rurais dos engenhos. Os proprietários queriam reduzir o número de moradores visando diminuir os encargos trabalhistas e também para “evitar que a própria morada fosse transformada em base para as reivindicações dos trabalhadores, que obstaculizasse o processo de acumulação” (SIGAUD, 1979, p. 51). Para isso eram usados diferentes expedientes, desde tomar o sítio, inviabilizar a criação de animais, passar o trator sobre o sítio, interferir no serviço executado, entregar as terras melhores de serem trabalhadas aos não fichados, também chamados de clandestinos. A federação entrou com muitas ações na Justiça exigindo a reintegração de posse ou o pagamento das benfeitorias. Bairros inteiros surgiram nas cidades nos anos 70 e 80 a partir dos moradores “de rua”, precarizados.

O fato de existirem trabalhadores fichados e não fichados dificultava a unidade e o encaminhamento das lutas na zona da Mata. Apesar disso, em 1979, em conjunto com a CONTAG, os sindicatos passaram a discutir questões sobre política salarial e liberdade sindical, decidindo propor uma greve encaminhada de acordo com os trâmites legais exigidos pela ditadura. Foram realizadas assembleias em 24 sindicatos, mas a greve iniciou com dois, o de São Lourenço da Mata e o de Paudalho, pois os outros iriam começar na semana seguinte. Já se vivia um período de intensa ebulição

política e social em nível nacional, no qual várias greves ocorreram, particularmente a dos metalúrgicos do ABC paulista.

A greve, que durou de dois a nove de outubro de 1979 tinha boletins específicos para os fichados e para os clandestinos. Contou com apoio de amplos setores da população, inclusive da Igreja católica, sindicatos e partidos políticos. Entre as conquistas estava a volta da Tabela de Tarefas, o cumprimento da legislação trabalhista e o compromisso com relação à lei do sítio; havia cláusulas sobre a contratação dos clandestinos. A convenção tinha 23 artigos, entre os quais o direito dos sindicatos criarem delegacias sindicais nos engenhos e usinas.

A vitória desta greve criou novamente, como antes de 64, outra expectativa entre os canavieiros. No ano seguinte a adesão foi de quase todos os sindicatos. Quando estes eram dirigidos por pelegos, principalmente na Mata sul, eram pessoas de movimentos ligados à Igreja ou a partidos de esquerda que ajudavam na preparação. Como já tinha ocorrido a reforma partidária feita pela ditadura, participavam militantes ligados ao grupo dos autênticos do PMDB, assim como os partidos comunistas, ainda na ilegalidade, militantes do MR-8, assim como militantes do PT, com suas diferentes correntes. Se, até meados dos anos 80 alguns diretores ainda encaravam os comunistas com certo ranço, outros já viam com mais tranquilidade esta questão.

Apesar de algumas conquistas importantes, o descumprimento dos acordos foi se tornando comum ao longo dos anos 80, inclusive adotando-se com frequência o uso da violência por parte dos proprietários. Muitos trabalhadores e lideranças de sindicatos rurais perderam a vida nesse período. Ou seja, mesmo com a ditadura enfraquecida os latifundiários ainda se sentiam à vontade para garantirem seus interesses pelo uso da força.

No que diz respeito à reforma agrária, apesar de promover debates, organizar manifestações e cobrar do Estado, a Federação e a CONTAG confiaram em demasia no governo Sarney. Só quando os trabalhadores, a partir de exemplos do MST, passaram a ocupar terras em Pernambuco, a FETAPE foi assumindo também esse tipo de luta.

Uma questão que se manteve ao longo do tempo foi o continuísmo, ou seja, a manutenção das mesmas lideranças, havendo apenas troca de cargos quando ocorriam eleições nas entidades. Num período como o da ditadura, não era fácil encontrar trabalhadores que pudessem ou se dispusessem a participar. Além de demandar tempo e certo preparo, o perigo estava sempre rondando as atividades sindicais. Porém, em muitos casos, os diretores se acomodavam e não queriam mais deixar o sindicato, principalmente os pelegos. Este problema se manteve mesmo quando a abertura política já era uma realidade. Daí a formação de grupos de oposição sindical. Foi lento, portanto, o processo de renovação nos sindicatos e mesmo na federação, embora esta fosse atuante e participasse, com alguns sindicatos combativos, da luta pelo fim da ditadura e pela formação de uma Central Sindical. Dada a existência de diversas discordâncias de caráter político e organizativo, a CONTAG não participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e sim da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), na qual veio a ocupar a vice-presidência.

Por fim é importante ressaltar o papel desempenhado por algumas mulheres sindicalistas ou assessoras no reconhecimento e construção de uma alternativa de inserção das mulheres trabalhadoras rurais no movimento sindical. O sindicalismo rural existente desde os anos 60 via a classe como um todo, não considerando as especificidades do trabalho feminino nem se posicionando diante da discriminação vivenciada pelas mulheres. Embora houvesse diretoras em alguns sindicatos, sua atuação era bastante limitada.

No início dos anos 80 na região de Serra Talhada, as mulheres passaram a pressionar exigindo o direito de se alistarem nas frentes de emergência durante a grande seca que assolava o Nordeste, o que foi conquistado em 1983. Em 1984 foi eleita a primeira mulher para presidir um sindicato em Itapetim, no Sertão. Maria Ferreira Lima de Souza, conhecida como dona Lia. E em 1985 foi ela quem defendeu no IV Congresso da CONTAG uma tese com vista a incentivar a participação de trabalhadoras

rurais no movimento sindical. O que foi aprovado e veio a ter desdobramentos tanto em nível estadual como nacional.

Apesar da ditadura e da intensa exploração /opressão promovida pelos proprietários; com limites, contradições, e muitos desafios, o sindicalismo rural foi tomando corpo e avançando, retomando e ampliando a dimensão de classe e de luta preconizada por tantos que, no início dos anos 60 e mesmo antes, buscaram coletivamente construir uma sociedade menos desigual e injusta.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense,s/d.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O golpe de 1964 e a trajetória da resistência rural. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (orgs.). **Poder, memória e resistência: 50 anos de golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

COELHO, Fernando de Vasconcelos [et. al]. (orgs.). **Relatório Final**. Comissão Estadual da Memória e Verdade D. Helder Câmara. Recife: CEPE, 2017.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DREYFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GALLINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas. In *Cadernos de História: trabalhadores em sociedades açucareiras/ Departamento de História da UFPE*, Recife, ano 6 n. 6, p.121-145, 2010 Anual.

GRYNSPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST *In* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4.

JULIÃO, Francisco. **Cambão, a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENEZES, Paulo. **Sindicalismo X Repressão**. Recife: Nordestal, 1983.

SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *In* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois. Bauru/SP: Edusc, 2004.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**“Se é pra ir pra luta, eu vou. Se é pra tá presente, eu tou”¹:
presença e atuação das trabalhadoras rurais da Zona da
Mata de Pernambuco nos movimentos sociais (1979-1985)**

*Marcela Heráclio Bezerra*²

De que modo as trabalhadoras rurais da Zona da Mata de Pernambuco participaram das mobilizações políticas e sociais, nos últimos anos da Ditadura Militar? Quais caminhos a ser percorridos para reconhecer as contribuições femininas na história recente do estado e do Brasil? Que documentos podem ser utilizados para testemunhar as ações das mulheres no passado?

As respostas a essas indagações envolvem, além das análises construídas sob o abrigo da pesquisa documental e da revisão bibliográfica, o entendimento de que, pensar e escrever sobre a presença e os feitos femininos é uma conquista recente para historiadores e historiadoras.

Outrora, os pesquisadores, que desejavam assim o fazer, tinham como desafios superar a desvalorização das mulheres na historiografia, o acanhamento na produção de fontes sobre elas, o desinteresse no meio acadêmico sobre a temática, a ocultação dos registros femininos e a predominância do teor descritivo das narrativas sobre as mulheres em detrimento do viés analítico.

¹Trecho da música “O que vale é o amor”, de Zé Vicente, que também compôs “Canção pra Margarida”, em homenagem à Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, a mando de fazendeiros e donos de engenho, em Alagoa Grande, na Paraíba.

²Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Recife. Atualmente faz Doutorado em História Contemporânea, na Universidade de Coimbra, em Portugal. Contato: marcelaheradio@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8054014776326889>.

Nos tempos atuais, a História das Mulheres é um domínio da história respeitado e consolidado, sendo notório o crescimento, em termos quantitativos e qualitativos, dos trabalhos voltados para essa área e desenvolvidos nos centros de pesquisa e universidades, apesar da persistência de alguns dos desafios mencionados.

O objetivo desse artigo é analisar a atuação das trabalhadoras rurais da Zona da Mata de Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1985, dentro do contexto de redemocratização brasileira, a partir da ótica do feminino de modo a pluralizar e enriquecer a história do trabalho e das mulheres.

Rever a documentação, sob essa perspectiva, possibilitou uma nova e diferente leitura das fontes (fotografias, cartazes de campanhas salariais, encontros e congressos, reportagens em jornais, fichas cadastrais, cartilhas e atas de reuniões sindicais, relatos orais), cujo principal desdobramento foi a visibilidade das mulheres nos movimentos sociais, a exemplo do sindicalismo rural em Pernambuco.

“Sem ódio e sem medo. Estamos em greve”³: A participação das mulheres na greve dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco em 1979

Entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979, em meio da conjuntura de mobilizações políticas organizadas pelos trabalhadores do campo e das cidades, os canavieiros e as canavieiras de Pernambuco entraram em greve. Deflagrado pelos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Paudalho e São Lourenço da Mata, o movimento mobilizou 120 mil trabalhadores, sendo 20 mil de maneira direta e 100 mil de maneira indireta (SIGAUD, 1980, pp. 11-15), tornando-se o símbolo da retomada das lutas da classe trabalhadora rural em Pernambuco.

³ Trecho de um cartaz criado durante a greve dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Zona da Mata de Pernambuco, em 1979. Fonte: Agência Jornal do Brasil – AJB. Foto de Natanael Guedes. Apud, SIGAUD, Lígia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

A greve de 1979, além de garantir conquistas significativas para os trabalhadores, como aumento salarial em 52%, adicional de salubridade e periculosidade, pagamento do 13º salário parcelado, reafirmação do direito ao sítio aos trabalhadores com mais de um ano de serviço, proibição de descontos em folha de pagamento e aprovação da Tabela de Tarefas, também fortaleceu a organização sindical como um espaço político e de reivindicações de direitos (ABREU E LIMA, 2005).

Entre as inúmeras imagens que circularam nos jornais de Pernambuco sobre o movimento grevista, destaca-se a fotografia de Natanael Guedes, publicada no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro e, posteriormente, reproduzida por Lígia Sigaud, no livro *Greves nos Engenhos* (1980).

Na fotografia, Natanael Guedes destaca a participação feminina na greve. Trabalhadoras fichadas (com vínculos de trabalho formais) ou clandestinas (sem carteira de trabalho assinada), as mulheres assumiram uma posição no movimento. O cartaz que seguram também é claro e direto na sua mensagem “Sem ódio e sem medo/Estamos em greve”. O texto escrito denuncia o ambiente de violência vivenciado na zona canavieira, sobretudo durante as greves. Manifesta também a resistência das trabalhadoras frente as ameaças dos empregadores, apesar do ódio e do medo. ⁴

Imagem 1. Em paudalho, mulheres trabalhadoras votam a favor da continuação da greve

⁴ O uso da violência e de suas variadas formas caracterizou as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras empregados na produção sucroalcooleira de Pernambuco e do Brasil. Inúmeros são os casos em que os trabalhadores foram espancados e assassinados pelos empregadores e proprietários fundiários, como ocorreu em Pernambuco, na Usina Estreliana, no dia 7 de janeiro de 1963, quando 5 trabalhadores foram assassinados e outros 3 ficaram feridos ao reivindicar o pagamento do 13º salário do ano anterior (JORNAL DO COMMERCIO. Usina Estreliana: Cinco mortos e três feridos, num violento conflito. 06 de jan.1963. f. 15). Entre os trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a violência na Zona da Mata de Pernambuco, destacam-se: ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005; DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007; FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: EdUFPE, 2020; PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses (Pernambuco, 1963). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, set.-dez., 2016.



Fonte: Agência Jornal do Brasil - AJB. Foto de Natanael Guedes. Apud, SIGAUD, Lígia. Greve nos engenhos.1980.

Diz-se com bastante frequência que a fotografia nunca é neutra, que ela “(...) transmite, ao mesmo tempo, a mensagem do seu tema e a sua própria mensagem” (GERVEREAU, 2007. p.156). E, mais ainda, a fotografia de reportagem, que representa um tempo parado, conseguindo situar-se no antes e depois, cujo instante da escolha do clique, da seleção das imagens, do enquadramento, devem ser considerados na interpretação das imagens.

Sendo as imagens e os documentos vestígios do passado no presente, seus usos, no sentido restrito, tendem a limitar as interpretações dos historiadores e historiadoras (BURKE, 2001). Assim, interpretar a fotografia é, em primeiro lugar, se afastar da tentação de perceber a imagem por realidade. São, ao mesmo tempo, testemunhas dos acontecimentos e fruto do gênio do fotógrafo, das suas posturas sociais e políticas, dos contextos históricos de técnica, produção e divulgação em que estão inseridos, do modo como o público consome as fotografias, dos feitos de realidade causadas por essas imagens.

Como vestígio do passado, tanto a fotografia quanto os relatos orais são fontes privilegiadas para alcançar as mulheres, sobretudo aquelas cujos traços não eram registrados pela documentação oficial, como as trabalhadoras clandestinas que, sem contrato formal de trabalho, desapareciam na documentação dos empregadores e dos sindicatos. O

depoimento de D. Alzira Tertunila de Barros evidencia tal situação, “(...) nunca fui fichada não. Eu ia nos caminhão, em cima dos caminhão cortar cana. (...) Só parei de trabalhar com 60. Não pude me aposentar com 55 porque não era fichada. Nunca recebi férias, nem décimo, nem PIS.”⁵

Ao participar das mobilizações políticas e sociais, as mulheres rompiam com alguns esteriótipos de feminilidade vigentes, como o recato e a resignação. No entanto, reproduziam outros condicionamentos de gênero, particularmente os baseados em valores maternais, que legitimavam as reivindicações femininas ao identificá-las como mães, esposas, filhas e avós, de maneira semelhante aos que caracterizavam os movimentos de mulheres criados nos anos de 1970 e 1980, organizados dentro dos limites impostos pelos regimes ditatoriais, principalmente no Brasil, no Chile e na Argentina e que dificilmente extrapolaram as reivindicações culturais atribuídas ao gênero feminino.⁶

A fotografia, portanto, representava as trabalhadoras exigindo direitos dentro de um contexto de abertura política, mas ainda com muita restrição em termos segurança e liberdade de manifestação. Aponta para a identificação delas próprias enquanto trabalhadoras que, conscientes da importância dos seus salários na economia familiar, lutavam por melhores condições de trabalho e de vida. Mostra caminhos que apontam para a visibilidade das mulheres dentro do movimento de trabalhadores rurais, no momento em que a presença feminina não era valorizada, apesar da existência e da importância dessas trabalhadoras para o sindicalismo rural em Pernambuco.

⁵ Entrevista realizada pela autora em 05 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁶ O movimento das Mães argentinas da Praça de Maio em Buenos Aires e o Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, são exemplos desses movimentos, que baseados em valores maternais, fizeram resistência ao Estado Ditatorial e denunciaram as arbitrariedades dos governos militares. Para mais detalhes ver, WOLFF, Crisina SCHEIBE. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura; PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-19890). Ambos os artigos estão no livro **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina SCHEIBE (Org.). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194290/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf?sequence=1>. Acesso em 02, Mai. de 2020.

**(...) Se não fosse os sindicatos, acho que até hoje a gente era escravo”⁷:
A sindicalização das trabalhadoras rurais em Pernambuco nos anos
de 1980**

Os sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, mesmo após a violenta repressão movida pelo regime militar no pós-golpe de 1964, continuou sendo as instituições que representavam os trabalhadores frente à classe patronal. Embora o medo fosse real, em virtude das perseguições, agressões, prisões e assassinatos de líderes sindicais, contribuindo para o afastamento dos trabalhadores desses espaços, associar-se aos sindicatos foi uma atividade constante e homogênea na maioria dos municípios da região (ARAÚJO, 1990).

As reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, quer através das campanhas salariais, quer por meio de ações na Justiça do Trabalho, faziam-se através do movimento sindical, “(...) Os sindicatos defende os direitos do trabalho, o direito, as férias, o direito a décimo terceiro e direito à saúde”.⁸

No decorrer dos anos de 1980, em meio ao processo de abertura política brasileira, trabalhadores e lideranças sindicais passaram a intensificar as campanhas salariais, com mobilizações em espaços públicos, no interior do Estado e na capital e através das greves, ainda que os mecanismos de violência por parte dos empregadores e proprietários fundiários continuassem a funcionar.

Tendo como foco principal as questões trabalhistas (condições de trabalho e salário), dada a situação de miserabilidade em que viviam os trabalhadores rurais na região da Zona da Mata, o movimento sindical promovia ações de conscientização política dos trabalhadores (ABREU E LIMA, 2005).

⁷ Edite Cecília de Oliveira. Entrevista realizada pela autora em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁸ Edite Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Contudo, a primazia dada às relações de trabalho (aumento salarial e direitos trabalhistas) motivava algumas discussões sobre a necessidade de incluir outras questões e demandas, como a violência contra as mulheres e a sindicalização feminina.

Com efeito, dada a reprodução, pela maioria das lideranças sindicais, dos condicionamentos de gênero, que vinculavam a mulher ao lar, à maternidade, ao trabalho doméstico (dito não produtivo e por isso não remunerado) e o homem, ao ambiente externo, ao trabalho remunerado, à responsabilidade pelo sustento da família, as questões sobre as mulheres não faziam parte das pautas de discussões.

A violência contra as mulheres⁹, razão pela qual muitas famílias evitavam o trabalho feminino nas lavouras, não era debatido, mesmo sendo cometido de maneira constante pelos empregadores, administradores, cabos, conforme relato, de Santina Tertulina de Belo, “(...) tinha homem que não deixava as mulheres trabalhar também por conta disso, porque tinha muito cabo safado. Elas conheciam os patrões, mas não tinha coragem de dizer a ele.”¹⁰

Até 1984, o movimento, quer ao nível da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAPE, que por parte dos sindicatos, não possuía uma política formal de estímulo à sindicalização feminina. Considerados como espaços de homem, muitas mulheres preferiam não se sindicalizar, mesmo enquanto trabalhadoras rurais. ¹¹As que assim o faziam, eram, na sua maioria, mulheres viúvas, separadas ou solteiras, que trabalhavam em regime permanente nas usinas (ABREU E LIMA, 2005).

Tal situação foi verificada no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, após pesquisa realizada no acervo da instituição.

⁹ Para mais ver, BEZERRA, Marcela Heráclio. Uma, cem mil: cotidiano das cortadoras de cana do município do Cabo de Santo Agostinho nos anos 1980. In, Cadernos de História UFPE.V.11, n. 11 (2016), pp. 61-81. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109977/0>. Acesso em 01 de Mai. de 2020.

¹⁰ Entrevista realizada pela autora em 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹¹Uma história de mulheres. Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2ª ed. Serra Talhada: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 25.

Das 267 fichas de mulheres associadas ao sindicato, entre os anos de 1963 e 1979, 149 eram solteiras, 58 eram viúvas, 2 separadas e 58 casadas.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL, regulamentado em 11 de janeiro de 1972, é mais um elemento explicativo para entender porque os sindicatos não promoviam a sindicalização feminina. Através do FUNRURAL, estratégia do governo militar em transformar os espaços sindicais em órgão assistenciais, em detrimento das ações políticas, os trabalhadores, ainda que não fossem sindicalizados, poderiam gozar dos benefícios sociais – acompanhamento médico, serviço social, aposentadoria por velhice, por invalidez, pensão e auxílio funeral - oferecidos nos espaços dos sindicatos (FERRANTE, 1976). No que se refere às mulheres, estas se tornavam dependentes dos maridos ou dos pais, gozando dos benefícios médico-hospitalares, sem o custo do pagamento de outra mensalidade, como evidenciou Maria José do Nascimento,

(...) Eu ajudava a ele. Eu trabalhava junto com ele. Eu não era fichada. Tinha sindicato, eu não sei se nesse tempo eu pagava, mas ele pagava. Eu era dependente. Eu acho que nesse tempo eu não pagava sindicato ainda não. O sindicato naquele tempo não ajudava. Eu pagava era assim, prá ter direito a uma consulta, um dentista mas só que a gente pagava, mas não ia.¹²

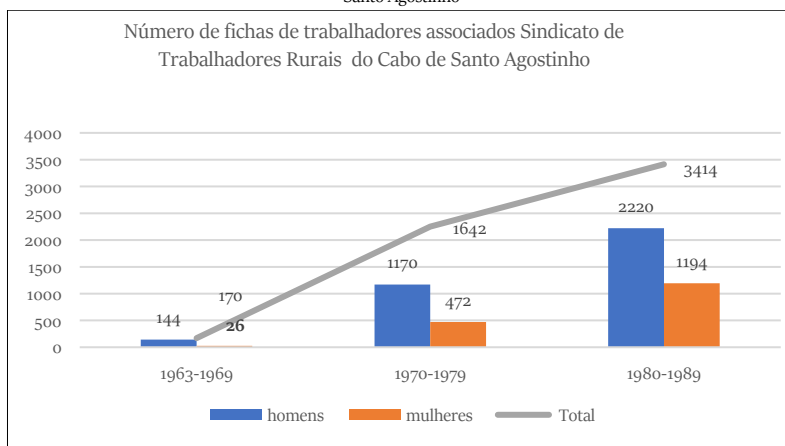
Não obstante, alguns elementos contribuíram para a mudança de posicionamento do sindicalismo rural em Pernambuco com relação às mulheres: o aumento do número de trabalhadoras rurais empregadas nas lavouras; a postura de lideranças sindicais femininas sensíveis aos problemas específicos das mulheres; o surgimento dos grupos e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Sertão e Agreste; as discussões dos movimentos feministas, que articulavam a exploração da classe trabalhadora à questão da opressão de gênero imposta às mulheres, (SOUZA-LOBO, 1991).

¹² Maria José do Nascimento. Entrevista realizada pela autora em 17 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

O movimento sindical rural passou a acolher as trabalhadoras em seus quadros, apesar de ainda serem negado-lhes os cargos elevados dentro da hierarquia política dos sindicatos (ROWBOTHAN, 1983). Em 1982, algumas demandas femininas passaram foram incluídas nas campanhas salariais, como o direitos à licença gestante e a estabilidade das trabalhadoras após o parto, medidas essas que apontava para uma postura mais sensível por parte do movimento sindical com relação às mulheres e que contribuía para estimular a sindicalização feminina. Sindicalizadas, as trabalhadoras teriam acesso a esses direitos e, quando desrespeitados pelos empregadores, poderiam mover ações trabalhistas contra eles, sendo representadas pelos advogados dos sindicatos.

Nessa medida, é representativo o número de mulheres associadas ao sindicato do Cabo, entre 1963 e 1989. Apesar de não retratar a realizada exata da quantidade de trabalhadoras sindicalizadas, os documentos indicam um aumento do número de associações.

Gráfico 1: Evolução do número de homens e mulheres associados ao sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do sindicato. Elaborado pela autora.

A proximidade dos trabalhadores ao sindicato, que passaram a morar nas “pontas de rua”, bairros e regiões periféricas do município, em virtude do agravamento do processo de expulsão dos moradores dos engenhos,

também é um elemento explicativo para o aumento no número de sindicalizados. A espoliação fundiária das massas trabalhadoras, desencadeada pela modernização da agroindústria sucroalcooleira, ainda nos anos de 1950 e intensificada nos anos seguintes (ANDRADE, 1986), a cada dia, expulsava mais pessoas das terras dos engenhos.

Ao sair dos engenhos, os trabalhadores assumiam despesas com o fornecimento de energia, o gás de cozinha, o aluguel da moradia (ARAÚJO; DABAT, 1994). Contudo, viver longe dos engenhos também possibilitou aos trabalhadores mobilidade e mais aproximação ao seu sindicato.

As fichas cadastrais do sindicato do Cabo indicam a mudança no local de morada das trabalhadoras. Das 1.122 fichas que apresentavam essa informação, 729 trabalhadoras residiam em áreas rurais (aproximadamente 100 engenhos) e 393 mulheres viviam no meio urbano. As pesquisas indicaram também que os bairros Charnequinha e COHAB não figuravam como local de residência das trabalhadoras até 1979, sendo registrados como tal ao longo dos anos de 1980.

Figura 2. Ficha de inscrição do sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho

Mat. Sind.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de <u>Cabo</u>	
Nome do Assbiado	Insc. n.º	Nº Instituto de Aposentadoria
Insc. n.º <u>1913</u>		<u>Trabalha em São Paulo</u>
Admissão aprov. em <u>20/11/84</u>		Residência <u>Eng. São</u>
Nacionalidade <u>brasileira</u>		<u>sem</u>
Natural de <u>Joazeiro</u>		
Data Nasc. <u>20/11/39</u> Estado Civil <u>viúva</u> Esposa		
Carteira Profissional n.º <u>41019</u> Série <u>000/5</u> Sabe ler <u>Sim</u> Título		
Filiação: Pai <u>Manoel Martelino da Silva</u> Nacionalidade <u>brasileira</u>		
Mãe <u>Maria Beatriz Souza da Silva</u>		
Empresa onde exerce a profissão	Discriminação da Empresa	Função
	Endereço	<u>20-11-84</u>
		Data da Admissão
Empresa onde exerce a profissão	Discriminação da Empresa	Função
	Endereço	Data da / dmissão
Filhos Menores <u>Maria José Souza da Silva</u> <u>Barbara Gomes e</u>		
<u>Manoel Martelino da Silva</u> <u>Neto José Gomes</u>		

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho - PE. Fichas do sindicato.

Em relação à faixa etária das trabalhadoras, predominava as mulheres com idades entre 20 e 59 anos. Verificou-se também a presença de

mulheres associadas com 15 anos de idade, dado que revela o emprego assalariado de jovens, prática comum e considerada vital para a sobrevivência das famílias. Maria Alves da Silva começou a trabalhar na produção canavieira aos doze anos de idade. Seu primeiro emprego foi no Engenho Tabatinga, no município do Cabo de Santo Agostinho. Ao lado do pai, realizava a maioria das tarefas, do plantio ao corte de cana. Devido ao exaustivo trabalho D. Maria Alves da Silva, enquanto criança, não conseguiu frequentar a escola, sendo obrigada a abandonar os estudos precocemente, como relatou abaixo,

(...) meu pai me botou para trabalhar, com idade de 12 anos. Comecei logo semeando adubo nas cana e após, quando tinha o plantio, para plantar a cana, que é no tempo de inverno, a gente, eu trabalhava já semeando cana nos regos, os boi fazia né, o arado fazia, semeando cana. Quando não tinha o prantio de cana, aí tinha limpa (...) Naquele período, você ouve o povo dizer que os filhos para estudar, não tinha vez de estudar não. O estudo era o trabalho. Aos 7 anos muitos já começavam a ajudar o pai e dali ele já ia treinando e depois já pegava o trabalho dele só, 7 anos.¹³

Em 1985, no mesmo ano da eleição indireta do primeiro presidente civil do Brasil, após 21 anos de Regime Militar, os movimentos de trabalhadores intensificaram suas lutas, promovendo congressos em prol dos direitos antes negados pelos militares: autonomia sindical, liberdade de expressão, modificações no sistema de previdência social, aumento real dos salários. Nesse contexto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, realizou o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais.

No encontro, a presidente do sindicato de Itapetim, Maria Ferreira Lima de Souza, conhecida como D. Lia, apresentou a proposta de aumentar a participação das mulheres no movimento sindical. Propôs incentivar os encontros específicos de mulheres e a formação de lideranças femininas

¹³ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada pela autora em 05 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

para assumir as atividades tanto na base quanto na direção dos movimentos de trabalhadores rurais.

As propostas foram aprovadas por unanimidade pela assembleia, representando um grande avanço na problematização das questões específicas das mulheres a nível nacional e a força do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central, criado pelas assessoras sindicais Vanete Almeida e Hauridete Lima dos Santos.¹⁴

A partir de então, federações e sindicatos deveriam, como recomendação da CONTAG, encaminhar e coordenar ações específicas para as mulheres, tais como: organizar encontro de mulheres trabalhadoras rurais e realizar treinamento de lideranças femininas para a promoção da sindicalização das mulheres.¹⁵

Em 1984, no sindicato do Cabo, pela primeira vez, uma mulher integrava a chapa da diretoria, mesmo na função de 1ª suplente. D. Santana, atuou de maneira ativa nas disputas eleitorais.

Antes a gente tomou o sindicato unido, vê só, com esse mermo grupo. Depois que ele ficou no sindicato, ele tentou se vender pra política.(...) Então a gente não aceitava porque política é política, sindicato é sindicato, movimento é movimento. Então por conta disso a gente se chocaram e ficou a gente discutindo e brigando junto. Até que a gente fizemo, na nova eleição, e a luta foi tão forte em 84, que a gente tomamo o sindicato. A FETAPE ficou uma parte de um lado e outra parte de outro lado. O lado maior ficou do nosso lado. Então nos acompanhou, deu apoio.¹⁶

D. Santana também estimulou a participação das mulheres no sindicato do Cabo, na esteira da criação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, cujas trajetórias serão discutidas a seguir.

¹⁴ Uma história de mulheres. **Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco**. 2ª ed. Serra Talhada: Pólo Sindical Sertão Central, 2004, pp. 26-27.

¹⁵ Recomendações do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. p. Disponível em http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1200296967_19012017153912.pdf. Acesso em 02 de Mai. de 2020.

¹⁶ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada pela autora em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Os movimentos de trabalhadoras rurais: valorização das mulheres

Tem sindicato mulheres, tem o trabalho;
Tem diretores que ainda estão dormindo;
A gente luta, a gente insiste, a gente implora.
Mas eles pensam que as mulheres tá dividindo.
Se um diretor quiser avançar na luta.
É com mulheres na direção (...).

Santina Tertunila de Belo, canção “Como tá o sindicato?”

Nos anos de 1980, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco e no Brasil buscaram, dentro dos sindicatos, o direito à sindicalização feminina e à valorização das mulheres enquanto trabalhadoras. De maneira gradativa e com muita coragem, as mulheres passaram a questionar a ausência feminina nos espaços sindicais, discutindo, através de reuniões e encontros, os motivos e as formas de superar essa situação.

Em 1982, as assessoras sindicais Vanete Almeida e Hauridete Lima dos Santos começaram a problematizar o reduzido número e, em certos momentos, a ausência das mulheres nas atividades sindicais. Realizando discussões sobre a vida e o trabalho das mulheres, passaram a destacar a importância das trabalhadoras rurais, dando início ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – MMTR.

Nas primeiras reuniões, ainda com 8 a 10 participantes, eram discutidos o fenômeno da seca, as condições de trabalho, os direitos trabalhistas, as experiências no ambiente doméstico, o casamento, as relações familiares a saúde feminina e as formas de obter o acesso aos serviços médicos.¹⁷

Nos anos seguintes, ainda no período de organização do movimento, o grupo passou a agregar trabalhadoras rurais de outras comunidades, fato que contribuiu para o reconhecimento público do movimento e o crescimento político do mesmo. Pouco a pouco, novas temáticas passaram a

¹⁷ Uma história de mulheres. Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. Op. Cit. pp. 139-140.

ser discutidas, entre elas a estruturação do sindicalismo rural, o fortalecimento dos grupos e movimento de trabalhadoras como, a formação política das mulheres e a valorização feminina nos espaços sindicais (ABREU E LIMA, 2005).

Em 1983, o MMTR – Sertão Central, iniciou uma campanha para que os sindicatos pressionassem as autoridades para empregar, nas frentes de emergências, as “viúvas da seca”¹⁸. Graças as pressões exercidas, grupos de trezentas, quatrocentas e até de quinhentas mulheres foram alistadas para trabalhar, optando por executar as tarefas sem a presença masculina, em prol do reconhecimento do trabalho feminino (ABREU E LIMA, 2005).

Em 1984, foi realizado o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, com apoio do sindicato de trabalhadores rurais do Sertão Central e da FETAPE. O evento contou com a participação de 33 mulheres, de 7 municípios da região. A partir do lema “Somos mulheres e trabalhadoras, temos valor!”, as participantes compartilharam as experiências vividas no ambiente doméstico e nas relações de trabalho, problematizando sua condição enquanto mulheres e trabalhadoras.

Na Zona da Mata, dado o nível de exploração das canavieiras, os primeiros grupos de trabalhadoras rurais surgiram somente a partir de 1985, nos municípios de (...) Moreno, Amaraji, Escada, Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Barreiros, Rio Formoso, Palmares, Água Preta, Vicência, Igarassu, Nazaré, São Lourenço e Paudalho. (ABREU E LIMA, 2005).

Em 1986, foi realizado o 1º Encontro Regional das Canavieiras, com a participação de 45 mulheres, representantes de 21 sindicatos. Nesse encontro foram discutidos assuntos referentes ao papel da mulher na família, sua condição de trabalhadora rural assalariada e a importância da sindicalização feminina.

No Cabo de Santo Agostinho, o trabalho de conscientização das mulheres foi iniciado por D. Santana. As reuniões eram realizadas na maioria

¹⁸Denominação dada às mulheres que se encontravam sozinhas, com filhos para sustentar, após a partida dos maridos. Estes migravam para as cidades em busca de emprego durante os períodos de grande estiagem, que naquele momento, perdurava desde 1979.

das vezes nos engenhos, em função da distância e da jornada de trabalho das canaveiras. Durante esses momentos, as mulheres apresentavam as dificuldades encontradas para frequentar os encontros, ao tempo em que as assessoras buscavam superá-las.

(...) então a gente conversava com as mulheres nos engenhos e elas diziam: a gente não vai porque o marido não deixa, porque ele diz que a gente tem o que fazer, tem roupa pra lavar, que a mulher não precisava ir pro sindicato não, só os homens. Então a gente, junto com duas freira (...) começou a visitar os engenhos, na caminhoneta do padre. Então (...) a gente ia nos engenhos, fazia reuniões na casa dela, na casa de farinha, nas escolas. Então foi nesse momento, nessa atividade, que a gente buscou as mulheres pro sindicato. A gente ia buscar elas de jipe. O carro era muito pequeno e os engenhos era tudo longe, mas as mulheres vinha.¹⁹

Acima de tudo, as reuniões possibilitavam às mulheres espaços de fala, momentos para compartilhar as experiências. As trabalhadoras conversavam sobre os problemas enfrentados no seu dia-a-dia,

(...) os problema era as contas alta, era os cabo que pra poder botar uma conta menor, as mulher tinha que se vender pra ele e o trabalho pesado né minha filha. Elas se acordava de 4 da madrugada, fazia café, cuidava do marido, por que o marido tá acostumado em não fazer nada em casa porque a mulher é que faz tudo. (...) Era assim, tinha mulher que às vezes tava menstruada e eles não queriam nem saber, embora que tivesse até outra fora tá, entendendo, tinha que se submeter “*É minha mulher!*” Era complicado, complicado, complicado.²⁰

Os encontros também eram oportunidades para discutir o papel do sindicato para os trabalhadores. Conscientes da importância desses espaços, as mulheres também criticavam a inoperância de algumas diretorias,

(...) a gente dizia que elas não podia faltar as reuniões no sindicato, que se tivesse qualquer problema nas usina, o sindicato era responsável, que a gente

¹⁹Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada pela autora em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁰Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

escolheu ele (o diretor) pra isso. Que quando o sindicato não tá levando a sério, tem que mudar. Tudo isso a gente fazia com as mulheres. Elas entendiam e participavam. Até coisas que o sindicato fazia e elas não gostava elas diziam. “Eu botei isso na justiça e o sindicato não foi nem lá”. “Eu botei isso na justiça e não tive resposta.”²¹

Os grupos de mulheres organizados no sindicato do Cabo, embora tenha conseguido êxito na promoção da sindicalização feminina, através da perseverança de algumas assessoras sindicais, constituiu-se como uma ação sindical isolada, não tendo continuidade e tampouco apoio político das diretorias seguintes. Ademais, por mais coragem e esforços que as assessoras sindicais pudessem apresentar, o conservadorismo do sindicato, as condições de vida e as relações de trabalho existentes naquele município eram obstáculos difíceis a ser superados.

Palavras finais

O fim da ditadura militar, em 1985, é um marco no processo de redemocratização do país, embora a perseguição e a violência continuasse a ser corrente no dia a dia dos trabalhadores, que em meio a avanços e retrocessos, buscaram outras formas de pressionar às classes patronais, inclusive com articulações a nível regional, a exemplo da campanha salarial unificada dos trabalhadores rurais do Nordeste, em 1987. As mobilizações desse ano, a exemplo dos anos anteriores, registraram, desde os primeiros dias, ameaças de morte e prisão em 8 município da Zona da Mata de Pernambuco, conforme denunciadas pela FETAPE e condenadas por Miguel Arraes, governador eleito no ano anterior.

A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei 8.213, de 1991, garantiram aos trabalhadores e trabalhadoras rurais direitos previdenciários e a igualdade de acesso à terra entre homens e mulheres, antes permitido apenas ao trabalhador (considerado o chefe da família). Outros direitos foram conquistados, como a redução da idade mínima para a aposentadoria, de

²¹Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

60 anos para os homens e 55 para as mulheres e o atrelamento dos valores das aposentadorias e das pensões ao salário mínimo. Também foram aprovados o auxílio doença, o auxílio-acidente e o salário-maternidade para as mulheres (ZARZAR (2017)).

Nos anos de 1990, o avanço da política neoliberal exigiu novamente mais resistência das classes trabalhadoras que, passaram a conviver, ainda mais, com a precarização das condições de trabalho e a política de arrocho salarial. No meio rural, o processo de mercantilização da terra pautada pelos parâmetros neoliberais contrastava com as lutas dos movimentos sociais que defendiam o uso social da terra e a Reforma Agrária. Ainda, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, denunciou, mais uma vez, a violência contra os trabalhadores do campo, dessa vez contra 17 pessoas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), assassinadas pela Polícia Militar daquele estado.

Nos anos 2000, sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, os avanços democráticos e a diminuição da pobreza foram notórios. O alargamento dos canais de discussões com os movimentos sociais, a criação de ministérios e secretarias para responder aos anseios sociais, como o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria da Mulher, a universalização do Ensino Superior com a expansão e interiorização das universidades, a reorganização do Ensino Técnico e Tecnológico, através dos Institutos Federais de Educação, os Ifs, a política de afirmação social, através das cotas e a distribuição da renda mínima com o Programa Bolsa Família foram avanços inquestionáveis e que possibilitaram mudanças significativas na vida de muitos brasileiros e brasileiras. Em contraponto, os arranjos conciliatórios e as alianças com partidos de esquerda e de direita, inviabilizaram a Reforma Agrária, ao tempo que fortaleceu o agronegócio.

Na atualidade, em pleno contexto de pandemia, os retrocessos nos direitos trabalhistas e previdenciários, somados com a falta de incentivo público às políticas de combate à pobreza e a discriminação contra os

grupos minorizados, entre eles, as mulheres, causam desalento à grande parte da sociedade brasileira. Contudo, as experiências de luta das classes trabalhadoras, em tempos passados (1963, 1979, 1988) mostram que, assim como as águas, os trabalhadores e as trabalhadoras crescem quando se encontram. Nessa perspectiva, descrever e analisar as experiências das trabalhadoras rurais da Zona da Mata, durante o regime militar é, ao mesmo tempo, contribuir para a visibilidade feminina na história dos trabalhadores do campo em Pernambuco e, a partir do reconhecimento da coragem e competência que eles demonstraram, buscar a superação das adversidades do presente.

Referências

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In, SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. pp. 101-123.
- ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo de homens: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius**. Serra Talhada: SACTEC/DED, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. Recife: Editora Ática, 1986.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação Sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco**. Tese de doutorado em Sociologia apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- ARAÚJO, Espedito Rufino. **O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985**. Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao InstitutUniversitaire D'Études Du Development, Genebra, 1990.
- ARAÚJO, Espedito Rufino de; DABAT, Christine Rufino. "Se não fosse o sindicato..." A relação dos canavieiros de Pernambuco com os sindicatos de trabalhadores rurais. In. Revista de Geografia. Vol. 10. Nº2. Recife: UFPE/NAEG. 1994.p. 17.

BEZERRA, Marcela Heráclio. Uma, cem mil: cotidiano das cortadoras de cana do município do Cabo de Santo Agostinho nos anos 1980. Cadernos de História UFPE. v.11, n.11, pp. 61-81. 2016.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 1 Vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 1976. p. 201. Disponível em, <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/viewFile/1490/1194v>. Acesso em 05 de Mai. de 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: EdUFPE, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano. 2ª ed. Vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FETAPE, Convenção Coletiva de 1979. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, Recife, 1979.

FICO, Calos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, nº 47, p. 29-60., 2004.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. **O Movimento Sindical Rural em Pernambuco: 1958-1968**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985.

LINART, Robert. **O açúcar e fome. Pesquisas nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MIELE, Neide. **A mulher na palha da cana**. Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

NASCIMENTO, Rangel Silvando da Silva do. **De quem é a terra? A questão da Reforma Agrária e o MST no governo Lula**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1985)**. In, Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina SCHEIBE (Org.). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194290/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de Mai. de 2020.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul**. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). Vol. I e II. 1987

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses (Pernambuco, 1963). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, set.-dez., 2016.

ROWBOTHAM, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem**. Porto Alegre: Globo, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe. Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes. 1976.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para a análise histórica. Cadernos de História UFPE. v.11, n.11, pp. 9-39. 2016.

SIGAUD, Lígia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas cidades, 1979.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SULLEROT, Évelyne. **A Mulher no Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

UMA HISTÓRIA DE MULHERES. Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2ª ed. Serra Talhada: Pólo Sindical Sertão Central, 2004.

WOLFF, Crisina SCHEIBE. **O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura**. In, Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina SCHEIBE (Org.). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194290/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de Mai. de 2020.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

**“Nada consta”:
a atuação dos agentes de segurança e informação no
Campus e a contratação de professores na UFPE (1974-1979)**

*Thiago Nunes Soares*¹

Os labirintos do *modus operandi*

Com o golpe civil-militar de 1964, implementou-se um sistema mais eficaz de informações e vigilância para dialogar com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento e para buscar consolidar a ditadura, sendo sua maior expressão a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) (FICO, 2001, pp. 39-40). O chefe do órgão possuía *status* de ministro de Estado, o SNI chegou a possuir aproximadamente 2.500 funcionários, contando com a cooperação de pessoas que eram remuneradas ou atuavam de maneira espontânea. As principais atividades desenvolvidas pela agência central e pelas agências regionais (em 1980, havia oito) consistiam na construção de relatórios para autoridades de primeiro escalão e para a presidência da República. Esse trabalho ocorreu a partir das informações coletadas pelos agentes dessa instituição e das informações que eram

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador pedagógico do curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), instituição onde se graduou. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi professor substituto do Centro de Educação (2012-2014; 2016-2018). Atualmente, também é avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC; professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenador da Licenciatura em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA) e docente do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Aprimis, 2018), entre outros livros e artigos nos campos da História e Educação. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>.

difundidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs) ministeriais (FICO, 2009, p. 178).

O SNI possuía uma agência central no Rio de Janeiro e autonomia para abrir agências regionais em pontos estratégicos do Brasil. Em Pernambuco, funcionou no prédio dos Correios, na Avenida Guararapes, centro do Recife, onde foram violadas correspondências e realizados grampos e escutas clandestinas em redes telefônicas suspeitas (NASCIMENTO, 2013, p. 6; 76). Em Pernambuco, conforme destacado por Marcília Gama da Silva, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) era o órgão hierarquicamente superior, por ser a entidade detentora do controle e vigilância social. Enquanto o DOPS/PE foi um órgão de operação, com as funções de administração, investigação, censura e repressão, além de recepção, produção e difusão de informações, sendo a informação uma das bases de sustentação da ditadura (SILVA, 2014, p. 144).

O SNI atuava em cooperação com diversos órgãos governamentais, com destaque para os das Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Quanto à preparação dos agentes de informação, Samantha Quadrat ressaltou que a conduta militar foi marcada por um grande grau de politização, devido à influência da doutrina de segurança nacional eles foram incentivados a acreditar que poderiam intervir nos destinos do Brasil. Eles se viram concomitantemente como administradores e militares (QUADRAT, 2012, p. 21).

A documentação do DOPS/PE foi investigada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que manteve a estrutura organizacional originalmente desenvolvida pelos agentes de segurança e informação: prontuários policiais temáticos foram criados para vigiar sujeitos e instituições considerados perigosos ao Estado. Os títulos foram variados, havendo casos de diferentes prontuários sobre o mesmo segmento social, como o movimento estudantil², levando-se em consideração

² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Prontuários Funcionais: Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Pernambuco - UFPE (6490), Diretório Acadêmico de Cursos - Anexos Medicina, Odontologia e Farmácia (27.051), Diretório

a datação, tipologia, localização e quantitativo de fontes. Em face do intenso fluxo comunicacional entre os órgãos, encontramos nesse acervo documentos oriundos do DOPS/PE, SNI, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e outras instituições.



Imagem 1 Boletim Metropolitano, nº 1, outubro de 1977.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

O Boletim Metropolitano (imagem 1) foi produzido pelo movimento estudantil e coletado por agentes do IV Exército, sendo um dos doze anexos da informação confidencial nº 2.326/1977. A fonte foi originária desse órgão e difundida para o SNI, DPF/PE, PM/PE, SSP/PE, ASI e MEC, com assunto “Movimento Estudantil (ME) em Recife”, expressando um grande fluxo informacional dentro e fora da universidade entre órgãos das esferas estaduais e federais.

Acadêmico de Engenharia (26.700), Diretório Demócrito de Souza Filho (5793), Diretórios Acadêmicos (1009), Infiltração Soviética no Meio Estudantil ou Infiltração Comunista no Nordeste (26.939), Inquéritos Estudantis (28.801), Inquéritos Estudantis/ Estudantes/Inquéritos (29.096), Luta Estudantil (28.383), Movimento Estudantil (7458), Panfletos Estudantis (26.617), Recortes de Jornais/Movimento Estudantil - Greve (5491), SSP/Departamento de Ordem Social - Inquéritos Estudantis (431), Informações sobre atividade da UNE 04/1974 (30.468), Movimentos Estudantis (2778A) e Movimentos Estudantis (2778B).

Os títulos das matérias expressam a dimensão local e nacional dos fatos de 1977: a reunião de Dom Helder Camara³ com os universitários do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE para discutir a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos; a emissão de uma nota de protesto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) contra a proibição da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em 1977, pelos militares; e a passeata estudantil no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contra a invasão da PUC/SP e da Universidade de São Paulo (USP) por forças policiais e em defesa dos discentes enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por integrarem a Comissão Pró-UNE. Nesse ano foram organizadas três versões do III ENE, em face do autoritarismo vigente: duas em São Paulo (USP e PUC/SP) e outra em Belo Horizonte, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁴.

Os discursos do documento apresentam denúncias dos arbítrios cometidos pela ditadura, bandeiras universitárias e as lutas dos jovens para reorganizar a sua principal entidade representativa estudantil, em um período de abertura política, quando a repressão ainda era utilizada pelo Estado contra os segmentos oposicionistas, durante a sua busca por controle social.

O primeiro exemplar desse periódico foi publicado em outubro de 1977, pelo DA's e DCE da UFPE, DCE da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), *Movimento Década* da Unicap, DA de Ciências Médicas da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP)⁵ e DA do Instituto de Teologia do Recife (Iter)⁶. Segundo o texto escrito na capa do periódico, ele

³ Esta é a grafia correta do nome do arcebispo, conforme informação prestada em 8 junho de 2020, por Newton Darwin de Andrade Cabral, professor da Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

⁴ <<http://www.comissaoaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/618>>, acessado em 17 abr. 2020.

⁵ A FESP foi uma instituição estadual pública de ensino superior de Pernambuco, com *campis* em todas as suas regiões. Ela foi fundada em 1965, a partir de um grupo de unidades de ensino superior já pré-existentes, sendo extinta em 1990. Quando, em seu lugar, passou a funcionar a Universidade de Pernambuco (UPE). <<http://www.upe.br/institucional.html>>, acessado em 14 jan. 2020

⁶ Funcionou inicialmente na Unicap, em 1968, mas devido aos impactos do AI-5 na universidade, foi transferido para a Fafire (agregada a UFPE) no ano seguinte. O Iter existiu até 1989, sediado na Arquidiocese de Olinda e Recife,

foi “fartamente divulgado nas universidades”, registrando o conhecimento dos agentes sobre a sua circulação na comunidade acadêmica. O contexto de sua elaboração indica a significativa organização estudantil pelo quantitativo de órgãos representativos discentes envolvidos na construção de um instrumento de comunicação social de forte cunho político, conforme registraram os discursos das matérias veiculadas.

Na imagem 1 os grifos e escritos do agente apontam como o Estado logrou exercer um controle social, ao monitorar pessoas e segmentos considerados por ele como perigosos à manutenção da ordem ditatorial. Nesse caso em específico, destacou-se o arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Camara, um defensor do retorno à democracia articulado com o movimento estudantil universitário pernambucano.

Além disso, os textos escritos à mão pelo agente do IV Exército para nomear e desqualificar o professor José Cavalcanti Sá Barreto, ligado a Dom Helder e à Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, nos chamaram a atenção: “católico profissional/aproveitador”, “inimigo das forças armadas”, “direitista”, “aproveitador do atual regime”, “examinador ‘perpetuo’ da U.F.P.” e “croinha”. Os discursos marcados por um poder disciplinar referem-se à matéria “D. Hélder defende anistia em reunião organizada por universitários de Recife”, indicaram uma baixa escolaridade do espião pelos erros ortográficos, registraram o *modus operandi* da vigilância social e expressaram a visão político-ideológica do agente de informação em sintonia com mentalidade ditatorial, pautada na identificação e no combate dos tidos como inimigos da ordem.

Ao analisarmos essas práticas de vigilância dos militares, acreditamos que “[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT, 2007, p. 143). Nesse sentido, o SNI assumiu um papel central na vigilância social e os órgãos

contando com a participação de outras dioceses. A instituição foi responsável pela formação de seminaristas, havendo leigos/as, muitos deles envolvidos na militância estudantil (CABRAL, 2009, pp. 135-176).

articulados e subordinados diretamente a ele atuaram em distintos níveis e áreas da administração pública. Foi um trabalho complexo, porque a produção de informações era acompanhada geralmente de uma rotina muito regulamentada, ao classificar os documentos quanto à veracidade, rigidez, fidedignidade e sigilo informacional.

No âmbito público, foram considerados sigilosos os documentos vistos como indispensáveis à segurança do Estado e da sociedade. Eles eram classificados como: *ultrassegretos*, quando eram necessárias ações de segurança excepcionais; *segretos*, quando eram exigidas providências de segurança rigorosas; *confidenciais*, quando o conhecimento e divulgação deles poderiam ser tidos como prejudiciais aos interesses do Brasil; e *reservados*, aqueles que a população não deveria conhecê-los de imediato (FICO, 2001, pp. 25-26).

No processo de produção, o informe (tido como dados e notícias relevantes para os agentes de segurança, funcionando como uma primeira descrição do vigiado) era o principal material para os órgãos militares. Após os agentes recolherem um informe, eles tinham condições de construir uma informação (concebida como o conhecimento de uma determinada situação ou fato, proveniente do processamento inteligente de todos os informes disponibilizados e associados a eles). Em seguida, cada informação era classificada segundo a sua confiabilidade e veracidade com letras e notas (FICO, 2001, p. 95).

A informação foi concebida como um poder disciplinar e os seus efeitos foram percebidos no dia-dia, nas práticas cotidianas de investigação, na realização dos interrogatórios policiais, na montagem e funcionamento dos registros dos arquivos, manifestando-se como um enunciado (SILVA, 2014, p. 20). Nessa perspectiva, com base em Michel Foucault (2009, p. 123), ressaltamos que, para se descrever um enunciado, é preciso definir as condições em que se desenvolveu a emergência de vários signos em suas especificidades. Assim, a estrutura do *modus operandi* dos órgãos e dos seus agentes foi condição *sine qua non* para sedimentar práticas de vigilância, controle e perseguição social.

E entre os órgãos subordinados ao SNI, destacamos as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), também conhecidas como ASI, criadas a partir de 1971, após a aprovação do Plano Setorial de Informações do MEC e extintas nos anos 1980. Elas existiram em diversas universidades brasileiras, como foram os casos da ASI/UFPE e ASI/UFRPE. Submetidos às reitorias, esses órgãos deveriam auxiliá-las quanto à segurança nacional e à informação no campo universitário, ressaltando que os seus discursos serviram de base para se estabelecer uma política de repressão no *campus*. As assessorias também foram um instrumento de controle sobre as reitorias, para que estivessem alinhadas aos discursos e práticas autoritárias da ditadura (MOTTA, 2008, p. 36).

A ASI/UFPE foi criada provavelmente, por volta de 1971, existindo até 1986, após o fim da ditadura. Segundo Dimas Veras (2018, p. 96), ao que tudo indica, nos anos 1980, o órgão foi perdendo força, pois as suas atividades passaram a ser dirigidas mais incisivamente pela ASI/DEMEC/PE, pelo SNI/RE, pelo DSI/MEC e pelo gabinete da reitoria. A ASI/UFPE funcionou em uma sala reservada na reitoria, no final do corredor do segundo andar, na qual existia uma sala secreta, onde ninguém poderia entrar sem autorização (COELHO, 2017, p. 237).

Inicialmente, a ASI/UFPE foi chefiada por um “elemento chave” militar; mas, em 1971, passou a ser chefiada pelo civil Djair Barros Lima, militante estudantil de direita no DCE/UFPE. Djair foi presidente do Departamento Estudantil da Arena/PE no início dos anos 1960, interventor da UEP em 1964, ex-diretor da Divisão de Expediente Escolar, ex-aluno e docente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE e chefe de gabinete de Marcionílio Lins - reitor de 1971 a 1975 (VERAS, 2018, p. 96).

Para aprimorar o desenvolvimento de suas atividades, ele estagiou na Escola Nacional de Informações (ESNI) do SNI, entre os dias 27 de novembro e 15 de dezembro de 1972. Além dele, participaram Luiz Marcelo Pongondry Ferreira (UFRPE) e mais 39 profissionais ligados a diferentes órgãos do MEC (a maioria de universidades de outros estados), do Ministério das Comunicações e do Ministério dos Transportes. Todos já estavam em

atividade na área de inteligência, havendo civis e militares, sendo pelo menos quatro coronéis (VERAS, 2018, p. 87; MANSAN, 2015, pp. 79-98). Assim, o estágio buscou complementar os conhecimentos que os agentes já tinham acumulado com a experiência na vigilância e espionagem social e logrou sistematizar, padronizar e racionalizar a sua atuação.

Nessa conjuntura, segundo Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, pró-reitora (1970-1971; 1971-1975) e vice-reitora (1984-1988) da UFPE, o reitor Marcionílio Lins “[...] pôs naquela Assessoria um professor – [que] imagino [que] deveria ser ‘politicamente correto’, mas, no que dissesse respeito à Universidade, era um ‘cão fiel’: para ele, o que a UFPE fizesse, em princípio estava certo” (SANTOS, 2012, p. 244). Dessa forma, a nomeação de Djair de Barros Lima para a ASI/UFPE foi estratégica para a ditadura, pois o Estado precisava de um agente que apoiasse as arbitrariedades do regime, ao comungar com os seus ideais e tecer uma relação de cooperação com o reitor.

Nesse caso, o seu histórico de militância estudantil de direita como presidente do DCE/UFPE (1964-1965), a atuação como interventor da principal entidade representativa estadual discente (1964), a experiência docente na universidade e a ocupação de cargos administrativos de liderança na UFPE agregaram saberes e experiências úteis para as relações de poder que seriam marcantes na chefia da ASI/UFPE, contribuindo para arrefecer a oposição discente entre 1969 e 1974 (VERAS, 2018, p. 94).

Em 1974, ele foi nomeado pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFRPE, tendo deixado esse cargo em 1975, para atuar na Associação Brasileira de Relações Públicas e como assessor de políticos, a exemplo do senador Cesar Cals (Arena), ministro de Minas e Energia (1979-1985)⁷. É simbólico como a partir do golpe de 1964, Djair Barros Lima cresceu rapidamente no campo científico, pois, ao apoiar a ditadura, exerceu em poucos anos, cargos relevantes na UFPE, UFRPE e fora da universidade,

⁷ VERAS, 2018, p. 95. <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho>>, acessado em 18 mai. 2020.

tendo em vista as redes de relações políticas tecidas e a projeção do seu trabalho.

A ASI/UFPE atuou em cooperação com outros órgãos de segurança e informação na estrutura administrativa universitária e dentro do *campus*, produzindo e difundindo documentos que geraram efeitos de verdade e enquadraram pessoas e segmentos sociais, vigiando-os, espionando-os, incriminando-os e buscando interferir em diversas questões na universidade.

Entre essas intervenções, destacamos a contratação de funcionários, a definição de quem ocuparia cargos estratégicos, a vigilância das atividades políticas e culturais do movimento estudantil, o monitoramento da circulação de professores no exterior e o controle das relações políticas entre docentes e alunos, objetivando combater a infiltração comunista e criando um ambiente de medo e insegurança (MOTTA, 2008, pp. 45-46).

A contratação de professores.

Durante a ditadura, um dos aspectos do cotidiano universitário que concentrou o olhar interventivo dos agentes de segurança e informação foi a contratação de docentes. Buscou-se construir uma espécie da barreira ideológica, perante o clima de ampla suspeição no MEC quanto à circulação e admissão de professores (UFES, 2016, pp. 125-126). Com o Decreto nº 477/1969, vários docentes foram demitidos e com o surgimento das ASIs, em 1971, foi estruturada uma maneira de vetar contratos desses profissionais combativos ao regime: um “nada consta” emitido pelos agentes policiais, consulta comum também para a contratação de outros funcionários federais (PEREIRA, 2016, p. 224).

Esse tipo de solicitação ocorreu em diversas universidades, como foram os casos da UFPE, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo Ludmila Gama Pereira, na UFF, “[...] se esta declaração não fosse apresentada à universidade ou se houvesse, por parte do DOPS, qualquer impedimento para o contrato do professor, este não teria o seu contrato efetivado” (PEREIRA, 2016, p.

224). Dessa maneira, esse “nada consta” significaria que o docente não criticou a ditadura e não se identificou com movimentos de esquerda ou de oposição ao estado de exceção.

Semelhante a essa universidade do Rio de Janeiro, a UFPE fez constante uso dessa consulta para a contratação de seus funcionários do magistério ou para a ocupação de cargos estratégicos na instituição. Entretanto, o peso desse documento para as decisões da reitoria foi menor, pelas dinâmicas específicas das relações políticas na UFPE, perante situações de cooperação, adequação e resistências. Por isso, houve vários casos de contratação, mesmo diante da não recomendação policial. Essas informações sobre o histórico político e social dos sujeitos foram importantes para o controle universitário, mas foram utilizadas principalmente como vigilância, monitoramento e prevenção.

Na UFPE, o passado de militância no movimento estudantil, as relações políticas entre docentes e discentes na universidade, a participação no governo de Miguel Arraes antes e após o golpe de 1964, as ligações pessoais com o arcebispo Dom Helder Camara, as condutas tidas como moralmente desrespeitosas, as críticas irreverentes ao Estado, as experiências de estudos em países socialistas, as relações com partidos de esquerda e comunistas e a participação em movimentos grevistas foram alguns dos aspectos que pesaram negativamente para a contratação de professores.

Esse cenário constituiu alguns elementos da vigilância política e repressão social dos agentes de segurança e informação. As relações políticas estabelecidas no campo científico foram complexas e se configuraram em situações de resistência, adesão, adequação e paradoxos ao longo da ditadura. Encontramos sete casos relacionados à contratação de professores na UFPE: Geraldo Gomes da Silva (1975), Juarez José Gomes (1975), Armia Escobar Duarte (1977), Ivanildo da Cunha Andrade (1978), Antônio Carlos Pavão (1979), Sílvio de Alencastro Pregnotatto (1980 ou 1981) e Paulo Rubem Santiago Ferreira (1980). Dessa lista, não houve nenhum caso de profissionais que não foram contratados pelo seu histórico político tido como negativo pelos militares.

No caso da madre Armia Escobar Duarte, desde 1972, ela assumiu os cargos de coordenadora geral e docente dos cursos de Comunicação Social do Nordeste da UFPE, por meio de um convênio entre a UFPE, a Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire)⁸ e o Centro Educativo de Comunicação Social do Nordeste (Cecosne). Ela foi fundadora e dirigente do Cecosne, entidade educacional privada, sem fins lucrativos, de cunho educacional, cultural, de assistência social e beneficente, instituída pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil, ligada à Igreja Católica⁹.

Segundo os agentes do IV Exército, este centro teve a sede instalada na Igreja do Carmo, em Olinda, em 1974, a partir da atuação de intelectuais, como as madres Armia Escobar Duarte e Maria Denise Carvalho. Elas foram acusadas pelos militares de estarem envolvidas em “atividades subversivas”, termo genérico e incriminador para enquadrar qualquer atividade considerada perigosa para a manutenção da ordem ditatorial¹⁰. Um dos motivos dessa associação, é que no histórico elaborado a partir de um dossiê produzido por militares, mais especificamente, a informação nº 109, de 17 de fevereiro de 1977, do SNI/ARE, Armia Escobar Duarte foi enquadrada como uma pessoa que “pertence a linha Reformista-Progressiva seguida por uma parte do Clero Católico”¹¹.

Segundo Renato Cancian, já na década de 1950, os segmentos reformistas da Igreja apoiaram abertamente o engajamento da instituição em problemas sociais do país. Ao longo dos anos, o crescimento do engajamento político-social do catolicismo no Brasil originou a Igreja popular, também conhecida como Igreja progressista. Os clérigos, bispos e leigos atuaram em defesa dos direitos humanos e em projetos de mudanças nas

⁸ Atualmente, a Fafire é denominada como Faculdade Frassinetti do Recife.

⁹ Segundo o documento “Histórico”, de Armia Escobar Duarte, em 1977, o Cecosne estava sediado na Fafire, instituição ligada à Igreja Católica, mas não descobrimos se a mudança do espaço foi a partir desse ano. E de acordo com o site do Cecosne, o centro foi instituído em 9 de janeiro de 1975 e, atualmente, está localizado na Rua José Osório, nº 124, Madalena, Recife. Essas informações indicam que o seu funcionamento em Olinda foi breve, assim como a sua regulamentação do ponto de vista burocrático. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. Histórico de Armia Escobar Duarte. <<http://www.cecosne.org.br/quemsomos.html>>, acessado em 17 dez. 2019.

¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. Informação confidencial nº 002, de 1 de março de 1974.

¹¹ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. Histórico de Armia Escobar Duarte.

estruturas sociais geradoras de injustiça e exclusão sociais, consolidando um novo padrão de militância católica que impulsionou os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica (CANCIAN, 2016, pp. 107-114).

Em Pernambuco, uma das iniciativas foi a restauração do Engenho Três Marias, em Quipapá, para fins turísticos e educacionais pela fundação Cecosne, em 1975. A madre Armia Escobar Duarte esteve à frente dessa ação e relatou em entrevista que estampou a capa do jornal *Diário de Pernambuco*: “Nosso trabalho será iniciado dentro do setor médico, quando desenvolveremos amplo serviço de medicina preventiva”¹², expressando a profusão dos seus discursos na grande imprensa local.

A atividade envolveu diferentes segmentos profissionais e atingiu visibilidade social e, segundo Armia Escobar Duarte, estaria sido bem recebida pelos moradores do pequeno e pobre município da zona da mata pernambucana. A repercussão do projeto atraiu a vigilância dos agentes do IV Exército, que coletaram o recorte da reportagem do dia 30 de abril de 1975 e o difundiu como anexo da informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978, para a agência do SNI do Recife. Tal fato se configurou como a produção e difusão de uma potencial prova criminal contra a militante política e registrou uma contínua vigilância social do Estado ao longo dos anos¹³.

O aumento da oposição da Igreja Católica para combater arbitrariedades do Estado e lutar por melhorias sociais impulsionou uma contínua vigilância dos agentes de informações sob essa instituição, seus membros e outros segmentos que ela se relacionou. Por isso, em 1977, o IV Exército recomendou a ASI/UFPE a não contratação de Armia Duarte pela universidade, influenciando também nesse cenário as suas relações políticas com Dom Helder Camara, com parlamentares do MDB/PE e com pessoas

¹² Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978. Recorte do Diário de Pernambuco, 30/05/1975, Capa.

¹³ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978.

atuantes na área de ensino nomeadas genericamente pelos militares de esquerdistas e comunistas¹⁴.

Apesar dessas recomendações dos militares, os agentes de segurança e informação descobriram que, em 1977, Armia Duarte continuava atuando no curso de Comunicação Social do Nordeste, foi homenageada pelos alunos, participou de diversos eventos acadêmicos e culturais e foi editora-chefe da revista *A semana no Recife*, do Cecosne¹⁵. Em 1978, criou uma emissora de rádio e compôs a equipe de professores que, após dez anos, conseguiu obter o reconhecimento do curso de Comunicação Social da UFPE/Cecosne pelo Conselho Federal de Educação (MEC). Em 1979, após desempenhar um conjunto de atividades de liderança na universidade, continuou vinculada à UFPE como professora visitante e coordenadora de curso. Mas por que isso ocorreu? Acreditamos que, muito possivelmente, enquanto profissional e militante politicamente engajada, Armia Duarte estabeleceu profícuas relações de cooperação com estudantes, docentes e com o reitor Paulo Frederico do Rego Maciel¹⁶.

No que se refere ao professor Sílvio de Alencastro Pregnotatto, em 1968, era militante da Ação Popular (AP) e precisou atuar na “clandestinidade”, saindo de Chuí/RS, em 31 de dezembro desse ano, para o Uruguai. Em setembro de 1969, exilou-se com a sua esposa Cyléia Rodrigues da Costa Pregnotatto na Bulgária, pouco tempo depois iniciou a sua carreira universitária na área de Matemática, na Universidade de Sófia¹⁷.

Em 1971, ambos foram condenados à revelia a suspensão de direitos políticos por cinco anos e três anos de reclusão, respectivamente, pela 1ª.

¹⁴ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. Informação confidencial nº 1470, de 29 de julho de 1977. *Curriculum Vitae* de 1973.

¹⁵ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978. Recorte do Diário de Pernambuco, 21/12/1977.

¹⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/06/1970, Suplemento Feminino do Clube das Leitoras, p. 2. 02/09/1973, Primeiro Caderno, Esportes, p. 22. 17/10/1974, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 3. 27/07/1977, Educação e Cultura, p. 8. 03/08/1977, Diversões, p. 5. 30/08/1977, Educação e Cultura, p. 8. 09/09/1977, Roteiro, p. 7. 18/10/1977, Educação e Cultura, p. 8. 21/12/1977, Educação e Cultura, p. 8. 31/03/1978, Educação e Cultura, p. 8. 22/12/1978, Educação, p. 8. 30/09/1979, Gente, p. 6.

¹⁷ Graduação (1971-1975) e mestrado (1975-1977). <<http://lattes.cnpq.br/0745096603684502>>, acessado em 06 out. 2018. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0138976-1981. Informe confidencial nº 010, de 15 de janeiro de 1981. Originário do CISA-RJ, classificação A-1 e difundido para o SNI/AC, CIE, CENIMAR, CI e DPF.

Aud./2^a. Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Sílvio Pregnotatto e Cyléia Pregnotatto retornaram ao Brasil apenas em 1980. Entretanto, segundo os agentes da Aeronáutica, “[...] apesar de ter feito curso superior em um país dito socialista, onde viveu dez anos, e dos seus antecedentes”¹⁸, ele foi contratado pouco tempo depois pela UFPE.

Por que isso ocorreu em um contexto de combate ao socialismo e ao comunismo nas universidades brasileiras? Os motivos da contratação não foram relatados, mas talvez, estejam associados à qualificação profissional de Sílvio Pregnotatto para atuar possivelmente no mestrado em Matemática. Entretanto, ele não permaneceu muito tempo na instituição, pois em 1981, foi efetivado como docente assistente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi simbólica a contratação do professor Geraldo Gomes da Silva, nascido no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1940. Segundo agentes da ASI/UFPE, ele foi uma liderança atuante no movimento estudantil da UFPE, tendo sido eleito (1962) e reeleito (1963) presidente do Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Arquitetura e tesoureiro do DCE (1963). Após o golpe, ainda enquanto aluno, foi preso várias vezes, ao ser associado a comunistas atuantes na gestão de Pelópidas Silveira e ao terem encontrado em sua residência, uma grande quantidade de materiais e livros tidos como subversivos¹⁹.

Chamou-nos a atenção as mudanças das práticas políticas de Geraldo Gomes, cuja trajetória de vida foi marcada pela militância estudantil de esquerda. Após o golpe de 1964, ele teria se desvincilhado dessas atividades para conseguir trabalhar em órgãos federais. Segundo o diretor da Escola de Artes da UFPE (não foi informado o seu nome no documento), que cooperou com informações prestadas aos agentes do SNI de Recife, em 1974, Geraldo Gomes da Silva foi selecionado pelo Instituto do

¹⁸ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0138976-1981. Informe confidencial nº 10, de 15 de janeiro de 1981.

¹⁹ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 56, de 28 de agosto de 1978, originária da ASI/UFPE.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde trabalhou por seis meses na restauração de monumentos históricos em São Paulo²⁰.

Essa busca por informações sobre Geraldo Gomes da Silva ocorreu a partir de um pedido da própria agência do SNI do Recife (ARE/SNI), cujo documento foi difundido para a agência central do órgão (AC/SNI), pela possibilidade de o docente ser contratado pelo CAC/UFPE. Nesse período, a admissão poderia ocorrer sem ser por concursos públicos, situação comum as outras universidades brasileiras. No documento, os funcionários chegaram à seguinte constatação:

d. Parecer:

Verifica-se que o epígrafado parece ter se acomodado após a Revolução de 1964, não mais manifestando suas ideias anteriores. No entanto, pelos antecedentes registrados, verifica-se que o nominado não era um ‘inocente inútil’ e sim, um elemento que participou da pregação do comunismo com convicção, sabendo o que fazia e o que pretendia. Sua acomodação, após a Revolução de 1964, pode ser por conveniência própria ou de outros, esperando talvez uma nova oportunidade. Assim, esta Agência é de parecer que o mesmo não deve ser aproveitado para exercer o magistério superior na Universidade Federal de Pernambuco²¹.

Este tipo de caso foi comum em outras universidades. É provável que a sua ida a São Paulo esteja relacionada à falta de oportunidades de trabalho em Pernambuco, pelo histórico de militância de esquerda, daí a mudança de posicionamento, para sobrevivência. Na ótica dos agentes de segurança, a não atuação em movimentos de esquerda e a ausência de pronunciamentos em debates públicos se configurou em acomodação política, objetivando eliminar a possibilidade de o docente atuar na UFPE, por considerá-lo perigoso à ordem ditatorial.

Acreditamos que para existir uma situação de adequação ao regime, o professor teria que desenvolver outras estratégias de atuação, como:

²⁰ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10038982-1982. Informação confidencial nº 1023, de 4 de outubro de 1974, originária da ARE/SNI.

²¹ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10038982-1982. Informação confidencial nº 1023, de 4 de outubro de 1974, originária da ARE/SNI. (grifos do documento).

cooperar com as práticas de vigilância e repressão, se apropriar, produzir e disseminar discursos em defesa dos governos militares e obter benefícios profissionais em decorrência de relações políticas. Na documentação analisada sobre o docente não identificamos esses tipos de práticas.

No parecer é notório como o passado de Geraldo Gomes da Silva ressoou ao longo do tempo, sendo frequente a difusão de informações sobre o histórico político de professores e (ex)alunos para incriminá-los e/ou impedir a sua trajetória acadêmica, em uma espécie de barreira ideológica. Assim, o professor foi tido como suspeito e nocivo para o Estado, daí a recomendação dos militares para a UFPE em 1974.

Como estratégia de resistência a esse aparato coercitivo, em 1975, Geraldo Gomes prestou seleção para o cargo de Auxiliar de Ensino da UFPE, obtendo a aprovação em primeiro lugar (MOURA, 2018, p. 38). Todavia, não foi contratado para exercer a função, tendo o reitor Paulo Maciel, primo de Marco Maciel, convocado os segundo e terceiro colocados na disputa²². Influenciou nessa prática arbitrária o histórico “político e ideológico” do docente, cujos dados foram obtidos a partir de uma investigação da ASI/UFPE, com a cooperação de diversos órgãos e agentes de segurança e informação de Pernambuco:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – REITORIA – ASI/UFPE.
CONFIDENCIAL. [...]

ARE/SNI – CONFORME ENTENDIMENTO COM O CHEFE DO SNI/ARE, O MESMO REGISTRA ANTECEDENTES NEGATIVOS (INFORMAÇÃO PRESTADA POR TELEFONE, PELO CEL. JAIME).

II COMAR - R.P.B. Nº 209/A-2 DE 30.03/76. GERALDO GOMES DA SILVA. ENGENHEIRO ARQUITETO, FILHO DE MANOEL GOMES DA SILVA E ELOIHA [sic] MULLER DA SILVA.

*1967 – O epigrafado é elemento altamente subversivo, já tendo sido preso por diversas vezes, inclusive quando ainda estudante de Arquitetura. Sempre teve em sua residência farta quantidade de material e livros de cunho subversivo. Ligado aos comunistas então existentes na Prefeitura Municipal do Recife.

SI/SR/DPF/PE – INFORMAÇÃO Nº 195/76 DE 08.04.76 - Geraldo Gomes da Silva, sem dados de qualificação, podendo tratar-se de homonímia, o qual

²² <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessado em 18 dez. 2019.

segundo informe de 1970, juntamente com seu irmão Moyses Gomes da Silva, era suspeito de atividades subversivas, constando ainda que naquela ocasião encontrava-se preso em unidade do Exército em Recife.

IV EXÉRCITO – INFORMAÇÃO Nº 467/76 DE 31.03.76 - Geraldo Gomes da Silva, esta AI INFORMA SER TOTALMENTE DESACONSELHÁVEL PARA O ENSINO, POR REGISTRAR IMPLICAÇÕES DE MAIOR GRAVIDADE.

C.I. SSP/PE/PE – INFORMAÇÃO Nº 409/76 DE 07.04.76 - Geraldo Gomes da Silva, registra anotações no C.I.SSP/PE. Crime previsto no art. 342 do CPB, cometido nesta cidade em 30.01.1960 – Crime previsto no art. 10 na Lei de Segurança Nacional nesta cidade (Capital), tendo os autos sidos encaminhados à Justiça em 08.10.64. Fazia parte da Sociedade dos Amigos da União Soviética, conforme nota publicada no Jornal do Comercio [sic] de 03.06.1964.

Foi processado pela Comissão de Investigação Sumária, sob nº 224.

Foi indiciado no IPM-UNE-UBES, instaurado pelo IV Exército.

Em 24.09.67, foi denunciado pela Promotoria da Justiça Militar por atividades subversivas.

RECIFE/PERNAMBUCO, EM 28 DE AGOSTO DE 1978²³.

Com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), Geraldo Gomes foi enquadrado pelos militares como: “elemento altamente subversivo”, possuidor de “farta quantidade de material e livros de cunho subversivo” e “totalmente desaconselhável para o ensino, por registrar implicações de maior gravidade”. Os discursos produzidos e difundidos pelos militares buscaram eliminar a atuação do profissional na UFPE por motivações políticas.

Ao cruzarmos as informações do documento produzido pela ASI/UFPE com as do prontuário elaborado pela agência regional do SNI, composto por cinco páginas, verificamos que o professor estava sob a vigilância dos agentes de segurança e informação desde o período pré-golpe. Houve espionagem, produção e disseminação de documentos nas esferas estadual e federal e realização de ligações telefônicas entre os agentes. Pelo seu significativo histórico de atividades consideradas “subversivas”²⁴, novamente ele não foi recomendado para ser contratado como professor da UFPE.

²³ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 56, de 28 de agosto de 1978, originária da ASI/UFPE. (grifos do documento).

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife.

Os militares investigaram Geraldo Gomes da Silva, coletando, produzindo e difundindo diversos tipos de documentos sobre ele (TELEXs²⁵, informes, informações, prontuário, fichas de distribuição e processamento de documentos, “ficha de qualificação” e recortes de jornais), cujos discursos materializaram-se em provas incriminadoras e argumentos para a sua não contratação.

Na “ficha de qualificação” elaborada pela DSI/MEC constaram vários dados para vigiar e controlar esse professor: nome, data e local de nascimento, filiação, número do RG, estado civil, cargo cogitado, endereços residenciais antigos e vigente, histórico de atividades profissionais (chamando-nos a atenção o hiato de 1968 a 1973, indício das dificuldades de contratação pela sua trajetória de militância política), registros anteriores nos órgãos de informação, escolaridade e “outros dados” (item que ficou em branco)²⁶.

Segundo os agentes segurança, o reitor da UFPE, Paulo Maciel, decidiu contratá-lo pelo período de dois anos, sob o argumento de que, caso o professor recorresse à justiça, provavelmente ganharia o processo para assumir o cargo. Isso porque não existia no Regulamento Geral da Universidade um instrumento legal que legitimasse a decisão inicial do reitor de não contratar o profissional²⁷. Assim, o reitor contratou Geraldo Gomes da Silva e afirmou se responsabilizar pelas atitudes desse professor, alegando que ele não estava envolvido em atividades políticas na universidade²⁸.

Ao término do contrato, o reitor Paulo Maciel resolveu “renová-lo, alegando a eficiência profissional do professor GERALDO e seu completo

²⁵ Sistema internacional de comunicações utilizado até o fim do século XX, caracterizado pelo envio e recebimento imediatos de mensagens escritas entre terminais com endereçamento numérico.

²⁶ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 855, de 12 de setembro de 1978, originária da ASI/UFPE. Ficha de qualificação de Geraldo Gomes da Silva.

²⁷ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife.

²⁸ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife. MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 231.

afastamento de qualquer atividade política dentro da UFPE, durante o período de vigência do contrato anterior”²⁹. A atitude foi de encontro, novamente, às recomendações dos agentes de segurança e informação, expressando o quanto as relações de cooperação da universidade eram complexas, dinâmicas e nem sempre seguiam aos ideais defendidos pela ditadura, em vista do peso das relações pessoais.

Nesse período, também foi publicada uma matéria da *Folha de S. Paulo*, cujo título foi “Denunciada a demissão ideológica na UFPE” - o correspondente do jornal em Recife registrou que a universidade teria dispensado Geraldo Gomes da Silva diante das pressões da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal, indicando outro aspecto da intervenção governamental na universidade. O texto é resultante de uma denúncia da jornalista e empresária Cristina Tavares, então candidata ao cargo de deputada federal pelo Movimento Democrático Brasileiro de Pernambuco (MDB/PE). Ela defendeu que Geraldo Gomes era um dos mais brilhantes arquitetos de Pernambuco e a demissão dele representava um ato arbitrário, um desrespeito ao direito à liberdade de expressão e à autonomia universitária³⁰.

Entretanto, no prontuário do professor constou um pedido de busca³¹ do Segundo Comando Aéreo (II COMAR), para confirmar a veracidade do fato publicado no periódico mencionado, sendo verificado que o docente não foi dispensado de lecionar no curso de Arquitetura da UFPE, ao ter o seu contrato renovado pelo reitor. Mas por que teria sido noticiada essa matéria?

A nossa principal hipótese é que, de fato, houve uma grande pressão por parte dos agentes de segurança e informação para que o reitor não renovasse o contrato. Talvez ele tivesse sido avisado sobre a iminência

²⁹ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 10007250-1980. Informe confidencial nº79, de 30 de agosto de 1979.

³⁰ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Recorte do Jornal *Folha de S. Paulo*, 4/07/1978.

³¹ Era um documento “[...] por meio do qual um setor do sistema de controle solicitava, a um órgão específico, dados sobre um indivíduo, grupo, organização ou entidade. Observe-se que os pedidos de busca poderiam servir também para solicitar outros tipos de apoio, como em pedidos de colaboração entre diferentes segmentos da estrutura repressiva” (MANSAN, 2014, p. 114).

dessa situação ao professor, que se articulou com a jornalista e política Cristina Tavares. Provavelmente, Geraldo Gomes não conseguiu fazer essa denúncia nos principais jornais locais. Mas, uma matéria publicada na *Folha de S. Paulo* também era dotada de grande simbolismo, tendo em vista a visibilidade e dizibilidade dos discursos veiculados por esse periódico de projeção nacional.

O fato analisado foi representativo para refletirmos a respeito da complexidade das relações acadêmicas, permeadas por situações de resistência, adesão, adequação e paradoxos, em que o campo científico foi marcado disputas e conflitos políticos. Geraldo Gomes da Silva foi um dos diversos militantes do movimento estudantil universitário que fizeram carreira na UFPE e continuaram atuando politicamente na instituição, quando esse tipo de experiência trouxe aprendizagem e projeção acadêmica, conforme verificamos na pesquisa.

O caso do professor Antônio Carlos Pavão foi comparado ao de Geraldo Gomes da Silva pelos agentes de segurança e informação³². Antônio Carlos Pavão nasceu em 16 de abril de 1950, em Quintana/SP, foi contratado em 16 de março de 1979, pelo período de dois anos, para exercer o cargo de Professor Visitante Adjunto A no Departamento de Química, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPE³³.

Esse professor e sua esposa, Suzete Maria de Lima Pavão, eram membros de Coordenação Eleitoral da Convergência Socialista (CS) de Santo André/SP³⁴. A CS era uma organização política de orientação socialista criada em 1978, originária de um grupo de militantes trotskistas e com um projeto de organização independente dos trabalhadores, anterior à formação do Partido dos Trabalhadores (PT)³⁵. Daí alguns dos motivos das contínuas espionagem e vigilância política das atividades realizadas por Antônio Carlos Pavão, conforme registrou uma gama de documentos,

³² Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0039640-1979. Informação confidencial nº 924, de 11 de outubro de 1979.

³³ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I004716-1979. Informação confidencial nº 406, de 20 de setembro de 1979.

³⁴ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: E0011381-1979. Informe confidencial nº 381, de 25 de maio de 1979.

³⁵ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>, acessado em 07 out. 2017. KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 168.

como a reportagem “Convergência acusa Ciex de ataque à imprensa”, publicada no *Jornal do Commercio*, de grande circulação e visibilidade em Pernambuco.

Essa matéria foi publicada logo após o docente ser contratado pela UFPE, quando, concomitantemente, ele era correspondente local do jornal *Versus*, publicação mensal da imprensa alternativa da CS. Na matéria Pavão criticou a perícia fazendária que o *Versus* sofreu, associando a ação a uma orientação do Centro de Informações do Exército (CIE), que na perspectiva dele, tinha como proposta “[...] o estrangulamento da Imprensa Alternativa através de pressões econômicas na forma de devassas fiscais, por exemplo”³⁶. Verificamos nos discursos do professor uma estratégia de resistência contra os mecanismos coercitivos da ditadura. Essa prática foi realizada em uma conjuntura que, mesmo sendo comum docentes serem reprimidos pelo Estado por criticarem os órgãos militares, expressou o seu posicionamento político combativo ao *status quo*.

Destacamos que Antônio Carlos Pavão foi articulado com a comunidade universitária. Segundo os agentes de informação, ele foi contratado em 1979, “graças à omissão do reitor Paulo Maciel”, que não atendeu as recomendações deles para esse profissional não ser admitido pela universidade. Além disso, Antônio Pavão solicitou o afastamento docente para participar de pesquisas na Suécia e na Itália, entre 4 de janeiro de 1981 e 4 de abril de 1981, situação que na perspectiva da atuação policial, implicaria em uma renovação do contrato. De fato, ele não só continuou trabalhando na UFPE, mas por ser uma liderança docente, chegou a se candidatar ao cargo de reitor, em 1983, apesar de toda pressão contrária.

Considerações finais

Analisamos neste capítulo como o governo federal interviu no *campus* da UFPE, durante o mandato do presidente Ernesto Geisel (1974-

³⁶ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: 1004716-1979. Recorte do *Jornal do Commercio*, 15/05/1979. Anexo da informação confidencial nº 406, de 20 de setembro de 1979.

1979), por meio de diferentes práticas de vigilância social. O *modus operandi* dos agentes de segurança foi baseado na produção, coleta e difusão de informações entre diversas instituições militares e a universidade. As informações de cunho político, social, cultural e educacional foram abordadas na pesquisa como um saber disciplinar, cujos efeitos de poder foram visualizados nas práticas coercitivas e nas resistências cotidianas.

O Estado buscou exercer um controle sobre a comunidade acadêmica, ao identificar e eliminar práticas contestatórias, para enquadrar, punir e incriminar os sujeitos nomeados de subversivos, comunistas, esquerdistas e que fossem considerados perigosos para a manutenção da ordem ditatorial. Nessa mentalidade os militares buscaram interferir na contratação de docentes, tendo como principal discurso para recomendação do veto o passado de militância política opositora ao golpe de 1964 e à ditadura, por ser apontado como nocivo para o funcionamento da universidade.

Constatamos na pesquisa que, apesar do histórico político “subversivo” dos professores pesar negativamente na contratação desses profissionais e dos agentes policiais tecerem suas recomendações durante as seleções, esses não foram fatores decisivos nas escolhas da reitoria, em vista de situações marcadas por paradoxos, cooperação e adequação.

Como especificidade da UFPE, em todos os casos pesquisados as práticas e discursos interventivos não interferiram na decisão da reitoria de admitir os profissionais de esquerda, situação diferente de outras instituições, como foi o caso da UFF. Os fatos estão inseridos no contexto nacional, porque durante o período da abertura política, as possibilidades de resistência à ditadura foram ampliadas pela maior organização e força dos movimentos sociais, crise governamental e atuação dos militares para exercer um controle da sociedade. Diferentemente dos anos anteriores, a violência física não foi mais a principal forma de intervenção, e sim a vigilância.

Referências

- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: FASA, 2009.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **Revista Angelus Novos**, São Paulo, v. 7, n° 2, 2016, pp. 95-116.
- COELHO, Fernando de Vasconcelos; *et al.* **Relatório final da comissão estadual da memória e verdade Dom Helder Câmara**: volume II. Recife: CEPE, 2017.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. (Partidos e movimentos após os anos 1960; v. 6).
- MANSAN, Jaime Valim. **Subversivos**: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988), 2014, 336f. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2014.
- MANSAN, Jaime Valim. A formação dos agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Hélder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (Orgs.). **Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informação das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, 2008, p. 30-67.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória. Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, 2008, p. 43-66.

MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. **A criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) no contexto da abertura política (1975-1984)**, 2018, 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Centro de Educação, Recife, 2018.

NASCIMENTO, Dmitri Félix do. **O Serviço Nacional de Informações: Pernambuco vigiado**, 2013, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2013.

PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)**. 2016, 321f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, nº 47, 2012, p. 19-41.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). **UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: EDUFPE, 2014.

UFES. Comissão da Verdade. **Relatório final da Comissão da Verdade**: Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)**, 2018, 389f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org